

**A morte de Chávez**

Entenda o papel do líder venezuelano na América Latina

A renúncia do papa

A Igreja Católica vive um fato inédito nos últimos 600 anos

e mais:

⇒ Mensalão no STF
⇒ Obama reeleito
⇒ PIB do Brasil

⇒ Adeus a Niemeyer
⇒ Crise na Espanha
⇒ Impasse no pré-sal

Guia do
Estudante

e

Atualidades

VEST

R+ENEM

1º SEMESTRE
2013

Manifestante egípcio durante protestos na cidade do Cairo

Teste de fogo no mundo árabe

O colapso na Síria, o novo papel do Egito e a entrada da Palestina na ONU podem mudar os rumos da região



edição 17 • R\$20,00

7 893614 090924

SAIA DO "TEORICAMENTE!"

NA MAUÁ, VOCÊ APLICA A TEORIA EM ATIVIDADES PRÁTICAS
QUE RETRATAM A REALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO.



- ADMINISTRAÇÃO
- DESIGN DE PRODUTO
- ENGENHARIA

- Campus de São Paulo (Vila Mariana)
- Campus de São Caetano do Sul

VESTIBULAR 2014
PROVA: 09 DE NOVEMBRO
www.maua.br

INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA



MAUÁ

AQUI VOCÊ PODE TRANSFORMAR O MUNDO.

Um plano para os seus estudos

Este **GUIA DO ESTUDANTE ATUALIDADES** oferece uma ajuda e tanto para as provas, mas é claro que um único guia não abrange toda a preparação necessária para o Enem e os demais vestibulares.

É por isso que o **GUIA DO ESTUDANTE** tem uma série de publicações que, juntas, fornecem um material completo para um ótimo plano de estudos. O roteiro a seguir é uma sugestão de como você pode tirar melhor proveito de nossos guias, seguindo uma trilha segura para o sucesso nas provas.



1 Decida o que vai prestar

O primeiro passo para todo vestibulando é escolher com clareza a carreira e a universidade onde pretende cursá-la. Conhecendo o grau de dificuldade do processo seletivo e as matérias que têm peso maior na hora da prova, fica bem mais fácil planejar os seus estudos para obter bons resultados.

➔ **COMO O GE PODE TE AJUDAR** O **GE PROFISSÕES** traz todos os cursos superiores existentes no Brasil, explica em detalhes as características de mais de 200 carreiras e ainda indica as instituições que oferecem os cursos de melhor qualidade, de acordo com o ranking de estrelas do **GUIA DO ESTUDANTE** e com a avaliação oficial do MEC.



2 Revise as matérias-chave

Para começar os estudos, nada melhor do que revisar os pontos mais importantes das principais matérias do ensino médio. Você pode repassar todas as matérias ou focar apenas em algumas delas. Além de rever os conteúdos, é fundamental fazer muito exercício para praticar.

➔ **COMO O GE PODE TE AJUDAR** Existe um guia para cada matéria do ensino médio: **GE GEOGRAFIA**, História, Português, Redação, Matemática, Biologia, Química e Física. Todos reúnem os temas que mais caem nas provas, trazem muitas questões de vestibulares para fazer e têm uma linguagem fácil de entender, permitindo que você estude sozinho.

3 Mantenha-se atualizado

O passo final é continuar estudando atualidades, pois as provas exigem alunos cada vez mais antenados com os principais fatos do mundo. Além disso, é preciso conhecer em detalhes o seu processo seletivo – o Enem, por exemplo, é completamente diferente dos demais vestibulares.

➔ **COMO O GE PODE TE AJUDAR** O **GE ENEM** é um verdadeiro “manual de instrução”, que mantém você atualizado sobre todos os segredos do maior vestibular do país. Você também não pode perder a próxima edição do **GE ATUALIDADES**, que será lançado no início de agosto, trazendo novos fatos do noticiário que ainda podem cair nas provas dos processos seletivos do fim deste ano.



CAPA: FOTO MAIOR: GORAN TOMASEVIC/REUTERS
FOTO MENOR: LEO RAMIREZ/AFP

CALENDÁRIO GE 2013

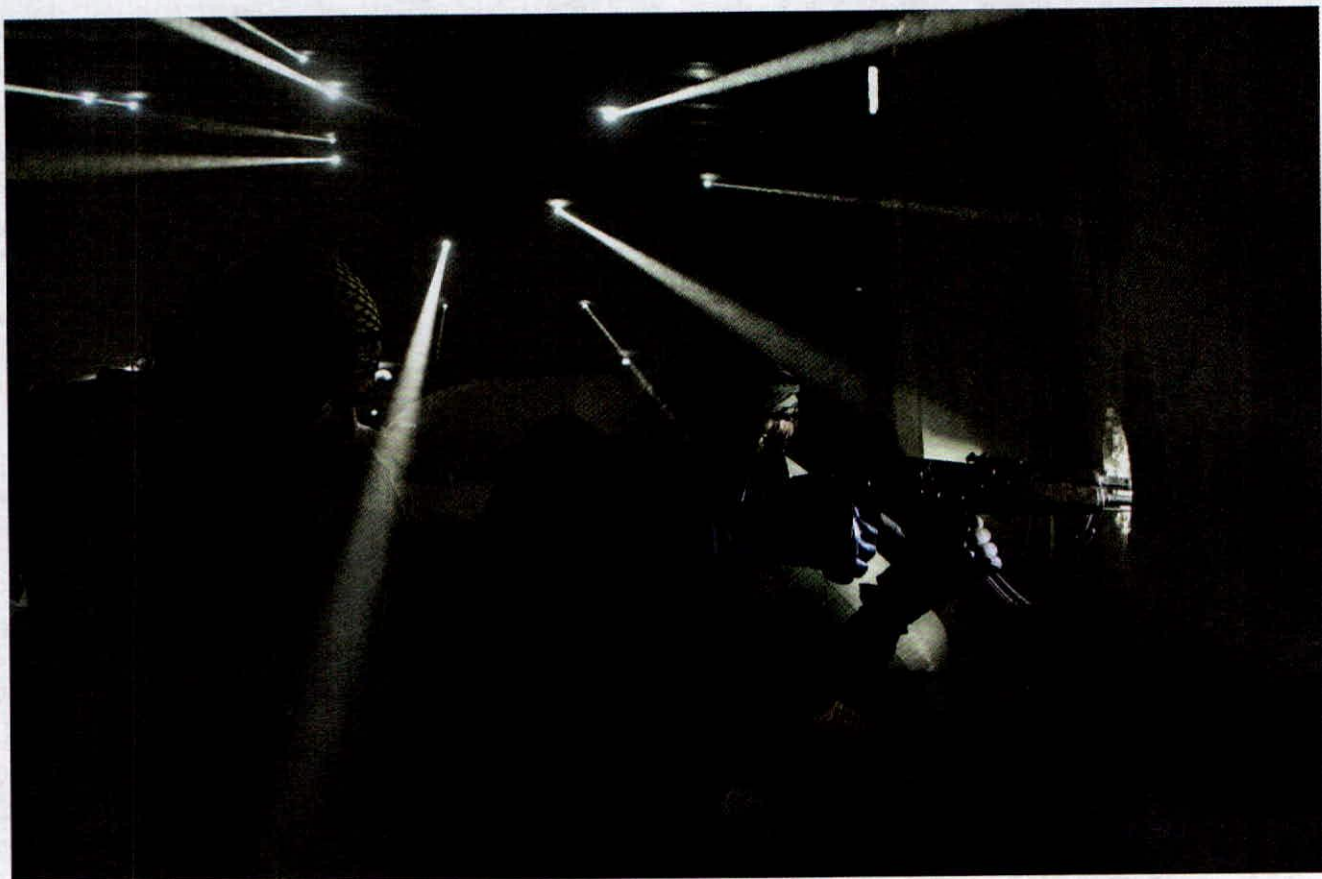
Veja quando são lançadas as nossas publicações

MÊS	PUBLICAÇÃO
Janeiro	
Fevereiro	GE GEOGRAFIA
Março	GE ATUALIDADES 1
Abril	GE HISTÓRIA GE QUÍMICA GE FUVEST
Maio	GE BIOLOGIA
Junho	GE ENEM GE PORTUGUÊS
Julho	GE REDAÇÃO
Agosto	GE ATUALIDADES 2
Setembro	GE MATEMÁTICA GE FÍSICA
Outubro	GE PROFISSÕES
Novembro	
Dezembro	

Os guias ficam um ano nas bancas – com exceção do **ATUALIDADES**, que é semestral – e também podem ser comprados pelo site www.lojaabril.com.br.

FALE COM A GENTE:

Av. das Nações Unidas, 7221, 14º andar,
CEP 05425-902, São Paulo/SP, ou email para:
guiadoestudante.abril@atleitor.com.br



A espinhosa missão dos jornalistas

Olhe bem a foto acima. Numa construção cheia de furos, feitos provavelmente por saraivadas de balas, dois homens estão em combate. A cena se passa em Aleppo, na Síria. Tente se colocar agora no lugar, não dos combatentes, mas da terceira pessoa presente no local: o autor da foto. É o jornalista mexicano Javier Manzano, radicado nos Estados Unidos. Perceba que, para cumprir seu objetivo, ele entrou na zona de guerra e postou-se no meio da artilharia. Qualquer bólido contra os combatentes poderia também acabar com sua vida. É difícil adivinhar todas as suas motivações pessoais, mas, aqui, Manzano cumpria uma missão nobre: levar ao mundo imagens sobre a terrível realidade das pessoas que, numa cidade milenar do Oriente Médio, se viram de repente envoltas num pesadelo de fogo e sangue.

Cabe a nós agradecer-lhe, pois, só graças a quem vai até os lugares onde as coisas ocorrem, é possível realizar nosso propósito: trazer até você os principais acontecimentos do mundo atual. A guerra civil na Síria integra o cenário de convulsões que envolve o mundo árabe, tema da maior reportagem desta edição. Nela, por meio de textos e de nosso arsenal de imagens, fotografias, mapas e gráficos, queremos fazer com que você mergulhe no assunto. Assim, nossa atuação completa a de Manzano, dando todo o sentido e dimensão histórica, política e humana às tocantes imagens que ele captura. O resultado, esperamos, é ajudar você a enriquecer e reforçar seus conhecimentos.

Nossa publicação pretende ser, sobretudo, uma porta de entrada para um aprendizado constante. Assim, para facilitar o seu acesso, preparamos a partir de agora o GE ATUALIDADES também em versões para tablets, que podem ser baixadas pelo IBA (www.iba.com.br) ou pela App Store.

Boa sorte em seus desafios, e um abraço,

✉ **Paulo Zocchi**, editor – pzocchi@abril.com.br

LUZ NATURAL

Rebeldes lutam contra as forças da ditadura, em Aleppo, em 2012: a guerra civil na Síria dura dois anos e já matou 60 mil pessoas (prêmio World Press Photo)

AFP PHOTO/JAVIER MANZANO



900m
Tubo p/air

Foto: S. Brasil

Cristian Cerda

Diego Ucha

Ex-alunos >

Tricampeões da
competição Global
Management Challenge

Campus Santo Amaro
Laboratório Geral
de Informática

Melina Ucha

Cássio Rieser

CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC

**É DE PESSOAS
COM VONTADE
DE MUDAR
QUE O MUNDO
PRECISA.**

FAÇA PARTE
DAS MUDANÇAS.

VESTIBULAR

ADMINISTRAÇÃO. ARQUITETURA. COMUNICAÇÃO. DESIGN.
GASTRONOMIA. HOTELARIA. MEIO AMBIENTE. MODA. SAÚDE
E BEM-ESTAR. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E MUITO MAIS.

TECNOLOGIA, BACHARELADO, ENGENHARIA
CURSOS PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA.

0800 883 2000

WWW.SP.SENAC.BR/VESTIBULAR

Entre no site e conheça as histórias de sucesso do Centro Universitário Senac.



Use o leitor de QR code
do seu celular e veja a
história completa das
tricampeões do GMC





Marcelo Arnal,
Cliente
Santander.

SANTANDER UNIVERSIDADES

SUA VEZ. SUA VOZ. SEU BANCO.

- O banco que mais investe em educação superior no mundo todo.
- Bolsas de estudos nacionais e internacionais.
- Premiação de projetos de pesquisa, empreendedorismo e inovação.
- Conta e cartão de crédito sem comprovação de renda e com 10 dias sem juros por mês no Santander Master¹.

Produtos sujeitos à aprovação de crédito. (1) Após o 10º dia, serão cobrados juros retroativos a todo o período.

UM BANCO TEM QUE
APOIAR O UNIVERSITÁRIO
NA VIDA FINANCEIRA
E NO CURRÍCULO.

Consulte as condições em
santander.com.br/universidades
e abra sua conta.
facebook.com/santanderuniversidades
SAC: 0800-762-7777
Ouvidoria: 0800-726-0322



Santander
UNIVERSIDADES

santander.com.br

um banco para suas ideias

Sumário

➔ ATUALIDADES VESTIBULAR + ENEM 1º semestre 2013

DIVIRTA-SE

- 10 Filmes Argos** – O início do conflito entre os Estados Unidos e o Irã; *Gonzaga: de Pai para Filho* – A vida do rei do baião, Luiz Gonzaga, e sua relação com o filho, Luiz Gonzaga Júnior
- 14 Quadrinhos Gen** – Um mangá que conta, por meio da vida de um menino, a terrível destruição de Hiroshima pela bomba atômica
- 16 Palestina, Notas sobre Gaza e Área de Segurança Gorazde** – três obras-primas de Joe Sacco, criador do jornalismo em quadrinhos
- 18 Fotografia** Imagens jornalísticas que retratam o mundo atual, premiadas no World Press Photo 2013

PONTO DE VISTA

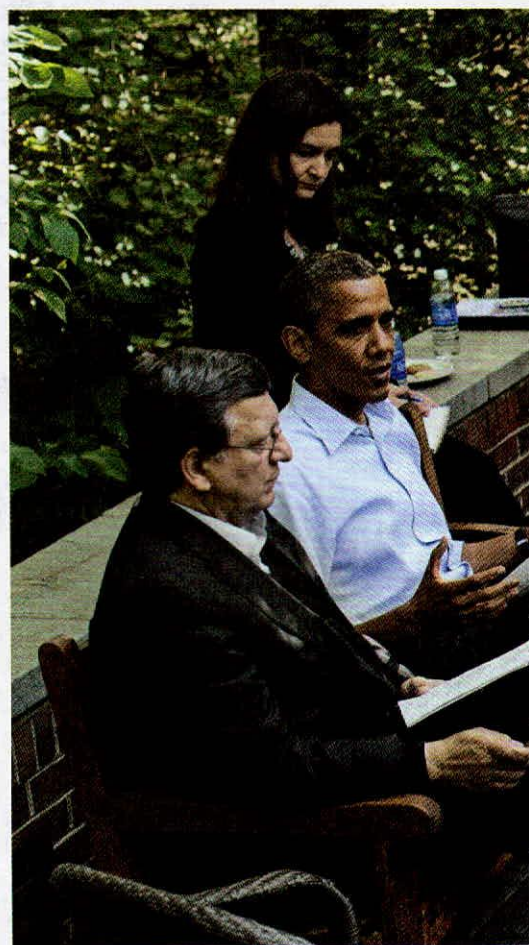
- 20 A renúncia de Bento XVI** Como as revistas semanais noticiaram a inesperada renúncia do líder máximo da Igreja Católica
- 22 Morre Hugo Chávez** As diferentes abordagens dos jornais ao noticiar a morte do principal líder de esquerda latino-americano

DESTRINCHANDO

- 24 O nascimento das grandes cidades** O crescimento das populações em áreas urbanas no Brasil e no mundo
- 26 Os caminhos da urbanização** A distribuição da população pelos municípios brasileiros e a dinâmica da urbanização hoje
- 28 As cidades e seus desafios** As carências em habitação, saneamento, sustentabilidade e inclusão social

TOMANDO FÔLEGO

Barack Obama recebe chefes de Estado e representantes do G-8, grupo dos países ricos, nos jardins da casa de verão de Camp David (EUA), para debater soluções para a crise econômica mundial



I

INTERNACIONAL

- 30 Estados Unidos** O presidente Barack Obama inicia seu segundo mandato enfrentando os problemas na economia e no Congresso
- 38 Bento XVI** O papa renuncia após um mandato marcado por escândalos sexuais, financeiros e de tráfico de influências na Igreja
- 40 União Europeia** A crise financeira continua a ameaçar o euro
- 46 América Latina** A morte do presidente Hugo Chávez, líder do bloco dos governos nacionalistas, afeta o cenário do continente
- 52 Países comunistas** China, Coreia do Norte, Vietnã, Cuba: as últimas nações não capitalistas estão se rendendo à globalização?
- 56 África** As economias crescem com a exploração de matérias-primas
- 62 80 anos de Hitler** Em 1933, o líder nazista chegava ao poder
- 64 Rússia** Conheça o país que quer voltar a ser uma potência econômica

D

DOSSIÊ MUNDO ÁRABE

- 66 Primavera Árabe** A história dos países árabes e as recentes transformações no norte da África e no Oriente Médio
- 72 Turbulências** Um painel atual da situação política e econômica na Síria, Egito, Tunísia, Líbia e demais países da região
- 80 Afeganistão e Iraque** Após uma década de guerra, e a retirada dos EUA do solo iraquiano, países continuam enfrentando violência interna
- 82 Irã** No complicado tabuleiro da região, república dos aiatolás enfrenta a pressão norte-americana e uma forte crise econômica
- 84 Palestina** O fim da ocupação de Israel e a paz continuam distantes



PETE SOUZA/CASA BRANCA

B

BRASIL

- 88 Oscar Niemeyer** A obra do arquiteto brasileiro mais famoso no mundo e a sua intensa atividade no decorrer do século XX
- 96 Mensalão** O julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal que condenou à prisão políticos, banqueiros e publicitários
- 100 Reforma agrária** O governo reduz o ritmo de novos assentamentos
- 104 Amazônia** O desmatamento é o menor desde a década de 1980
- 108 Lampião** Há 75 anos, era morto o mais conhecido cangaceiro nordestino

E

ECONOMIA

- 110 Petróleo** A produção e o refino não acompanham o consumo, e o Brasil perde a autossuficiência que havia conquistado recentemente
- 116 Agricultura** A atividade agrícola diminui e puxa o PIB para baixo
- 122 PIB em queda** Entenda o que é o Produto Interno Bruto: o Brasil registra o menor crescimento entre as economias emergentes

S

QUESTÕES SOCIAIS

- 126 Desigualdade racial** O governo regulamenta cotas sociais e raciais nas universidades públicas federais, 125 anos após a Lei Áurea
- 132 Violência** Confrontos e mortes em Santa Catarina e São Paulo mostram cenário preocupante da criminalidade no país
- 136 Índios** Avança o reconhecimento oficial das terras indígenas

C

CIÊNCIAS E MEIO AMBIENTE

- 142 Aquecimento global** O Protocolo de Kyoto é prorrogado até 2020 e começam as negociações para o acordo que deve sucedê-lo
- 148 Código Florestal** O Congresso Nacional aprova novas regras para a ocupação e o uso das terras brasileiras para agricultura e pecuária
- 150 Doenças** Cresce a incidência de males crônicos no mundo e no Brasil, enquanto se amplia a longevidade da população
- 156 Viagem a Marte** A missão do jipe, laboratório e robô Curiosity, que pretende descobrir se já houve formas de vida no planeta vizinho

REDAÇÃO

- 160 Atualidades nas provas** Professor analisa os conteúdos abordados nas propostas de redações do Enem 2012 e da Fuvest 2013

SIMULADÃO

- 164 Teste** 41 questões de atualidades selecionadas dos vestibulares, com respostas comentadas, para você aprender ainda mais

DE OLHO NA HISTÓRIA

- 178 Aluísio Azevedo** O centenário da morte do principal escritor do naturalismo na literatura brasileira, autor de *O Mulato* e *O Cortiço*

DIVIRTA-SE

FILMES E QUADRINHOS NOS FALAM DO MUNDO ATUAL E DE SEUS DRAMAS CONTEMPORÂNEOS

FILMES

Pelas ruas de Teerã

Ganhador do Oscar, o filme *Argo* mostra episódio envolvendo norte-americanos nos primórdios do Irã islâmico

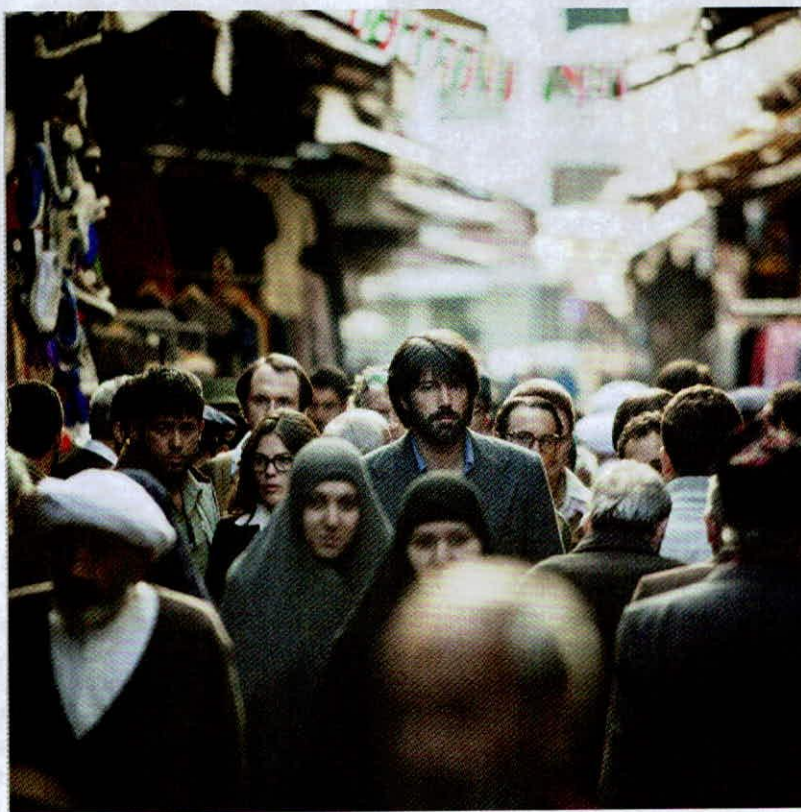
A pesar de tratar de um fato histórico com desfecho conhecido, a missão do agente secreto Tony Mendez, narrada em *Argo*, tem a capacidade de deixar os espectadores pregados na tela do começo ao fim. O protagonista é um integrante da CIA (agência central de inteligência dos Estados Unidos), cuja missão é retirar clandestinamente do Irã seis diplomatas dos EUA, no fim da década de 1970. Para isso, Mendez elabora um plano nada ortodoxo: ele viajaria

ao país como chefe de uma equipe de filmagem, em busca de locações para um falso filme de ficção científica com o nome de *Argo*. Na saída do Irã, traria os diplomatas como se fossem os membros de sua equipe de filmagem.

Assistir a *Argo* dá uma boa ideia da tensão entre Estados Unidos e o governo do Irã à época da Revolução Islâmica, em 1979. Até o ano anterior, o Irã era governado pela ditadura do xá Reza Pahlevi, que havia chegado ao poder em 1953 e se mantinha com apoio

aberto do governo norte-americano. Em janeiro de 1979, um movimento popular amplo derruba a ditadura, e o xá foge para os EUA, onde consegue abrigo. Em abril, é declarada a República Islâmica, cujo chefe de Estado é o aiatolá Khomeini (líder religioso supremo), absolutamente hostil ao governo dos Estados Unidos.

Em novembro, agrupa-se uma manifestação em frente à embaixada norte-americana em Teerã, a capital do país, exigindo que o país extraditasse o xá



FOTOS: DIVULGAÇÃO

CONTE COM A SÃO JUDAS PARA FAZER SUCESSO FRENTE À PLATEIA MAIS EXIGENTE: O MERCADO DE TRABALHO

Com 89% de professores mestres ou doutores, a São Judas tem o ambiente ideal para o ensino de acordo com as exigências atuais. Você pode contar com a São Judas. Ela oferece uma verdadeira constelação de oportunidades para você conquistar o sucesso na vida real, com brilho e reconhecimento da plateia mais exigente: o mercado de trabalho.

A São Judas tem tradição, qualidade de ensino, modernidade, tecnologia e preparo para o universo sustentável.

Os alunos também reconhecem a qualidade São Judas: na última pesquisa de satisfação, 82,2% dos alunos voltariam a estudar na São Judas.

Localização privilegiada, próxima a estações do Metrô. 31 cursos de graduação, 39 de pós lato sensu, 4 de mestrado e 1 de doutorado.

O Programa 5 Estrelas de Bolsas de Estudo e Crédito Educativo São Judas visa a dar aos alunos a oportunidade de cursar uma universidade de comprovada qualidade. São várias opções de descontos de até 40% para você garantir um futuro brilhante.

**PROGRAMA
5 ESTRELAS DE
CRÉDITO EDUCATIVO
E BOLSAS DE
ATE 40%.**

TODOS OS CURSOS DA
SÃO JUDAS QUE FORAM AVALIADOS NO
ENADE 2010 - EDUCAÇÃO FÍSICA, FARMÁCIA,
FISIOTERAPIA E NUTRIÇÃO - CONQUISTARAM CPC 4.

NA ÚLTIMA PROVA DA OAB, A
SÃO JUDAS FOI UMA DAS
PRIMEIRAS COLOCADAS EM
SÃO PAULO.

EM 2009, 2010 E 2011,
OS CURSOS DA SÃO JUDAS
RECEBERAM 14 CLASSIFICAÇÕES CPC4
E 1 CPC5.

PALAVRA DO MEC NA
LINGUAGEM DE ENGENHEIRO:
COM CPC4, A ENGENHARIA SÃO
JUDAS TEM O MELHOR
CUSTO/BENEFÍCIO.

O CURSO DE FILOSOFIA-LICENCIATURA
OBTVE O 1º LUGAR NO BRASIL ENTRE TODOS
OS 7.576 CURSOS AVALIADOS PELO
MEC, NO ENADE 2011.

SÃOJUDAS
UNIVERSIDADE

BUTANTÃ: AV. VITAL BRASIL, 1000 - MOOCA: RUA TAQUARI, 546
TEL.: 11 2799-1677 www.usjt.br



Uma viagem pela música nordestina

O filme sobre Luiz Gonzaga fala das origens da MPB e do Brasil de 50 anos atrás

Luiz Gonzaga, o rei do baião e um dos mais importantes músicos do Brasil no século XX, faria cem anos em dezembro de 2012. Entre os eventos que marcaram a data, um dos principais foi o lançamento de *Gonzaga - de Pai para Filho*, ótimo filme que narra a trajetória do grande sanfoneiro, difusor da música nordestina no cenário nacional. No ano de seu centenário, o artista também foi tema de exposições e até de uma questão do Enem.

Nascido em Exu, no sertão pernambucano, Luiz Gonzaga é um dos autores da canção *Asa Branca*, cuja letra famosa fala sobre as agruras da seca. O verso “por que tamanha judiação?” é um clamor diante da falta de água no Nordeste, problema que atravessa os tempos e ainda persiste. Ao difundir pelo Sul-Sudeste a música sertaneja, a partir da década de 1940, o artista exerceu forte influência sobre o que viria a ser a atual música popular brasileira. Gilberto Gil, Caetano Veloso e Zé Ramalho, por exemplo, são músicos cuja obra é marcada pelo trabalho de Luiz Gonzaga.

Mas não pense que o filme é um documentário. A história é contada a partir da tensa relação entre Luiz Gonzaga e seu filho, Gonzaguinha, nome também importante da música popular brasileira nas décadas de 1970/1980 (morto em acidente de carro em 1991, dois anos depois do pai). Isso porque Gonzagão foi ausente da educação do filho: sua primeira mulher morreu quando Gonzaguinha era pequeno, e ele foi criado por amigos do pai na favela do São Carlos, no Rio.

O longa mostra Gonzaguinha com mais de 30 anos e já artista conhecido indo ao encontro do pai. “Quem era meu pai? Quem era Luiz Gonzaga?” Sua pergunta direciona o filme. A vida do rei do baião é então contada por meio de um relato ao filho: aspectos pessoais e profissionais de Luiz Gonzaga são mostrados desde sua juventude pobre no sertão pernambucano. Como pano de fundo, vemos um Brasil em mudança e seus contrastes regionais, dos anos 1920 até os 1980.

Gonzaga ingressa no serviço militar no Ceará. Ao dar baixa do Exército, vai para o Rio de Janeiro para ganhar a vida como sanfoneiro. Inicialmente, adapta-se ao gosto vigente, tocando tangos e fados. Começa a se tornar popular quando decide tocar as músicas aprendidas no sertão. Depois, passa a compor. O reconhecimento e o sucesso vêm aos poucos, e a duras penas.

O reencontro entre pai e filho, no fim dos anos 1970, é também um encontro entre a música regional nordestina e a moderna música brasileira, da qual Gonzaguinha é um dos protagonistas. Musicalmente, o encontro está registrado no excelente CD ao vivo *Gonzagão e Gonzaguinha - A Vida do Viajante*. O drama humano no filme fica garantido pelo fato de que a nova família formada pelo músico nordestino tinha péssimas relações com seu filho, e há suspeita de que Gonzagão não tenha sido pai biológico do menino. No final, o reencontro dos dois é marcado por uma superação dos problemas, um acerto de contas entre um pai com a carreira em declínio e um filho politicamente contestador, no auge do sucesso. ☒

Gonzaga - de Pai para Filho

DIREÇÃO | Breno Silveira | ANO 2012

de volta ao Irã, para que fosse submetido a julgamento. Os manifestantes invadem a embaixada e transformam dezenas de funcionários em reféns – em episódio que vai durar 13 meses e marcar a relação entre os dois países. Seis funcionários fogem por uma porta lateral para as ruas da cidade. Nessa hora, começa o filme.

Agindo de improviso, os seis buscam abrigo na casa do embaixador do Canadá. Cria-se uma situação de emergência, pois a atitude do embaixador viola as regras da diplomacia e não poderia ser descoberta. É preciso tirar os funcionários do Irã sem revelar a identidade deles. Mesmo sendo arriscado, o plano apresentado pelo agente Mendez é a única saída encontrada pelas autoridades norte-americanas para enfrentar o problema.

A história manteve-se secreta por mais de duas décadas, tornando-se pública recentemente. Ao assistir a *Argo*, porém, é importante ter em mente que o filme romantiza os acontecimentos à moda de Hollywood – como na cena final, no aeroporto. Seu enfoque do conflito entre os países é, obviamente, pró-norte-americanos. Não se aborda, por exemplo, o asilo dado pelos EUA a um ditador sanguinário como o ex-xá, acusado de crimes em seu país. A obra foi duramente criticada pelo governo do Irã, que considera seu país estigmatizado na fita e promete, em resposta, uma produção sobre o mesmo tema.

Argo recebeu os prêmios de melhor filme no Oscar 2013 e o melhor na categoria drama, no Globo de Ouro. ☒

Argo

DIREÇÃO | Ben Affleck | ANO 2012

FIQUE LIGADO NOS
LANÇAMENTOS DO

e Guia do Estudante EM 2013

O GUIA DO ESTUDANTE TEM
PUBLICAÇÕES QUE AJUDAM NA
REVISÃO DAS PRINCIPAIS MATÉRIAS
QUE CAEM NOS VESTIBULARES.

COMPRA TAMBÉM PELO SITE: WWW.LOJAABRIL.COM.BR

FEV/13



ABR/13



ABR/13



MAI/13



JUN/13



JUL/13



SET/13



SET/13



QUADRINHOS

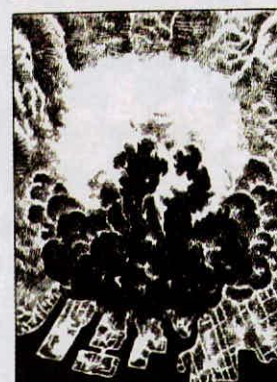
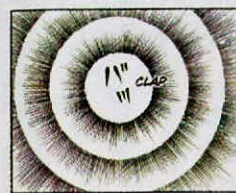
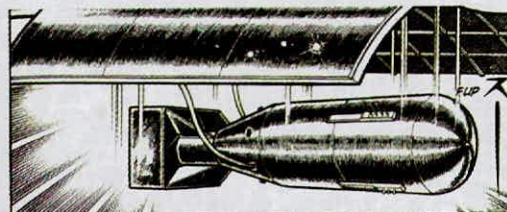
Mangá retrata bomba atômica em Hiroshima

Gen traz a história de um menino de 6 anos que sobrevive ao terror nuclear

A humanidade entrou na era atômica em 6 de agosto de 1945, quando uma bomba nuclear norte-americana atingiu a cidade japonesa de Hiroshima, matando de imediato mais de 100 mil pessoas. Enquanto o avião que havia detonado o artefato voltava para a base, os sobreviventes em terra eram lançados num inferno de dor e sofrimento.

Uma dessas pessoas era Keiji Nakazawa, um menino que sobreviveu, tornou-se um desenhista de mangás ao ficar adulto e, com mais de 35 anos, começou a contar a dolorosa história da bomba por meio de quadrinhos. *Gen* é uma obra-prima, com aspectos autobiográficos, cujo protagonista, Gen Nakaoka, é um menino de 6 anos. A obra está sendo publicada em português, em dez volumes, pela editora Conrad – até agora, cinco deles chegaram às livrarias.

A narrativa tem início nos dias anteriores à tragédia. A fome castigava a população japonesa após anos de sacrifício de guerra. Mesmo para quem trabalhava, o pouco dinheiro nem sempre garantia o arroz diário, devido à



Quarenta e três segundos depois, a mil e oitocentas pés da cidade de Hiroshima, a bomba atômica apelidada de "Little Boy" foi detonada, emitindo uma luz branca de alta temperatura, que brilhava como dezenas de milhares de flashes de máquina fotográfica acionados ao mesmo tempo.



CAROL VERGOTTI

Gen - Pés Descalços

AUTOR Keiji Nakazawa

EDITORIA Conrad | 5 volumes | 17 a 29 reais

escassez de alimentos. Além da falta de recursos, os Nakaoka são vítimas de discriminação, por causa dos ideais pacifistas do pai de Gen, absolutamente contrário ao conflito. Ele e os filhos são apedrejados pelos vizinhos patriotas.

O sofrimento vira um pesadelo com a explosão atômica. Gen é protegido por um muro, mas perde o pai e dois irmãos. Muitos dos sobreviventes sofrem queimaduras terríveis e adoecem pela exposição à radiação. Na cidade destruída, o garoto se vê obrigado a ajudar o parto da

mãe e a sair atrás de alimento. As ruas tornam-se perigosas, pois muita gente se vê impelida à criminalidade.

Koji, irmão mais velho de Gen, volta traumatizado de um campo militar japonês. Quando as forças de ocupação estrangeiras chegam, ele tenta atacar os soldados, mas é impedido pela mãe, que busca proteger os filhos e os manter unidos no cenário adverso.

O lançamento original de *Gen* é dos anos 1970, tendo sido publicado no Brasil na década de 1990, em versão de quatro volumes. Agora está sendo relançado trimestralmente, com uma edição que preserva o arranjo visual dos mangás, na ordem inversa de leitura em relação à que se usa no Brasil.

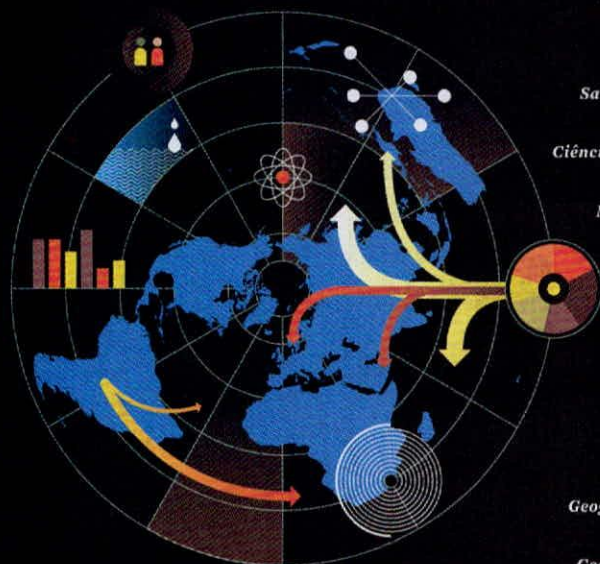
O autor de *Gen*, Keiji Nakazawa, morreu aos 73 anos, em 19 de dezembro de 2012, na mesma Hiroshima em que viveu os horrores da bomba. Sabendo como *Gen - Pés Descalços* comove os leitores, o autor afirmou, ao lançar seu mangá nos Estados Unidos, que gostaria de dar um exemplar ao presidente Barack Obama, para que conhecesse a realidade do holocausto nuclear. ☒

O MUNDO ATUALIZADO E ORGANIZADO EM SUAS MÃOS

ATUALIZADO. PRÁTICO. CONFIÁVEL.

Uma fonte essencial de informações no estudo e no trabalho

ALMANAQUE ABRIL 2013



Agenda	9
Retrospectiva 2012	19
Política	47
Economia	77
Sociedade	
Saúde e Nutrição	
Ciência e Tecnologia	
Meio Ambiente	183
Educação	209
Cultura	225
Esporte	255
História	273
Geografia Mundo	329
Geografia Brasil	641
Índice Geral	709

JÁ NAS
BANCAS!

COM MAIS DE 4,5 MIL DEFINIÇÕES E CONCEITOS, O ALMANAQUE ABRIL 2013
É A MAIS COMPLETA E CONFIÁVEL OBRA DE REFERÊNCIA SOBRE O BRASIL
E O MUNDO. TUDO ORGANIZADO DE FORMA SIMPLES, OBJETIVA E DIDÁTICA.

DISPONÍVEL TAMBÉM NA VERSÃO DIGITAL
ACESSE: WWW.ALMANAQUE.ABRIL.COM.BR
E EXPERIMENTE 30 DIAS DE ACESSO GRATUITO

Compre também pelo site: www.lojaabril.com.br

O jornalismo em quadrinhos de Joe Sacco

As HQs trazem ao leitor alguns dos principais conflitos do mundo contemporâneo

Com uma carreira iniciada nas HQs de vanguarda nos Estados Unidos, Joe Sacco tornou-se sinônimo do jornalismo em quadrinhos, linguagem inovadora surgida nas últimas décadas. Suas obras mais conhecidas, sobre o conflito na Palestina e a Guerra na Bósnia, trazem a realidade crua de zonas de confronto armado, com informações apuradas com rigor jornalístico, na forma de gibi. O resultado são histórias envolventes, que ensinam muito sobre temas importantes da atualidade.

Nascido em 1960, em Malta, ilha no mar Mediterrâneo, no sul da Europa, Joe Sacco entrou na Universidade de Oregon, nos Estados Unidos, no fim dos anos 1970. Passou a década seguinte trabalhando para pequenas editoras.

O cenário da época era marcado pela contracultura e pela pop art, que, desde os anos 1960, tornaram os quadrinhos coisa de "gente grande", com a expansão das HQs *underground*. Um nome de destaque é Robert Crumb, com sua visão cáustica e engraçada da sociedade. Os primeiros quadrinhos de Joe Sacco são visivelmente inspirados em Crumb. Aos poucos, desenvolve seu estilo.

Ele descobre a reportagem em desenho com o relato de uma viagem com uma banda de rock. Em 1991, Sacco sofre o impacto da realidade dos palestinos ao passar dois meses em Israel e nos territórios ocupados, tomando notas e desenhando. Tudo isso vira uma grande reportagem em quadrinhos: *Palestina – Uma Nação Ocupada* é lançada em 1993. Com ela, Sacco torna-se conhecido e ganha diversos prêmios. Em seguida, lança *Palestina – Na Faixa de Gaza*, hoje reunidos em um único livro, *Palestina*.



REPRODUÇÃO



CAROL VERGOTTI

Palestina

EDITORA Conrad | 286 páginas | 48,93 reais

Área de Segurança Gorazde

EDITORA Conrad | 232 páginas | 28,70 reais

Notas sobre Gaza


EDITORA Conrad | 432 páginas | 56 reais

Em 2000, Sacco termina outra grande reportagem: *Área de Segurança Gorazde*, HQ sobre um pequeno enclave muçulmano em meio à guerra étnica na Bósnia, cenário de massacres e crueldades com base em diferenças culturais, linguísticas e religiosas. *Gorazde* é uma das obras mais contundentes sobre a guerra de desagregação da antiga Iugoslávia, terrível barbárie no solo da Europa.

De volta à Palestina, dez anos depois, lança outra obra densa, *Notas Sobre Gaza*, na qual aborda um episódio esquecido pelos livros de história: o massacre de centenas de palestinos por forças de Israel em Khan Younis e Rafah, na Faixa de Gaza, em 1956.

Uma marca comum a esses trabalhos é que Joe Sacco dá voz a pessoas que perderam pais, irmãos e filhos em conflitos, e que ainda sofrem as consequências. Com frequência, ele narra as próprias dificuldades em lidar com o peso da situação e de seus sentimentos. Assim, aproxima o leitor da difícil e contraditória realidade, fornecendo-lhe uma preciosa vivência para entender os acontecimentos. ☒

2013 | R\$19,95 |

 7 895614 081403

Guia do Estudante

As profissões
Como é cada curso, salários e áreas mais promissoras

Onde estudar
Lista de todas as faculdades do país, em 983 cidades

Como pagar
Confira o preço das mensalidades e opções de bolsa


As notas do MEC
Veja a avaliação de quase 13 mil graduações

e PROFISSÕES VESTIBULAR 2013

245

CARREIRAS
SAIBA COMO ENCONTRAR A SUA!

PESQUISA EXCLUSIVA
Conheça os melhores cursos de 121 áreas



JÁ NAS BANCAS!

**GUIA DO
ESTUDANTE
VESTIBULAR
2013**

Um manual completo para você escolher sua carreira e onde estudar!

COMPRE TAMBÉM PELO SITE
WWW.LOJAABRIL.COM.BR

FOTOGRAFIA

A revolta e a dor da morte assombram a Faixa de Gaza

Imagem de ataque israelense vence o *World Press Photo* 2013

A foto ao lado, que mostra um desesperado cortejo fúnebre de duas crianças, retrata um drama familiar em meio ao conflito na Palestina. Os corpos são de Suhaib Hiji e de seu irmão mais velho, Muhammad, vítimas de um ataque aéreo israelense na Faixa de Gaza – que também aniquilou o pai deles e deixou a mãe gravemente ferida. “Ali está toda a dor, toda a tristeza, o desespero e a perda. A força da fotografia encontra-se no contraste de tudo isso com a inocência das crianças”, disse Mayu Mohanna, jurado do *World Press Photo*, o maior prêmio mundial de fotojornalismo, que escolheu a imagem como a fotografia do ano de 2012.

Ira e sofrimento se mesclam no rosto dos adultos, em 20 de novembro de 2012, com a morte dos meninos em meio aos oito dias de caos vividos na região. Dias antes, tropas israelenses iniciaram os bombardeios contra os palestinos na Faixa de Gaza, tendo como motivo oficial a reação ao atentado que explodiu um veículo militar israelense. O balanço final do conflito, porém, mostra o desequilíbrio

de forças que marca os enfrentamentos na região: cerca de 170 palestinos perderam a vida, contra cinco israelenses.

O autor da foto, o premiado fotógrafo sueco Paul Hansen, trabalha para o jornal *Dagens Nyheter*, da Suécia, desde 2000. Ele tentou conseguir uma imagem que fizesse alusão a um cortejo religioso. “A luz rebatia nas paredes, e, por isso, pensei que se poderia olhar para isso como uma procissão. Temos a profundidade da imagem e a luz que se move”, explicou Hansen. Na foto, as pessoas na rua estreita parecem ser uma multidão, resultando em uma cena que nos remete à resistência e ao sofrimento dos palestinos.

A violência no Oriente Médio foi o tema mais frequente na categoria de notícias do prêmio deste ano. Imagens feitas durante o conflito na Síria destacam-se entre as ganhadoras, com retratos de expressões de dor diante da morte, de rebeldes em combate e de interrogatórios violentos. No ano passado, o Oriente Médio também esteve em evidência no concurso, no qual foi premiada uma fotografia que ficou conhecida como uma versão islâmica da Pietá: a imagem de uma mulher segurando seu filho ferido em protestos no Iêmen, obtida em 2011.

Este ano, o prêmio contou com 5.666 fotógrafos de 124 países. Destes, 54 foram premiados em diversas categorias, com imagens de casais homossexuais no Vietnã, catadores de lixo no Quênia, uma usuária de crack no Brasil e a situação do Japão pós-tsunami. Para quem quiser conferir todas as fotos premiadas no concurso, basta acessar o site oficial do prêmio (em inglês): www.worldpressphoto.org. 





TRISTE CORTEJO

Dois meninos mortos
são carregados
por parentes
desesperados, após
um ataque que
também matou o
pai deles e feriu
gravemente a mãe, na
Faixa de Gaza, em 20
de novembro de 2012

PAUL HANSEN

PONTO DE VISTA

UM MESMO FATO PODE SER NOTICIADO DE MANEIRAS DIFERENTES POR DIVERSOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO



➔ VEJA

Em um conjunto de 18 páginas, com oito reportagens e um artigo assinado, a publicação procura fazer uma radiografia ampla da renúncia. Com a manchete “Renúncia – O sacrifício de Bento XVI para salvar a igreja”, a revista deixa clara uma opinião favorável ao papa e à sua decisão e se propõe a explicar aos leitores. A foto da capa se combina com o título de forma a reforçar o conteúdo dramático da notícia. A escolha da imagem em que o rosto de Bento XVI não aparece alude também ao fato de que, naquele momento, o posto estava vago.

Sete subchamadas detalham os conteúdos que VEJA traz para o leitor, começando por “A rede de intrigas do Vaticano”. Nela, o texto de introdução define o fato como “mais do que ato de coragem e desapego individual, um tratamento de choque moral para reativar o coração da Igreja Católica”. Na análise da revista, Bento XVI sacrificou-se corajosamente para deflagrar na Igreja um processo de reformulação de suas estruturas. A razão para a renúncia papal seria não ter conseguido em seu pontificado encarar a burocracia vaticana e conduzir a Igreja a enfrentar seus pecados, especialmente a pedofilia. O texto principal da revista define a conduta de Bento XVI à frente de todos os cargos que assumiu na Igreja Católica como “irrepreensível”.



➔ CartaCapital

Num total de 13 páginas, a revista reúne o editorial, uma reportagem, uma entrevista e um artigo, nos quais faz uma abordagem ácida da renúncia do papa. Com a manchete “Que Deus se apiede”, o veículo deixa clara uma opinião crítica a respeito do pontificado de Bento XVI e de sua renúncia e indica ao leitor que dará um tom impiedoso no conteúdo que apresenta. Abaixo do título, o texto reforça essa abordagem, ao falar que a renúncia “expõe uma igreja retrógrada, corrupta, acuada por escândalos sexuais”.

Na reportagem interna, sob o título “O papa dos lobos”, CartaCapital afirma que Bento XVI foi incapaz “de domar a alcateia que criou e alimentou em 31 anos de poder”. Para a revista, o papa é responsável pelos escândalos que acometem a Igreja, tanto pelo período do pontificado quanto pelo tempo em que dirigiu a Congregação para a Doutrina da Fé, na qual perseguiu e cassou teólogos considerados progressistas, como o brasileiro Leonardo Boff, ligado à Teologia da Libertação.

A revista faz uma retrospectiva das posições ortodoxas que o Vaticano manteve em seu papado, sempre contrário a pesquisas com células-tronco embrionárias, ao uso de preservativos, mesmo na África devastada pela epidemia da aids, e ao aborto, mesmo no caso de mulheres que engravidaram por estupro.

Santo desafio!

Como noticiar o que nunca foi noticiado? Veja como quatro revistas semanais de informação abordaram a renúncia de Bento XVI

Em 11 de fevereiro, em reunião com os cardeais no Vaticano, o papa Bento XVI anunciou uma surpreendente renúncia ao pontificado. Empossado oito anos antes, o cardeal alemão Joseph Ratzinger sucedeu um dos papas mais populares do século XX, João Paulo II, e enfrentou sérios reveses. Durante a maior parte de seu papado, houve escândalos com processos judiciais de pedofilia, praticada por sacerdotes em vários países, crime de

lavagem de dinheiro no banco do Vaticano e, a partir de 2012, denúncias de tráfico de influência e corrupção, com base em documentos roubados do papa por seu mordomo. Como a renúncia anterior ocorreu há 600 anos, a notícia trazia ineditismo e grandiosidade. Analisamos aqui as quatro principais revistas semanais de informação. VEJA e *CartaCapital* optaram por destacar a renúncia; *Época* e *IstoÉ* focaram a escolha do sucessor.



➔ IstoÉ

Com a manchete “E por que não um papa do Terceiro Mundo?”, a revista indica ao leitor que fará uma análise do momento pós-renúncia. No texto de capa, após afirmar que a saída do papa “expõe a profunda crise do Vaticano, que se perdeu em uma rede de traições (...),” afirma que “pode ter chegado a hora de um papa vindo das regiões em que está a maior parte do rebanho católico”. A foto, ao mostrar um religioso sem rosto, reforça a mensagem de que seu foco é o debate sobre o próximo papa.

Em um conjunto de 17 páginas, *IstoÉ* dedica ao tema seu editorial e três reportagens, nas quais conclui que o gesto papal foi político, e não provocado por problemas de saúde. A revista adota, nas páginas internas, um tom favorável e de apoio ao papa, ao analisar o conjunto dos fatos. Em seu editorial, “As razões de Bento”, adjetiva a renúncia como “último e corajoso ato capaz de aplacar os ânimos do clero”. Na abertura de reportagem interna, afirma que a renúncia foi um “gesto humano e inesperado (...) que levará anos para ser interpretado”.

Ao abordar a situação atual do catolicismo no mundo, o semanário defende a possibilidade de um papa não europeu em razão do crescimento da Igreja fora da Europa, em países da América Latina, Ásia e África.



➔ Época

Em 35 páginas, a revista *Época* escolhe uma abordagem, desde a capa, parecida com a da *IstoÉ*, até na forma da pergunta: “Um papa brasileiro?” A foto de capa alude à escolha do próximo pontífice, mostrando a chaminé do Vaticano, que, quando solta fumaça branca, anuncia que o novo papa foi eleito. Logo abaixo da pergunta, a publicação esclarece que não está fazendo uma previsão, mas explicando uma abordagem: “É difícil, mas seria uma resposta à altura dos desafios que a Igreja enfrenta neste século”. Há ainda uma chamada para a avaliação das razões da renúncia e uma análise do legado de Bento XVI.

Época dedica ao tema seu editorial, dois artigos assinados e cinco conjuntos de reportagens, com textos e infográfias. Uma charge ironiza Bento XVI, comparando-o a Jânio Quadros, o presidente brasileiro que renunciou em 1961. Sob o título “Qual é o futuro da igreja?”, a revista destaca como motivos para a renúncia o estado de saúde do pontífice somado à sua inabilidade política para enfrentar as dificuldades: desde os escândalos de pedofilia até os conflitos internos entre os cardeais do Vaticano. A revista traz um painel do catolicismo no mundo e no Brasil e, em reportagem intitulada “Por que não um brasileiro?”, explica em detalhes como são os conclave e traz um perfil dos possíveis candidatos.

A morte de Hugo Chávez em foco

Veja como três jornais diários deram abordagens diferentes para a morte do presidente da Venezuela, em março de 2013

Após 14 anos de governo, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, morreu de câncer, aos 58 anos, em 5 de março de 2013. Ele era um dos principais líderes da América Latina, e os três principais jornais diários brasileiros encartaram cadernos especiais no dia seguinte para noticiar sua morte e as consequências dela.

Ex-coronel que conduziu um fracassado golpe de Estado contra o presidente Carlos Andrés Pérez, em 1992,

Hugo Chávez, depois de sair da prisão, foi eleito presidente em 1998, defendendo uma plataforma nacionalista. Chávez apresentava-se como herdeiro de Simón Bolívar, líder venezuelano da independência de vários países da América do Sul, no início do século XIX. Com um governo estatizante e voltado para políticas sociais, ele entrou em choque com setores da elite venezuelana, que tentou depô-lo por meio de um golpe em 2002, mas não



➤ O Estado de S. Paulo

Com uma tarja decorada com a bandeira venezuelana e as datas de nascimento e morte de Chávez, no alto da página, o jornal enobrece a notícia da morte, que ocupou mais de dois terços de toda a primeira página. A manchete “Morre Chávez, vice assume e convocará eleição em 30 dias” chama atenção para a sucessão e foi ilustrada com uma foto panorâmica, do presidente acenando para uma multidão a perder de vista. Uma foto menor mostra a comoção de militantes chavistas, e uma pequena chamada registra que ele foi considerado “amigo do Brasil” pela presidente Dilma Rousseff.

Na primeira página do caderno especial, uma foto de página inteira mostra uma mão carregando um pequeno retrato de Chávez, ainda com quepe militar, e o título “Morre o líder bolivariano”. A subchamada volta a lembrar que a Constituição do país prevê eleições. O jornal dedicou 8 páginas completas ao fato, com reportagens detalhando a repercussão da notícia na Venezuela e no exterior, artigos assinados opinativos e consequências para Cuba e para a Alba. Para o jornal, a era Chávez no país se encerra com sua morte e haverá desintegração de seu projeto político e econômico na região.

➤ O Globo

O jornal carioca registrou a morte em letras menores, no alto da página (“A morte de Chávez/caderno especial”) e, na manchete, anuncia uma crise: “Encruzilhada venezuelana”, afirmando: “país mergulha agora na incerteza”. O rosto de Chávez não aparece, salvo na charge. A foto principal mostra o desespero de partidários do presidente, reforçando a ideia de que a Venezuela vive uma situação dramática. Duas pequenas chamadas acentuam o viés crítico, com os títulos “Populista controverso” e “O Fantasma de Chávez”.

Um caderno especial de 8 páginas abre com uma foto de Chávez diante de um retrato imenso de Simón Bolívar, com o título “Câncer derrota Hugo Chávez”. As páginas trazem ao alto a expressão “Incerteza na Venezuela”. Um painel de fotos traz Chávez com chefes de Estado e dimensiona sua importância política, enquanto três colunas de texto, em grandes letras, trazem frases de efeito que exemplificam seu temperamento agressivo. As reportagens acentuam uma visão ambígua, positiva e negativa, do governo de Chávez, com os títulos “Redução da pobreza e um país dividido como legado”; “Um líder que calava vozes divergentes e não saía do ar”.

conseguiu. A partir de 2005, declara apoio ao socialismo, tornando-se antagonista da política dos Estados Unidos na América Latina e se aproximando de Cuba. Em oposição à proposta norte-americana de criação da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), Chávez fundou a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), que reúne sete países, incluindo Bolívia, Cuba, Equador e Nicarágua, núcleo de um bloco de nações liderado por ele.

Chávez reelegeu-se três vezes para o cargo, sempre com o apoio da população mais pobre. Sua morte abre um período de incertezas para a Venezuela, pois a Constituição do país determina que é necessário realizar novas eleições, nas quais sua herança estará em jogo. A questão principal é saber se o chavismo sobreviverá sem Chávez. Essas diferentes facetas do acontecimento aparecem no enfoque que cada jornal escolheu para dar a notícia.



➔ Folha de S. Paulo

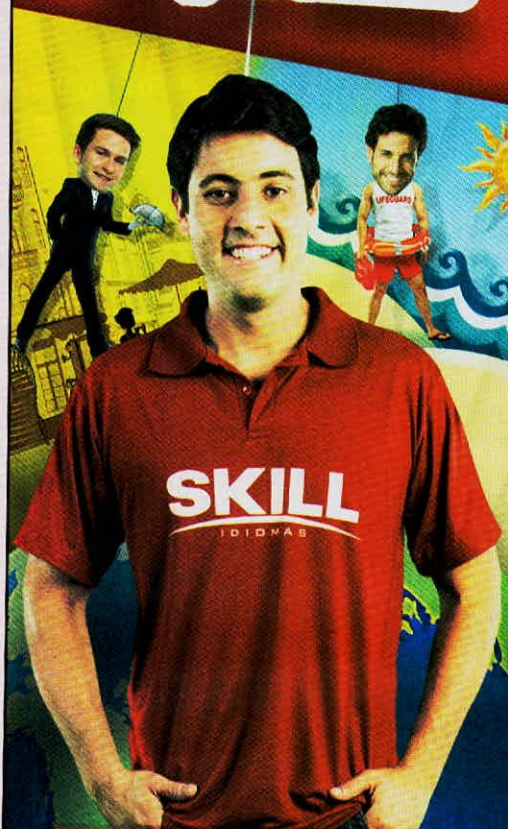
A manchete "Câncer mata Hugo Chávez, 58, líder populista da Venezuela" opta por adjetivar criticamente o morto (populista) e traz foto de Chávez com o punho erguido e a imagem de Che Guevara ao fundo, ressaltando a ideia de radicalismo. Duas chamadas complementares fazem um contraponto, ao mostrar facetas diversas: uma diz que ele reduziu a pobreza, mas foi acusado de autoritarismo, e a outra que seu vice, Nicolás Maduro, é o candidato favorito a sucedê-lo.

O caderno especial de 6 páginas traz a primeira integralmente tomada por uma foto de forte significado simbólico: um retrato de Chávez, com a faixa presidencial, revela-se um pôster que tem, no alto, as mãos de uma criança que o enrola. A edição mostra fotos da comoção popular com a morte, um balanço social e econômico e uma linha de tempo com os 14 anos de seu governo, além de frases marcantes. Vários títulos de reportagens enfatizam a importância do presidente venezuelano e se complementam: "Chávez se via como figura de transição na história do país"; "Com bandeira anti-EUA, líder criou alianças e inimigos"; "Centralizador, Chávez deixa país polarizado"; e "Vice tem desafio de manter país unido".

Já fiz de tudo na vida!

O que sempre me ajudou foi falar outros idiomas.

Vai por mim Vai pra SKILL



A Skill possui 39 anos de experiência no ensino de idiomas e formação cultural, social e profissional do seu aluno. A metodologia de ensino está baseada na abordagem comunicativa que defende a aprendizagem centrada nas necessidades do aluno. Venha aprender idiomas de um jeito rápido, fácil e muito divertido!

8 IDIOMAS

Matrículas Abertas

SKILL
IDIOMAS

www.skill.com.br

DESTRINCHANDO

NO ESTUDO E NO DIA A DIA, GRÁFICOS, MAPAS E TABELAS TRAZEM MUITAS INFORMAÇÕES

PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO EM ÁREAS URBANAS

De 1950 a 2013, em %

De 1950 a 2010, a porcentagem da população urbana nas regiões mais desenvolvidas caiu de 54% do total mundial para pouco menos de 30% e continua a cair, pois, enquanto a população dos países ricos estagna e algumas de suas cidades encolhem, a população urbana das regiões em desenvolvimento cresce em média 1,2 milhão de pessoas por semana, do qual 880 mil na Ásia e 230 mil na África.

Brasil em 2000

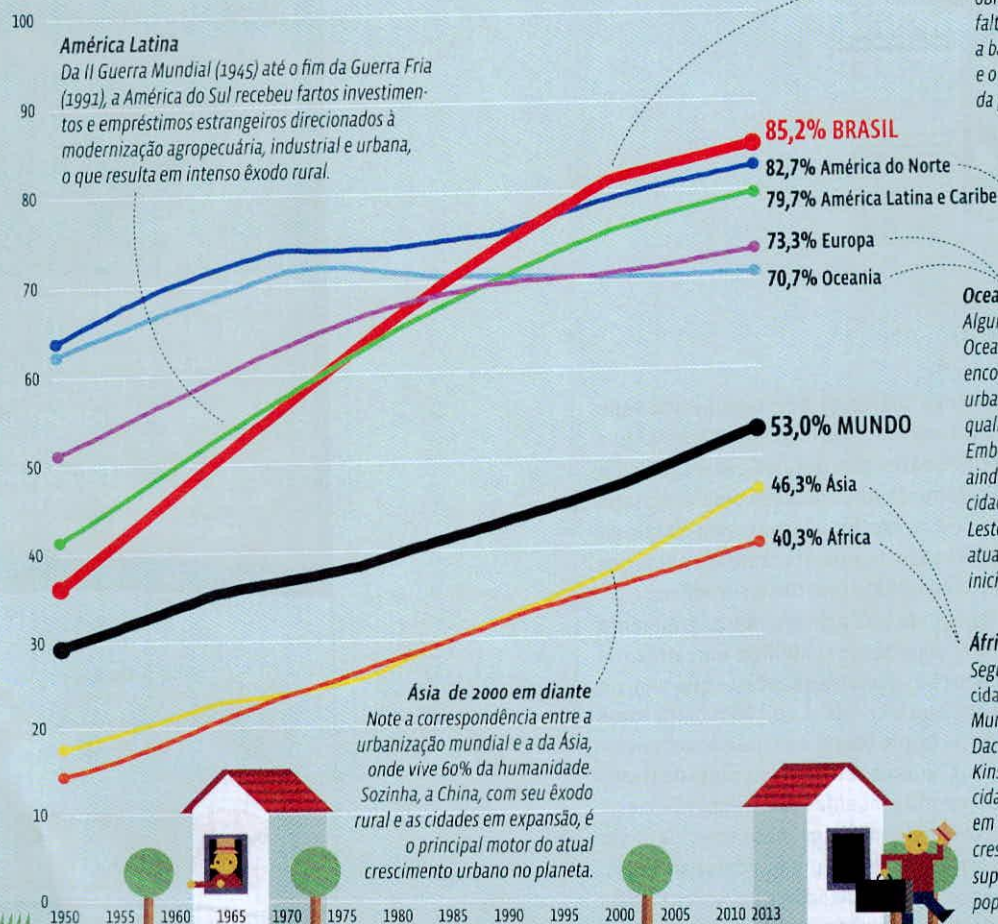
Para os especialistas da ONU, esse fim abrupto da urbanização explosiva é o sinal para o Brasil agir rápido e consolidar-se como nação urbana enquanto tem uma grande população em idade ativa para resolver os problemas atuais (veja na pág. 28). Essa mão de obra é um recurso que pode faltar em poucas décadas, com a baixa taxa de natalidade e o rápido envelhecimento da população brasileira.

Oceania, Europa e EUA

Algumas cidades da Europa, Oceania e do Canadá estão encolhendo, por causa do êxodo urbano da população em busca de qualidade de vida em áreas rurais. Embora centros urbanos nos EUA ainda atraiam imigrantes, há cidades norte-americanas e no Leste Europeu que diminuiram na atual crise econômica mundial, iniciada em 2008.

África e Ásia

Segundo o relatório "O estado das cidades", da ONU-Habitat, Nova Délhi e Mumbai (Índia), Karachi (Paquistão), Dacca (Bangladesh), Lagos (Nigéria) e Kinshasa (RDC) são as principais cidades de países em desenvolvimento em termos demográficos. Juntas, seu crescimento populacional anual supera todo o crescimento da população europeia.



O nascimento das grandes cidades

A urbanização no Brasil está ligada ao desenvolvimento da produção industrial no decorrer do século XX

Por Willian Taciro e Multi/SP

As primeiras cidades no Brasil colonial nasceram na costa ou perto dela, em torno da produção de insumos primários e de sua exportação para Portugal. A urbanização do território, porém, só começa a deslanchar no século passado, quando a economia agrária que sustentou o país até os anos 1920 entra em decadência. A quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, arrasa as economias da América do Sul, com múltiplos impactos sobre as nações. No Brasil, um golpe leva Getúlio Vargas

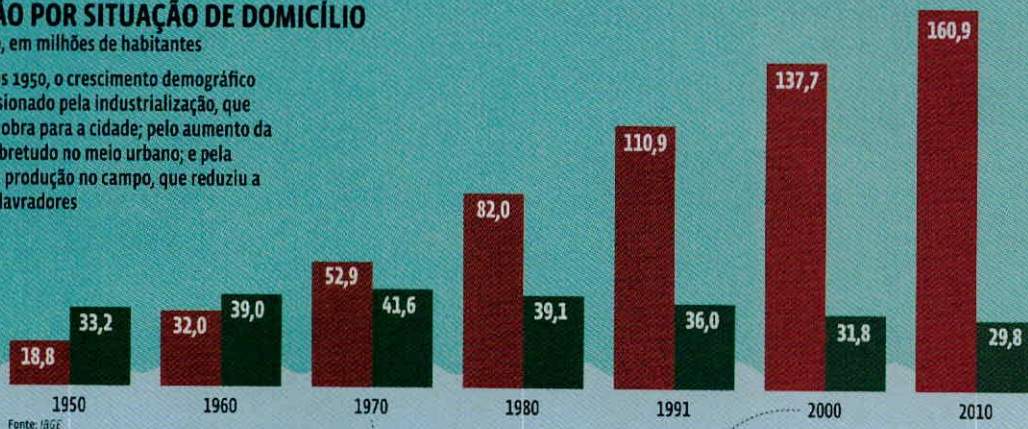
ao poder, em 1930, com um projeto de modernizar o país. A II Guerra Mundial favorece a industrialização, pela escassez mundial de bens manufaturados. Nesse período, começa a escalada da urbanização. A partir dos anos 1950, políticas de desenvolvimento abrem as portas do país às empresas multinacionais. Na esteira das novas fábricas, as cidades engrossam. Quando o século XX acaba, a América do Sul é a região mais urbanizada e socialmente desigual do mundo, e o Brasil seu maior exemplo.

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

Brasil 1950-2010, em milhões de habitantes

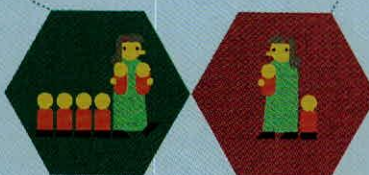
A partir dos anos 1950, o crescimento demográfico urbano é impulsionado pela industrialização, que atrai a mão de obra para a cidade; pelo aumento da longevidade, sobretudo no meio urbano; e pela mecanização da produção no campo, que reduziu a necessidade de lavradores

● Urbana
● Rural



Êxodo rural contínuo

Em 1970, a taxa de fecundidade urbana era de 4,6 filhos por mulher e a rural, de 7,7. Ainda assim, a população rural encolhia, tamanho era o êxodo causado pelo avanço agroindustrial, diminuindo o trabalho no campo, encarecendo a terra e exigindo investimentos em tecnologia, além do alcance da maioria dos camponeses.

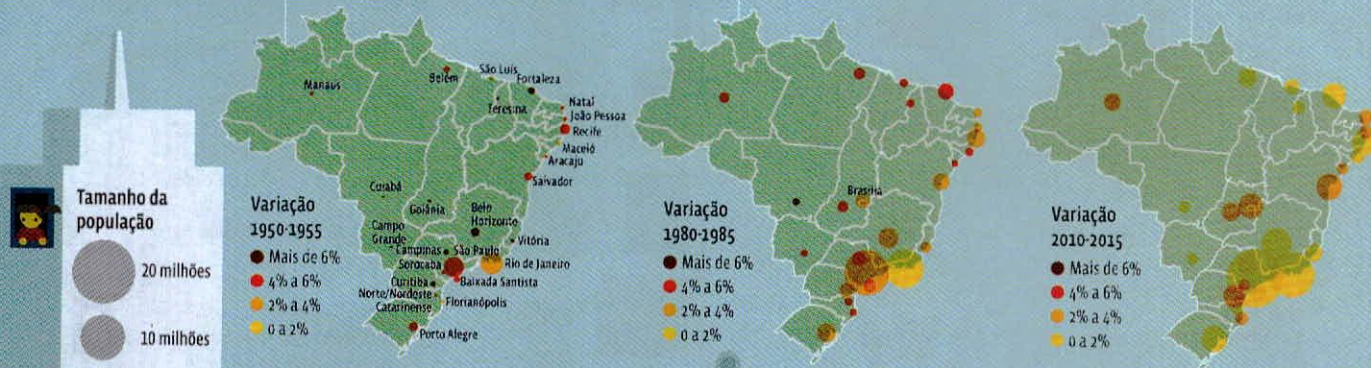


Cada vez menos filhos

De 2000 para 2010, a taxa de fecundidade urbana caiu de 2,2 para apenas 1,8 filho por mulher, e a rural de 3,5 para 2,6. A população brasileira ainda não declina porque nossa longevidade está aumentando, ou seja, ainda nasce mais gente do que morre.

A EVOLUÇÃO DOS MAIORES AGLOMERADOS URBANOS

Agglomerações urbanas com mais de 750 mil habitantes em 2011



Redes de cidades

Agglomerações urbanas são áreas que surgiram com o aumento da complexidade de nossa economia. São redes de cidades vizinhas cujas áreas urbanizadas, populações e empresas compartilham atividades como se fossem uma cidade só. Esse fenômeno é chamado de **conurbação**.

Tendência nacional

Nos anos 1970, os aglomerados urbanos se disseminavam rapidamente, e o governo instituiu as primeiras nove regiões metropolitanas (RMs). Em 2012, o IBGE contava 56 RMs formadas por centenas de cidades, mas o número de aglomerados de diversos portes pelo país é ainda maior.

Os caminhos da urbanização

A maioria das cidades brasileiras tem porte pequeno, mas as de porte médio concentram a maior parte do crescimento urbano

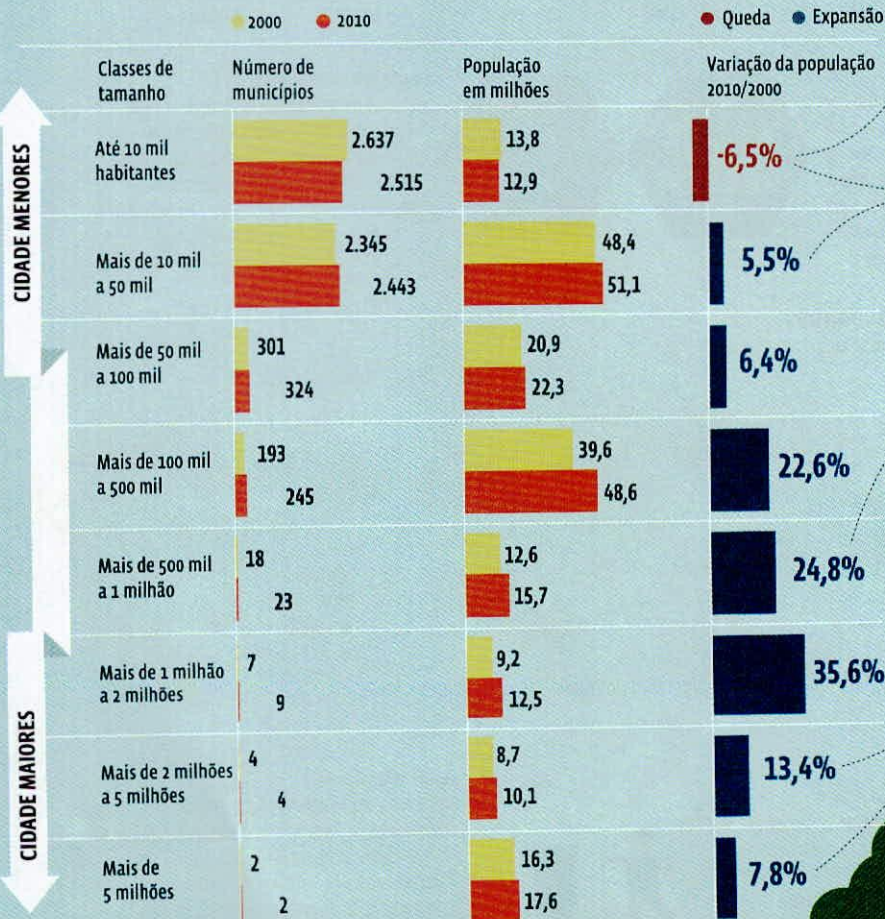
DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E SUAS POPULAÇÕES

Conforme as classes de tamanho - 2000/2010

O aumento do emprego e da renda entre a população mais pobre tem sido a grande causa da redução da desigualdade que ocorre no Brasil desde 2001, segundo dados do Ipea e do IBGE. As novas demandas dessa população por todo o país estão desconcentrando a economia e também a urbanização.

O geógrafo Milton Santos alertava para o fato de que classificar cidades apenas pelo número de habitantes é uma generalização perigosa. Sob o rótulo “pequeno e médio porte”, desaparece a enorme variedade de espaços urbanos nos mais diversos ambientes do Brasil - de polivalentes centros regionais a cidades especializadas em atividades tão diferentes quanto turismo, indústria, extrativismo e ensino, decorrentes dos últimos 100 anos de intensas mudanças econômicas.

Sobre esse período de modernização, Santos escreveu, nos anos 1990, que envolvem novos modos de trabalho e produção que demandam “máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada”. Essas mudanças transformam as cidades de maneira profunda e desigual, num cenário nacional dominado pela acumulação de riqueza pelas elites e pela marginalização de populações locais.



Os menores municípios

Essa população acumulada cai tanto pela reclassificação de cidades que crescem, como pela queda da população em cerca de mil cidades pequenas, principalmente por causa do êxodo dos jovens de áreas rurais do Nordeste e do Sul.

Cidades pequenas

Nesses dois grupos, estão 1,3 mil das 2,5 mil cidades que encolhem no Brasil, além de quase todos os novos municípios instalados nesta década.

Cidades médias

Para geógrafos e urbanistas, a definição de cidade média não está no porte, mas na função de centro regional para as cidades próximas, conectando-as regional e nacionalmente. O crescimento no número e na população dessas cidades pelo país é um indicador da desconcentração do desenvolvimento.

Megacidades

Quase metade dessas cidades cresce menos de 1,5% ao ano. A estagnação demográfica atinge dois quintos dos menores municípios (até 10 mil habitantes) e é generalizada nos densos núcleos das regiões metropolitanas (RMs), onde a natalidade é baixíssima e a imigração cai há duas décadas.



Nos últimos dez anos, porém, está ocorrendo algo inédito: o crescimento econômico combinado com a redução da desigualdade social. A distância econômica, social e política entre classes e regiões ainda é grande, mas o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) afirma que, em 2011, o nível de desigualdade foi o mais baixo já registrado e continua a cair, estimulando uma urbanização mais variada, descentralizada e independente dos grandes centros.

A DINÂMICA URBANA ATUAL

População urbana x rural, densidade demográfica, em 2010

Observando esses mapas e os da página 25, podemos perceber que a produção de bens primários e a consolidação das metrópoles tradicionais ainda pesam na distribuição da população e na urbanização. O aumento da renda dos pobres, por outro lado, está guiando o crescimento urbano em direção ao interior do Brasil.

Região de Anápolis

Os transportes continuam essenciais. A estrutura portuária ligada a rodovias, aeroportos e próxima a grandes exportadores, como a BR Foods, dona da Sadia e da Perdigão, impulsiona a urbanização no litoral catarinense. Outro centro multimodal em crescimento urbano é Anápolis (GO), que atrai investimentos logísticos e de indústrias, como a farmacêutica, interessadas na distribuição por todo o país a partir do centro do território.

Região de Sorocaba

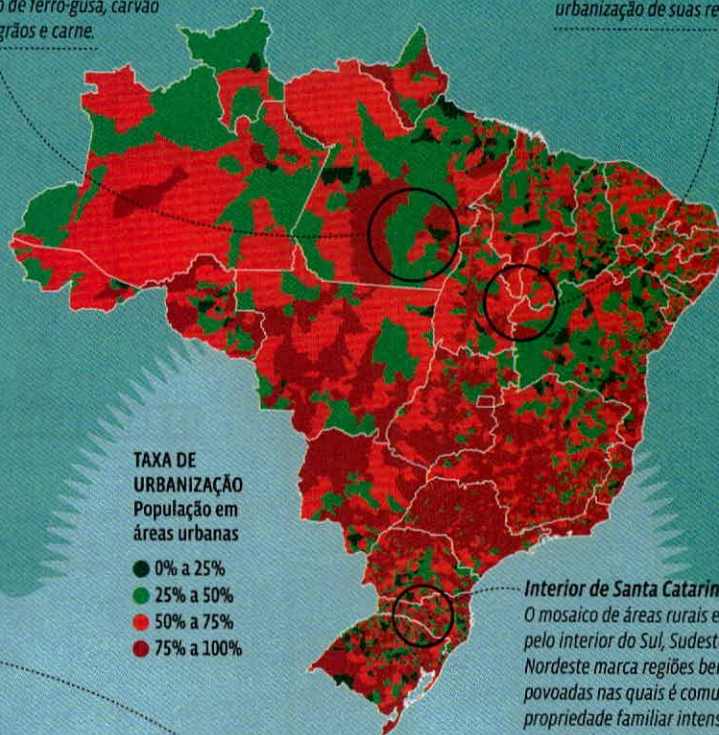
O crescimento de cidades médias perto das saturadas metrópoles tradicionais é antigo e se amplia com as facilidades de transporte e comunicação. A menos de 100 km de São Paulo, Sorocaba viu seu PIB triplicar de 2000 a 2010, como alternativa para investimentos em indústria e logística, por exemplo.

Sudeste do Pará

Segundo estudo do Observatório das Metrópoles, o sudeste do Pará, parte do Arco do Desflorestamento, apresenta o maior crescimento da Região Norte. Dezenas de municípios surgiram ali nas últimas décadas, em um crescimento associado à extração de minérios e madeira e à produção de ferro-gusa, carvão vegetal, grãos e carne.

Região em torno da divisa do TO, MA, PI e da BA

A divisa do Tocantins, Maranhão, Piauí e da Bahia, onde a cultura de soja dobrou nos anos 2000, é uma das novas fronteiras agrícolas, que, com os centros de mineração tradicionais, ainda são os grandes indutores da urbanização de suas regiões.

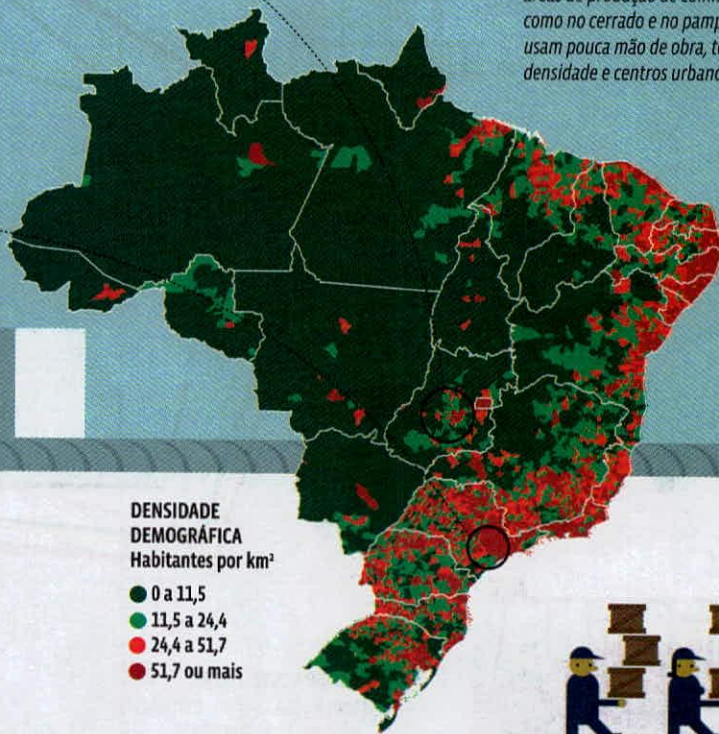


TAXA DE URBANIZAÇÃO
População em áreas urbanas

- 0% a 25%
- 25% a 50%
- 50% a 75%
- 75% a 100%

Interior de Santa Catarina

O mosaico de áreas rurais e urbanas pelo interior do Sul, Sudeste e Nordeste marca regiões bem povoadas nas quais é comum a propriedade familiar intensiva em mão de obra ligada à atividade de cidades pequenas. Por outro lado, há áreas de produção de commodities, como no cerrado e no pampa, que usam pouca mão de obra, têm baixa densidade e centros urbanos isolados.



DENSIDADE DEMOGRÁFICA
Habitantes por km²

- 0 a 11,5
- 11,5 a 24,4
- 24,4 a 51,7
- 51,7 ou mais



As cidades e seus desafios

A urbanização acelerada com o crescimento de cidades sem planejamento resulta na expansão e no agravamento de problemas antigos

RECEITA DE PROSPERIDADE URBANA

Classificação de cidades pela ONU-Habitat, 2010

A ONU-Habitat define a prosperidade urbana como uma combinação de bem-estar social e bom desempenho econômico. Ela criou uma medida para a prosperidade urbana, que, à maneira do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), é formada por cinco dimensões: quanto mais próximo de 1, melhor é a avaliação. Veja no gráfico abaixo como está a situação de sete cidades escolhidas pelo mundo, incluindo São Paulo.

No mundo

Viena é a mais próspera de um grupo de 70 cidades, seguida por Nova York e Toronto. São Paulo, a única brasileira no levantamento, está entre cidades com boa média, mas há problemas que a impedem de ficar entre as melhores, como ocorre com a Cidade do México, Xangai (China) e Moscou (Rússia).

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Ambientes urbanos de qualidade, preservando recursos e ambientes naturais



INFRAESTRUTURA
Água, saneamento, energia, transporte, informação, comunicação



QUALIDADE DE VIDA
Educação, saúde, lazer, segurança

IGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL
Redução da pobreza, garantia de acesso a benefícios e oportunidades para todos

PRODUTIVIDADE
Trabalho e renda que garantam um bom nível de vida

No Brasil

O que mais prejudica São Paulo, obviamente, é a forte desigualdade social. A qualidade de vida e a renda de população, consideradas baixas em nível global, também prejudicam. É uma avaliação que, com certeza, seria semelhante à da maioria das metrópoles brasileiras.

Com a exportação de borracha e de café, Manaus e São Paulo, respectivamente, deixaram de ser vilas coloniais e, em apenas uma geração, com a intensa imigração interna e externa, refundaram-se como cidades europeias, com o que havia de mais moderno em urbanismo e em tecnologia no fim do século XIX e no início do XX.

Avenidas e praças com luz elétrica, prédios cada vez mais altos e suntuosos, comércio com produtos vindos do

mundo todo, estabelecimentos bancários, tudo novo, atraindo a cada dia mais dinheiro, mais trabalho e mais gente. Em 1872, havia 23 mil moradores na cidade de São Paulo. Em 1900, eram 240 mil, na maioria estrangeiros. Nesse ritmo alucinado de expansão, também surgiam os problemas decorrentes da falta de planejamento urbano – escassez de moradia, saneamento insuficiente, degradação ambiental, trânsito ruim e tentativas frustradas de pôr ordem na expansão urbana.

Fonte: ONU-Habitat

Atualmente, enquanto o processo esfria nessas duas metrópoles saturadas, os problemas que acompanham a urbanização desordenada crescem cada vez mais rápido pelo país, multiplicando-se por centenas de municípios menores, com pouco conhecimento e preparo para lidar com as dores do crescimento urbano. O planejamento adequado e a construção da infraestrutura urbana exigem políticas de longo prazo e investimentos de porte, que os governos com frequência não conseguem fazer. ☒

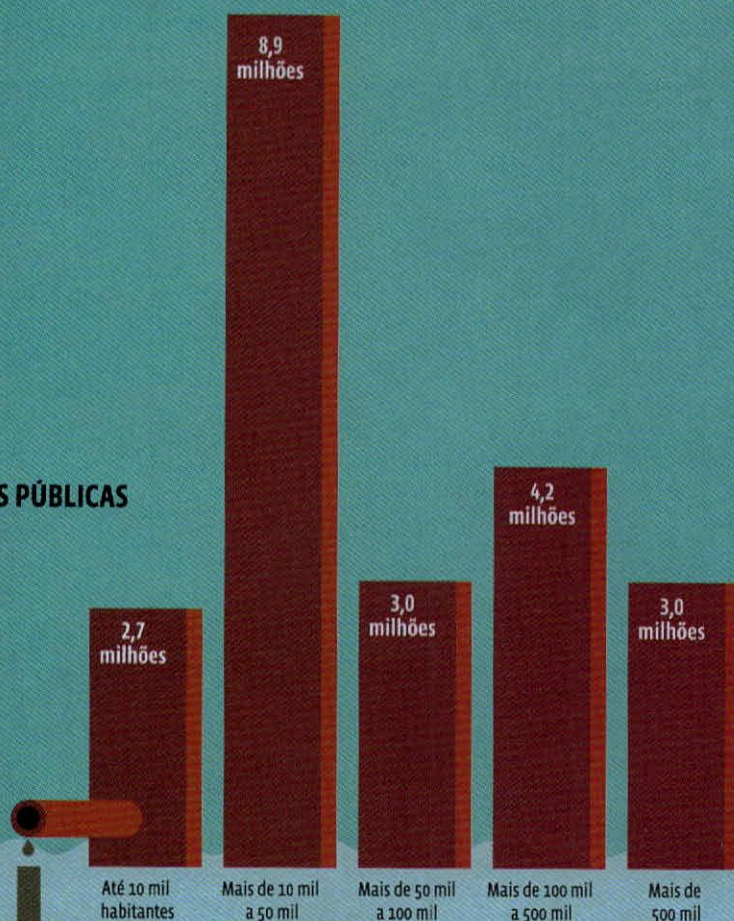
SANEAMENTO: CARÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Número de domicílios sem saneamento básico adequado, distribuídos pelo tamanho dos municípios, Brasil, 2010

Entre os vários problemas que afetam as cidades, a falta de saneamento é um dos mais antigos, básicos e resistentes, iniciando uma cadeia de problemas em saúde, educação, trabalho e renda. Implantar o saneamento básico é caro. Sua falta, porém, revela que as prefeituras não estão preparadas para lidar com a urbanização e para formar a base para a prosperidade urbana.

Falta legislação

O IBGE relata que não existe nenhuma norma sobre saneamento em 4 mil municípios brasileiros. A maioria deles não tem órgãos que cuidem de licenciamento ambiental, nem da qualidade da água. Com o descaso, agrava-se essa carência antiga, que, no Norte, afeta 90% dos domicílios em cidades com até 100 mil habitantes.



Domicílios sem saneamento básico adequado	Tamanho dos municípios	Municípios com política de saneamento básico
68%	Até 10 mil habitantes	22%
61%	Mais de 10 mil a 50 mil	30%
46%	Mais de 50 mil a 100 mil	49%
29%	Mais de 100 mil a 500 mil	46%
17%	Mais de 500 mil	58%

Fonte: IBGE

Falta fiscalização

O Perfil dos Municípios Brasileiros 2011 do IBGE registra que apenas 28% das prefeituras definiram claramente quais são os serviços de saneamento e como eles devem chegar à população. Metade delas, porém, não fiscaliza esses serviços.

MORADIAS PRECÁRIAS

Municípios brasileiros que possuem "aglomerados subnormais", 2011

11,4 milhões de pessoas, ou seja, 6% dos brasileiros, vivem nos "aglomerados subnormais". No mapa, você pode ver os municípios que possuem esse tipo de moradia precária. Compare o mapa com os da página 25 e veja: não há região metropolitana (RM) sem aglomerados subnormais. As RMs concentram 89% deles no país.



Nomes diferentes, situações parecidas

Vilas em Curitiba, invasões em Manaus, palafitas no Recife, favelas no Rio de Janeiro e em São Paulo: os "aglomerados subnormais" têm nomes e formas variados, mas, na definição do IBGE, todos ocupam terrenos irregularmente e são carentes de serviços públicos. Além disso, para entrar na conta, têm de agrupar pelo menos 51 domicílios.

Uma segunda chance para Barack Obama

O presidente dos Estados Unidos consegue a reeleição e promete um governo voltado para a classe média, os pobres e as minorias

por Beatriz Canepa



TOM OTIMISTA

Obama em campanha:
apagando incêndios
no primeiro mandato,
ele promete construir
agora o seu legado

PELE 500Z/CAISA BRANCA

Fortalecido pela vitória nas urnas, Barack Obama, do Partido Democrata, iniciou o segundo mandato na Presidência dos Estados Unidos, em janeiro de 2013, com a promessa de construir um legado. Se os primeiros anos de seu governo foram marcados pela pior crise econômica desde 1929 e pelas guerras do Afeganistão e do Iraque, a prioridade anunciada agora é implantar uma agenda liberal, com grandes ambições no plano doméstico, sem esquecer a política externa. Essa agenda abarca reformas nas leis de imigração, combate às mudanças climáticas e maior controle sobre a venda de armas, além da defesa da igualdade de direitos para as mulheres e as minorias, incluindo os homossexuais.

Mas o coração de seu programa político, anunciado no discurso do Estado da União, em fevereiro, é reavivar a economia com ações que beneficiem a classe média e os pobres. “O dever de nossa geração é religar o verdadeiro motor do crescimento econômico: uma classe média pujante e ascendente”, afirmou o presidente, que promete investimentos em inovação, energia limpa, indústrias, habitação e infraestrutura para gerar empregos. Visando a melhorar as condições de vida dos 46,2 milhões de norte-americanos abaixo da linha nacional de pobreza, Obama defende o aumento do salário mínimo e a pré-escola universal.

O cenário externo ganhou pouca atenção no discurso do presidente. Uma nova iniciativa é reavivar a campanha pelo desarmamento nuclear, por meio de um novo tratado com a Rússia para reduzir ainda mais o número de ogivas nucleares dos dois países. Outro obje-



POBRE AMÉRICA Morador do Kentucky: o desemprego no estado pôs na pobreza 41% dos habitantes

DÉFICIT CRESCE, DESEMPREGO AUMENTA: A CRISE NOS ESTADOS UNIDOS

Evolução do orçamento, tamanho do Produto Interno Bruto e taxa de desemprego

DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

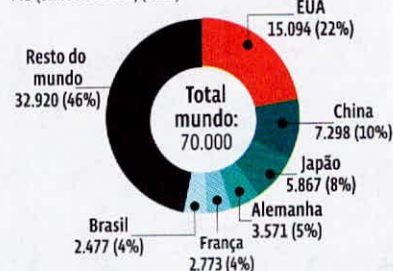
Resultado da execução orçamentária - receitas menos despesas (em bilhões de dólares)



Fonte: Escritório de Orçamento do Congresso dos EUA

MAIORES PIBs DO MUNDO

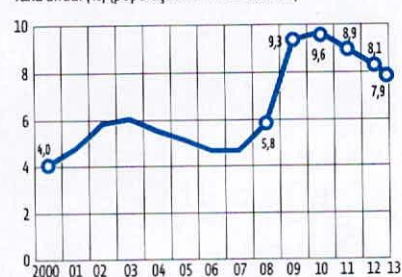
PIB (bilhões de US\$) (2011)



Fonte: World Bank

DESEMPREGO CRESCE

Taxa anual (%) (população acima de 16 anos)



Fonte: Bureau de Estatísticas do Trabalho dos EUA

TOMBO Com um PIB de 15 trilhões de dólares, os EUA produzem mais de um quinto da riqueza mundial. A crise de 2008 freia o PIB, produz um grande rombo orçamentário e faz decolar a taxa de desemprego.

OS NÚMEROS DA VITÓRIA DE OBAMA

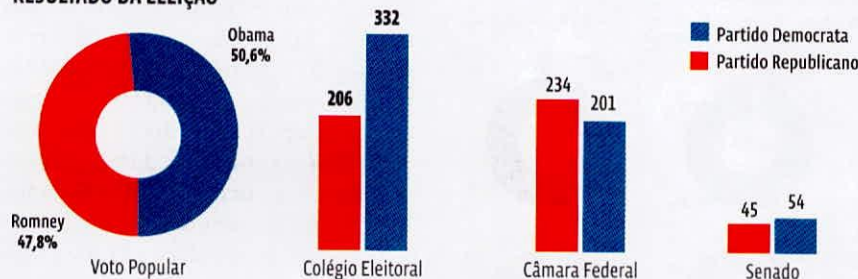
Barack Obama foi reeleito presidente dos Estados Unidos, em 6 de novembro de 2012, após acirrada disputa com o republicano Mitt Romney. Às vésperas da eleição, as pesquisas de intenções de voto mostravam a nação dividida entre duas propostas para resolver os problemas econômicos do país, tema que monopolizou a campanha eleitoral.

No final, a vitória de Obama foi bem mais folgada do que se esperava. A conquista dos sete estados onde o resultado era indefinido (isto é, sem uma clara maioria republicana nem democrata)

garantiu ao presidente ampla vantagem no Colégio Eleitoral nacional. Pelo sistema norte-americano, a eleição é indireta: o vencedor do voto popular no estado leva todos os delegados que vão escolher o presidente no Colégio Eleitoral. Na soma do voto popular, Obama teve 50,6% dos votos, contra 47,8% do adversário.

A eleição também renovou a Câmara Federal e um terço do Senado, mas o balanço de poder permaneceu inalterado. O Partido Republicano mantém o controle da Casa dos Representantes, e o Partido Democrata, do Senado.

RESULTADO DA ELEIÇÃO



Fonte: The New York Times

tivo é ampliar a influência econômica dos EUA e a liberalização do comércio global, iniciando as negociações para um tratado de livre-comércio com a União Europeia e renovando esforços para implantar a Parceria Transpácifica, acordo comercial com os países da orla do Pacífico. Obama anunciou ainda uma redução das tropas no Afeganistão.

Para conseguir governar plenamente, porém, ele precisa quebrar o impasse no Congresso mais polarizado da história moderna dos EUA. Apesar das diferenças, os dois principais partidos – Democrata e Republicano – têm uma tradição de trabalho conjunto. Mas isso não vem ocorrendo depois que os republicanos assumiram o controle da Casa dos Representantes (Câmara Federal), em 2010, e passaram a obstruir quase todas as iniciativas de Obama. Com os democratas em minoria na Câmara, o consenso bipartidário depende do empenho permanente do presidente para abrir o diálogo com a oposição. Desde a reeleição, sua estratégia tem sido isolar os republicanos com a busca de apoio popular às suas propostas.

Problemas na economia

Os EUA se recuperam lentamente da grave crise causada pelo estouro da “bolha imobiliária”, em 2008, que teve efeitos desastrosos no sistema financeiro, no mercado de trabalho e em toda a economia. Após ficar em recessão por 18 meses, o mais longo período desde a II Guerra Mundial, o PIB voltou a crescer em meados de 2009. O desempenho dos últimos anos, porém, não é suficiente para recolocar no mercado de trabalho os 8,7 milhões de norte-americanos que perderam a ocupação durante a recessão. A taxa de desemprego, que era inferior a 5% em 2007, chega a 10% em outubro de 2009, valor politicamente insustentável. Desde então, o índice cai de forma gradual, mas continua acima dos padrões históricos – 7,9% em janeiro de 2013.

Mas a questão mais premente é o controle das finanças públicas. Os EUA possuem uma dívida pública recorde de 16,4 trilhões de dólares, resultado de sucessivos déficits no orçamento (mais gastos do que receita) desde os anos 2000 (veja o gráfico na página ao lado).

A primeira onda de aumento nos gastos ocorre com as guerras no Afeganistão (iniciada em 2001) e no Iraque (2003-2011). A partir de 2008, o governo Bush também usa grande quantia de dinheiro público para salvar do colapso bancos e empresas. Já Obama aprova investimentos de quase 800 bilhões de dólares em obras públicas e outras ações. No orçamento de 2012, o déficit supera 1 trilhão de dólares pelo quarto ano consecutivo.

O elevado endividamento é problemático porque torna a situação econômica muito instável e impede novos investimentos. Como os EUA são a maior economia do mundo, e o dólar norte-americano é a moeda de referência para as transações internacionais, o Tesouro norte-americano emite títulos em dólar para financiar o seu déficit, comprados maciçamente por bancos centrais de países como China e Japão. Se os investidores desconfiarem da capacidade do país em equilibrar as suas contas, porém, serão levados a diversificar suas reservas, aplicando em outras moedas, como euros (União Europeia) ou ienes (Japão).

Impasse da dívida

O eixo central dos confrontos entre democratas e republicanos são os projetos diferentes para conduzir a economia e equilibrar o déficit no orçamento. Para os democratas, o governo tem um papel a cumprir na promoção do desenvolvimento econômico e da justiça social, por meio de políticas sociais que assegurem oportunidades para os mais necessitados. Eles defendem mais gastos na geração de empregos e capacitação de mão de obra e reprovam cortes drásticos nos programas voltados para os mais pobres. Por outro lado, querem aumentar impostos para os mais ricos e as grandes empresas, afirmando que “todos devem pagar a sua cota justa”. Os republicanos são adeptos do “Estado mínimo” e não concordam em ampliar gastos públicos. São contrários a aumentos nos impostos e querem cortes radicais no orçamento, com exceção da defesa. O grande alvo são os programas sociais, sobretudo a seguridade social. Para eles, essas medidas tornariam a iniciativa privada e o governo mais eficientes, dinamizando a economia.

Sem acordo na Câmara sobre o limite de endividamento, os EUA podem suspender o pagamento das dívidas

No início do primeiro mandato, quando a Câmara e o Senado estavam sob o controle dos democratas, Obama conseguiu aprovar suas propostas, com destaque para o megapacote de intervenção na economia. Mas, depois que os republicanos ganharam a maioria na Câmara, a situação mudou, pois o partido considera a dívida o maior problema da economia e eleva a pressão para reduzir os gastos públicos – além de barrar novas ações para aquecer a economia, exige reduções nas despesas.

Em agosto de 2011, o Tesouro atingiu o limite de endividamento aprovado pelo Congresso. A condição imposta ao presidente para que se ampliasse o teto da dívida (evitando a insolvência do governo norte-americano) foi aprovar um mecanismo (chamado *sequester*) que determina cortes drásticos e automáticos no orçamento (exceto na seguridade) se os dois partidos não acharem solução para reduzir o déficit.

Em janeiro de 2013, as negociações avançam, e Obama obtém uma vitória ao ver realizada uma promessa de campanha. Numa concessão inédita, os republicanos aceitam elevar os impostos para os mais ricos (com renda anual superior a 400 mil dólares). Mas a redução da dívida para níveis sustentáveis no longo prazo também requer cortes na seguridade social, que Obama agora aceita negociar.

No fechamento desta edição, a urgência de um acordo final sobre o orçamento era enorme, porque o Tesouro estava próximo de atingir mais uma vez o limite de endividamento, e o *sequester* poderia entrar em vigor em março. A retirada de grande quantidade de dinheiro da economia, aliada à possibili-



JIM YOUNG / REUTERS

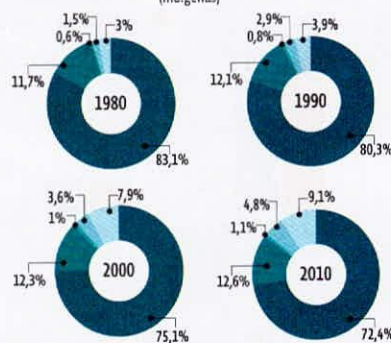
FORÇA DE TRABALHO
Imigrantes mexicanos em Illinois: mão de obra é importante para a produção nas fábricas da região

A CRESCENTE INFLUÊNCIA DOS LATINOS

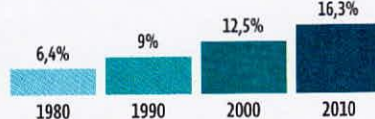
Evolução da composição de cor e raça, segundo o Censo dos EUA

Composição da população

- Brancos
- Negros
- Nativos (Indígenas)
- Asiáticos
- Outras raças



Aumento da população hispânica



PRESEÇA A imigração da América Latina está mudando o perfil demográfico dos EUA. Diminui a população branca. Os hispânicos (ou latinos) incluem todas as raças (negros, brancos...) e ampliam sua presença a passos rápidos. Segundo as projeções, serão maioria no país em 2043.

Fonte: Censo Demográfico dos Estados Unidos

dade de os EUA não terem como pagar as contas, representa grave ameaça à economia norte-americana (há o temor de uma nova recessão) e à estabilidade do sistema financeiro mundial.

É nesse cenário que Obama anunciou seus planos para a economia. Numa indicação do que vem pela frente, os republicanos responderam ao discurso afirmando que “as soluções do presidente para todos os problemas enfrentados pelo país são sempre aumentar os impostos e gastar mais”.

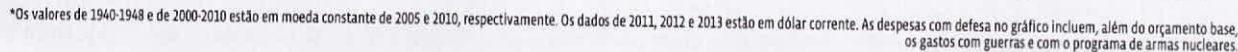
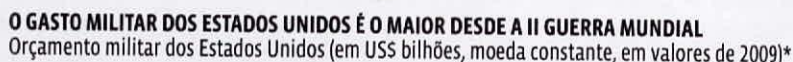
Imigração e saúde

Na extensa pauta definida por Obama, a maior possibilidade de consenso bipartidário está na reforma do sistema de imigração. Os republicanos, tradicionais defensores de medidas radicais contra os imigrantes ilegais (como a deportação), decidiram abraçar o projeto por causa das mudanças demográficas ocorridas nos Estados Unidos nas últimas décadas.

Enquanto a população branca, que forma a base eleitoral do partido, está diminuindo, os hispânicos ampliam sua representação e são hoje a principal minoria dos EUA (veja o gráfico ao lado). O alerta vermelho soou na última eleição: apenas 27% dos hispânicos apoiaram o candidato republicano Romney, e o voto das minorias (sobretudo dos latinos) foi decisivo na vitória de Obama, indicando aos republicanos que não é mais possível ignorar o crescente poder dos hispânicos na política norte-americana. Dessa forma, uma ala do partido defende a reforma nas leis de imigração como forma de ganhar a simpatia do eleitorado hispânico.

Tanto Obama quanto um comitê bipartidário do Senado estão elaborando projetos de lei que regularizam a situação dos 11 milhões de imigrantes ilegais que vivem hoje nos EUA e abrem o caminho para a obtenção da cidadania. A prioridade são os ilegais com até 30 anos, trazidos para os Estados Unidos quando eram crianças – uma lei aprovada em 2012 já livrou esse contingente da deportação. Mas os republicanos exigem antes o reforço da vigilância na fronteira. Caso contrário, afirmam, novos ilegais continuarão chegando aos EUA. Obama se opõe a precondições

Os EUA mantêm bases militares em 54 países e territórios (dados de 2012). Cerca de 300 mil de seus soldados estão presentes em 147 nações e em todos os mares



Fontes: Data-base do Instituto Internacional de Pesquisas da Paz em Estocolmo (Sipri) e tabelas históricas do Office of Management and Budget.

Caso a reforma da imigração passe no Congresso, Obama terá concluído a sua passagem pela Presidência dos EUA com pelo menos duas realizações relevantes. A outra é a reforma no sistema de saúde, aprovada em 2010. Nos EUA não existe um sistema universal de saúde, como o SUS brasileiro. As pessoas de baixa renda e os idosos têm acesso

Armas e clima

A controversa questão da liberdade para a venda de armas nos EUA ganhou destaque na agenda de Obama após o massacre de 20 crianças na escola primária de Newtown, no fim de 2012, que chocou o país e trouxe à memória tragédias passadas, como os ataques na escola Columbine (1999, 13 mortos) e na universidade Virginia Tech (2007, 32 mortos). Em janeiro de 2013, Obama apresentou ao Congresso a proposta de proibir o comércio de

Obama apontou como prioritários o combate à mudança climática e a reformulação na política energética

armas de assalto e aumentar o rigor na checagem dos antecedentes criminais dos compradores. Mas os republicanos, com base na Constituição e apoiados pela indústria de armas, são contra medidas de controle por entender que os cidadãos têm o direito de se armar para sua defesa.

Obama causou surpresa ao afirmar que o combate à mudança climática e a reformulação da política energética dos EUA serão uma prioridade no segundo mandato, pois os temas não foram abordados na campanha eleitoral. Um dos objetivos é investir em novas tecnologias para transformar os EUA em líder mundial em energias renováveis. O outro é adotar medidas para reduzir os gases poluentes, como o ambicioso plano de imposição de uma taxa sobre emissões de carbono, que ficou parado no Congresso e não conta com o aval dos republicanos.

A herança de Bush

Quando Obama assumiu a Presidência dos EUA, em 2009, tinha à frente um grande desafio: reconstruir a imagem do país no mundo, desgastada pela política externa de seu antecessor, o republicano George W. Bush (2001-2008).

Após o fatídico 11 de setembro de 2001, o maior atentado terrorista da história contra o território norte-americano, Bush se firmou no poder como o “presidente da guerra”. Ainda em 2001, os EUA invadiram o Afeganistão e derrubaram o regime fundamentalista islâmico do Talibã, que dava abrigo à Al Qaeda e ao seu líder, Osama Bin Laden, mentor dos ataques. No entanto, bin Laden escapou, e a Al Qaeda reorganizou-se no vizinho Paquistão. Um governo aliado

foi alçado ao poder no Afeganistão, e os norte-americanos estenderam a ocupação militar até hoje.

A resposta de Bush ao atentado não se limitou à guerra em território afegão. Seu governo definiu o terrorismo como a principal ameaça à paz mundial, abrindo um novo cenário geopolítico. Em 2002, uma nova estratégia de segurança nacional, a Doutrina Bush, ampliou o alvo da guerra ao terror. Além de nações acusadas de apoiar o terrorismo, incluiu países hostis, suspeitos de produzir armas de destruição em massa: Irã, Coreia do Norte e Iraque. O documento também previa o uso da força de forma unilateral e preventiva contra qualquer país que fosse considerado uma ameaça à segurança dos EUA.

Com base na Doutrina Bush, os EUA e o Reino Unido invadiram o Iraque em 2003 sem o apoio da ONU. A Casa Branca afirmava que Saddam Hussein, o ditador iraquiano, desenvolvia armas de destruição em massa e tinha ligações com a Al Qaeda. Depois, ficou comprovado que as alegações eram falsas. Bush é acusado de ter invadido o Iraque para garantir o acesso às enormes reservas de petróleo do país. Após a derrubada de Saddam, o Iraque mergulhou na guerra civil, e os EUA tiveram de arcar com uma longa ocupação militar, encerrada só em 2011.

As invasões de Iraque e Afeganistão deslocaram mais de 300 mil soldados para o Oriente Médio e a Ásia Central, dos quais 6,5 mil morreram. O país gastou trilhões de dólares com as duas operações militares, destinando quantias recorde ao orçamento com defesa, inferior só ao que foi gasto com a II Guerra Mundial (veja o gráfico na pág. 35).



MARTIN BUREAU/AFP

BYE, BYE, IRAQUE

Último embarque de retirada das tropas, em dezembro de 2011: acabam os oito anos de ocupação militar

Nova política militar

No primeiro mandato, Obama reformulou a ofensiva contra o terrorismo, distanciando os EUA das guerras convencionais que marcaram a gestão de Bush. Obama encerrou a ocupação do Iraque em 2011, pois houve redução da violência a partir de 2008, abrindo caminho para a retirada.

Ao mesmo tempo, o presidente investiu em formas mais enxutas e encobertas de ação militar, ampliando os trabalhos de espionagem para localizar células terroristas e o emprego de Forças Especiais e aviões não tripulados (os drones) para eliminar militantes islâmicos. A nova modalidade de combate alcançou êxito com a morte de líderes terroristas, sobretudo no Paquistão. O principal feito de Obama na política externa ocorreu em maio de 2011, quando Bin Laden foi morto no Paquistão por um grupo de elite da Marinha dos EUA, encerrando as buscas ao terrorista mais procurado do mundo.

A morte de Bin Laden foi a senha para Obama dar início, ainda em 2011, à redução do contingente militar no Afeganistão. Em fevereiro, Obama afirmou que os EUA vão retirar, ainda em 2013, 34 mil dos 68 mil soldados que mantêm no país e encerrar 13 anos de guerra em 2014.

Com a guerra no Iraque encerrada e a ocupação militar do Afeganistão caminhando para o fim, a diretriz da política externa é prosseguir nessa via. De um lado, evitar as custosas intervenções militares unilaterais dos EUA num momento de cortes no orçamento. De outro, priorizar as operações pontuais de contraterrorismo, para lidar com as ameaças à segurança do país.

Estados Unidos

SEGUNDO MANDATO O maior desafio de Obama para os próximos quatro anos de governo será obter o entendimento com a oposição republicana no Congresso para reduzir a dívida pública dos EUA e implementar suas propostas para estimular a economia, gerar empregos e ampliar as oportunidades para a classe média. A grande promessa do presidente é a reforma no sistema de imigração. As propostas de controlar a venda de armas e combater as mudanças climáticas encontram forte resistência no Congresso.

DÍVIDA INTERNA Um enorme problema da economia norte-americana é a dívida interna, que disparou na última década por causa das guerras no Iraque e no Afeganistão e do uso de dinheiro público para socorrer bancos e empresas durante a crise econômica. No longo prazo, a maior fonte de endividamento será o crescente custo dos programas de saúde e seguridade social. Democratas e republicanos estão envolvidos em intensas negociações para cortar a dívida, tema que monopoliza o início do segundo mandato de Obama.

NÃO INTERVENÇÃO Na visão de Obama e da equipe de segurança nacional, a diplomacia é o instrumento básico para lidar com os problemas externos, e o uso da força, o último recurso. Nesse caso, a estratégia é evitar as intervenções militares unilaterais dos EUA pelo mundo, buscando sempre que possível o multilateralismo – a ação conjunta com nações aliadas, a ONU e a Otan.

AFEGANISTÃO E IRAQUE Obama reformula a ofensiva contra o terrorismo do antecessor George W. Bush, distanciado os EUA das guerras convencionais. A ocupação do Iraque terminou em 2011, e a intervenção militar no Afeganistão está prevista para acabar em 2014. A nova ênfase são modalidades de combate mais baratas. As principais são o emprego de aviões não tripulados (drones), os trabalhos de espionagem e as operações com Forças Especiais.

A presença militar menos ostensiva dos EUA no mundo está em sintonia com o objetivo de Obama e da nova equipe de segurança nacional em dar ênfase ao multilateralismo – a busca de operações militares conjuntas com países aliados, a ONU e a Otan (aliança militar ocidental) – e à diplomacia – a prioridade ao diálogo. Os exemplos são a postura em relação a países com os quais há profundos conflitos, mas contra os quais não existem sinais de ataque militar, como o Irã – mesmo com suspeitas em relação a seu programa nuclear – e a Síria – palco de uma guerra civil com a presença de extremistas islâmicos.

Para a próxima década, o governo quer diminuir o orçamento da segurança nacional em 500 bilhões de dólares. Os cortes atingiriam sobretudo o Exército. O efetivo total deve baixar dos atuais 570 mil soldados para 490 mil em dez anos. Ainda assim, os EUA se mantêm como uma potência ancorada militarmente, com o maior gasto bélico do planeta e bases militares em 54 países e territórios.

Na doutrina “pós-guerra ao terror”, a prioridade se desloca das operações nas imediações do Oriente Médio (Afeganistão e Iraque) para o oceano Pacífico. O objetivo é contrabalançar,

em especial no Sudeste Asiático, o crescimento da importância geopolítica da China, que se tornou o maior parceiro comercial dos países da região e amplia o seu poderio militar. Buscando ganhar influência, os EUA anunciaram, em junho de 2012, o reposicionamento das suas forças navais no mundo, com o reforço crescente das embarcações estacionadas no oceano Pacífico.

Ataques com drones

A política militar de Obama tem sido alvo de fortes críticas internacionais por causa do uso cada vez mais frequente dos drones. De acordo com o *Long War Journal*, Obama autorizou quase 300 ataques no Paquistão no primeiro mandato, que mataram cerca de 2 mil militantes da Al Qaeda, e agora replica a estratégia no norte da África e no Oriente Médio. Os drones poupam o público interno – não há baixas entre os norte-americanos, e os custos são menores –, mas estão causando controvérsia, pois matam civis e violam a soberania dos países atacados. Em janeiro de 2013, a ONU abriu uma investigação sobre o impacto dos bombardeios com drones, que poderá resultar numa regulamentação internacional, hoje inexistente. ☒

SAIU NA IMPRENSA

OBAMA REPUDIA O CREDOS CONSERVADOR DA ERA REAGAN SOBRE VIRTUDES DE ENXUGAR O GOVERNO

Paulo Sotero

Se depender de Barack Obama, quebrar a barreira racial ao eleger-se presidente dos Estados Unidos em 2008 não passará de um detalhe de seu legado ao país. Mais importante para ele é entrar para a história como o primeiro ocupante da Casa Branca a contestar o dogma da revolução conservadora que Ronald Reagan desencadeou em janeiro de 1981, quando proclamou, ao tomar posse, que “o governo não é parte da solução dos nossos problemas, o governo é o problema”.

Fortalecido por uma reeleição que deixou seus adversários republicanos

divididos e na defensiva, Obama afirmou que os Estados Unidos não reencontrarão o caminho da prosperidade insistindo numa estratégia de austeridade ancorada exclusivamente no corte de gastos do governo, como querem os herdeiros de Reagan. (...)

Duas décadas depois de o democrata Bill Clinton ter validado o argumento de Reagan, declarando encerrada a era do “big government”, Obama repudiou o credo conservador sobre as virtudes do encolhimento do governo e anunciou o que o *New York Times* descreveu como uma mudança rumo a uma doutrina que reserva um papel ativo a “um governo inteligente” para fazer face à desigualdade persistente. (...)

O Estado de S. Paulo, 17/2/2013



STEFANO RELLANDINI/REUTERS

INUSITADO O papa Bento XVI decide deixar o cargo: a última renúncia de um dos líderes máximos da Igreja Católica aconteceu há cerca de seis séculos

O papa Bento XVI pede para sair

A renúncia do pontífice alemão de 85 anos, realizada em 11 de fevereiro de 2013, abre a discussão sobre os rumos da Igreja Católica

Por **Goretti Tenorio**

Caiu como um raio o comunicado do papa Bento XVI, em 11 de fevereiro de 2013, de que renunciava ao comando da Igreja Católica e sairia da função em 17 dias. A surpreendente revelação ocorreu em um consistório, reunião do papa com os cardeais. A decisão assombrou não só pela gravidade, mas também pelo inusitado, pois não há precedente de renúncia do pontificado na Idade Contemporânea. A última vez em que isso se deu foi há quase 600 anos, em 1415.

Na declaração, feita em latim – língua morta, mas idioma oficial do Vaticano, ao lado do italiano –, Bento XVI atribuiu sua decisão aos males da idade avançada, que lhe deixam sem energia física e intelectual para conduzir o papado. Ao assumir o posto, em 2005, aos 78 anos, o cardeal Joseph Ratzinger recebeu a missão de substituir um dos papas mais populares da história, João Paulo II, não só liderando uma instituição religiosa de âmbito mundial mas também exercendo o papel político de chefe do Vaticano.

Crise moral e escândalos

Nos últimos anos, a Igreja Católica viveu diversos momentos turbulentos. Viu eclodirem acusações de abuso sexual contra crianças e jovens, cometido por sacerdotes da Europa e dos Estados Unidos. As denúncias do envolvimento de membros da Igreja em pedofilia tiveram início há décadas. Em 1985, nos EUA, um padre foi julgado pelo crime contra dezenas de meninos, sendo condenado a 20 anos de prisão. Nos anos seguintes, foram revelados diversos casos semelhantes, e o papa Bento XVI se viu diante da desconfiança de que a Igreja acobertava os acusados.

Outro fator que atingiu a Igreja foram as denúncias de fraudes financeiras envolvendo o Instituto para as Obras Religiosas, o Banco do Vaticano. Em 2010, investigações levantaram a suspeita de lavagem de dinheiro na instituição, responsável por gerenciar as contas bancárias das ordens religiosas e associações católicas. Embora o Vaticano tenha defendido o presidente do banco, Ettore Gotti Tedeschi, dois anos depois, em maio de 2012, ele foi demitido.

RESUMO

Bento XVI

RENÚNCIA Em fevereiro de 2013, Bento XVI chama a atenção do mundo ao renunciar ao papado. Ele alega que limitações físicas e intelectuais o impedem de continuar na função, mas a decisão é atribuída também a uma sucessão de problemas relacionados à Igreja Católica – fraudes financeiras envolvendo o Banco do Vaticano, vazamento de informações de documentos com denúncias de corrupção e acusações de abuso sexual contra crianças, cometido por sacerdotes.

DIFICULDADES Ocorre faz décadas um declínio de católicos no mundo. Há queda também no número de pessoas com vocação para a vida religiosa – novos padres e freiras. O afastamento de fiéis é atribuído à falta de sintonia de preceitos da religião com aspectos da vida moderna, como a oposição aos métodos de contracepção e à aceitação do homossexualismo.

Também em 2012 estourou o escândalo batizado de Vatileaks – uma referência ao site WikiLeaks, que divulgou documentos secretos de diversos países. No caso do Vaticano, os papéis, furtados pelo mordomo do papa, Paolo Gabriele, o responsável pelo vazamento de informações sobre uma rede de corrupção envolvendo a Santa Sé.

Em 15 de fevereiro de 2013, o papa, já renunciante, aprovou a designação do alemão Ernst von Freyber para o cargo de presidente do Banco do Vaticano, abrindo nova polêmica: Freyber é dirigente de uma empresa de construção de iates que, no passado, fabricou embarcações de guerra para o governo nazista.

Perda de fiéis

Há séculos, a Igreja mantém um papel de destaque no cenário político, social e econômico, sobretudo no Ocidente. Instituição-chave na Europa da Idade Média, ela tutelava os monarcas e senhores feudais, acumulando poder e riqueza. No século XI, há o cisma que dá origem à igreja ortodoxa, e, no século XII, a Igreja inicia a Inquisição, com a qual persegue e pune acusados de heresia. O declínio de seu poder ocorre a partir do Renascimento, no século XVI. Nesse período, surge o protestantismo, que provoca sua maior perda de poder na Europa. O Iluminismo e a Revolução Francesa, em 1789, inauguram a ideia da separação entre igreja e Estado. O moderno Estado republicano é laico, ou seja, não religioso.

Apesar dos percalços, a Igreja Católica entra no século XX como o ramo majoritário do cristianismo, mantendo influência global. De 1962 a 1965, o papa

João XXIII conduz o Concílio Vaticano II, série de conferências visando a revigorar o catolicismo e ampliar seu alcance. A partir daí, as missas deixaram de ser feitas em latim. A ideia era adequar a Igreja aos novos tempos.

O pontificado de Bento XVI, iniciado 40 anos após o Concílio Vaticano II, ocorre num cenário de estagnação no número de católicos e avanço de outras religiões. De 2000 a 2010, a população mundial cresceu 14%, mas os adeptos do catolicismo, apenas 11%. No mesmo período, houve um aumento de 22% entre os protestantes, e de 31% entre os islâmicos (veja a tabela abaixo). Há uma redução também no número de pessoas com vocação sacerdotal – em geral, jovens que optam pela vida religiosa.

Críticos atribuem a perda de força do catolicismo a muitos de seus preceitos questionados na vida moderna – como a condenação da homossexualidade, do sexo antes do casamento, do uso de métodos contraceptivos e do direito ao aborto. Nesse aspecto, a eleição de Bento XVI, um teólogo conservador, defensor ferrenho desses princípios, manteve as mesmas diretrizes.

No Brasil, o país de maior população católica, a Igreja também vive queda no número de fiéis. Nos anos recentes, a Igreja no país viveu forte disputa interna, pois boa parte do clero é adepta da Teologia da Libertação, corrente que procura aproximar as posições da Igreja à defesa da Justiça social – linha combatida pelo papa João Paulo II e pelo então cardeal Ratzinger.

Hoje, cinco cardeais brasileiros têm direito a voto no conclave – encontro dos cardeais com menos de 80 anos – que elege cada papa. ☒

O CATOLICISMO CRESCE MENOS QUE A POPULAÇÃO NO MUNDO

Adeptos de algumas religiões no mundo, em milhões de pessoas

RELIGIÃO	2000	2010	Crescimento
Católica	1.057	1.168	11%
Protestante	342	417	22%
Outras religiões cristãs	600	676	13%
Islamismo	1.188	1.552	31%
Hinduismo	811	949	17%
Budismo	360	495	38%
Sem religião	768	813	6%
TOTAL DA POPULAÇÃO	6.055	6.896	14%

Fonte: World Christian Encyclopedia

DECLÍNIO

Note que, no período, o número de católicos cresceu 11%, abaixo da expansão da população (14%) e bem atrás de outras religiões. Ainda assim, a Igreja Católica agrupa a maioria no cristianismo, a principal crença mundial.

SAIU NA IMPRENSA

EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Adriana Dias Lopes

O momento atual da Igreja no Brasil é um esboço à perfeição dos grandes desafios a ser enfrentados pelo próximo papa. A maior nação católica do mundo foi também a que sofreu a mais drástica queda no número de fiéis nas últimas quatro décadas. De acordo com o mais recente levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 91,8% dos brasileiros se diziam católicos nos anos 70. Hoje, eles somam 64,6%. Em relação à queda mundial no total de fiéis, a evasão brasileira foi o dobro. A Igreja perdeu espaço sobretudo para as vertentes cristãs pentecostais, que hoje representam 22,2% da população – em 1970, eram apenas 5,2%. Houve também um crescimento dos sem-religião, espantoso até – eram 0,7% da população e chegaram a 8%. (...)

VEJA, 20/2/2013

A Europa navega em mares difíceis

A crise financeira ameaça o euro e empurra o maior bloco econômico do mundo para uma nova recessão, com taxa recorde de desemprego

A União Europeia recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 2012 pelo empenho de seis décadas em promover a conciliação, a democracia e os direitos humanos na Europa, deixando para trás um passado de guerras e rivalidades. Mas a boa notícia soou como um “prêmio de consolação”, já que o Comitê Nobel decidiu homenagear os progressos do bloco num momento de grande incerteza sobre o futuro da integração continental.

Há alguns anos, a União Europeia (UE) atravessa a crise mais séria de sua história, detonada pela turbulência financeira internacional aberta em 2008 e causada pelas dificuldades das nações da zona do euro diante de um grande endividamento público, daí o nome de crise da dívida. Em 2012, a situação se agravou a ponto de pôr em risco a sobrevivência do euro, a moeda única europeia. Enquanto a Grécia ficou à beira da insolvência, uma economia forte do bloco, a Espanha, teve de pedir socorro financeiro externo, abalando os mercados. Para complicar o cenário, a crise da dívida trouxe de volta a recessão, elevou o desemprego e está provocando um terremoto político na Europa – com a queda de vários governos, tanto de direita quanto de esquerda, fragilizados por protestos populares e pelo atrito entre nações sobre como corrigir o rumo desastroso de sua economia.

Uma pesquisa do instituto Pew Research revela que a crise da dívida, com todas as suas repercussões econômicas, políticas e sociais, evoluiu para uma crise de confiança dos europeus em relação à União Europeia e às suas instituições. Quase 70% da população

de oito países (Reino Unido, França, Alemanha, Espanha, Itália, Grécia, Polônia e República Tcheca) afirma em 2012 que a integração econômica enfraqueceu a economia deles. O dado é preocupante, em especial no Reino Unido, onde cresce a pressão por um referendo sobre a permanência ou não na UE (veja na pág. 43).

História

A União Europeia é o maior bloco econômico do mundo. Sua criação começou em 1951, quando seis países – Alemanha Ocidental, França, Bélgica, Holanda, Itália e Luxemburgo – fundaram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca). Em 1957, o Tratado de Roma criou a Comunidade Econômica Europeia (CEE), com a livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços. Entre 1973 e 1995, entraram Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Grécia, Espanha, Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia. Com o Tratado de Maastrich, em 1992, nasceu a União Europeia.

Em 2004, houve a maior ampliação da história do bloco, com o ingresso de mais dez nações, a maioria do Leste Europeu, saída da esfera de influência soviética. Em 2007, ingressaram Romênia e Bulgária. Aprofundando a unificação, a UE decide adotar uma moeda comum. O euro entrou oficialmente em circulação em 2002 e hoje é a moeda de 17 dos 27 países do bloco.

Origens da crise

A atual crise na União Europeia está ligada aos problemas econômicos globais, iniciados em 2008, nos Estados Unidos. Os governos europeus, tal como o norte-americano, gastaram trilhões

INIMIGOS ÍNTIMOS
O presidente francês, François Hollande, e a chanceler alemã, Angela Merkel, em 2012: cordialidade e grandes divergências



de dólares em dinheiro público para ajudar empresas e bancos em dificuldades. Isso ampliou muito as dívidas dos países – que, em alguns casos, já eram bastante grandes. O endividamento público elevado é problemático para a zona do euro porque as nações têm a economia interligada e são obrigadas a seguir parâmetros rígidos de inflação, juros, dívida pública e déficit orçamentário (diferença entre o que se gasta e o que se arrecada). O déficit deve ficar abaixo de 3% do Produto Interno Bruto



MICHAELA REHLE / REUTERS

PAÍSES DA ZONA DO EURO EM RECESSÃO

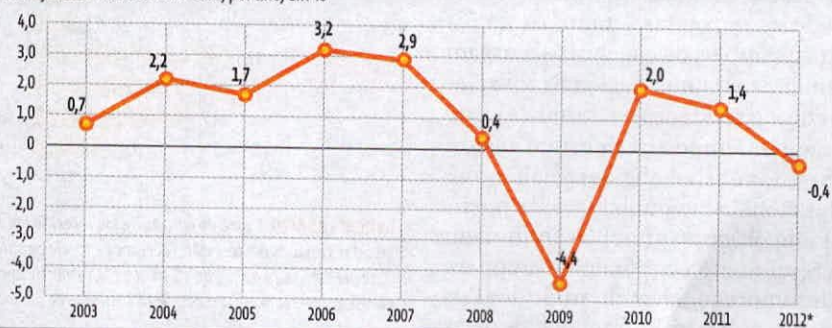
País	Crescimento do PIB (%) ^a 2012
Bélgica	-0,2
Holanda	-0,9
Espanha	-1,4
Itália	-2,2
Chipre	-2,3
Eslovênia	-2,0
Portugal	-3,2
Grécia	-6,4

Fonte: Eurostat

^aDado preliminar

A EVOLUÇÃO DO PIB MOSTRA AS DIFICULDADES DA ZONA DO EURO

Variação do PIB da zona do euro, por ano, em %



Fonte: Eurostat

^aDado preliminar

O Pacto de Estabilidade do euro, com referência no PIB, proíbe déficit superior a 3% e dívida pública acima de 60%

(PIB) e a dívida nacional em até 60% do PIB, regras que formam o Pacto de Estabilidade. Este é fundamental para manter a moeda única, já que os países não podem adotar medidas como imprimir mais papel-moeda, por exemplo, pois quem manda na moeda é o Banco Central Europeu. Um desequilíbrio maior em qualquer nação põe em risco o euro.

Na prática, o efeito mais imediato da dívida muito elevada é a fuga de capitais, que acontece se os investidores internacionais desconfiam da capacidade de um país pagar suas dívidas. Quando não é mais possível captar dinheiro no mercado (os juros cobrados pelos papéis da dívida atingem um patamar insustentável), restam duas saídas: buscar auxílio externo ou não pagar os credores, situação conhecida como moratória. Na zona do euro, a impossibilidade crônica de arcar com as metas adotadas coletivamente pode levar uma nação a abandonar a moeda comum, fato que pode contagiar outras economias em dificuldades e, em última instância, causar a fragmentação do bloco e o fim da moeda única.

Medidas de austeridade

Desde o início da crise da dívida, os governos europeus – tanto os de direita quanto os de esquerda – buscam equilibrar as contas nacionais com planos de austeridade (ou de ajuste), que aumentam impostos e cortam gastos, sobretudo em benefícios sociais e com o funcionalismo público. Essas medidas empobrecem a população, limitam o crescimento econômico e ampliam o desemprego, levando multidões às ruas em protesto. Enfraquecidos pelas

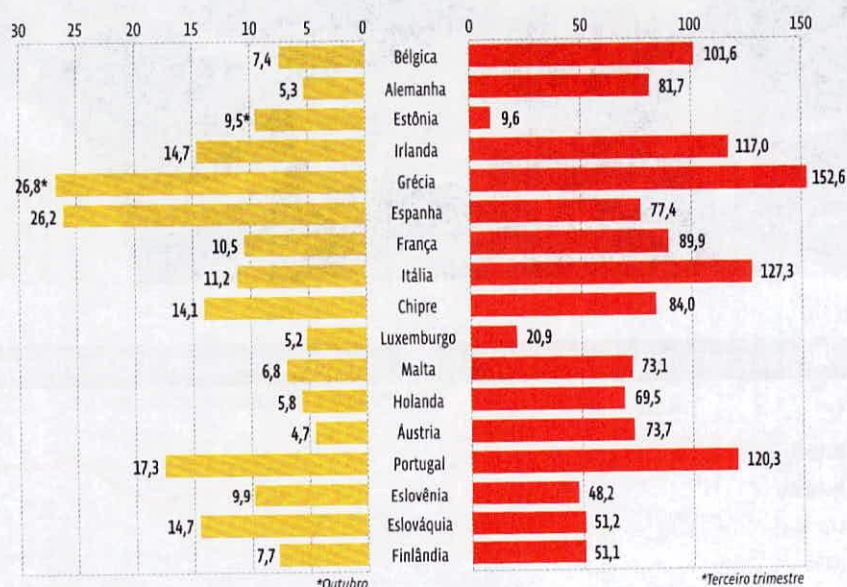


DESESPERO A grega Lambrousi Harikleia ameaça se suicidar após perder o emprego, no início de 2012

O DESEMPREGO E A DÍVIDA DOS PAÍSES DA ZONA DO EURO

Dados por país referentes a 2012

■ Taxa de desemprego (%) ■ Dívidas nacionais (% do PIB)*



LADEIRA ABAIXO A zona do euro entra em recessão em 2012. Os dados apontam um recuo de 0,4% no PIB no ano, com oito dos 17 países em recessão. Na França e na Alemanha, carros-chefe do bloco, a economia desacelera de 2011 para 2012 (de 1,7% para 0,2% e de 3% para 0,7%, respectivamente). O desemprego é o mais alto desde a criação da zona do euro, em 2002, com um recorde de 18,8 milhões de pessoas sem emprego em novembro.

Fonte: Eurostat

reformas, vários dirigentes deixaram o poder, por perder sua sustentação parlamentar ou por derrotas eleitorais.

A aplicação de uma mesma política econômica por governos de diferentes orientações tem uma explicação: todos estão sob pressão da “troika”, formada pela Comissão Europeia (CE), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Central Europeu (BCE). Ela impõe as medidas de austeridade para adequar as economias aos padrões do euro. No caso dos que solicitam ajuda financeira, como a Grécia, o remédio é ainda mais amargo.

A questão é que o medicamento pode matar o doente. Uma campanha por menos austeridade ganhou força em 2012 por causa dos dados pífios da economia. Pela segunda vez desde 2009, a zona do euro entrou oficialmente em recessão em 2012. E o desemprego bateu o recorde de 11,8% em novembro. A situação é alarmante na Grécia e na Espanha, onde um quarto da população não encontra trabalho (veja na pág. 42).

Diante da gravidade da crise, várias lideranças na Europa defendem medidas a favor do crescimento econômico e da criação de empregos (que implicam aumento de despesas públicas). Seu principal porta-voz é o presidente da França, o socialista François Hollande, eleito em 2012. Já a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, defensora da austeridade, quer combater os problemas com disciplina fiscal. Como a Alemanha é o maior contribuinte dos fundos de socorro da UE, o país tem grande peso nas decisões, o que provoca tensão com os governos endividados do sul da Europa e faz crescer em parte da população desses países um sentimento anti-Alemanha.

A Grécia no epicentro

A Grécia, o primeiro país atingido seriamente pela crise da dívida, havia contraído pesados empréstimos após entrar na zona do euro, há pouco mais de dez anos. Com a crise mundial, o governo ampliou o endividamento para ajudar empresas em dificuldades, mas a nação entrou em recessão em 2009. Então, a dívida interna alcançou 113% do PIB e o déficit, 13,6%.

Desde então, a “troika” aprovou dois pacotes de empréstimos emergenciais à Grécia para que a nação mantivesse o pagamento de suas dívidas – 110 bilhões de euros em maio de 2010 e 130 bilhões de euros em fevereiro de 2012. No entanto, em troca, ela foi obrigada a adotar uma ampla reforma – com aumento de impostos, privatizações, cortes em direitos trabalhistas, demissões de servidores, chegando à redução das aposentadorias e de salários. Tais medidas provocaram uma revolta social no país, com greves e protestos, às vezes violentos, a cada nova medida anunciada pelo governo. E o pior: essa política acelerou o declínio econômico nacional (o PIB grego deve encolher 25% até 2014), levou a um desemprego recorde (26,8% em outubro de 2012) e não se atingiram as metas estipuladas pela “troika”, que ameaça cortar a ajuda.

A crise derrubou o então primeiro-ministro George Papandreou no fim de 2011, e a Grécia chegou a um impasse nas eleições de maio e junho de 2012. Quase sem dinheiro, o país estava sob pressão externa para implementar outro pacote de austeridade exigido pela “troika”. Nas eleições, porém, houve o fortalecimento de partidos de extrema direita e esquerda, contrários ao ajuste.

POLÊMICO REFERENDO NO REINO UNIDO

O projeto de integração continental nunca entusiasmou boa parte dos ingleses. Entre as potências europeias, o Reino Unido é a única que não participou da criação da Ceca, o embrião da União Europeia (UE), e que não adotou o euro, preferindo manter a soberania nacional sobre a política monetária e cambial, instrumentos fundamentais para controlar a economia.

A crise financeira dos últimos anos acentuou a reprovação dos ingleses da UE. Atendendo à pressão dos “eurocéticos” no Parlamento e ao anseio popular, o primeiro-ministro, David Cameron, afirmou que vai realizar um referendo sobre a permanência ou não dos britânicos na UE, se o seu partido (Conservador) for reeleito em 2015.

O anúncio ocorreu em janeiro de 2013, em um discurso de Cameron sobre seus planos para o Reino Unido no bloco. O premiê disse que se opõe ao rompimento. O objetivo é manter o país no mercado comum, mas obter de volta poderes cedidos à UE. Então, a prioridade será renegociar o status da nação no bloco e submeter à consulta popular duas opções: ficar na UE em novos termos ou sair de vez.

Cameron acredita que, ao renegociar as relações com o bloco, ele consiga ganhar o apoio dos ingleses à UE. O mais difícil será convencer Alemanha e França a aceitarem a proposta. Os dois países reprovam a saída britânica, mas enfatizaram que não existe uma opção intermediária, uma espécie de Europa ao gosto de cada fregruês.

SAIU NA IMPRENSA

EURO TEM FUTURO DUVIDOSO

Floyd Norris, *The New York Times*

“Há poucos meses, a crise do euro estava nas manchetes. Temia-se que a moeda única fosse desmoronar, que o sul da Europa quebrasse por ser incapaz de contrair empréstimos a juros razoáveis, que houvesse uma recessão mundial.

Agora, num grau surpreendente, parece haver a percepção de que a situação europeia está controlada. Isso é verdade se a única preocupação for com o pagamento das dívidas. Mas é falso se você adotar uma perspectiva mais ampla. (...) Se os países periféricos permanecerem no euro, precisarão de certa maneira alinhar seus custos trabalhistas aos da Alema-

nha. (...) Em longo prazo, se as economias periféricas não se tornarem competitivas em relação às dos vizinhos, o resultado será, nas palavras de Lambert, “a divisão permanente da Europa em nações credoras e devedoras, com os credores ditando os termos.” (...)

Folha de S. Paulo, 12/11/2012

Com grandes dívidas, o grupo formado por Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha é chamado de Piigs

Os partidos dispostos a aplicar o pacote acabaram conseguindo maioria para compor o novo governo em segunda votação. O novo primeiro-ministro é Antonis Samaras. Ele prosseguiu com as reformas e obteve um prazo maior para a Grécia cumprir os termos (revistos) do ajuste. Em novembro, a “troika” desbloqueou a ajuda, afastando o temor da saída da Grécia da zona do euro. Mas boa parte dos economistas considera a dívida grega insustentável, sobretudo se a economia não voltar a crescer, para haver novas receitas.

Contágio regional

Depois da Grécia, a crise da dívida atingiu outros países que também ultrapassaram, em muito, os limites do Pacto de Estabilidade. O grupo ganhou o nome de Piigs (com as iniciais, em inglês, de Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), numa referência à palavra “porco” em inglês, para indicar as nações que estariam com a economia suja. A Irlanda pediu socorro à “troika” (67,5 bilhões de euros) em novembro de 2010, em meio à crise. Em maio de 2011 foi a vez de Portugal, que recebeu um aporte financeiro de 78 bilhões de euros da “troika”.

Enquanto Grécia, Portugal e Irlanda são nações periféricas da zona do euro, com economia pequena, a situação da Itália e da Espanha tira o sono dos líderes europeus, porque o custo para salvar essas economias seria bem maior.

A Itália possui uma das maiores dívidas da zona do euro, e os juros dos papéis italianos atingiram, no fim de 2011, níveis em que os outros países negociaram ajuda externa. O primeiro-ministro Silvio Berlusconi recusou o

socorro da “troika”, mas aceitou ser monitorado pelo FMI. Enfraquecido pela crise – e por denúncias de corrupção e escândalos pessoais –, Berlusconi deixou o cargo em novembro para dar espaço a um gabinete com força para implementar as reformas. O Parlamento nomeou um governo de tecnocratas (não ligados a partidos políticos), liderado por Mario Monti. Mas ele anunciou sua renúncia em dezembro de 2012, após perder apoio às medidas de austeridade. Em fevereiro, foram realizadas eleições para tentar formar um novo governo no país.

A Espanha está mergulhada na mais grave crise econômica em décadas. Em junho de 2012, torna-se o quarto país da zona do euro a solicitar um empréstimo à “troika”, para capitalizar seus bancos. A notícia causou pânico nos investidores, e os juros da dívida espanhola chegaram ao maior nível em mais de uma década. Na crise, os juros sobem para atrair o capital necessário para continuar pagando as dívidas. Como há um risco alto de calote, quem empresta exige receber mais, e daí a alta dos juros.

Mais integração

Em resposta à crise, as autoridades europeias adotaram uma série de medidas para estabilizar o euro, que exigem do bloco uma maior integração. De imediato, o presidente do BCE, Mario Draghi, combateu as especulações sobre o fim do euro ao declarar que faria “tudo o que for preciso” para defender a moeda, inclusive agir nos mercados de títulos da Espanha e da Itália. Outra medida foi a criação, em outubro, de um fundo permanente de resgate às economias em apuros. O Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), uma espécie de “FMI europeu”, contará com 500 bilhões de euros a partir de 2014.

Em dezembro de 2012, a UE aprovou a formação de uma agência de supervisão dos bancos da zona do euro, que começa a operar em 2014. É o primeiro passo para uma unificação bancária. Em longo prazo, o objetivo é criar uma união fiscal entre os países, ou seja, a centralização das políticas orçamentária, tributária e bancária, que sairiam do domínio dos governos nacionais e passariam para as mãos do BCE.

A Espanha é um foco de preocupação europeia

Grave crise atinge em cheio a quinta maior economia do bloco e torna-se a grande ameaça ao futuro da moeda

Com o quinto maior PIB da União Europeia (UE), a Espanha é a primeira grande economia atingida pela crise da dívida, até então restrita a nações periféricas da zona do euro (Grécia, Irlanda e Portugal). Os problemas financeiros e econômicos no país são vistos como a principal ameaça à estabilidade da moeda comum.

A Espanha viveu um período de crescimento acelerado após o ingresso na zona do euro, em 2002, impulsionado pela indústria da construção e pelo crédito fácil (juros baixos) aos compradores e empreendedores. Mas a fase de prosperidade chegou ao fim com a crise financeira global de 2008, que levou ao estouro da “bolha imobiliária”.

No início de 2009, a Espanha entrou em recessão pela primeira vez desde 1993, e o desemprego saltou para 17%. O país, que era um modelo de disciplina com as contas públicas, teve de pegar emprestado no mercado grandes quantias de dinheiro para arcar com os custos do alto desemprego e salvar bancos ameaçados de falência – o maior problema da Espanha é a enorme dívida

RESUMO

União Europeia

UNIÃO EUROPEIA É o maior bloco econômico do mundo, com 27 países: 17 deles compõem a zona do euro, que compartilham a mesma moeda.

CRISE DA DÍVIDA A União Europeia (UE) enfrenta a mais grave crise de sua história, provocada pela elevada dívida pública em países da zona do euro. Essa crise começa em nações periféricas do bloco, sobretudo Grécia, Irlanda e Portugal, que recebem socorro financeiro da UE e do FMI. Em 2012, a Grécia chega à beira do calote da dívida e quase deixa a zona do euro. A crise contamina economias poderosas, como Itália e Espanha. Essa última recebe auxílio financeiro para salvar os bancos.

MEDIDAS DE AUSTERIDADE São adotadas pelos países da zona do euro para cumprir as metas orçamentárias e de limite de endividamento estabelecidas pela União Europeia. Incluem privatizações, redução do serviço público, corte de direitos sociais, congelamento de salários e aumento de impostos, entre outras medidas. Têm como efeito direto o aumento do desemprego, a redução do poder aquisitivo da população e a desaceleração da economia, provocando protestos populares que enfraquecem ou derrubam os governos.

DÍVIDA X CRESCIMENTO Com a zona do euro em recessão, a Europa debate como equilibrar a dívida dos países em apuros e, ao mesmo tempo, promover o crescimento econômico. Para evitarem um colapso financeiro, ou seja, continuarem captando dinheiro no mercado, os países precisam ter a dívida sob controle. Ao mesmo tempo, as medidas de austeridade limitam o crescimento e aumentam o desemprego. Por outro lado, o estímulo da atividade econômica requer mais despesas, o que eleva ainda mais a dívida e afasta os investidores. Existe outra agravante: uma economia em recessão também pode contribuir para o crescimento da dívida, porque há redução na arrecadação e aumento de gastos com benefícios sociais.

AFP PHOTO/DOMINIQUE FAGET



A FÚRIA ESPANHOLA Multidão protesta contra medidas de austeridade, em Madri, em julho de 2012

privada contraída pelo sistema financeiro. Em 2010, o déficit público atingiu 11,2% do PIB, quase quatro vezes mais do que o teto recomendado pela UE, e o governo de esquerda de José Luis Zapatero começa a aplicar medidas de austeridade, para equilibrar o orçamento, que encontram forte resistência popular. Então, um movimento jovem, com o nome de “Indignados”, arma acampamentos no centro de Madri em maio de 2011, e dezenas de milhares de pessoas ganham as ruas em solidariedade aos jovens espanhóis, no maior ato de protesto contra o desemprego e os planos de ajuste. A crise leva à antecipação das eleições para novembro, vencidas pela direita. O novo primeiro-ministro, Mariano Rajoy, prossegue com as reformas, apesar da continuidade das manifestações de protesto.

A magnitude dos problemas da economia espanhola veio à tona em maio de 2012, quando o governo estatiza parcialmente o Bankia, o terceiro maior banco privado do país. No mês seguinte, a nação pede à UE um empréstimo para o setor financeiro. Em

novembro, a “troika” aprova o crédito de 37 bilhões de euros, podendo chegar a 100 bilhões.

Diferentemente de Grécia, Portugal e Irlanda, a ajuda da “troika” vai diretamente para os bancos. No entanto, o acentuado declínio econômico complica os esforços do governo para reduzir o déficit e faz aumentar a suspeita de que a Espanha vai precisar de um resgate integral. O PIB do país se reduz em 1,4% em 2012, e a taxa de desemprego chega a 26,6% em novembro de 2012, o maior nível desde que as medições começaram, na década de 1970.

O governo central espanhol também enfrenta adversidades no plano interno. A crise econômica produz atritos entre Madri e as regiões autônomas sobre o repasse de verbas da união e reaviva os anseios separatistas na dinâmica Catalunha, a região mais rica do país. O Parlamento local aprova, em setembro de 2012, uma resolução permitindo um referendo sobre a independência. Madri reage alertando que vai recorrer à Corte Constitucional caso a consulta popular seja mesmo organizada. ☒

Novos rumos políticos na América Latina

Sem Hugo Chávez, antigas alianças da região poderão ser revistas pelos governos no poder

A morte de Hugo Chávez, presidente da Venezuela, no dia 5 de março de 2013, abre um período de incertezas para o país, mas também para outras nações latino-americanas que seguiam de perto as políticas desenvolvidas pelo coronel.

Chávez foi reeleito presidente em outubro de 2012, mas em dezembro foi hospitalizado em Cuba, para tratar de um câncer na região pélvica. O presidente não compareceu à cerimônia de posse, em 10 de janeiro de 2013, sendo empossado apenas seu vice, Nicolás Maduro. A ausência de Chávez provocou uma crise política, mas o Supremo Tribunal legitimou o governo eleito, considerando que a presença na cerimônia de posse só é imprescindível quando há troca de presidentes. Com a morte de Chávez em março, o chanceler venezuelano, Elías Jaua, anuncia que Maduro seguirá na Presidência do país até a convocação de novas eleições, prevista para ocorrer em 30 dias. O anúncio, feito às vésperas do fechamento desta edição, deve gerar polêmica, pois a Constituição venezuelana determina a posse do presidente

da Assembleia Nacional em caso de ausência total do presidente (*veja mais no boxe na pág. ao lado*).

Com frequência, a imprensa referiu-se a Hugo Chávez como um “populista”, por ser um governante que exercia o poder numa relação direta com a população, quase sem a interferência de partidos. Essa concentração de poder em uma pessoa levou a uma série de mudanças constitucionais que ajudaram Chávez a se manter como presidente durante 14 anos. Com sua morte, porém, cria-se uma espécie de vácuo político no país e nas nações que apoiavam e seguiam suas políticas.

Onda de esquerda

A ascensão de Chávez faz parte de um contexto de mudanças na América Latina. A partir da década de 1990, a profunda desigualdade social e o fim das ditaduras levam em vários países à eleição de governos de partidos de esquerda, com diferentes matizes. O resultado dessas eleições foi considerado uma nova “onda vermelha”. A eleição do venezuelano, em 1998, é o marco

dessa tendência de esquerda, que inclui a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência do Brasil, em 2002. Ela revela diferentes tentativas e propostas para enfrentar a desigualdade social e os problemas econômicos (*veja mais na pág. 50*). A tomada do poder desses governos é também uma reação de questionamento ou oposição aberta às consequências da globalização, às privatizações e à precarização do trabalho, às ações de interferência dos Estados Unidos, potência mais influente na região que mantém um embargo econômico à Cuba, assim como de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A melhora do panorama na América Latina ocorre depois de décadas de turbulência política e instabilidade econômica. O Brasil é um dos países da região que, nas décadas recentes, acabaram com seus períodos de ditadura militar, que sufocaram a democracia e a liberdade partidária e política. Essa situação levou à formação de três grupos de países, mais ou menos definidos pelas tendências de seu governo.





LUTO Apoiadora de Hugo Chávez faz vigília em frente ao hospital onde o presidente faleceu: novas eleições devem definir o novo rumo da Venezuela

SAIU NA IMPRENSA

FAVORITO PARA SUCEDER CHÁVEZ, MADURO ASSINA PRIMEIRO DECRETO COMO PRESIDENTE INTERINO

Por Marina Terra

Nicolás Maduro já é presidente interino da Venezuela, até que nova eleição presidencial seja convocada. E sua nova função não se restringiu a liderar a multidão que marchou ao lado do cortejo fúnebre com o caixão do presidente Hugo Chávez até a Academia Militar – cenas que impressionaram pela magnitude e emoção. Nesta quarta-feira (06/03), ele assinou seu primeiro decreto como presidente interino para declarar luto nacional durante sete dias pela morte de Hugo Chávez. (...)

Enquanto a Venezuela chora a morte do presidente, após quase dois anos de luta contra o câncer, já se especula quando a população irá novamente às urnas. No entanto, o que é certo nas ruas de Caracas é que os eleitores chavistas irão seguir a orientação dada por Chávez antes de partir para Cuba, em 8 de dezembro de 2011, e votar em Maduro. (...)

Devido ao curto tempo até a eleição, a oposição deve pular a etapa de primárias e anunciar prontamente o candidato. Ramon José Medina, porta-voz da aliança de oposição, conhecida como MUD, disse que uma decisão formal ainda não foi tomada. No entanto, ele reconheceu que Capriles seria a "primeira opção óbvia".

Opera Mundi, 7/3/2013

Bloco Bolivariano

O bloco liderado pela Venezuela, conhecido como Bloco Bolivariano, conduz as políticas mais nacionalistas, antiliberais e de oposição aos Estados Unidos. Crítico do que chamava de imperialismo norte-americano, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, conduziu políticas antiliberais e estatizantes desde 2005, quando declarou sua adesão ao que denominou de Socialismo do Século XXI. Para os opositores, ele foi um governante populista e autoritário, mas Chávez governou amparado em eleições regulares e com uma confortável maioria no Congresso.

Entre as medidas centrais dos chavistas estão um amplo processo de reforma agrária, o incentivo a formas de cogestão entre Estado e trabalhadores e a ampliação do controle estatal sobre setores industriais estratégicos, especialmente na exploração de petróleo, a principal riqueza do país. A Venezuela é o 13º maior produtor mundial, mas ascendeu ao topo de país com a maior reserva do planeta em 2011, ultrapassando a Arábia Saudita. As relações

diplomáticas entre a Venezuela e os Estados Unidos são regulares desde 2009, e, apesar do discurso antiamericano, mais de 40% do petróleo exportado pela Venezuela vai para os Estados Unidos.

Contrário à criação das áreas de livre-comércio defendidas pelos norte-americanos, Chávez fez alianças e acordos econômicos com as nações da América do Sul, Central e do Caribe, na Aliança Bolivariana para as Américas (Alba). Na Alba, os países participantes priorizam o fornecimento de mercadorias e serviços entre si. Embora tenha vendido o petróleo a preços de mercado, a Venezuela permitiu aos compradores parcelar com juros menores. Cuba, por exemplo, paga parte do petróleo com serviços de saúde.

Essa estratégia aumentou o poder de influência de Chávez e da Venezuela na região e respaldou países cujo governo também segue uma linha política com matizes socialistas ou antiliberais. Fazem parte da Alba: Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antígua e Barbuda e São Vicente e Granadinas.

ESPERA ANSIOSA

Cubanos fazem fila para conseguir passaporte: burocracia para viajar para fora da Ilha diminui



ADALBERTO ROQUE/AFP

Com Argentina, Peru e Uruguai, o Brasil faz parte de um grupo de países com governos de esquerda moderada

➤ **Venezuela** O futuro político da Venezuela é significativo para o Bloco Bolivariano. Os presidentes Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador) e Daniel Ortega (Nicarágua) governam sob inspiração de Chávez e fazem oposição diplomática aos EUA. Internamente, também seguem políticas implementadas por Chávez.

Para Chávez, a Venezuela vivia a Revolução Bolivariana, inspirada em Simón Bolívar, herói da independência do país e de várias outras nações que se formaram no século XIX. Com a sua morte e as incertezas sobre qual rumo o país vai tomar, a continuidade do “socialismo do século XXI”, como o coronel gostava de se referir as suas medidas governamentais, fica ameaçada, assim como os vários programas de assistência social desenvolvidos durante os 14 anos em que esteve à frente da Presidência.

➤ **Bolívia** No país mais pobre da América do Sul, o governo de Evo Morales estatizou a exploração de gás e petróleo, em 2006, proposta central de sua eleição, amparada por um amplo

movimento popular, que reúne sindicatos, associações de bairros, estudantes e associações de cocaleiros (plantadores de coca, planta de uso tradicional no país). Desde então, as relações com os EUA são conflituosas. A Bolívia expulsou o embaixador norte-americano em 2008, acusando-o de conspirar contra o governo. No início de 2013, os EUA mantinham apenas um encarregado de negócios em La Paz.

➤ **Equador** O presidente Rafael Correa foi reeleito com 57% dos votos, em fevereiro de 2013, e conseguiu formar uma bancada de apoio com mais de 50% no Congresso. Com isso, terá condições de aprovar os projetos de seu interesse. Nos seus seis anos de governo até agora, Correa convocou uma Assembleia que aprovou uma nova Constituição e estatizou setores da economia, como o de petróleo e gás.

Grupo moderado

O Brasil forma com a Argentina, o Uruguai (veja o boxe na pág. ao lado) e o Peru um grupo de países com governo de esquerda moderado, que adotam políticas de combate à pobreza.

➤ **Argentina** A presidente Cristina Kirchner foi reeleita em 2011 graças a um crescimento econômico de 9% ao ano e a programas de inclusão social. Em 2012, ela acusa a espanhola Repsol de não investir no país e expropria os 51% de ações na YPF, empresa de gás e petróleo que havia sido privatizada, e passa a ter controle majoritário do Estado, medida considerada nacionalista. Outra medida considerada nacionalista é a aprovação da Lei de Meios, que

CUBA REDUZ RESTRIÇÕES DE FRONTEIRA

Em janeiro de 2013, o governo de Cuba, o único país comunista das Américas (veja na pág. 54), pôs em prática uma reforma migratória que beneficiará quem deseja sair do país a turismo ou com a intenção de emigrar. Os cubanos não precisam mais de cartas-convite nem de permissão de saída, muito menos passar por um processo burocrático complicado e demorado, ao fim do qual não tinham a garantia de poder viajar. Ainda haverá restrições, contudo, para dissidentes políticos e profissionais altamente qualificados. Essa mudança é a mais recente de uma série de reformas iniciadas pelo presidente Raúl Castro, após suceder em 2008 seu irmão, Fidel Castro, que se afastou do cargo por problemas de saúde.

Nos últimos anos, o Brasil estreitou relações com Cuba. Atualmente, o Brasil é o quarto maior parceiro econômico de Cuba, atrás de Venezuela, China e Espanha. Segundo o Itamaraty, as trocas entre Brasil e Cuba cresceram 30% entre 2006 e 2010. Em 2011, o comércio bilateral chegou a 570 milhões de dólares. Segundo o governo cubano, o Brasil já é o maior fornecedor de produtos para a ilha, para onde exporta óleo de soja, milho, frango, arroz, carne e café e de onde importa medicamentos e cimento. Os dois países têm acordos de cooperação nas áreas técnica, científica e tecnológica, nos setores de agricultura, segurança alimentar e saúde. O Brasil também financia a ampliação do porto de Mariel, importante para o comércio exterior cubano.

estipula regras e limites para os meios de comunicação no país. O governo afirma que pretende eliminar os monopólios, mas sofre acusações de querer controlar a mídia e abafar críticas, em especial do Grupo Clarín, o maior no ramo de mídia no país. Cristina perde popularidade em 2012 por causa do aumento da inflação, da redução do crescimento do PIB (estimado em 2% em 2012) e de restrições à compra de dólares e às importações. O governo também enfrenta greves por aumento no salário dos trabalhadores.

❖ **Peru** O ex-militar Ollanta Humala, que no passado se declarava nacionalista, bolivariano e aliado de Chávez, foi eleito presidente em 2011 com base numa plataforma de esquerda moderada. Ele mantém a política econômica liberal de seu antecessor e, como Lula, adotou programas sociais e medidas de incentivo à educação. O Peru é um dos países em que a economia cresce na América do Sul, graças à alta internacional do preço dos minérios e ao aumento do consumo interno, decorrente da diminuição da pobreza.

Grupo conservador

Os Estados Unidos contam com aliados em governos conservadores, como os de Juan Manuel Santos, na Colômbia, Sebastián Piñera, no Chile, e, mais recentemente, Enrique Peña Nieto, no México, entre outros.

❖ **Colômbia** É o mais estreito aliado dos Estados Unidos na América do Sul e mantém desde 2012 um acordo de livre-comércio com os norte-americanos. Em 2009, os EUA anunciaram a construção de bases militares na Colômbia, num acordo que permitirá que soldados norte-americanos utilizem essas instalações, o que provocou críticas de governos da América Latina, principalmente da Venezuela. O motivo oficial para a instalação das bases norte-americanas é o apoio a ações de combate ao narcotráfico – a Colômbia é o maior produtor mundial de cocaína – e à guerrilha de esquerda. O narcotráfico continua forte, e o país sofre os efeitos de décadas de conflito, que tem como principais atores o próprio governo, grupos paramilitares de

direita que o apoiam e as guerrilhas de esquerda: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e Exército de Libertação Nacional (ELN).

Entre 2002 e 2011, as Farc realizaram cerca de 2,6 mil sequestros, segundo a organização Fundação País Libre. Há indícios de que a guerrilha seja abastecida com dinheiro do narcotráfico. De fato, a importância da produção e do tráfico de drogas na Colômbia faz com que esteja envolvido tanto com as instituições de Estado quanto com organizações sociais e partidos.

Após décadas de conflito, a novidade dos últimos meses é o começo de negociações de paz. Em outubro de 2012, as Farc, enfraquecidas pela ação militar do governo, anunciam um cessar-fogo e aceitam fazer negociações de paz com as autoridades colombianas. O governo rejeita a trégua, mas concorda com as conversações de paz. Em janeiro, o grupo retoma os ataques, mas o diálogo prossegue. No início de 2013, o grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN) solicita oficialmente sua inclusão nas negociações de paz.

❖ **México** Entre os países latino-americanos, o México é o que tem relação mais íntima com os EUA. A economia mexicana vinculou-se à do país vizinho quando foi firmado o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), em 1994. O acordo, arquitetado para reduzir ou eliminar tarifas comerciais entre os países da América do Norte, fez com que indústrias norte-americanas se instalassem no México, atraídas pelos subsídios fiscais e pela mão de obra mais barata. Chamadas de “maquiladoras”, essas indústrias montam produtos cujos componentes já vêm prontos dos EUA e depois os mandam de volta ao território norte-americano. O país é, também, o terceiro maior fornecedor de petróleo para o vizinho. O Nafta, porém, deixou a economia mexicana muito dependente da economia norte-americana.

O ex-presidente mexicano Felipe Calderón, que entregou o cargo em dezembro de 2012, era um grande aliado dos EUA. O novo presidente, Enrique Peña Nieto, embora de oposição a Calderón, já indicou que manterá a estreita ligação com os norte-americanos.

URUGUAI LIBERALIZA A PRÁTICA DO ABORTO

O Uruguai retomou nos últimos anos sua tradição de país mais progressista da América Latina, tanto em direitos civis como em organização social. Em 2012, o governo uruguaio impulsionou um projeto que descriminaliza a prática do aborto. Em outubro, o aborto passou a ser permitido no Uruguai, por iniciativa da mãe e sem necessidade de justificativa, até a 12ª semana de gestação – antes, só era permitido nesses termos em Cuba e na Cidade do México. Porém, a gestante precisa obrigatoriamente realizar antes consultas com três profissionais de saúde. No Brasil, por exemplo, só é possível se a gravidez foi consequência de estupro, se houver risco de vida para a mãe ou se o feto for anencefálico.

O Uruguai sempre se destacou na América Latina pelo padrão de vida, nível educacional e instituições democráticas. Foi pioneiro na América do Sul no divórcio a pedido da mulher (1913) e no voto feminino (1927). Na América Latina, foi o primeiro país a legalizar a união civil entre pessoas do mesmo sexo (2007) e a autorizar a adoção de crianças por casais de homossexuais (2009). Em 2013, o Senado votará a legalização do casamento gay e um projeto que legitima o comércio de maconha pelo Estado, ambos já aprovados na Câmara. Esse último pretende conter o tráfico. Eles dependerão de sanção do presidente José Mujica, o qual, aliás, destoa do quadro costumeiro de líderes na América Latina: ex-guerrilheiro tupamaro, ele doa 90% do salário, mora em uma modesta propriedade rural e dirige o próprio carro, um Fusca.

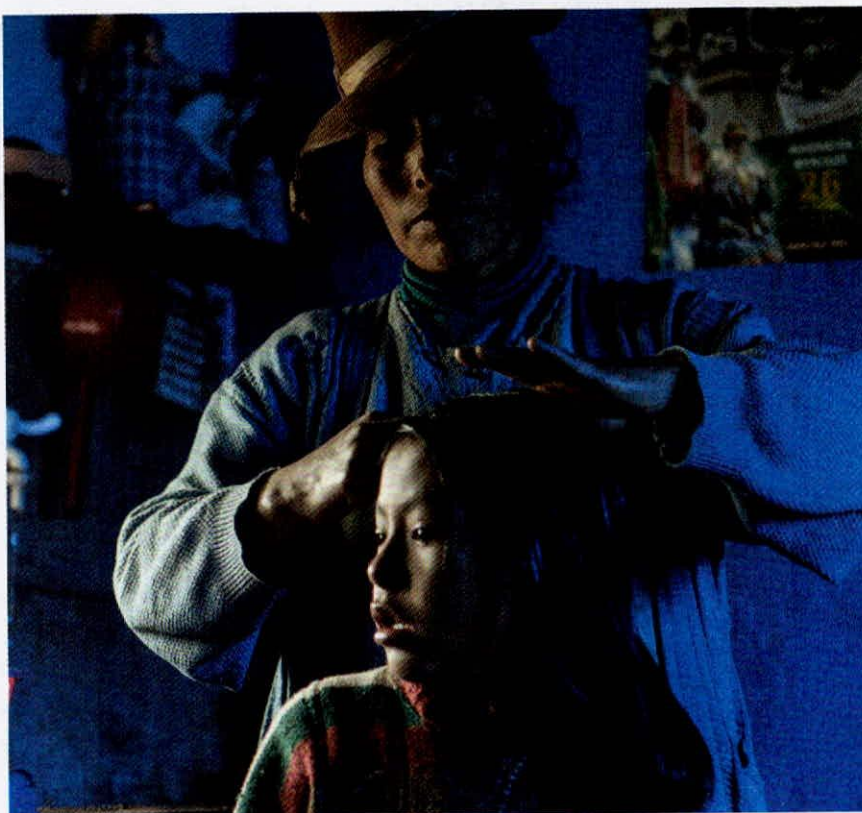
As ações do narcotráfico e do crime organizado são o maior problema enfrentado pelo México atualmente. A violência provocada pela disputa entre grupos criminosos atinge particularmente a região norte do país e respinga no território norte-americano, que passou a receber “refugiados” da violência no país vizinho.

Analistas calculam que a desarticulação dos cartéis de drogas na Colômbia, nos anos 1990, tenha transferido para o território mexicano boa parte dessa atividade. O governo mexicano promove uma ofensiva contra os traficantes desde 2006, com reforço militar e policial nas áreas mais críticas. Ao ser eleito, Peña Nieto disse que o problema continua no centro das preocupações.

☛ **Chile** O país alinhava-se ao grupo dos moderados durante o governo da socialista Michelle Bachelet, mas já se distinguia por adotar políticas liberais e de abertura de sua economia. Tanto que manteve o tratado de livre-comércio com os Estados Unidos (2003) e assinou com o Japão e a China (2006). Nas eleições de 2010, o país elegeu para presidente Sebastián Piñera, o empresário mais rico do país e de oposição ao governo de Bachelet. Em seu mandato, ele enfrenta grandes protestos por mais recursos para a educação.

☛ **Paraguai** A nação também se alinhava com o grupo moderado durante o governo do presidente Fernando Lugo. Mas ele sofreu um impeachment “relâmpago” em junho de 2012, após quatro anos de mandato. Sua deposição foi considerada golpe por diversos governos, pois Lugo foi condenado em apenas 24 horas pelo Congresso, com o pretexto de que houve mortes em uma operação num conflito rural. Seu afastamento provocou a suspensão da participação do Paraguai no Mercosul. Seu vice, Federico Franco, assumiu o poder e marcou novas eleições presidenciais para 21 de abril de 2013. ☐

PARA IR ALÉM O filme *No (Não)*, de Pablo Larraín, recria a linguagem de TV dos anos 1980 para retratar as campanhas do *sim* ou *não*, no plebiscito que levou ao fim a ditadura militar do general Augusto Pinochet, em 1990.



MARIANA BAZZO/REUTERS

MELHORIA DE VIDA Mãe lava cabelo da filha nos Andes peruanos: água quente chega a casas da região

Economia melhora e pobreza encolhe

Os países latino-americanos têm crescimento econômico, e diminui a população miserável

A América Latina vive um período de crescimento econômico que é favorável à maioria de seus países. Após duas décadas com índices baixos de desenvolvimento e mesmo crises econômicas graves, nos anos de 1980 e 1990, na maioria das nações, o crescimento da atividade econômica a partir dos anos 2000 vem promovendo aumento de empregos e de arrecadação de impostos, o que permite que os governos invistam em melhorias e combatam proble-

mas antigos. As condições de vida estão melhorando em quase todos os países da região, que reúne todas as nações da América, desde o México, ao norte, até a Argentina e o Chile, no sul. Entre os principais fatores que têm possibilitado esse crescimento econômico estão a elevação dos preços internacionais das matérias-primas (o principal item na balança de exportações da região), a ampliação dos investimentos externos na região, a redução da inflação e a estabilidade política, antes distante desses países.

Nesse cenário, destacam-se as políticas e programas de combate à pobreza, conduzidos por governos de tendência política moderada (de centro) ou de esquerda, que surgiram com propostas de prioridade ao combate à desigualdade. A América Latina é a região de maior desigualdade social no mundo, fruto da enorme concentração de renda, ou seja, muita riqueza e renda concentrada em parcelas pequenas da população e grandes contingentes de pobres e miseráveis. Mas esse quadro vem melhorando.

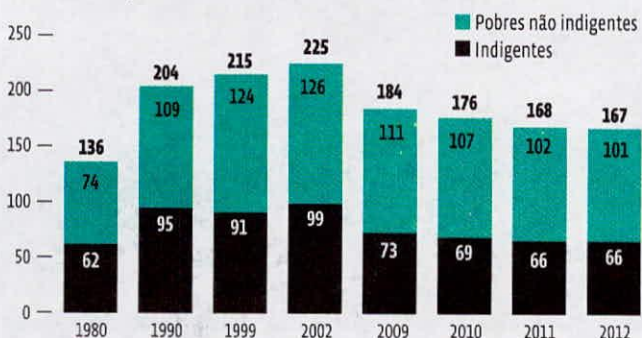
A POBREZA EM QUEDA NA AMÉRICA LATINA

Evolução da pobreza e da indigência, de 1980 a 2012

Em percentual do total



Em milhões de pessoas



Fonte: Cepal

Em menos de uma década, mais de 49 milhões de latino-americanos deixaram a linha da pobreza

Segundo estudo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), a desigualdade na região diminuiu, mas ainda é um enorme desafio. Em 1990, 48,4% de todos os latino-americanos eram pobres ou extremamente pobres (classificados como indigentes), totalizando 215 milhões de pessoas. Em 2011, essa proporção diminuiu para 29,4%, mas, como a população cresceu, os pobres ainda somam 168 milhões de pessoas,

dos quais 102 milhões são miseráveis (veja o gráfico acima). Essa melhoria é resultado do aumento dos níveis de emprego e de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família do Brasil. Uma pesquisa divulgada em novembro de 2012 pelo Banco Mundial, também ligado à ONU, apurou que, em menos de uma década, de 2003 a 2009, mais de 49 milhões de pessoas deixaram a linha de pobreza e ascenderam a um patamar de renda média, que a instituição definiu ser entre 10 e 40 dólares por pessoa, por dia. Cerca de 40% de toda essa população foi de brasileiros, e houve melhorias significativas também entre mexicanos e colombianos, por exemplo.

Mas a desigualdade também é grande nessa região do globo. Um terço dos cerca de 570 milhões de latino-americanos ainda vive na pobreza, de acordo com o Banco Mundial. Em 18 países latino-americanos pesquisados, cerca de 10% dos mais ricos da população recebem 32% da renda total, enquanto os 40% mais pobres ficam somente com 15%.

RESUMO

América Latina

CRESCIMENTO ECONÔMICO A região registra crescimento econômico na última década, com aumento das exportações, do emprego e da renda.

SEM DITADURAS Nas décadas recentes, a América Latina acabou com as ditaduras militares. Essa situação é vivida por Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Chile, entre outros países, nos quais a democracia foi restaurada.

DESIGUALDADE A América Latina apresenta a maior desigualdade de renda entre todas as regiões mundiais. No entanto, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o número de pobres está diminuindo.

ONDA VERMELHA A partir do fim da década de 1990, vários governantes de esquerda subiram ao poder na região, movimento denominado “onda vermelha”. Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua, países do Bloco Bolivariano, são governos nacionalistas, que se opõem diplomaticamente às políticas dos EUA, e em diversos casos adotaram medidas de estatização econômica.

BLOCO MODERADO É formado por Brasil, Argentina e Uruguai, com governos de esquerda moderados, que adotam políticas de combate à pobreza e de promoção da inclusão social.

BLOCO CONSERVADOR Os Estados Unidos mantêm importantes aliados conservadores e se apoiam em acordos de livre-comércio, que já assinaram com Chile, Colômbia e México. Com a Colômbia, os EUA têm parceria militar e de combate ao narcotráfico que provocou protestos na região.

CRISE NA VENEZUELA Dois meses depois de reeleito, Chávez morre em decorrência de um câncer, em março de 2013. O rumo político do país é incerto, pois o vice-presidente assume com o consentimento do Supremo Tribunal para realizar novas eleições em um prazo de 30 dias.



ELITE VERMELHA Congresso do PC Chinês, em julho de 2012: a vida política da China concentra-se na cúpula do partido que toma todas as decisões de Estado

Mercado pressiona países comunistas

Países comunistas mantêm regimes repressivos, ao mesmo tempo em que introduzem reformas capitalistas para enfrentar a crise econômica

Os executivos de uma fábrica na cidade chinesa de Xangai foram mantidos reféns pelos operários durante um dia e meio, em janeiro de 2013. Cerca de mil trabalhadores da empresa, controlada pela japonesa Shinmei Electric Co., entraram em greve e prenderam os dirigentes. O motivo? As novas regras adotadas pela companhia, segundo as quais os empregados teriam no máximo dois minutos para ir ao banheiro e seriam multados num valor equivalente a 8

dólares caso demorassem a voltar ao posto de trabalho.

Esse tipo de movimento, que faz lembrar as lutas operárias do século XIX contra condições de trabalho degradantes, tornou-se comum na China dos últimos anos. O surpreendente é que isso ocorra num país que se considera oficialmente comunista, ou seja, no qual quem manda, em tese, são os trabalhadores, e não os patrões e capitalistas.

Atualmente, cinco países declaram-se comunistas: **China, Coreia do Norte,**

Cuba, Vietnã e Laos. Os cinco, apesar das diferentes evoluções históricas, mantêm características comuns:

- a economia deles tem como base a estatização das empresas e da propriedade da terra;
- são governados por ditaduras repressivas, com um partido único que domina toda a vida política.

Nas últimas décadas, essas nações têm passado por transformações importantes, depois de ter aberto parcialmente sua economia ao mercado mundial, na tentativa de enfrentar situações de crise.

Modelo da União Soviética

A concepção do comunismo, tal como foi desenvolvido de forma teórica por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), previa o fim da propriedade privada dos grandes meios de produção, ou seja, fábricas, bancos e fazendas seriam controlados pelo Estado em nome de toda a população. O processo começaria por uma revolução, que conduziria a

PAÍSES COMUNISTAS DO PRESENTE E DO PASSADO

Países que compuseram a União Soviética, Mongólia e estados do Leste Europeu voltaram à economia de mercado



um governo dirigido por trabalhadores e camponeses. O Estado criado passaria a gerir a economia com critérios socialistas, agindo em favor da maioria.

A vitória da Revolução Russa de 1917, que levou à criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi a primeira experiência prática nessa direção. O desenvolvimento da URSS, entretanto, seguiu outro caminho. Em vez de uma sociedade mais democrática e igualitária, ergueu-se após alguns anos um regime dirigido com mão de ferro por um partido único (Partido Comunista), no qual a liberdade de expressão e de organização não existia, uma pequena casta tornou-se privilegiada e o ditador Josef Stálin era cultuado em vida.

Esse modelo foi transplantado no fundamental para os países que se tornaram comunistas depois. No decorrer do tempo, porém, surgiram dificuldades econômicas, e os regimes passaram a introduzir medidas capitalistas, como a permissão de funcionamento de empresas privadas em certas circunstâncias, com o objetivo de superar os problemas econômicos.

Paralelamente, crescia a insatisfação popular com as dificuldades cotidianas e a ausência de democracia, e aumentava a pressão externa política e econômica. A combinação desses fatores acelerou o fim da grande maioria desses regimes. A própria URSS foi extinta, em 1991.

China

O comunismo triunfou na China em outubro de 1949, com a vitória da revolução liderada por Mao Tsé-tung. O país foi reorganizado, com a coletivização das terras e a nacionalização das empresas estrangeiras.

A atividade industrial ganhou impulso, mas a gestão burocrática e autoritária do Estado causou enormes danos ao país. Após a morte de Mao, em 1976, a ala reformista do Partido Comunista Chinês (PCC) assumiu o poder e modificou a política, adotando um sistema que ficou conhecido como “economia socialista de mercado”.

Foram criadas Zonas Econômicas Especiais, próximas ao litoral, destinadas à instalação das empresas estrangeiras. A China combina, desde então, a he-

gemonia do Estado na produção com uma rápida liberalização econômica. O modelo vigente na China se baseia em dois pontos centrais:

- a abundância de mão de obra mal remunerada e trabalhando em condições precárias;
- facilidades concedidas pelo governo, tais como redução de impostos, que atrai multinacionais para produzir a baixo custo – importam as peças e montam produtos no país.

O comércio exterior transformou-se no combustível da locomotiva chinesa, e a explosão das exportações inundou o planeta com produtos made in China. O modelo propiciou enorme crescimento ao país, atualmente a segunda maior economia do mundo.

Apesar do progresso econômico, praticamente não houve mudanças políticas. Em 1989, enquanto os regimes comunistas da Europa Oriental entravam na fase final, o PCC reprimiu um grande protesto de origem estudantil, matando milhares de pessoas, no epi-



DE PAI PARA FILHO

O líder da Coreia do Norte, Kim Jong Un: sucessão dinástica desde a criação do país, em 1948, sob a liderança de seu avô

REUTERS/KCNA

A China aderiu em 2001 à Organização Mundial do Comércio e ampliou a abertura de sua economia

sódio conhecido como Massacre da Praça da Paz Celestial.

A China iniciou em 1997 um gigantesco programa de privatizações. Em 2001, tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Com isso, passou a submeter-se às regras do comércio internacional: abertura de seu mercado às importações e permissão de entrada do capital estrangeiro em setores antes protegidos, como bancos e telecomunicações. Especialistas debatem até quando o regime conseguirá equilibrar as contradições entre a base da economia, que permanece em poder do Estado, e a abertura para o crescimento das relações de mercado.

Coreia do Norte

A Coreia do Norte é parte da antiga Coreia, nação asiática dividida após a II Guerra Mundial. De 1950 a 1953, a Guerra da Coreia opôs os norte-coreanos (governados por comunistas e apoiados pela China) à Coreia do Sul (apoiada por tropas da ONU, constituídas principalmente pelos Estados Unidos).

Depois da assinatura de uma trégua, a Coreia do Norte foi reconstruída com a ajuda da URSS e da China. Desde o início, o regime caracterizou-se pelo culto ao ditador Kim Il Sung. Chamado de Grande Líder pelos órgãos oficiais, ele morreu em 1994. Seu filho e sucessor Kim Jong Il se tornou então o chefe de Estado, sendo também cultuado. No fim de 2011, Kim Jong Il morreu. Foi substituído pelo filho mais novo, Kim Jong Un, oficializado no poder no ano seguinte.

Só por essa peculiar forma de transmissão de poder se percebe que o regime mistura elementos em princípio incompatíveis, como o fato de ser comunista e ao mesmo tempo adotar uma sucessão dinástica (de pai para filho). Outras características são a repressão contra opositores e o fato de que o país se mantém isolado, fechado a estrangeiros.

A partir de 2002, pressionada pelas dificuldades econômicas, a Coreia do Norte iniciou mudanças orientadas para o mercado. Seguindo o exemplo da China, o governo criou uma zona industrial especial, na qual empresas da Coreia do Sul empregam trabalhadores norte-coreanos a baixo custo, e uma zona turística especial.

O país preocupa as potências ocidentais por ameaçar usar armas atômicas que desenvolveu e testou nos últimos anos. Em 2003 foi criado o Grupo dos Seis, formado pelas duas Coreias e por China, EUA, Rússia e Japão, com o objetivo de negociar o fim do programa nuclear norte-coreano em troca de benefícios diplomáticos e econômicos. As negociações passaram por idas e vindas, sem avanços efetivos. Em 2013, a Coreia realiza o terceiro teste nuclear (veja o box na pág. ao lado).

Cuba

Cuba é o único país do continente americano no qual a propriedade da terra e das grandes fábricas foi coletivizada. Em 1959, uma revolução derrubou a ditadura de Fulgencio Batista. O Movimento 26 de Julho, grupo guerrilheiro que dirigiu essa luta, não era comunista, mas composto de nacionalistas e socialistas. Seu principal líder era Fidel Castro.

O novo regime fez a reforma agrária, distribuindo terras a pequenos produtores, e nacionalizou empresas. Milhares de cubanos descontentes deixaram o país. Os EUA, que até então dominavam a economia do país, passaram a tentar derrubar o governo. Pressionado, Castro anunciou em 1961 que a revolução tinha como objetivo o socialismo, e o Estado cubano alinhou-se ao bloco soviético.

Os EUA decretaram em 1962 bloqueio econômico e político a Cuba, causando sérios problemas ao país a partir de então. Isso levou o governo Castro a uma aproximação ainda maior com a URSS. O Movimento 26 de Julho fundiu-se com o partido cubano ligado à URSS, dando origem ao atual Partido Comunista Cubano. O pluripartidarismo foi proibido e adotou-se um regime espelhado no soviético, com perseguição aos dissidentes.

O novo regime possibilitou grandes avanços em serviços prestados à população, principalmente nas áreas de educação e saúde. A economia, porém, dependia da ajuda fornecida pelos soviéticos. Com o fim da URSS, a ilha viu-se quase falida. E o bloqueio imposto pelos EUA – que continua em vigor – amplificou a crise econômica.

Países comunistas

COMUNISMO Os países que hoje se declaram comunistas – China, Coreia do Norte, Cuba, Vietnã e Laos – mantêm como características o fato de sua economia ter como base a estatização das empresas e de serem governados por ditaduras de partido único. Mas a economia dessas nações está sob pressão do mercado mundial, que funciona globalmente com base no lucro e na busca por baixos custos de produção. Para que suas relações comerciais sejam ampliadas, elas abrem parcialmente sua economia ao mercado.

CHINA A China adotou no fim dos anos 1970 a “economia socialista de mercado”, em que convivem o controle da produção por parte do Estado e a permissão de relações de mercado. Empresas estrangeiras instalaram-se no país e utilizam a mão de obra local, que ganha salários reduzidos. O modelo, que se baseia na montagem de produtos para exportação, levou a China a tornar-se a segunda maior economia do mundo e a maior exportadora.

COREIA DO NORTE Um dos regimes mais fechados e repressivos do mundo, o país combina o apego a sociedade estatizada com uma idolatria aos governantes máximos, que se sucedem de pai para filho. A partir de 2002, introduziu reformas inspiradas no exemplo chinês.

CUBA O governo que se instalou após a Revolução de 1959 não era inicialmente comunista e adotou medidas como a reforma agrária e a nacionalização de empresas. Alinhando-se depois ao bloco soviético, Cuba sofre os efeitos do bloqueio econômico e político decretado pelos EUA. Atualmente, uma reforma conduzida pelo governo prevê a demissão de servidores públicos.

VIETNÃ E LAOS Após a Guerra do Vietnã (1959-1975), os dois países tornaram-se comunistas, adotando o modelo de partido único e o de estatização da economia. Hoje, ambos passam por reformas que abrangem abertura para a instalação de empresas e privatizações.

Na última década, apesar da ajuda concedida ao país pelo governo da Venezuela, presidido por Hugo Chávez, as dificuldades se mantiveram.

O regime anunciou em 2010 a demissão de 500 mil funcionários públicos – cerca de 10% dos trabalhadores estatais do país –, além de outras medidas para reduzir o papel do Estado e abrir espaço para a propriedade privada. Na mesma direção, uma reforma econômica ampla, que prevê novas demissões de servidores, foi aprovada pela Assembleia Nacional em 2011.

Vietnã e Laos

O Vietnã e o Laos fizeram parte dos territórios coloniais da França no Sudeste Asiático, na região conhecida então como Indochina. Países muito pobres, a história recente de ambos está marcada pelas consequências da Guerra do Vietnã (1959-1975), que devastou toda a região.

A guerra opôs a guerrilha apoiada pelo então Vietnã do Norte (comunista) ao Vietnã do Sul (capitalista). Os Estados Unidos participaram ativamente da guerra, ao lado do sul. Em 1973, sem conseguir derrotar o Vietnã do Norte e com gigantescos protestos internos para encerrar a participação no conflito, os norte-americanos aceitaram um cessar-fogo. Dois anos depois, retiraram-se da região.

Os comunistas, então, ocuparam o sul, pondo fim à guerra. Em 1976, o

Vietnã foi oficialmente reunificado sob o regime comunista, aliado da União Soviética. O governo nacionalizou empresas e coletivizou a agricultura.

O Laos, que vivia na época um processo de guerra civil, do qual participava uma guerrilha comunista, teve seu território bombardeado pelos norte-americanos durante a Guerra do Vietnã. A vitória comunista no país vizinho favoreceu a instalação, em dezembro de 1975, de um regime do mesmo tipo.

Na década de 1980, o Vietnã mergulhou numa grave crise econômica. O congresso do Partido Comunista do Vietnã de 1986 introduziu reformas liberalizantes, inspiradas nas que realizava o regime soviético, dirigido na época por Mikhail Gorbachov. Na década seguinte, o governo adotou um modelo econômico semelhante ao da China, combinando a liberalização econômica e o regime de partido único. O Laos iniciou mudanças em 1990, quando assinou acordos econômicos com o Japão. Depois, privatizou empresas estatais. A abertura limita-se, no entanto, à esfera econômica, pois, no plano político, os dois países mantêm a ditadura de partido único. ☒

☉ **PARA IR ALÉM** O filme *Adeus, Lênin!*, de 2003, mostra uma divertida história na Alemanha Oriental na época da queda do Muro de Berlim. Outro ótimo longa que aborda o mesmo período histórico na Alemanha é *A Vida dos Outros*, de 2006, sobre a Stasi, a polícia política do regime.

SAIU NA IMPRENSA

A PROVOCAÇÃO DE KIM

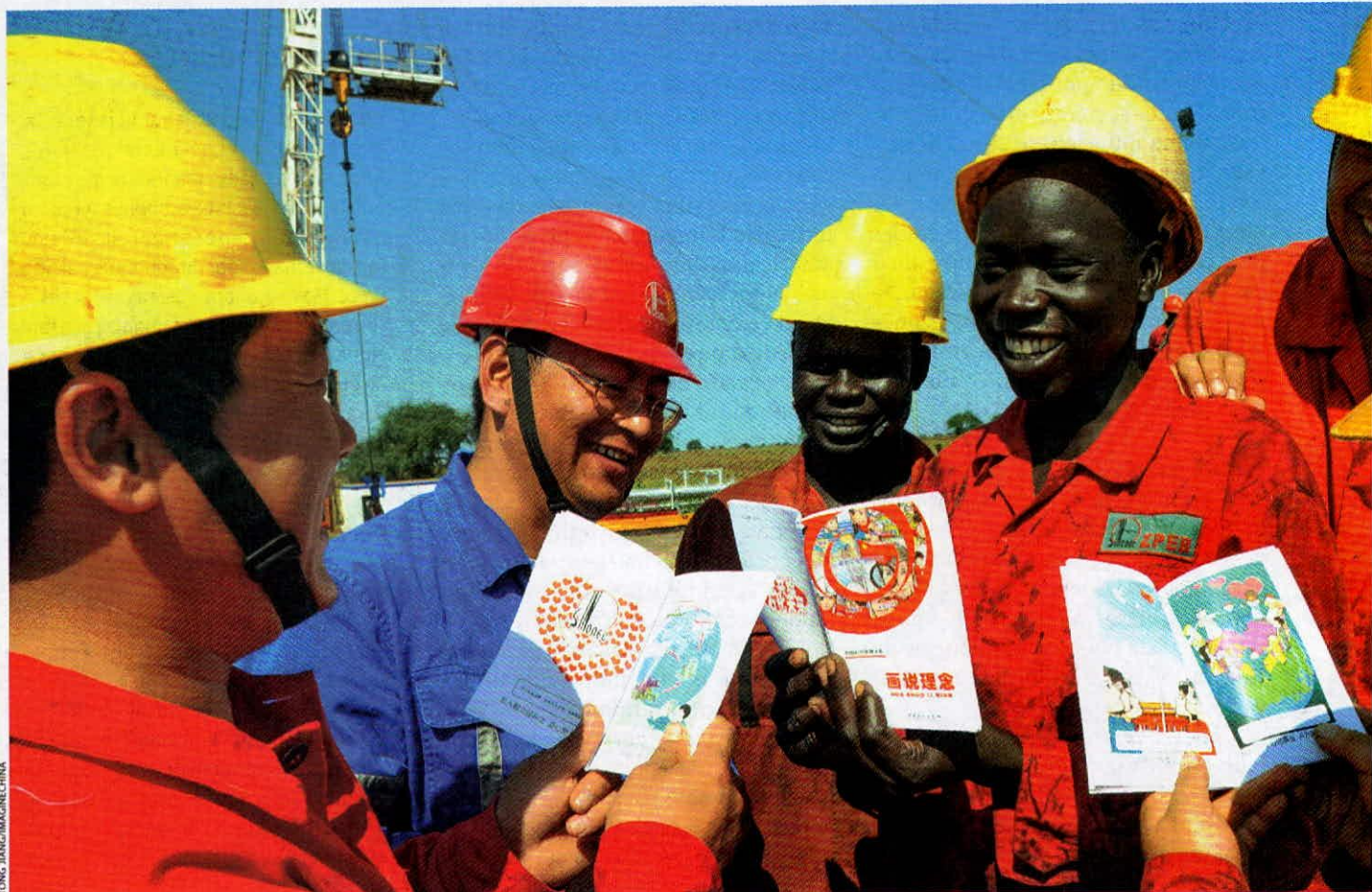
O isolado regime de Kim Jong-un, na Coreia do Norte, causou furor internacional na terça-feira 12 ao realizar o terceiro teste nuclear do país desde 2006. O governo disse ter concluído com êxito um experimento com armamento “miniaturizado”, o que indica uma evolução tecnológica para conseguir instalar uma ogiva pequena o bastante em um míssil de longa distância capaz de atingir países como a Coreia do Sul.

No mesmo dia, o Conselho de Segurança da ONU condenou firmemente a ação, e

até a China, aliada norte-coreana reiterou a “firme oposição” ao teste.

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, também pediu, na terça-feira, resposta rápida da comunidade internacional ao que chamou de “provocação”. Ele prometeu “medidas firmes” contra a Coreia do Norte e lidera um movimento pela aplicação de duras sanções ao país no Conselho. Segundo o Ministério da Defesa da Coreia do Sul, a explosão teve metade da potência da bomba jogada pelos Estados Unidos em Hiroshima, no Japão, em 1945.

Carta Capital, 20/2/2013



TONG JIANG/MAGNIFICENT

Corrida por matérias-primas

As grandes potências passam a explorar os minerais raros e valiosos da África Subsaariana

Por **Maria Teresa de Souza**

Entre 2000 e 2012, a lista das economias de maior crescimento no mundo traz à frente Gana, Zâmbia, Etiópia, Serra Leoa, Botsuana, Tanzânia e Angola, entre outros países da África Subsaariana. Trata-se da região ao sul do deserto do Saara, a mais pobre e com os piores indicadores sociais do mundo, assolada por conflitos armados e doenças epidêmicas. Agora é palco de uma disputa de empresas multinacionais, principalmente de Estados Unidos (EUA), China e Europa, por seus

minerais raros e preciosos e os recursos energéticos, como petróleo e gás.

A crise econômica mundial iniciada em 2008, que atinge duramente a Europa e os EUA, não está afetando o desenvolvimento da economia subsaariana como um todo, que está se expandindo com índices elevados desde 2000. De 2010 para cá, a média de crescimento foi de 5,3% ao ano. Várias nações africanas alcançam crescimento superior a 7% ao ano, decorrente basicamente da extração de seus recursos naturais.

São taxas bem maiores do que a média global no período, de cerca de 4%, segundo as medições do Fundo Monetário Internacional (FMI). A previsão do Banco Mundial para 2013 e 2014 é que 16 nações da África estarão entre as 29 economias com o maior crescimento no planeta.

Crescimento e miséria

O quadro de contínua expansão econômica na África Subsaariana é um acontecimento extraordinário para uma região há décadas marcada por conflitos armados, ditaduras, pobreza e doenças. Ele ocorre em razão da valorização das matérias-primas, procuradas com avidez por grandes economias emergentes da Ásia, principalmente a China e a Índia, e ainda pelos EUA e pelas nações europeias. O Brasil também se tornou importante parceiro comercial da África, e algumas empresas brasileiras, como a Vale e a Petrobras, estão atuando diretamente lá.

O grande desafio da África Subsaariana



CHINA PRESENTE
No Sudão do Sul, trabalhadores da petrolífera chinesa Sinopec recebem cartilhas: o país asiático busca o petróleo de que precisa para crescer

riana é que esses recursos sejam usados para diminuir a miséria e melhorar a qualidade de vida da população. Isso significaria reduzir a desigualdade de renda, melhorar os indicadores de saúde e educação, constituir instituições democráticas e superar conflitos internos, muitos dos quais herdados do período colonial.

Os regimes ditatoriais, a corrupção, a falta de transparência dos gastos públicos e a fragilidade das instituições políticas impedem a distribuição justa dos recursos proporcionados pelas riquezas naturais, tanto ao norte como ao sul do Saara. Em novembro de 2011, em um painel que discutiu estratégias para que o crescimento econômico na África resulte em benefícios para diminuir a miséria, Kofi Annan, de Gana, ex-secretário da Organização das Nações Unidas (ONU), fez um apelo para que se combata a corrupção nos setores de petróleo, mineração e gás na África, tanto nos governos quanto nas empresas que se envolvem com corrupção.

Outro fator que restringe os benefícios sociais do desenvolvimento econômico é a dependência de poucas commodities, como gás, petróleo, cobre, ouro, diamante, algodão e cacau. A pauta de exportações de boa parte dos países está fortemente concentrada em apenas um produto, como é o caso de Angola e da Nigéria (petróleo) e da Zâmbia (cobre). Pouco diversificadas, essas economias não conseguem criar empregos no ritmo necessário para atender à sua população jovem, mesmo num momento de crescimento. Cerca de 60% dos desempregados em todo o continente são jovens que não encontram ocupação. Isso provoca um lento crescimento do mercado de consumo de bens e serviços.

As guerras são outro problema grave. No mais recente conflito de grandes dimensões, no início de 2013, extremistas islâmicos estavam prestes a tomar a capital do Mali, Bamaco, e foram impedidos pela intervenção militar da França e de países do oeste africano (veja na pág. 79). Guerras civis e conflitos sectários também persistem na República Democrática do Congo, Nigéria, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Costa do Marfim e República Centro-Africana, o que aprofunda a pobreza da maioria da população.

Duas grandes regiões

Em termos geográficos e humanos, o continente africano apresenta duas grandes regiões:

● a **África Setentrional** ou **norte da África**, de população majoritariamente árabe, que abrange seis países: os situados ao norte e o Djibuti (a leste); e

● a **África Subsaariana**, de população predominantemente negra, com 48 países. A divisão se dá ao longo da fronteira sul do deserto do Saara, numa faixa semiárida conhecida como **Sahel**.

Desde dezembro de 2010, alguns países do norte da África vivem a Primavera Árabe, que provocou a queda de governos e impulsionou reformas políticas (veja na pág. 66). Já na maioria das nações ao sul do deserto do Saara, a democracia também ganha terreno, mas o fato mais chamativo são as transformações na economia.

Por causa da forte procura, os preços internacionais das commodities (produ-

tos agrícolas, minérios, gás e petróleo) subiram mais de 230% desde 2001 – uma média anual de quase 13%. Além disso, novas jazidas de gás e petróleo foram descobertas na África, e vários governos renegociam contratos e elevam impostos sobre os minérios, o que propicia o aumento da receita nacional. A corrida pelos recursos naturais atrai investimentos em usinas de energia, telecomunicações, estradas e portos, entre outros fatores essenciais para produzir e exportar matérias-primas.

A China representa um fator crucial nessa expansão, pois é o maior consumidor mundial de commodities. Em 2009, o país tornou-se o principal parceiro comercial da África, ultrapassando os Estados Unidos. Seu comércio com o continente africano cresceu de cerca de 10 bilhões de dólares em 2000 para 166 bilhões de dólares em 2011. A previsão é que tenha ultrapassado os 200 bilhões de dólares em 2012. Ávida por energia e minérios para alimentar sua expansão vertiginosa, a China desenvolve projetos de infraestrutura, mineração, hidrelétricas, petróleo e gás natural em mais de uma dezena de países, incluindo um oleoduto de 1,5 mil quilômetros no Sudão.

A África tem sido palco de uma disputa entre chineses e norte-americanos na última década. No continente africano, os EUA obtêm 15% do petróleo que importam. Um oleoduto de mais de mil quilômetros leva petróleo do Chade para o porto de Kribi, em Camarões. Num esforço para se contrapor à crescente influência dos chineses, o presidente dos EUA, Barack Obama, anunciou em 2012 um plano para incentivar a agricultura na África e, um mês depois, uma “nova estratégia” econômica para a África Subsaariana, para conseguir assinar novos acordos comerciais preferenciais.

O alvo principal dessa disputa, o petróleo, estimula a expansão em Angola, Congo, Nigéria, Sudão, Sudão do Sul, Chade e, recentemente, Gana. A venda de minerais estratégicos (como estanho, chumbo ou ouro) é o motor do crescimento de Moçambique, República Democrática do Congo, Tanzânia e Zâmbia. E a exportação de produtos agrícolas impulsiona economias agrárias, como a da Etiópia (café), do Quênia (café e chá) e de Malauí (tabaco).

A África do Sul acabou com o regime racista, mas permanece uma forte desigualdade na distribuição da renda

Cenário favorável

Pode-se considerar que a fase atual da economia gera uma maré de otimismo, que ganhou contornos especiais durante a Copa do Mundo de Futebol de 2010, na África do Sul, a maior economia do continente. A África do Sul havia emergido do isolamento internacional após o fim do *apartheid*, em 1994. No regime de segregação racial, mantido desde 1948 pela elite branca descendente dos colonizadores europeus, a população negra do país não podia votar nem tinha direito à propriedade da terra, vivendo em áreas segregadas. Desde a mudança, a nação tem se tornado referência de regime democrático num continente em que proliferam ditaduras e golpes militares, embora a maioria negra não tenha tido uma melhora de vida significativa. Em 2011, a África do Sul foi incorporada ao grupo das maiores economias emergentes, os Brics, acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (*South Africa*, em inglês). Mas o país mantém os desafios comuns à maioria do continente: permanece uma das nações mais desiguais do mundo, econômica e socialmente.

Angola é outra nação com crescimento econômico em que a maioria da população vive na pobreza. É o segundo maior produtor africano de petróleo. Após o fim da guerra civil, em 2002, a economia angolana torna-se uma das que mais crescem no mundo – em 2007, seu Produto Interno Bruto (PIB) se expandiu 23,4%. Há várias obras de infraestrutura no país. Contudo, o aumento do investimento estrangeiro por enquanto pouco ajudou a melhorar sua distribuição da renda e as condições de

vida ali. O setor petrolífero emprega menos de 1% dos habitantes. Politicamente, Angola mantém as características de outras ex-colônias, que passaram por guerras de emancipação, como Moçambique e Zimbábue, e têm governos e partidos centralizadores, nascidos do processo revolucionário. O presidente José Eduardo dos Santos, um dos líderes carismáticos da guerrilha de independência em Angola, está no poder há 33 anos, assim como Robert Mugabe, do Zimbábue, que se encontra há 32 anos na chefia de governo, como primeiro-ministro e, depois, presidente.

Retrato da pobreza

Embora os 874,8 milhões de habitantes da África Subsaariana correspondam a 12,5% da população do planeta, todas as riquezas geradas pelos países da área somaram apenas 1,26 trilhão de dólares em 2011, o que representa menos de 2% do PIB mundial.

Os indicadores sociais da África Subsaariana ainda estão muito aquém da média global, incluindo nações em que a expectativa de vida não chega aos 50 anos, como a República Centro-Africana e o Lesoto. Em vários países, como Uganda, África do Sul, Gana e Senegal, a pressão popular por reformas e a estabilidade política resultam em mais investimentos sociais, em especial em educação e saúde. Os indicadores refletem essa mudança em andamento, ainda muito tímida.

Os últimos dados do Programa de Desenvolvimento da ONU sobre pobreza extrema – pessoas que vivem com menos de 1,25 dólar por dia – revelavam um declínio lento na pobreza na região: de 58% em 1990 para 47,5% em 2008 – as projeções mais recentes, divulgadas em 2012. Fome e doenças ainda fazem com que 118 de cada mil crianças morram antes do quinto ano de vida. Mas, duas décadas atrás, a proporção na África era de 165 crianças mortas por mil. Conflitos armados, doenças e desastres naturais agravam a situação.

☛ **Doenças** – A África Subsaariana é assolada por graves doenças, resultantes da miséria, da fome e da falta de saneamento básico. A região apresenta a maior quantidade mundial de casos de sarampo, poliomielite e cólera, a se-

A maioria dos países é pobre

A África é o continente com o maior número de países entre os menos desenvolvidos: 36 de um total de 46 listados pela ONU, como mostra o mapa abaixo. O critério é a renda per capita e indicadores de saúde e educação, que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Essas nações somam 60% da população do continente, estimada em 1,68 bilhão de habitantes em 2012.

Países com baixo IDH



Fonte: Departamento de Defesa dos EUA, 31/12/2010

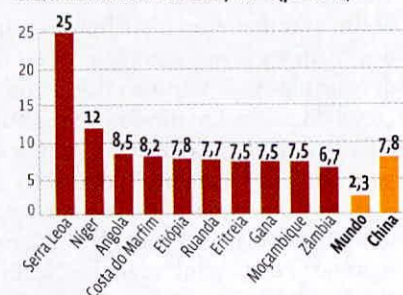
Pouca expressão econômica

Participação dos continentes (em %) do PIB mundial de 2011, que totalizou 69,9 trilhões de dólares



Ritmo acelerado

Crescimento do PIB em 2012, em % (previsão)



Percentual elevado, base fraca Vários países africanos registram as maiores taxas de crescimento econômico nos últimos anos. Note, porém, que elas incidem sobre bases econômicas pequenas. Em 2011, o PIB de Serra Leoa, por exemplo, foi de apenas 2,2 bilhões de dólares.

Fonte: Banco Mundial

As riquezas do continente

Os recursos e as áreas que recebem a maioria dos investimentos estrangeiros

Principais áreas de exploração

- Produção de petróleo e gás
- Produção mineral
- Exploração florestal

Principais recursos energéticos

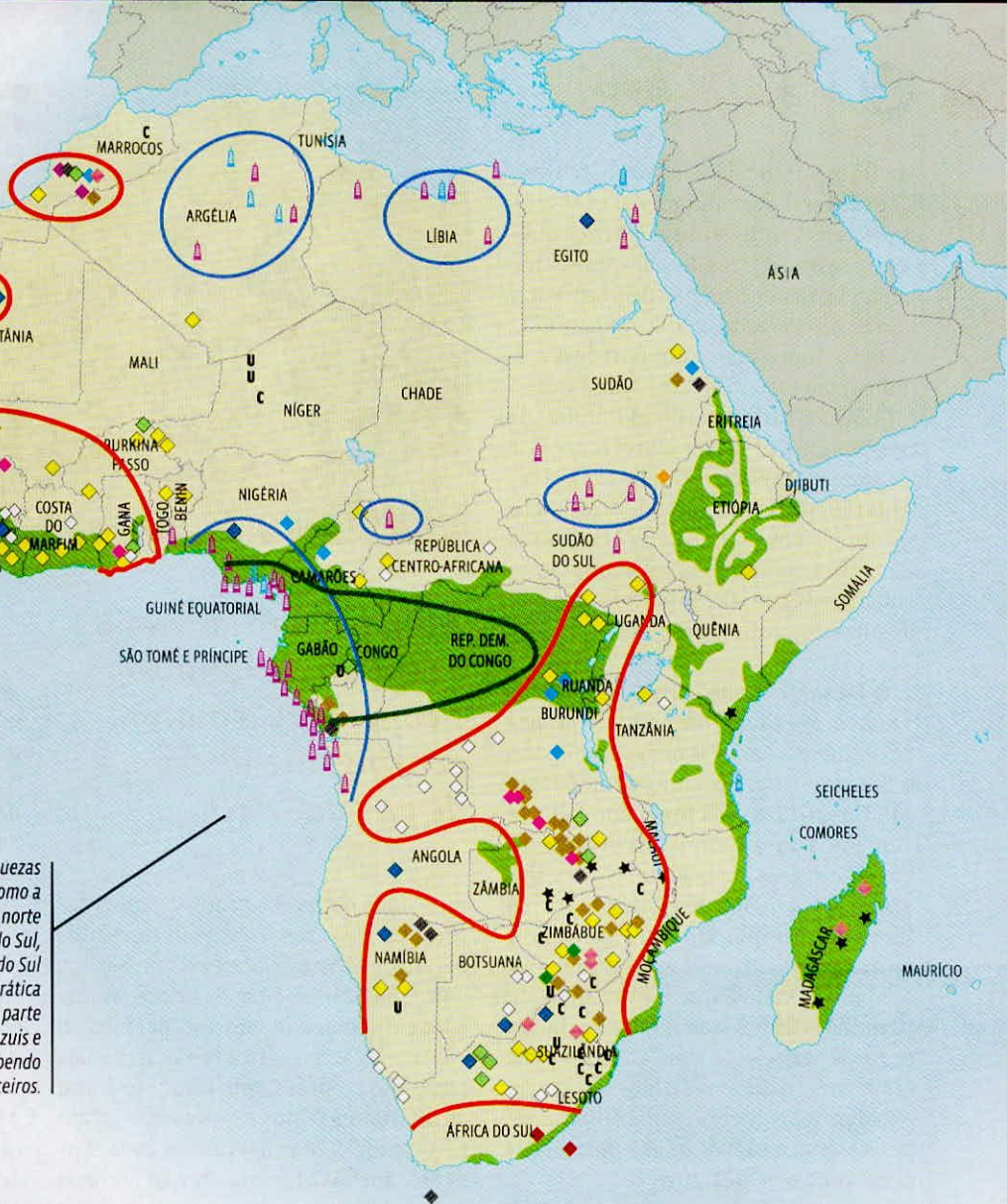
- ▲ Petróleo ▲ Gás natural
- Urânio ■ Carvão

Principais recursos minerais

- ◆ Ouro ◆ Zinco
- ◆ Prata ◆ Manganês
- ◆ Ferro ◆ Bauxita
- ◆ Cobre ◆ Cromo
- ◆ Cobalto ◆ Platina
- ◆ Níquel ◆ Diamante
- ◆ Estanho ★ Outras pedras minerais
- ◆ Chumbo

Floresta tropical

Para ler este mapa, comece identificando as riquezas naturais do continente. Note, por exemplo, como a exploração de petróleo ocorre hoje em várias partes: norte da África (produção mais antiga), sul do Sudão, Sudão do Sul, Chade e o golfo da Guiné. A economia da África do Sul baseia-se na exploração mineral. Na República Democrática do Congo, as áreas de mineração confundem-se em parte com as zonas de conflito. Com as linhas vermelhas, azuis e verdes, você tem uma ideia das regiões que estão recebendo grande parte dos investimentos financeiros.



Fonte: Le Monde Diplomatique

Fronteiras artificiais

Os mapas abaixo mostram a diferença brutal entre as regiões étnicas e culturais da África e as fronteiras políticas impostas pelas potências coloniais. A atual divisão política dos países africanos é resultado da colonização europeia, entre o século XVI e o XX, e foi definida com a Conferência de Berlim (1884-1885). As potências coloniais estabeleceram áreas de domínio e criaram fronteiras que atendiam aos próprios interesses, ignorando os territórios das tribos e das etnias nativas. As nações nascidas com a independência basearam suas fronteiras na divisão política colonial.

Divisão étnica

Antes da colonização europeia, a grande diversidade étnica estabelecia a organização social na África



A partilha do continente

A Conferência de Berlim de 1885 definiu fronteiras arbitrárias e os domínios de cada potência europeia



Fonte: Atlas Histórico Escolar, 8 ed., Fename/MEC, págs. 138, 139

Divisão política atual

Após a independência, os países africanos herdaram as fronteiras artificiais impostas pelas potências coloniais



gunda maior incidência de tuberculose, além de ser devastada por malária e aids. A pior epidemia a atingir a África Subsaariana nas últimas décadas, a aids deixou pelo menos 1 milhão de mortos por ano desde 1998, de acordo com a ONU. A região tem o maior número de infectados pelo vírus HIV no mundo (23,5 milhões, 69% do total de 34 milhões de pessoas em 2011). Nos anos recentes, o Programa das Nações Unidas para HIV/Aids (Unaid) tem conseguido avanços significativos, com queda acentuada em novas contaminações e ampliação considerável do acesso gratuito aos medicamentos antirretrovirais.

☉ **Desastres naturais** – As secas são a mais grave catástrofe natural a atingir o continente. As áreas mais afetadas são o Sahel, o leste africano e regiões do sul. Em 2012, a seca provocou falta de alimentos para 19 milhões de pessoas em sete países no oeste africano. Um ano antes, a região do Chifre da África (Somália, Etiópia, Djibuti e Eritreia) e outras partes do leste sofreram a pior seca em 60 anos, que afetou mais de 10 milhões de pessoas. A falta de chuvas por um período de dois anos foi mais grave na Somália, onde o flagelo agravou a matança da guerra civil. Milhares de pessoas morreram de fome e de doenças decorrentes de desnutrição.

A partilha da África

Os regimes ditatoriais e o grande número de conflitos internos são um forte entrave para o desenvolvimento africano. A África Subsaariana é a região em que a ONU concentra a maior parte de suas forças de paz: no fim de 2012, havia 81 mil soldados em missões em cinco países (Sudão, Sudão do Sul, Costa do Marfim, Libéria e República Democrática do Congo). Algumas missões ocorrem em conjunto com a União Africana, que também mantém tropas na Somália.

Grande parte dos atuais conflitos na África tem origem na intervenção estrangeira no continente. Apesar de explorada pelos europeus desde o século XV, a África mantinha uma dinâmica social própria, com Estados, reinos e impérios autônomos. Porém, no fim do século XIX, as potências europeias iniciaram uma corrida imperialista para controlar as matérias-primas e novos



SUPERVALIOSOS

Minério bruto de cobre e cobalto é embalado na RDC, com destino à Europa: apesar da riqueza, o país tem o pior IDH

A África Subsaariana é repleta de conflitos e concentra o maior contingente de tropas de paz da ONU

mercados para seus produtos manufaturados. Para resolver os desentendimentos, ocorre a Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885. Nela, as principais nações europeias definem uma partilha do continente e criam fronteiras artificiais para suas colônias, sem levar em conta as diferentes tribos e etnias que vivem no território. Mantiveram-se independentes apenas a Libéria – nação fundada por ex-escravos norte-americanos – e a Etiópia, antiga monarquia.

Após a II Guerra Mundial (1939-1945), o modelo colonial entra em decadência, e cresce a pressão para a independência dos países. Isso ocorre no cenário da Guerra Fria, em que EUA e União Soviética disputam a hegemonia no cenário global e buscam ampliar sua influência na região. Em muitos casos, o processo de independência transcorre pacificamente. Contudo, nações como Argélia (França), República Democrática do Congo (Bélgica), Moçambique e Angola (Portugal) enfrentaram guerras duríssimas para conquistar a autonomia.

Criados artificialmente, os novos Estados careciam de um autêntico sentimento de identidade e unidade nacional. Em pouco tempo, começaram violentas disputas pelo poder, sucedidas por golpes e ditaduras militares, que ainda marcam o cenário até hoje. Veja em mais detalhe a situação de alguns países africanos.

☉ **Somália** – Desde 1991, a Somália vive em caos político e institucional, praticamente sem poder central. O atual governo controla apenas parte da capital, Mogadíscio, e uma pequena área no interior graças ao apoio externo de uma força de 8 mil soldados da União Africana. Boa parte do sul está em mãos da milícia islâmica Al Shabab, ligada à rede terrorista Al Qaeda. Há ainda o movimento por autonomia de duas províncias – Somalilândia, no norte, e Puntland, no leste. A falta de um poder central facilita a ocorrência de pirataria nas águas do oceano Índico e do mar Vermelho, a mais estratégica região de navegação comercial do mundo, por onde passa a maior parte do petróleo árabe para a Europa e a América do Norte. Os piratas sequestram navios e exigem pagamento pelo resgate de passageiros, carga e embarcação.

☉ **Sudão e Sudão do Sul** – Em julho de 2011, a África Subsaariana passou a incluir mais uma nação: o Sudão do Sul, que se desmembrou do Sudão, após uma guerra civil iniciada em 1983. O referendo, em janeiro de 2011, no qual a população do Sudão do Sul votou pela separação, encerrou a guerra que deixou cerca de 2 milhões de mortos. Ainda causam controvérsia a exploração de petróleo e gás do sul e a demarcação da fronteira. O norte é mais rico e desenvolvido, mas a maior parte dos campos de petróleo, explorado e comprado pela China, fica no sul, que não tem saída para o mar e depende do norte para escoar a produção por oleoduto até o porto do Mar Vermelho. O Sudão enfrenta outro conflito separatista em **Darfur**, no oeste, que já deixou mais de 300 mil

África

ÁFRICA SUBSAARIANA É toda a extensão central e sul do território africano, delimitada, ao norte, pelo deserto do Saara. É a região mais pobre do mundo, e suas 48 nações somam um Produto Interno Bruto (PIB) de apenas 1,26 trilhão de dólares em 2011, metade do PIB do Brasil no mesmo ano. Muitos países da região vivem uma fase de crescimento econômico acentuado, gerado pela exploração de matérias-primas.

SAHEL Região de transição situada entre o deserto do Saara e as terras mais férteis do centro e do sul do continente. Designa uma área dominada por vegetação de estepes, favorável à agricultura, mas com poucas chuvas e propensa a secas prolongadas – o que resulta em constantes períodos de fome.

COMMODITIES São os produtos econômicos de base, em estado bruto ou semimanufaturados, negociados em bolsas de mercadorias internacionais, provenientes da agropecuária, como o café, o milho e a soja, ou de extração, como os minérios e o aço. Neste século, há demanda crescente desses produtos. As principais commodities africanas são petróleo, gás, ouro, cobre, algodão, café, diamante, cacau, zinco e bauxita.

PARTILHA DA ÁFRICA Para resolverem sua disputa pelo território africano e suas riquezas, as nações europeias realizam a Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885. O encontro dividiu o continente entre Grã-Bretanha, França, Alemanha, Portugal, Espanha, Bélgica e Itália, criando fronteiras artificiais, sem levar em conta os territórios originais das tribos, suas religiões e seus costumes.

MILITANTES ISLAMITAS Definição genérica aplicada a integrantes de grupos extremistas muçulmanos que têm como objetivo criar um Estado religioso, com base na sharia (leis religiosas e código moral do Islã). Parte desses grupos tem ligação com a rede terrorista Al Qaeda, organização responsável pelos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos.

mortos e provocou o deslocamento de 2,6 milhões de pessoas. O conflito tem raízes na disputa por água, terra e poder entre uma minoria nômade de criadores de animais (autodenominada árabe) e uma maioria de agricultores tribais.

☉ **Costa do Marfim** – Maior produtora mundial de cacau, a Costa do Marfim vive uma guerra civil, entre 2002 e 2004, com contorno étnico-religioso. Ela opõe o centro-sul, mais rico e de maioria cristã e animista, ao norte, muçulmano, menos desenvolvido e marginalizado do poder central. A tensão explode novamente na eleição presidencial de novembro de 2010. Alassane Ouattara, do norte, vence, mas Laurent Gbagbo se recusa a entregar o poder. Em 2011, forças rebeldes tomam a capital, Abidjan, e em abril prendem Gbagbo com o apoio de tropas especiais francesas. Gbagbo é extraditado para Haia, na Holanda, para ser julgado por crimes contra a humanidade.

☉ **República Democrática do Congo (RDC)** – Seis países (Angola, Uganda, Ruanda, Burundi, República Centro-Africana e Namíbia) e vários grupos guerrilheiros se envolveram na guerra civil da República Democrática do Congo, de 1998 a 2003, cujo pano de fundo é a disputa por riquezas minerais. Estima-se que mais de 4 milhões de pessoas tenham morrido no conflito. Após o fim da guerra, vários grupos armados

continuam em ação no leste do país e exploram ilegalmente a mineração. Em 2012, o grupo M23, liderado por militares amotinados, toma várias cidades no leste. A violência, que inclui estupro em massa e sequestro de crianças, leva à fuga de cerca de 500 mil pessoas. O Conselho de Segurança da ONU acusa Ruanda e Uganda de fornecer armas e soldados ao M23 durante os ataques e ameaça impor sanções aos dois países, que negam apoiar o grupo. No fim de 2012, a ONU indica que havia na RDC cerca de 1,7 milhão de pessoas refugiadas por causa de conflitos internos.

☉ **Nigéria** – Maior produtora, de petróleo da África, a Nigéria quintuplicou seu PIB entre 2000 e 2011, mas a desigualdade social e as diferenças na distribuição da renda entre o norte (de maioria muçulmana) e o centro-sul (cristão e animista) são motivo de conflitos. O maior problema é a ação do grupo radical Boko Haram, que defende um Estado islâmico. Desde 2010, quando intensificou suas ações, o grupo é responsabilizado por mais de 1,4 mil mortes. Ataques de milícias cristãs e ações repressivas do Exército agravam os embates. ☒

☉ **PARA IR ALÉM** O filme *Hotel Ruanda* (2004) mostra o genocídio da etnia tutsi pelos hutus, ocorrido em Ruanda, em 1994. O país foi colonizado pela Bélgica, que estimulou as rivalidades para facilitar a dominação.

SAIU NA IMPRENSA

BRASIL AMPLIA OS INVESTIMENTOS NA ÁFRICA

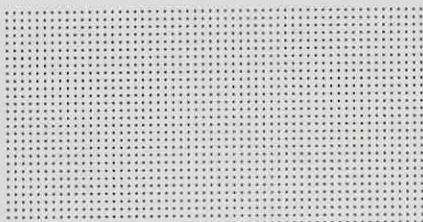
Do *The New York Times*

Em Moçambique, o governo do Brasil está abrindo uma fábrica para a produção de medicamentos de combate à epidemia de Aids. O Brasil está emprestando US\$ 150 milhões ao Quênia para a construção de estradas e aliviar os congestionamentos de trânsito na capital Nairóbi. E, em Angola, a potência petroleira ascendente da África Ocidental, um novo acordo de segurança vai expandir o treinamento de pessoal militar angolano no Brasil. (...)

O conjunto de projetos de assistência e

empréstimos recentemente concedidos a países africanos demonstra as ambições brasileiras de projetar maior influência nos países em desenvolvimento e aproveitar os crescentes atrativos empresariais da África, onde algumas economias vêm crescendo rapidamente, ainda que certas porções do continente continuem a enfrentar guerra e fome. A ofensiva diplomática vem dando resultado em termos de expansão do comércio entre Brasil e África, que cresceu de US\$ 4,3 bilhões em 2002 para US\$ 27,6 bilhões em 2011. (...)

Publicado pela *Folha de S.Paulo*, 16/8/2012

**PROPAGANDA**

Cartaz difunde o nazismo e Hitler em 1933, quando era primeiro-ministro: um golpe em 1934 o tornaria ditador

A Alemanha sob o governo nazista de Adolf Hitler

Há 80 anos, o líder nazista era empossado primeiro-ministro, e só sairia do poder 12 anos depois, ao morrer, no fim da II Guerra Mundial

Em 30 de janeiro de 2013, a chanceler alemã Angela Merkel discursou na abertura de uma exposição dedicada ao início do governo do líder nazista Adolf Hitler (1889-1945). Merkel afirmou que o nazismo “deve ser uma advertência permanente”, e é preciso manter a memória histórica. Isso porque, exatamente 80 anos antes, em 1933, Hitler havia sido nomeado chanceler, no primeiro passo para a criação do regime nazista.

Adolf Hitler nasceu na Áustria, passando a morar em Munique já adulto. Quando eclode a I Guerra Mundial (1914-1918), alista-se voluntariamente no Exército. Após a guerra, adere ao recém-criado Partido Operário Alemão, que se torna o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, o partido nazista, de extrema direita. Ele chega a líder do partido em 1921.

Dois anos depois, Hitler tenta tomar o poder à força no estado da Baviera, com 15 mil homens armados, mas fracassa e vai preso. Na cadeia, onde passa alguns meses, começa a escrever *Minha Luta*, livro que fundamenta o nazismo.

A base para o crescimento do partido nos anos 1920 são a grave crise econômica e o descontentamento com o Tratado de Versalhes, firmado no fim da I Guerra Mundial, pelo qual a Alemanha e outros países derrotados têm de pagar pesadas indenizações aos vencedores, como o Reino Unido e a França. Explorando o ressentimento, os nazistas pregam o militarismo e a expansão territorial. Difundem ainda teses racistas, em defesa de uma “pureza racial” alemã, tachando de inferiores negros, ciganos e judeus – esses últimos compunham uma parcela importante da população alemã.

No início de 1933, o Partido Nazista tinha expressiva representação no Parlamento alemão, mas não a maioria, e se aproveitava da divisão entre os principais partidos de esquerda, os comunistas e os social-democratas. Em meio à crise econômica e institucional, o presidente alemão, Paul von Hindenburg, nomeia Hitler chanceler – cargo equivalente ao de primeiro-ministro, ou seja, chefe de governo. É o começo de um período de violência, conflitos e guerra para a Alemanha.

Já no início de seu governo, Hitler põe os comunistas na ilegalidade e, depois, torna o Partido Nazista o único legal. Em agosto de 1934, Hindenburg morre, e Hitler assume seus poderes, estabelecendo a ditadura, que os nazistas chamavam de III Reich (em alusão a dois períodos anteriores da história alemã). As instituições do Estado alemão começam a aplicar os preceitos nazistas. Os sindicatos são fechados. A produção cultural e a educação passam para o controle nazista. A propaganda política ganha destaque. Um estado policial e grupos armados impõem um regime de terror.

Em 1938, as forças alemãs anexam a Áustria e os Sudetos, região da Tchecoslováquia. A invasão da Polônia marca o início da II Guerra Mundial em 1939.

Alemanha, Itália e Japão formam uma aliança militar, o Eixo, que deflagra uma ofensiva até 1942. Estados Unidos, URSS e China se juntam ao Reino Unido e França para formar o bloco dos Aliados. Durante a guerra, as forças nazistas promovem o Holocausto, o extermínio de 6 milhões de judeus nos territórios sob seu controle.

A virada na guerra começa com a derrota do Exército alemão para os soviéticos na Batalha de Stalingrado, no início de 1943. Em 6 de junho de 1944, os exércitos Aliados promovem o Dia D, o desembarque na Europa continental, para encurralar os nazistas.

Diante da tomada de Berlim pelos soviéticos, Hitler suicida-se em 30 de abril de 1945, com a mulher, Eva Braun. A rendição da Alemanha é assinada em 8 de maio. O país é ocupado pelas forças aliadas e dividido em dois (Alemanha Ocidental e Oriental) até 1990, quando há a reunificação. ☒



AFP/COLLECTION ROGER-VIOLET

Os desafios da Rússia

Principal herdeiro da ex-União Soviética, o país busca firmar-se como potência econômica, ao mesmo tempo em que lida com o encolhimento de sua população

PAÍSES QUE FORMAVAM A EX-UNIÃO SOVIÉTICA COM A RÚSSIA

KALININGRADO
é um enclave russo entre a Polônia e a Lituânia, à beira do mar Báltico. Foi criado no fim da II Guerra Mundial (1945) e abarca a parte norte da antiga Prússia Oriental.

por Yuri Vasconcelos infográfico Estúdio Caracol

A cadeia formada pelos montes Urais divide a Rússia entre os dois continentes.



MOSCOU, a capital russa, é uma metrópole com mais de 11 milhões de habitantes. A segunda maior cidade é São Petersburgo. Fundada em 1703 pelo czar Pedro, o Grande, era chamada de Leningrado até 1991.

A **CHECHÊNIA**, república de maioria muçulmana, é um foco de tensão. Além de um movimento separatista, fundamentalistas religiosos lutam por um Estado islâmico.

* Antiga Bielo-Rússia

A população encolhe na Rússia europeia

Diferença entre nascimentos e mortes, por mil habitantes, por unidade federativa, em 2012. A população russa diminui, como mostra o gráfico ao lado. Mas há uma nítida divisão entre a Rússia europeia e a asiática. No lado europeu, a população encolhe ou cresce muito pouco; no asiático, há forte expansão, com destaque na região dos Urais.

Evolução da população para cada 1.000 habitantes, em 2012*



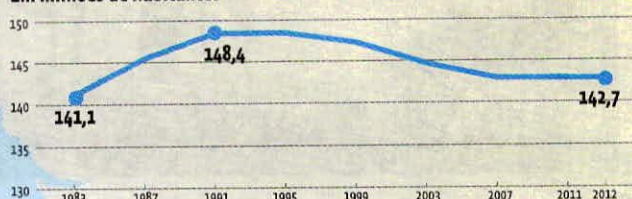
*de jan. a out.

Fonte: Federal State Statistics Service of Russia, 2012

Evolução demográfica (em milhões de habitantes)

A população atingiu o pico em 1991, ano do fim da URSS, e, depois, começou a encolher

Em milhões de habitantes



Alasca (EUA)

Estreito de Bering



A **SIBÉRIA** e o **EXTREMO ORIENTE** são as regiões menos habitadas da Rússia. Na Iakútia, a densidade populacional é de apenas 0,2 habitante por quilômetro quadrado. Em compensação, Moscou registra 10,4 mil pessoas por quilômetro quadrado.



Maior país do mundo em território, a Rússia abrange um oitavo da superfície terrestre. Uma das cinco potências nucleares e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, estende-se pela Europa e Ásia e abriga a 9ª maior população do planeta. Cerca de 80% dos russos vivem na parte europeia, limitada a leste pelos montes Urais. Nas duas últimas décadas, sua população diminuiu.

A Rússia foi palco da primeira revolução comunista vitoriosa da história, em 1917, que deu origem à União Soviética. Mas a URSS desmembrou-se em 1991, originando 15 países, dos quais o principal é a Rússia, cuja economia abriu-se para o mercado. Após uma desorganização econômica nos anos 90, a nação voltou a crescer. Seu território é dividido em oito regiões, subdivididas em 83 unidades federativas: 21 repúblicas, nove províncias, 46 regiões administrativas, quatro distritos autônomos, uma região autônoma e duas cidades federais (Moscou e São Petersburgo). Convivem na nação 130 etnias, algumas com aspirações separatistas.



FEDERAÇÃO RUSSA (nome oficial) (ROSSIYSKAYA FEDERÁTSIYA) **Área:** 17.075.400 km² **Capital:** Moscou **População:** 142,7 milhões (2012) **Composição da população:** russos 80,9%, tártaros 3,9%, ucranianos 1,4%, bashkires 1,1%, chuvaches 1,1%, chechenos 1,1%, outros 10,5% (2010) **Idiomas:** russo (oficial) e várias línguas das repúblicas **Governo:** República com forma mista de governo **Divisão administrativa:** 21 repúblicas (RE), 9 províncias (PR), 46 regiões administrativas (RA), 4 distritos autônomos (DA), uma região autônoma (RAU) e duas cidades federais (Moscou e São Petersburgo) **PIB:** US\$ 1,9 trilhão (2011)

PETRÓLEO

Segunda maior produtora de petróleo no mundo, a Rússia é uma potência energética. As principais áreas petrolíferas ficam no oeste da Sibéria e perto do mar Cáspio.

Moscou puxa o PIB

Produto Interno Bruto, por unidade federativa, em bilhões de dólares, em 2008

Moscou e sua região administrativa concentram 25% do PIB russo. Outros importantes centros econômicos do país são Tiumen e Khanti-Mansi, nos Urais, vigorosos polos industriais baseados na exploração de petróleo e gás.

Em bilhões de dólares

- Acima de 150
- 50 a 150
- 20 a 50
- 10 a 20
- 5 a 10
- 1 a 5
- menos de 1



Fonte: Federal State Statistics Service of Russia

Contrastes no IDH

Índice de Desenvolvimento Humano, por unidade federativa, em 2009

A Rússia tem alto IDH, indicador que mede a qualidade de vida. Seu IDH foi de 0,755 em 2011 (o do Brasil, 0,718). Todas as regiões têm índices acima de 0,7, na escala de 0 a 1. Olhe o mapa ao lado: as regiões com os PIBs mais altos obtêm bons níveis de IDH.

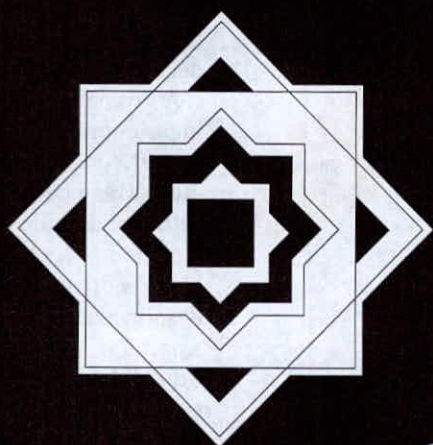
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2009

- 900
- 850 a 900
- 800 a 850
- 750 a 800
- 700 a 750



Fonte: National Human Development Report for the Russian Federation 2011

DOSSIÊ



Mundo Árabe

**Dois anos
de revolução
permanente**



**Os países do norte
da África e do
Oriente Médio
vivem momento
de mudanças e
incertezas**

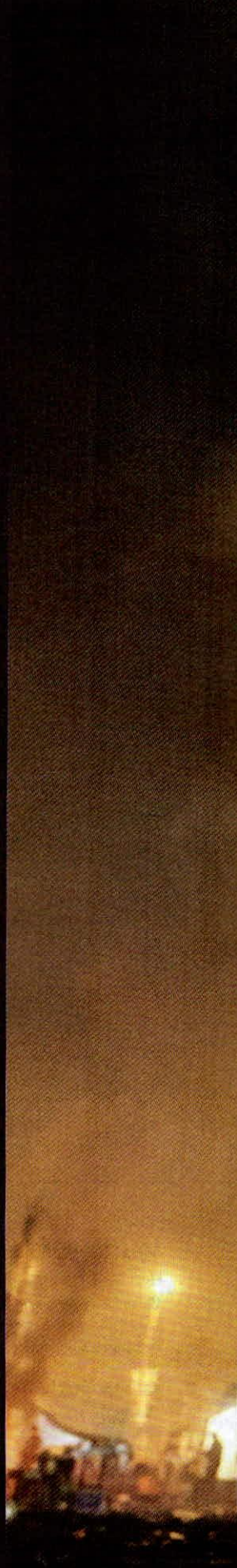
por Giovana Moraes Suzin

Infográfico Multi/SP

NÃO PARA

Manifestante na
praça Tahir, no Cairo,
em janeiro de 2013,
com a bandeira do
Egito: dois anos
depois da queda de
Mubarak, prosseguem
os protestos, agora
contra o presidente
Mohammed Mursi

MAHMOUD KHALED/AFP







A história de um povo nascido no deserto



O profeta Maomé funda o islamismo, há 1,4 mil anos, na região da península Arábica, e dá origem à população árabe, cujo território se expande até formar um império

Manifestações populares, crises políticas e econômicas profundas, insurgências armadas, intervenção militar externa e lutas sectárias. Tudo isso, nos últimos dois anos, abala os alicerces do Oriente Médio e do norte da África, onde boa parte dos países compõe o **mundo árabe** – nações cujas populações compartilham, em sua maioria, a religião islâmica e a língua e a cultura árabes.

Muitos dos países da região vivem sob regimes autocráticos, no qual a autoridade se concentra nas mãos de um único partido ou pessoa. Em vários deles, além de autoritária, a elite dominante é corrupta. Em geral, os dirigentes se mantêm no poder amparados por forças militares. Enquanto isso, com o agravamento da situação econômica, a população sobrevive em condições de pobreza. Os jovens escolarizados são diretamente atingidos, pois, apesar da qualificação, não encontram emprego.

De leste a oeste, as populações locais têm exercido um papel ativo ao exigir mudanças. As revoluções na Tunísia e no Egito, que abriram a Primavera Árabe há pouco mais de dois anos, não se restringem apenas ao enfrentamento com a velha ordem. Tão ou mais intrincado é o processo de construção de um sistema democrático, a principal reivindicação das manifestações populares, em sociedades com um histórico restrito a governos autoritários.

Em certa medida, todos os demais países da região lidam com problemas que envolvem seu sistema político, alianças internas e externas e anseios

democráticos. Diversos componentes se misturam nesse caldeirão em ebulição, como a atuação de grupos religiosos fundamentalistas, o enriquecimento de urânio para fins nucleares e o conflito por terra entre palestinos e Israel. Há muitas mudanças em curso no mundo árabe e no Oriente Médio. Só não existe trégua, mas isso não é de hoje.

O surgimento do Islã

No início do século VII, surgiu em Meca, cidade da Arábia Ocidental, um movimento religioso monoteísta. Um comerciante chamado Mohamed (conhecido em português como Maomé) passou a convocar homens e mulheres à submissão à vontade de Deus, expressa no que ele e seus seguidores aceitavam como mensagens divinas reveladas a ele e que, mais tarde, foram consolidadas num livro, o *Alcorão*.

Entre os 6.326 versículos da obra sagrada dos muçulmanos, há desde instruções para o casamento até regras sobre como o governante deve agir na cobrança de impostos. O *Alcorão* é um livro religioso abrangente, que aborda

questões econômicas, jurídicas e políticas. As doutrinas contidas no corpo da obra são os fundamentos da legislação de diversos países muçulmanos.

O islamismo reivindica para si a mesma origem do judaísmo e do cristianismo: Maomé seria descendente de Abraão, o patriarca bíblico que, há cerca de 4 mil anos, teria feito uma aliança com Deus para que sua semente prosperasse por todo o planeta. Hoje, mais da metade da população do mundo (cerca de 3,8 bilhões de pessoas) segue uma dessas três crenças. Apesar de terem a mesma raiz, a expansão de cada uma delas provocou, no decorrer da história, muitos conflitos, ligados sempre à conquista de novos territórios para os estados aos quais cada religião era ligada.

Em nome da nova religião, o Islã, exércitos recrutados entre os habitantes da Arábia invadiram os territórios vizinhos e fundaram um novo Império, o Califado, que conquistou parte do Império Bizantino e todo o Império Sassânida, que então dominavam a região. No auge de sua expansão, estendeu-se da Ásia Central até a Espanha (*veja o mapa na pág. ao lado*). A unidade política do Califado durou até o século X, mas a identidade social e cultural desenvolvida por ele continuou até hoje: grande parte da população daquelas regiões se tornou muçulmana (ou seja, seguidores do Islã), e a língua árabe foi difundida e consolidou-se na literatura e em sistemas de lei, teologia e espiritualidade.

Durante os séculos XV e XVI, os territórios de língua árabe foram dominados pelo Império Otomano, fundado por guerreiros vindos da Ásia Central. O Império era um estado burocrático,

ORIENTE MÉDIO. MUNDO ÁRABE E SUAS TRANSFORMAÇÕES

O Oriente Médio é uma região com árabes, turcos, persas, curdos e judeus. O mundo árabe inclui países do Oriente Médio, norte da África e região do Saara.

O Oriente Médio faz parte da Ásia, tem muito petróleo e pouca água. Integra Irã e Turquia, com populações islâmicas não árabes, e Israel, país judeu. Já o mundo árabe ocupa a área que vai do oceano Atlântico ao golfo Pérsico, abrangendo o norte da África e boa parte do Oriente Médio. A maneira mais utilizada para identificar as nações árabes é a sua participação na Liga Árabe.



AS MUDANÇAS NO CENÁRIO



1 IMPÉRIO ÁRABE O nascimento da religião islâmica é o motor do surgimento e da expansão do mundo árabe. O fundador do Islã foi Maomé (570-632), cujas vitórias militares definiram um território e iniciaram a expansão do Império Árabe.

622 A 750

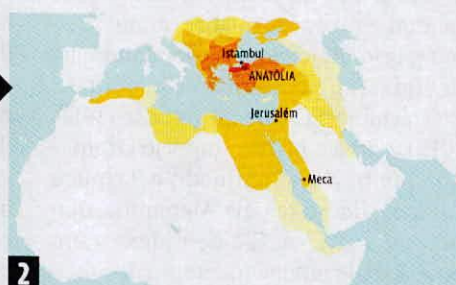
EXPANSÕES
 ● Profeta Maomé (622 a 632)
 ● Califado Patriarcal (632 a 661)
 ● Califado Omiada (661 a 750)

O Califado chegou a locais onde estão hoje Paquistão, oeste da China, sul da Rússia, Turquia, Iêmen e Marrocos. Em 711, o Califado domina quase toda a península ibérica, levando sua cultura para a Europa. É o auge da expansão.

1300 A 1683

EXPANSÕES
 ● Território Otomano em 1300
 ● 1300 a 1359
 ● 1359 a 1451
 ● 1451 a 1481
 ● 1512 a 1520
 ● 1520 a 1566
 ● 1566 a 1683

Depois da Anatólia Central, os otomanos estendem seus domínios, tomam Constantinopla (Istambul), invadem os Bálcãs e chegam às portas de Viena, atual capital da Áustria.



2 IMPÉRIO OTOMANO Vindos da Ásia Central já convertidos ao islamismo, os otomanos fundam um império no século XIII que se prolonga até o início do século XX. O império toma Constantinopla em 1453 e a transforma em Istambul.



3 I GUERRA MUNDIAL As vésperas da I Guerra Mundial (1914-1918), parte da região integrava o Império Otomano, já reduzido. Outros territórios estavam sob o controle britânico, francês e italiano. Alguns países já estavam independentes.

1800 A 1914

EXPANSÕES
 ● Território Otomano em 1800
 ● 1800 a 1859
 ● 1859 a 1914

CONTROLE EM 1914
 ● Britânico
 ● Francês
 ● Italiano
 ● Espanhol

INFLUÊNCIA EM 1914
 ● Rússia
 ● Britânica
 ● Territórios independentes
 ● Império Otomano em 1914

1920 A 1939

EXPANSÕES
 ● Território Otomano em 1920
 ● 1920 a 1939

COLÔNIAS E PROTETORADOS
 ● Britânico
 ● Francês
 ● Italiano
 ● Espanhol

INFLUÊNCIA EM 1939
 ● Rússia
 ● Britânica
 ● Territórios independentes
 ● Império Otomano em 1939



4 II GUERRA MUNDIAL A configuração política da região, decidida a partir dos acordos secretos de Sykes Picot e de acertos entre França e Reino Unido, mostrou-se muito instável, com governos ditatoriais sob influência externa.



ISRAEL DE PÉ

O comandante sírio
Mahmoud Bey Mahdi,
em 1948: o ataque dos
países árabes não pôde
impedir o nascimento
do Estado judeu

que abrigava populações de diversas religiões dentro de um único sistema administrativo e sob uma legislação com base no Islã. O equilíbrio entre os governos locais e o poder central otomano começa a mudar no século XVIII. A partir do século seguinte, países europeus passam a dominar parcelas crescentes de território em todos os continentes. O surgimento da produção fabril em larga escala – com a Revolução Industrial – e as mudanças nas comunicações levaram à expansão do comércio europeu para os quatro cantos do mundo. E não foi só isso que cresceu: o poderio militar das nações (algumas recém-formadas) aumenta, e o Império Otomano reage mudando sua organização e administração militar.

O término da I Guerra Mundial (1914-1918) marca o fim do Império Otomano, que havia se alinhado à Tríplice Aliança, liderada pela Alemanha, que perdeu a guerra. Ele deu lugar a um novo Estado independente, a Turquia, e as províncias árabes foram postas sob o controle britânico e francês. Em alguns lugares, o poder dominante fez acordos com as potências europeias e adquiriu certa autonomia, como no Iraque, mas em outros a relação continuou sendo de controle colonial, como na Palestina. A configuração geográfica desses países, bem como as elites selecionadas para ocupar o poder pelas potências dominantes, Reino Unido e França, levavam em conta dois componentes:

- a política de reforço da dominação regional de britânicos e franceses, devido à descoberta de extensas jazidas de petróleo naquela área;
- as disputas entre as elites árabes.

Herança colonial

A II Guerra Mundial muda a estrutura de poder no mundo, com a emergência das superpotências Estados Unidos e União Soviética, e leva ao fim do domínio britânico e francês no Oriente Médio. As inúmeras intervenções externas na região, no geral, provocaram mais problemas do que soluções para as questões internas dos países árabes. Em meio a tanta história de conflitos, o mais perene e difícil de superar vem sendo travado numa pequena porção de terra. Seus protagonistas são árabes palestinos e israelenses. No fim do século XIX, teve início o movimento sionista (veja na pág. 84), que objetivava a fundação de um Estado judeu na Palestina. Na época, os judeus foram estimulados a migrar para a região, então província do Império Otomano.

No período final da I Guerra Mundial, com a Declaração Balfour (1917), os britânicos, que passariam a dominar a região, dão seu apoio à formação de um Estado judeu. Começa então uma migração maciça, que se amplia após a II Guerra Mundial (1939-1945), como

resultado do Holocausto, o assassinato de milhões de judeus pelos nazistas. A fundação de Israel, em 1948, estabelece um Estado com apoio ocidental em meio a uma região árabe.

Ao mesmo tempo, um movimento ganha força na região: nas décadas de 1950 e 1960, surge o Pan-Arabismo, liderado pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser. O movimento exaltava o nacionalismo árabe, aspirava à união dos países árabes e reafirmava o direito de autodeterminação desses povos, principalmente os palestinos, população sem Estado. O discurso de Nasser era anti-imperialista e antissionista, e defendia reformas para promover o desenvolvimento econômico e social da região. A derrota do Egito, da Síria e da Jordânia na Guerra dos Seis Dias, em 1967, contra Israel, porém, abre um período de desunião entre os líderes dos vários países árabes.

Com a decadência do colonialismo após a II Guerra Mundial, os países da região haviam ganhado independência, mas as potências buscaram manter sua influência, favorecendo a ascensão de governantes com os quais mantivessem acordos, e, em diversos casos, passam a oprimir minorias alijadas do poder, como os curdos, presentes em diversos países. Alguns presidentes das nações árabes nas décadas de 1950 a 1980, como Nasser, traziam novos projetos nacionais, mas centralizavam o poder e desenvolviam uma política personalista. Muitos deles eram oficiais das Forças Armadas, e sua autoridade se ligava à ação para acabar com a tirania das monarquias, com o fundamentalismo religioso e a pobreza entre a população árabe.

**Na década de 1950
surge o Pan-Arabismo,
liderado pelo egípcio
Nasser, promovendo o
nacionalismo árabe**

UNIDADE ÁRABE

Reunião da Liga Árabe, na década de 1950 (à dir.), e Nasser, em 1958, aclamado pela multidão (abaixo): período nacionalista e de defesa da união dos países da região



Nova era

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos, executados pela rede terrorista Al Qaeda, liderada pelo saudita Osama bin Laden, inauguram um novo cenário geopolítico mundial, em especial para as populações árabes. No mesmo ano, os EUA iniciam a guerra no Afeganistão, país asiático com população muçulmana, vizinho ao Oriente Médio. Em 2002, George W. Bush, então presidente norte-americano, define a nova

estratégia de segurança nacional, chamada de **Doutrina Bush**. Nela, os EUA resumem as relações internacionais ao embate entre “forças do bem” (sociedades democráticas e seus aliados) e “forças do mal” (organizações/países que patrocinam o terrorismo). Na lista de inimigos, divulgada e redefinida periodicamente por Washington, existiam nações e organizações árabes e muçulmanas. Assim, criou-se uma polarização entre os países ocidentais e o mundo islâmico (veja na pág. 36).

Com essa base, os norte-americanos reforçam sua presença militar em todos os continentes e ampliam seu orçamento bélico. Em 2003, os Estados Unidos invadem o Iraque sem a aprovação da ONU e com o auxílio do Reino Unido (veja mais na pág. 80). Depois de derubado o regime de Saddam Hussein, a ocupação no Iraque toma um rumo complexo, com a multiplicação de grupos armados e um conflito que se estendeu até 2011.

Após o 11 de Setembro, o nome de Osama bin Laden ganha fama mundial, inspirando terroristas islâmicos não apenas no Iraque. Vários grupos se autodenominando Al Qaeda (que significa “a base”, em árabe), ou agindo em nome de seus objetivos, passaram a organizar atentados na Europa, na África e no Oriente Médio. A Al Qaeda transforma-se em uma organização com estrutura descentralizada e difusa, operando com braços autônomos.

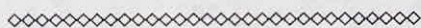
Nesse período, o discurso extremista de Bin Laden (morto pelos EUA em 2011) perdia apelo. Contribuiu para isso a violência indiscriminada da Al Qaeda, que matou milhares de muçulmanos no mundo árabe – em especial no Iraque – sob o pretexto de combater as tropas ocidentais. Sua falta de influência real ficou evidente nas revoltas populares que sacudiram a região desde janeiro de 2011. A multidão tomou as ruas na Tunísia, no Egito e em outros países do mundo árabe por liberdade e democracia, e não pela implantação de Estados islâmicos, como defendido por Bin Laden e por grupos fundamentalistas islâmicos. A ampla mobilização popular se distancia dos métodos usados por pequenos grupos de ação clandestina.



A primavera que virou outono



Os movimentos
populares
derrubaram
governos, mas
construir Estados
democráticos exige
um caminho longo e
cheio de conflitos



A Síria em estado de guerra

A repressão do ditador sírio Bashar al-Assad às manifestações contra o regime evoluiu para uma guerra civil, protagonizada por rebeldes que contam com apoio externo, em armas e homens, que enfrentam as forças oficiais há dois anos. A situação na Síria agravou-se a ponto de o ditador Bashar al-Assad afirmar, em junho de 2012, que o país vive “em estado de guerra”. A crise recente é a mais séria ameaça à ditadura da família Al-Assad, estabelecida há mais de 40 anos. O conflito matou, pelas estimativas da ONU, 60 mil pessoas entre março de 2011 e dezembro de 2012. Cerca de 30 mil pessoas estão refugiadas na Turquia.

O pai do atual presidente, Hafiz al-Assad, chegou ao poder liderando um golpe militar em 1970. Para se sustentar, instituiu um complexo sistema de alianças – e entender como esse sistema funciona é essencial para compreender o conflito. O clã Al-Assad pertence à minoria alauíta (cerca de 10% da população), parte do ramo xiita do islamismo. Para se manter no poder,

Hafiz obteve apoio político de líderes da maioria sunita (75%), os prósperos mercadores das cidades de Aleppo e Damasco, que formam a elite econômica síria. Sunitas e xiitas são as duas grandes vertentes do islamismo. Aos cristãos (10%), Hafiz oferece proteção. Os postos-chave do governo e das Forças Armadas ficam nas mãos de um círculo leal de alauítas.

O ditador imprime um caráter laico ao Estado sírio, o que favorece o convívio entre as várias comunidades religiosas. Por outro lado, o regime utiliza um vasto aparato de segurança e inteligência, que persegue e sufoca a oposição. Quando Bashar assumiu a Presidência, após a morte do pai, em 2000, havia a expectativa de que o jovem líder fosse iniciar uma abertura política, o que não ocorreu. Assim, os setores descontentes se recolhem, à espera de um enfraquecimento do regime.

A insatisfação com a ditadura transbordou para as ruas logo após as revoluções na Tunísia e no Egito, no início de 2011. As manifestações pró-democracia começam em março daquele ano e se alastram pelo país. Bashar envia tropas para acabar com os protestos.

A violenta resposta do governo estimula parte da oposição a pegar em armas para derrubar o regime, com o apoio de governos no exterior, como o do Catar. A criação do Exército Livre da Síria (ELS) por um ex-coronel do Exército, em agosto de 2011, marca o início da rebelião armada. A deserção de soldados e a adesão de ativistas fazem com que cresça a influência do ELS, que, no fim do ano, controla partes do território do país. As forças sírias ampliam a repressão.

Do início de 2011, revoluções jovens, modernas e seculares depuseram os ditadores da Tunísia e do Egito, causando uma onda de revoltas que avançou além de suas fronteiras.

Esses movimentos de protesto ganharam o nome de Primavera Árabe. A queda do ditador Zine al-Abidine Ben Ali, na Tunísia, representou uma novidade para a região: pela primeira vez, um governante foi deposto pela força do próprio povo mobilizado nas ruas. A derrubada do ditador Hosni Mubarak, no Egito, o país mais influente e populoso do mundo árabe, contribuiu para espalhar os protestos pela região.

No entanto, a Primavera Árabe, que num primeiro momento encheu de esperança a população árabe, tomou rumos complexos, com os choques de interesses entre grupos políticos e forças econômicas e militares. A repressão aos protestos provocou levantes armados de grupos com apoio estrangeiro, intervenções militares externas e multiplicou as áreas de conflitos. Após meses de combates, outros dois ditadores foram depostos, ainda em 2011: Muammar Kadafi, na Líbia, e Ali Abdullah Saleh, no Iêmen.

Como se pode observar, na busca da soberania popular, nada é simples nem fácil. Na Tunísia, o novo governo manteve no poder membros do regime deposto. No Egito, os militares se apegaram ao poder e frearam as mudanças. Na Líbia, a desagregação do país e as rivalidades entre os grupos frustram os anseios por democracia. A Síria está mergulhada em profunda violência.

RECURSOS NATURAIS E ECONÔMICOS

O Oriente Médio e o norte da África apresentam abundância de petróleo, mas escassez de água. Mesmo com boa renda per capita, a pobreza é grande em vários países.

Campos de petróleo e gás

PIB em milhões de dólares, 2011

Fonte: Banco Mundial

Escassez de água

Extrema
Alta
Média

Fonte: Maplecroft

A principal economia da região, a da Turquia, é a 18ª no mundo. Repare que os maiores produtores de petróleo são também alguns dos países com maior atividade econômica.



A PROSPERIDADE DAS ECONOMIAS

Renda per capita, em dólares, em 2011

Catar	80.440
Kuwait*	48.900
Emirados Árabes Unidos	40.760
Israel	28.930
Omã*	19.260
Arábia Saudita	17.820
Barein*	15.920
Líbia**	12.320
Turquia	10.410
Líbano	9.110
Irã**	4.520
Argélia	4.470
Jordânia	4.380
Tunísia	4.070
Marrocos	2.970
Síria*	2.750
Iraque	2.640
Egito	2.600
Sudão*	1.300
Djibuti*	1.280
Iêmen	1.070
Mauritânia	1.000

Repare na diferença da riqueza por habitante entre os países da região. Os extremos são a Mauritânia e o Catar.



QUEM TEM PETRÓLEO

Reservas de petróleo, maiores do mundo e nações árabes, em bilhões de barris, 2011



Fonte: OMC

Os países com economia baseada na extração de petróleo e gás, como a Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes, são fortemente exportadores. Mais de 40% da atividade produtiva desses países é voltada para as vendas externas. É uma fragilidade, pois os mercados oscilam. Isso não acontece com a Turquia, por exemplo, cuja atividade econômica é muito mais diversificada.



A PERSISTÊNCIA DA POBREZA

Porcentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza (2 dólares por dia, 2005)

Mauritânia	52,6%
Argélia	24,6%
Marrocos	24,3%
Egito	18,5%
Iêmen	11,1%
Irã	8,3%
Tunísia	3,0%

Fonte: World Development Indicators 2012, Banco Mundial



OS MAIORES GASTOS MILITARES

Investimento do governo destinado às Forças Armadas de cada país, sem considerar o salário dos militares (milhões de dólares)

Arábia Saudita	45.200
Turquia	17.400
Emirados Árabes Unidos	16.100
Israel	14.000
Irã	10.600

Fonte: The Military Balance 2012 - The International Institute for Strategic Studies (IISS)

*2010 **2009.
Não há dados para Somália e territórios palestinos. Fonte: Banco Mundial



MARTIN BUREAU/APP

A importância da Síria

A Síria tem um papel importante no jogo de alianças no Oriente Médio, e uma intervenção militar externa poderia detonar um conflito em toda a região. O regime sírio forma com o Irã e o grupo Hezbollah, do Líbano, um “arco xiita” que se opõe a Israel e disputa a hegemonia no Oriente Médio com as monarquias sunitas. Enquanto os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE) apoiam Israel e as monarquias petrolíferas do Oriente Médio, a Rússia é o mais importante aliado da Síria.

Na ONU, os EUA e os países europeus fazem pressão para que o Conselho de Segurança (CS) aprove uma resolução de condenação ao regime sírio, estipulando um embargo internacional. Mas o texto é barrado no CS, pelo veto de Rússia e China, aliadas do Irã. Sem consenso para uma ação militar, os EUA, a UE e a Liga Árabe – comandada por Arábia Saudita e Catar – pedem a renúncia de Bashar e decretam sanções contra a Síria. Os rebeldes contam com o apoio da Turquia, que oferece bases ao ELS. A Arábia Saudita e o Catar também enviam armas e muni-

ções para o ELS. O suporte da Turquia à oposição síria eleva a tensão entre os dois vizinhos. Em dezembro de 2012, a Otan, aliança militar ocidental, da qual a Turquia faz parte, autoriza a instalação de baterias antimísseis na fronteira.

Os Estados Unidos e a União Europeia relutam em armar a oposição, que se encontra fragmentada. Os EUA temem que as armas sejam desviadas por extremistas islâmicos ligados ao grupo terrorista Al Qaeda, que podem estar misturados aos rebeldes.

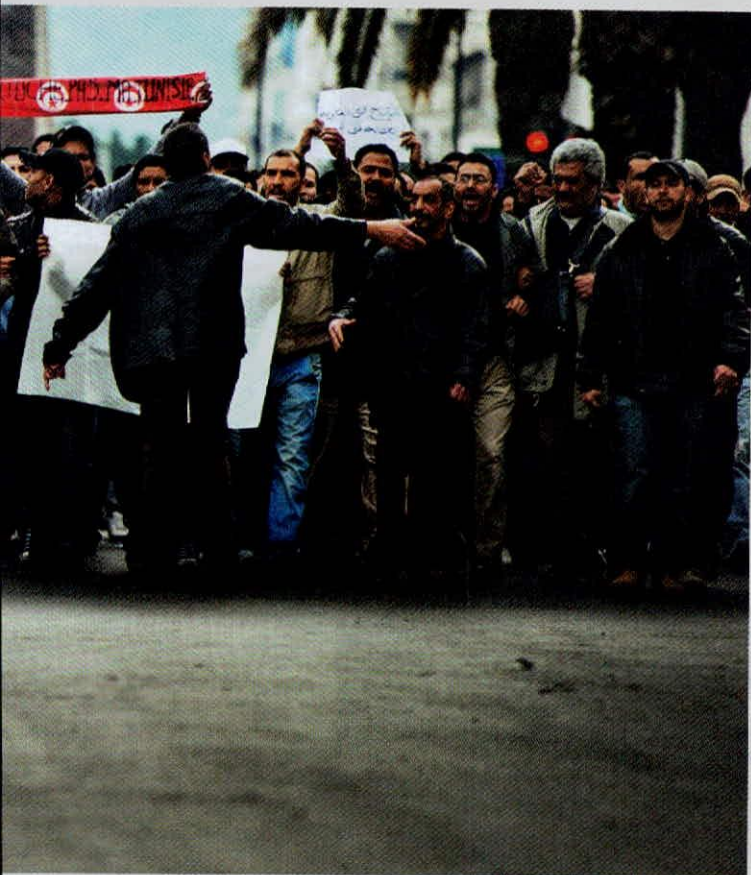
Uma intervenção militar externa na Síria pode detonar um grande conflito em todo o Oriente Médio

Evolução do conflito

Milícias paramilitares alauítas ligadas ao governo – chamadas de *shabiha* – são acusadas de executar mulheres e crianças em vilas sunitas. Os massacres de Taldou (108 mortos, em maio de 2012) e Cubair (78 mortos, em junho) sinalizam a guerra sectária, ou seja, com base em diferenças religiosas ou étnicas.

O ELS intensifica as ações armadas e chega a Damasco, a capital, onde entra em choque em junho de 2012 com a Guarda Republicana, responsável pela segurança do presidente. A chegada dos embates ao centro do poder desperta o temor de que o ditador possa recorrer a armas químicas para barrar os rebeldes. Em novembro, o ELS consolida o controle sobre a província petrolífera de Dayr az Zawr, no leste, conquista bases militares e amplia o acesso a armamentos pesados.

Por enquanto, 15 mil integrantes do ELS enfrentam um Exército de 220 mil homens. Assim, a maior ameaça ao regime é a erosão dos pilares da ditadura – a lealdade da cúpula militar alauíta e o suporte político da elite sunita.



FORÇA DAS RUAS

Manifestação contra a ditadura na Tunísia, em janeiro de 2011: a derrubada do ditador Ben Ali deu a partida na Primavera Árabe, que vem abalando as estruturas de poder nos países da região

Os problemas do Egito

Dois anos após o início dos protestos que derrubaram o ditador Mubarak, o Egito ainda vive uma situação instável, pois há um precário equilíbrio de poder entre o presidente eleito, Mohammed Mursi, e os militares, que continuam com grande poder institucional. Há ainda a pressão das ruas, que não parou nos últimos meses.

A comunidade internacional acompanha atentamente os acontecimentos no país, porque, na condição de nação mais populosa e influente do mundo árabe, os rumos do Egito exercem papel importante no destino da região. A situação preocupa, em especial, os EUA e Israel, pois o Egito se tornou um estratégico aliado dos dois países desde que firmou os acordos de Camp David, em 1979, reconhecendo o Estado judeu. Para os israelenses, é essencial que o Egito mantenha o acordo em vigor, e, neste contexto, os EUA enviam uma ajuda financeira anual às Forças Armadas egípcias (veja mais na pág. 84).

O islamita Mursi assumiu a Presidência em 30 de junho de 2012, após ven-

cer eleições inéditas no país. O evento histórico deveria inaugurar um novo período na vida do povo egípcio, ao encerrar décadas de supremacia dos militares no poder e iniciar um período democrático. Mas isso não ocorreu, pois a junta militar à frente do governo provisório – por desconfiança em relação à Irmandade Muçulmana, à qual Mursi é ligado – resolveu, pouco antes da posse, dissolver o Parlamento dominado pelos islamitas, esvaziar o poder da Presidência e tentar se manter como a autoridade máxima do Estado.

A desconfiança vem do fato de que a Irmandade Muçulmana é a maior e mais antiga organização islâmica do país, que, por décadas, lutou na clandestinidade contra o regime militar. Mesmo proibido, o grupo liderava a oposição. Seus líderes disputavam assentos no Parlamento como independentes (o Egito aceitava candidaturas avulsas). Como força organizada, a Irmandade teve um papel secundário na revolução de 2011, mas tornou-se a grande vitoriosa nas eleições para o Parlamento. O Partido Liberdade e

Justiça (PLJ), seu braço político, ficou perto da maioria absoluta. Os salafistas (grupo fundamentalista) elegeram a segunda maior bancada.

A hegemonia dos islamitas incomoda setores como a minoria cristã e os liberais e laicos, que temem a implantação de um Estado islâmico, regido pela sharia (lei religiosa inspirada no Islã). A postura da Irmandade contribui para isso. Embora seus líderes defendam um Estado não religioso, inspirado em alguns princípios religiosos, como na Turquia, seu programa não é claro.

A primeira grande crise eclode em março de 2012, quando a Corte de Justiça dissolve a Assembleia Constituinte nomeada pelo Parlamento por causa do predomínio dos islamitas. Nos meses seguintes, a Irmandade negocia com partidos liberais e seculares a escolha de um painel mais representativo da sociedade egípcia.

O clima de apreensão aumenta com as eleições presidenciais, em maio. Engenheiro com carreira nos EUA, Mohammed Mursi é considerado um conservador religioso – durante a campanha, promete adotar a sharia e promover reformas radicais no governo. Como a conquista da Presidência levaria a Irmandade a concentrar o poder no Executivo e no Legislativo, os militares decidem intervir. Antes do segundo turno, o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) suspende o Parlamento e assume os poderes legislativos. No fim da votação, quando as pesquisas já apontam a vitória de Mursi, o CSFA decreta uma Constituição interina e passa a controlar o orçamento nacional, a segurança interna e as relações exteriores. O CSFA também se outorga o poder de veto na elaboração da Constituição.

No final, Mursi vence, mas assume a Presidência com autoridade limitada e o desafio de negociar com os generais a continuidade da transição democrática no Egito. Ainda é cedo para dizer se o objetivo do CSFA é tomar de fato o poder pela força, como ocorreu nos anos 1990 na Argélia, palco de um golpe militar após a vitória eleitoral dos islamitas. O cenário indica que a junta militar queira se manter como um poder real, para forçar a Irmandade à negociação permanente no exercício do governo.



GIANLUIGI GUERCI/ATP

DE VOLTA À PRAÇA

Manifestação na praça Tahir, no Cairo, em novembro de 2012: a volta das multidões ao cenário de protestos do início da Primavera Árabe

A Líbia desagregada

Na fronteira oeste do Egito, a Líbia enfrenta uma situação difícil. O país teve em julho de 2012 as primeiras eleições desde 1964 para o Congresso. Em agosto, o Conselho Nacional de Transição (CNT), que liderava oposição à ditadura de Muammar Kadafi e assumiu o governo após sua queda, elege Mohammed Magariaf para presidente. Quem assume o cargo de primeiro-ministro, em outubro, é Ali Zidan, um advogado de direitos humanos. O novo governo enfrenta uma realidade de desagregação do país e tenta conter as rivalidades regionais e impor sua autoridade sobre grupos armados que converteram o território em feudos semiautônomos.

A revolta que derrubou Kadafi, o mais antigo ditador do mundo árabe, foi um dos momentos capitais das turbulências que afetam a região. Durante meses, as forças de Kadafi sofreram bombardeios da Otan, aliança militar ocidental, e resistiram ao avanço dos rebeldes, até a tomada de Trípoli, a capital, em agosto de 2011. O fim dos

conflitos ocorreu em outubro, após a execução do ditador pelos rebeldes.

Desde o início, o maior desafio do CNT foi controlar as milícias locais (*katibas*) que proliferaram no período de guerra civil e depois passaram a lutar entre si, espalhando a violência pelo país. O CNT procura desmobilizar as *katibas* e submetê-las a um comando central, mas os grupos pegam em armas para assegurar interesses próprios.

O novo governo líbio busca garantir a unidade do país, dividido em três

Após o fim da ditadura de Kadafi, a Líbia vive dificuldades para superar a rivalidade entre as três regiões que compõem o país

regiões: a **Cirenaica**, no leste, com centro em Benghazi; a **Tripolitânia**, no oeste, onde fica Trípoli; e **Fezzan**, no sudoeste. Após a independência líbia, em 1951, as regiões desfrutaram relativa autonomia. Depois de chegar ao poder, em 1969, Kadafi estabelece o controle direto sobre as províncias, mas também acentua as disputas regionais, ao concentrar a riqueza na Tripolitânia, área de seu grupo étnico, e negligenciar a Cirenaica, foco de oposição.

Na Líbia pós-Kadafi, as lideranças da Cirenaica passam a reivindicar o retorno ao federalismo, e pesa na disputa o controle pelas reservas de petróleo. A maior parte delas está na Cirenaica. Os anseios por autonomia encontram forte resistência no CNT, que teme a desintegração do país e não cogita abrir mão da região rica em petróleo. Existe a perspectiva de realização de uma Assembleia Constituinte para dar forma a novas instituições no país. Mas o pleito ainda não aconteceu, devido às divergências sobre o tamanho da representação de cada região na Assembleia e as formas de tomar as decisões.

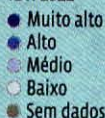
QUESTÕES SOCIAIS: EDUCAÇÃO, MULHERES, RELIGIÃO

Enquanto alguns países do mundo árabe se destacam pelas boas condições sociais e avanços em questões como as de gênero, outros espantam pelas desigualdades

Taxa de analfabetismo, população acima de 15 anos, em 2010



IDH 2011



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (Pnud)

O desenvolvimento humano apresenta contrastes. O ranking do IDH considera educação, renda e saúde. Barein, Emirados Árabes, Catar e Israel estão bem; os piores são Sudão, Djibuti, Mauritânia e Iêmen.



HOMENS X MULHERES

Diferenças sociais entre homens e mulheres

Classificação entre 146 países	Índice de Igualdade de Gênero* (zero a um), em 2011
146* Iêmen	0,769
135* Arábia Saudita	0,646
128* Sudão	0,611
126* Mauritânia	0,605
117* Iraque	0,579
111* Catar	0,549
104* Marrocos	0,510
92* Irã	0,485
86* Síria	0,474
83* Jordânia	0,456
77* Turquia	0,443
76* Líbano	0,440
71* Argélia	0,412
51* Líbia	0,314
49* Omã	0,309
45* Tunísia	0,293
44* Barein	0,288
38* Emirados Árabes	0,234
37* Kuwait	0,229
22* Israel	0,154

* São avaliados 146 países, em quesitos como mortalidade materna, participação feminina no Legislativo e no mercado de trabalho, incidência de gravidez na adolescência e uso de contraceptivo. Não há dados sobre Djibuti, Egito, Somália e territórios palestinos. Fonte: ONU

A QUESTÃO DE GÊNERO

A Arábia Saudita, que faz parte do grupo de países com IDH elevado, apresenta uma das piores classificações quando o assunto é igualdade de gênero. Lá, as mulheres são proibidas de viajar, trabalhar ou estudar no exterior. Também não podem se casar, pedir divórcio ou entrar em hospital público sem receber permissão de seus guardiões (pais, maridos ou irmãos).

A QUESTÃO RELIGIOSA

Um fator importante de tensão no Oriente Médio são os conflitos religiosos. Mesmo no âmbito do islamismo, as correntes sunita e xiita servem como base para grupos que disputam o poder e influenciam na condução da vida política de cada país e também nas alianças com seus vizinhos.



Como Estado judeu, Israel é o único país da região sem maioria de muçulmanos.



RELIGIÃO E GOVERNO

Crença religiosa da população, em %

● Sunitas ● Xiitas ● Outros

País	Religião	Governo
Arábia Saudita	93,3% Sunitas, 3,4% Xiitas, 3,3% Outros	Monarquia sunita
Turquia	82,5% Sunitas, 15,0% Xiitas, 14,0% Outros	República parlamentar
Síria	74,0% Sunitas, 12,0% Xiitas, 14,0% Outros	Ditadura sob controle de alaíitas (ramo xiita)
Iraque	62,5% Sunitas, 3,0% Xiitas, 34,5% Outros	República parlamentar sob liderança xiita
Líbano	34,1% Sunitas, 44,7% Xiitas, 21,2% Outros	República parlamentar
Irã	86,1% Sunitas, 3,8% Xiitas, 10,1% Outros	República Islâmica xiita

Fontes: Calendário Atlante de Agostini 2012, ALMANAQUE ABRIL 2013



GORAN TOMASEVIC/REUTERS

Percalços na Tunísia

Foco inicial das revoltas populares que se espalham pela região, a Tunísia foi o primeiro país da Primavera Árabe a realizar eleições livres, após a derrubada de Ben Ali. Com uma população pequena, homogênea e educada, uma identidade nacional coesa e uma instituição militar desengajada, o país apresenta as melhores chances de adotar com êxito um regime democrático.

À semelhança do Egito, as forças islâmicas ganharam espaço no processo eleitoral. O partido islamita Ennahda (Renascença) conquistou a maior bancada na Assembleia Constituinte. O partido adota a moderação e se coliga com forças não religiosas para designar um governo até as eleições gerais. Em março de 2012, o Ennahda anuncia o caráter laico da nova Constituição, que não deverá mencionar a sharia.

A tensão interna elevou-se, porém, quando os conservadores salafistas, que defendem um Estado islâmico, passaram a promover ações violentas e protestos. Em fevereiro de 2013, o líder da oposição, Chukri Bel Aid, é

assassinado, e sua morte abre uma crise política. Protestos ganham as ruas. Os salafistas são apontados como culpados, e o governo, por não coibi-los. Bel Aid era um dos principais críticos ao governo islâmico da Tunísia e à violência de grupos extremistas. Em meio à crise, o primeiro-ministro Hamadi Jebali pede demissão, após não obter consenso para formar um governo técnico. O novo primeiro-ministro, Ali Larayedh, assume pedindo apoio popular e unidade para consolidar a democracia.

Na Tunísia, aumenta o confronto interno entre a ideia de democracia e a implantação de um Estado religioso

Iêmen e Barein

No Iêmen, a nação mais pobre do mundo árabe, as manifestações populares pela renúncia de Ali Abdullah Saleh, com mais de 30 anos no poder, colocam a nação à beira da guerra civil. Surgiram violentas disputas entre clãs rivais na capital, Sanaa, e houve um avanço dos extremistas islâmicos ligados à Al Qaeda, no sul. Após um ano de conflito, Saleh deixa o poder, em fevereiro de 2012, quando os iemenitas elegem um novo presidente – Abdul Rahman Mansur al-Hadi.

A prioridade do novo governo é restaurar a estabilidade e a segurança, sobretudo no sul, onde o governo lança uma campanha militar para retomar o controle sobre redutos dos extremistas, com o auxílio dos drones norte-americanos – aviões de espionagem e ataque não tripulados (veja na pág. 37). A região é um dos principais alvos dos Estados Unidos na ação contra o terrorismo internacional.

No Barein, as manifestações da comunidade xiita – 70% da população – contra a dinastia sunita são a mais



grave ameaça a uma monarquia do golfo Pérsico em décadas. Mas, diferentemente da Síria, os governantes do Barein são aliados das potências ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, que abrigam na pequena ilha do golfo Pérsico a sede de sua quinta frota naval. O movimento popular por democracia e pelo fim da discriminação à população xiita acabou violentamente reprimido, com a participação decisiva de tropas militares vindas da vizinha Arábia Saudita (que também reprimiu os seus protestos internos).

Com a revolta esmagada, o rei do Barein, Hamad al-Khalifa, convoca uma comissão para avaliar os abusos cometidos contra os manifestantes. O relatório conclui que foi usada força excessiva e acusa a polícia de torturar prisioneiros. Em seguida, o rei forma um comitê para discutir reformas políticas. A iniciativa é vista com ceticismo pelas lideranças xiitas, que voltam a organizar protestos em abril de 2012. Em outubro, em meio a uma nova onda de revoltas, o governo proíbe a realização de manifestações.

Mali

Os conflitos desencadeados pela Primavera Árabe atingiram países próximos que nem pertencem ao mundo árabe, como o Mali. País da região sul do deserto do Saara, o Mali iniciou 2013 em grave crise, cuja origem são grupos armados vindos da Líbia, de onde muçulmanos tuaregues, população não árabe, retornam com armas. Eles buscam a independência do norte do país, pois se dizem marginalizados.

Em janeiro de 2012, aliam-se à Al Qaeda e ao grupo radical islâmico Ansar Dine e lançam uma ofensiva. Os rebeldes tomam cidades do norte do Mali, como a histórica Timbuktu, e mais de 500 mil pessoas fogem. Nos territórios conquistados, os radicais islâmicos impõem a sharia. Em janeiro de 2013, a França envia ao país 2,5 mil soldados e bombardeia áreas rebeldes, com o aval da ONU e apoio de forças norte-americanas. A intervenção externa faz com que os rebeldes recuem. Então, países da Comunidade do Oeste Africano (Ecowas) enviam mais soldados, ampliando a presença militar externa.

VIOLÊNCIA SEM FIM

Vista dos arredores de Damasco (à esq.) e o fim de Kadafi: confrontos na Síria e na Líbia evoluíram para guerras civis, com grandes prejuízos e perdas humanas

SAIU NA IMPRENSA

TRANSIÇÃO INCERTA E INACABADA

Por Juliano Machado

(...) Não há receitas prontas para a transição de regimes autoritários a democráticos. Cada país, com suas circunstâncias, tem sua história. O Egito, de certa forma, está no mesmo trilho de outros países que enfrentam essa mesma transição. Na maioria dos casos, o processo é lento. Muitos aparentes recuos são apenas a comprovação de que o regime anterior reconhece a existência de um novo cenário e tenta se acomodar a ele de alguma maneira. (...)

Naquele momento [em que a população derrubou o antigo governo], o voto de confiança dado ao Exército revelava a falta de sintonia entre os jovens da Praça Tahir, que desencadearam os protestos contra Mubarak, e a Irmandade – contra quem pesa a suspeita de querer instaurar um Estado autoritário baseado em leis islâmicas. (...)

O Egito já conseguiu realizar um pleito democrático, mas está claro que o governo eleito, seja qual for, não conseguirá se desvincular tão cedo da interferência das Forças Armadas. O desafio egípcio será saber conduzir uma retirada gradual dos militares da vida política. (...) O Egito pode se espelhar em dois países islâmicos que conseguiram “domar” seus militares: Indonésia e Turquia. (...)

Não é simples fazer o mesmo no Egito, onde se estima que as Forças Armadas controlem até 40% da economia.(...)



Afeganistão e Iraque: o inferno não acabou



Tropas dos Estados Unidos deixaram o Iraque em 2011 e ainda permanecem no Afeganistão, mas, após uma década de combates, os países ainda vivem conflitos internos

Quando a Primavera Árabe chegou, em 2011, abalando vários governos, espalhou-se por uma região já bastante sacudida por conflitos, aguçados desde 11 de setembro de 2001, quando as torres gêmeas, em Nova York (EUA), foram derrubadas por um ataque terrorista da rede Al Qaeda, de Osama bin Laden. No mesmo ano, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão, país da Ásia Central, vizinho ao Oriente Médio. Em 2003, foi a vez do Iraque, onde a intervenção militar durou oito anos. Assim que os Estados Unidos saíram, no fim de 2011, o país mergulhou em uma guerra sectária. No Afeganistão, onde as tropas norte-americanas permanecem, há uma escalada de conflitos com as milícias do Talibã. A região está em ebulição.

Após a ocupação no Iraque

Os Estados Unidos invadiram o Iraque em 2003, para terminar com o regime de Saddam Hussein, hostil aos norte-americanos. A alegação para isso (que depois não se confirmou) era de que o país acumulava armas de destruição em massa. O objetivo de fato era assegurar a influência sobre a estratégica região, que guarda uma das maiores reservas de petróleo do mundo (veja o mapa na pág. 73). Desde a chegada dos norte-americanos, o país mergulhou numa espiral de conflitos entre seus principais grupos populacionais: xiitas (60% da população), sunitas (20%) e curdos (15%). Além de lutarem entre si, havia a resistência armada às tropas dos EUA. A causa central dos conflitos internos foi a aliança política do co-

mando militar norte-americano com a elite xiita. A marginalização dos sunitas – nos quais Saddam se apoiava para governar – desencadeou a insurgência sunita contra os EUA e os xiitas. Entre os combatentes sunitas havia nacionalistas, partidários de Saddam Hussein e milícias ligada a Osama bin Laden, como a Al Qaeda no Iraque, criada em 2004. A principal milícia xiita é o Exército Mahdi, liderado pelo clérigo Muqtada al-Sadr, que promoveu uma violenta campanha contra os soldados estrangeiros, até ser derrotado, em 2008.

As mudanças políticas internas começaram em 2005. A coalizão xiita Aliança Iraquiana Unida venceu as eleições organizadas pelas tropas de ocupação. Pela primeira vez na história do país, os xiitas chegaram à chefia do governo. A Assembleia Nacional Provisória (ANP) forma um governo transitório e redige o projeto de nova Constituição, que desagradou aos sunitas por prever a possibilidade de criação de federações autônomas no norte (curdos) e no sul (xiitas), regiões que concentram as jazidas de petróleo. A Aliança Iraquiana

Unida venceu as eleições para o Parlamento, mas não conseguiu a maioria absoluta. Um novo governo é nomeado, com o xiita Nuri al-Maliki como primeiro-ministro. O curdo Jalal Talabani mantém-se na Presidência.

Apesar das eleições, a violência no país aumenta e atinge seu pico em 2006 e 2007. Diminui depois, com o envio de mais soldados e com os acordos obtidos com milícias sunitas. Em 2008, o governo dos EUA, ainda com George W. Bush, anuncia o fim da ocupação militar até 2011. Ela ocorre aos poucos, e as operações de combate são gradualmente transferidas para as forças do Iraque.

Nas eleições de 2010, nenhuma legenda obtém a maioria no Parlamento. Maliki continua no cargo, ao formar uma coalizão com o bloco não religioso Iraquiya, apoiado pelos sunitas. Mas a partilha do poder não ocorreu, e Maliki acumula funções, atuando como ministro da Justiça, do Interior e da Defesa. Os Estados Unidos encerram a ocupação no fim de 2011. Com a guerra no Iraque, foram consumidos trilhões de dólares e 4,4 mil soldados perderam a vida. No período, mais de 110 mil civis iraquianos também morreram.

Um dia após a retirada das tropas, o mais proeminente líder sunita do Iraque, o vice-presidente Tariq al-Hashemi, torna-se fugitivo no próprio país, pois o primeiro-ministro xiita Nuri al-Maliki manda prendê-lo, sob a acusação de terrorismo. Al-Hashemi busca proteção no Curdistão, no norte do Iraque. Em setembro de 2012, a Corte Suprema Penal do Iraque o condena à pena de morte por crimes de terrorismo. Foragido, Hashemi responde que a ação tem motivação política.



Maliki marginaliza os sunitas de seu país e se aproxima dos xiitas próximos ao governo do Irã, em especial do clérigo Moqtada Al-Sadr. A crise no governo impulsiona reivindicações de autonomia para as províncias de maioria sunita, e Maliki veta a proposta. A oposição à autonomia também acontece por causa do conflito na Síria, onde a revolta ameaça derrubar o governo alaúita (xiita). O governo do Iraque teme a formação de um bloco unindo as áreas sunitas iraquianas com uma Síria eventualmente sunita. Líderes do oeste do Iraque admitem, em 2012, que militantes e armas estão passando por eles para chegar à Síria. A cooperação entre os sunitas coloca Maliki em alerta, pois a crise síria pode sair de suas fronteiras.

Internamente, o número de atentados cresce, ameaçando a unidade do Estado iraquiano. A maioria atinge alvos xiitas, além da polícia e do Exército. Muitas das ações são atribuídas ao grupo Estado Islâmico do Iraque, vinculado à Al Qaeda. Nas cidades de maioria sunita, o povo ganha as ruas, em manifestações antigoverno.

LIMPANDO A ÁREA
Soldado dos Estados Unidos realiza uma detonação controlada no sul do Afeganistão: a previsão é reduzir as tropas, mas manter sua presença até 2014

Mais violência no Afeganistão

Os EUA invadiram o Afeganistão em 2001 e derrubaram o regime fundamentalista do Taliban, acusando-o de dar abrigo ao grupo Al Qaeda. Em seu lugar, foi empossado um governo aliado do Ocidente, sustentado por tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Mas a guerrilha islâmica ressurgiu com força no sul e no leste do território nos últimos anos, usando como base as áreas tribais do oeste do vizinho Paquistão.

Vários incidentes em 2012 envolvem tropas norte-americanas e recebem amplo repúdio no Afeganistão. Em janeiro, surge um vídeo no qual soldados dos EUA urinam sobre corpos de afeganes. No mês seguinte, militares dos EUA mandam incinerar, segundo eles por engano, exemplares do *Alcorão*, livro sagrado dos muçulmanos. Em março, um sargento assassina 17 pessoas (incluindo nove crianças). O massacre leva o presidente afegane, Hamid Karzai, a criticar a presença das tropas externas.

O Taliban não dá tréguas, e a escalada de violência continua. Os EUA conseguiram derrotar o Taliban na província de Kandahar, mas os ganhos militares são considerados “frágeis e reversíveis”, por causa da incapacidade do governo do Paquistão de caçar os guerrilheiros em seu território. No início de 2013, o presidente Obama anuncia a retirada de metade do contingente militar dos EUA no Afeganistão até 2014. Já a Otan estuda manter de 8 mil a 12 mil militares no Afeganistão após 2014, em missões de formação e treinamento, além de apoio ao Exército afegane.



O Irã sob pressão



**Isolado
externamente
em razão de seu
programa nuclear,
o país corre o risco
de perder o maior
aliado, o sírio Bashar
al-Assad, e ainda
enfrenta graves
dificuldades em sua
economia**

Há anos, o programa nuclear do Irã é alvo de pressões internacionais. A questão nuclear ocupa o centro das disputas que opõem o Irã aos Estados Unidos e a Israel. As acusações de que o país ambiciona fabricar a bomba atômica provocaram sanções econômicas internacionais – as últimas, impostas pelos EUA, foram iniciadas em agosto de 2012. Impedido de comercializar livremente seu produto mais lucrativo, o petróleo, o país enfrenta uma séria crise econômica.

No plano político, a tensão é elevada com a ameaça de que Israel pode atacar as instalações nucleares do Irã. Mas não é só com Israel que o Irã mantém rivalidade. A Arábia Saudita é um inimigo histórico, com quem disputa influência no Oriente Médio. Num esforço para fortalecer o país, o presidente Mahmoud Ahmadinejad busca estreitar alianças com Líbano, Iraque, Egito e Síria. Mas a Primavera Árabe torna as alianças incertas e frágeis.

As revoltas também afetaram internamente o Irã. A população foi às ruas para reivindicar mudanças, mas as manifestações foram abafadas. Porém, a crise na economia e a alta de preços causam novos protestos em outubro de 2012. Os iranianos culpam o presidente pela situação e exigem mudanças.

País importante no Oriente Médio, o Irã possui uma população muçulmana, xiita em sua maioria, mas não árabe, e sim persa. A nação saiu da esfera de influência norte-americana em 1979, quando a Revolução Islâmica depôs o regime do xá Reza Pahlevi, aliado dos EUA, e instaurou em seu lugar

um regime teocrático. Após a chegada à Presidência do conservador Ahmadinejad, eleito em 2005 e reeleito em 2009, a situação se aguçou, porque o presidente iraniano, com uma retórica incendiária, defende o fim do Estado de Israel e questiona a ocorrência do Holocausto – a execução de 6 milhões de judeus na II Guerra Mundial.

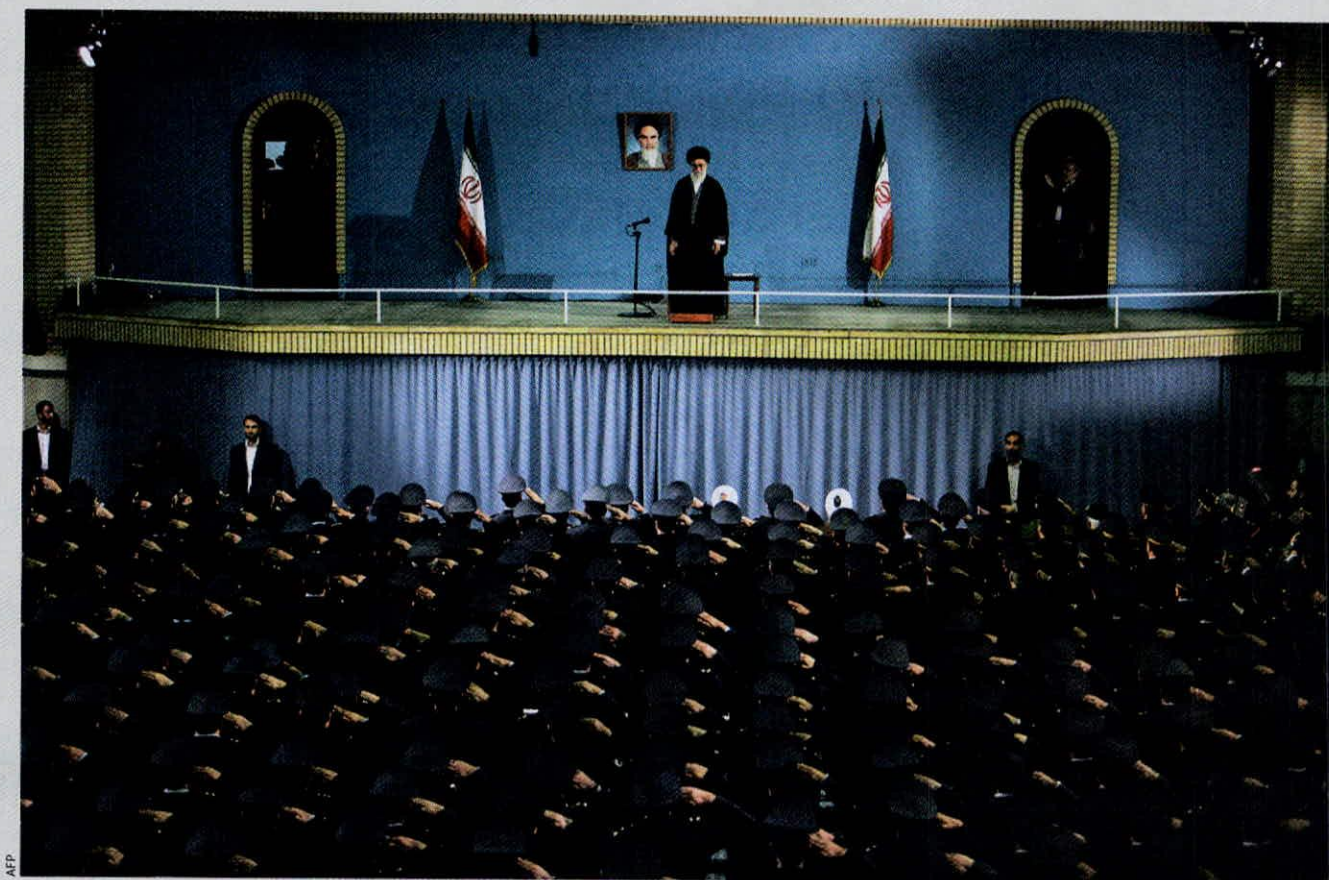
Nos últimos anos, a hostilidade agravou-se diante da determinação de Teerã em prosseguir com seu programa nuclear – acusado pelos países ocidentais de ter como objetivo não declarado a obtenção da bomba atômica. Ahmadinejad defende o “direito inalienável” de o Irã atuar na área nuclear, pois afirma que o país busca a geração de energia (o programa começou com apoio dos EUA no regime do xá). O Irã é signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e afirma que cumpre rigorosamente os seus pontos, incluindo o que prevê vitórias externas sobre o enriquecimento de urânio para fins pacíficos. Mas a Agência Nuclear de Energia Atômica (Aiea), encarregada de inspecionar as

atividades nucleares, já declarou que desconfia de que o país esteja desenvolvendo a capacidade de produzir armas nucleares. Com base nas suspeitas e com a pressão dos EUA, a ONU passou a aprovar pacotes de sanções contra o Irã, a partir de 2006.

A crise mais recente começou no fim de 2011, quando a Aiea detalhou aspectos das atividades iranianas que só fazem sentido se o objetivo for a obtenção da bomba atômica. Os EUA e a União Europeia (UE) anunciaram sanções severas para restringir as vendas de petróleo iranianas no exterior, a maior fonte de receita do país.

Em resposta, porém, as autoridades iranianas elevaram o tom de sua postura desafiadora. No início de 2012, o Irã ameaçou fechar o estreito de Ormuz – estratégica rota marítima que liga os portos de exportação de petróleo no golfo Pérsico ao oceano Índico – se as sanções fossem ampliadas e realizou exercícios navais na região. Os EUA reagiram, afirmando que não irão tolerar nenhum bloqueio. Como um quinto do petróleo vendido no mundo passa pelo local, Washington mantém forte presença naval no golfo Pérsico, para assegurar sua livre circulação.

Em maio de 2012, a Aiea descobriu rastros de urânio enriquecido a mais de 20%, limite para o uso com fins pacíficos (a bomba exige enriquecer urânio acima de 90%). O governo iraniano defendeu-se afirmando que o enriquecimento acima do padrão pode ter ocorrido por falha técnica. Diante das evidências, os EUA anunciam novas sanções contra os setores petroquímico e de energia do Irã, em agosto de 2012.



AFP

Xadrez geopolítico

O regime iraniano é apontado como o grande patrocinador de grupos extremistas que atuam contra Israel, como o Hamas palestino, na Faixa de Gaza, e o xiita Hezbollah, no Líbano. Seu maior aliado na região é o governo da Síria, também inimigo de Israel. As relações com os israelenses encontram-se em momento de alta voltagem. Israel não é aderente ao TNP e é considerado internacionalmente um país com arsenal nuclear, embora não confirme isso. O governo de Teerã acusa Israel de ter assassinado quatro cientistas nucleares iranianos para prejudicar o seu programa. Já Israel afirma que o Irã está por trás dos atentados contra funcionários de suas embaixadas na Índia e na Geórgia, em 2012.

A influência regional do Irã vem correndo o risco de um sério abalo com o conflito na Síria. Se o regime sírio de Bashar al-Assad cair, o Irã fica sem um corredor para abastecer o Hamas e o Hezbollah, e perde seu maior aliado.

O Irã tenta ampliar sua influência no Oriente Médio estreitando relações

CHEFE DE ESTADO

O aiatolá Khamenei é saudado por oficiais da Força Aérea, em fevereiro de 2013: no regime teocrático, o líder religioso é também chefe político



com comunidades hostis aos norteamericanos em países estratégicos. Um dos esforços de Ahmadinejad é no sentido de reforçar os laços com o Líbano, o Hezbollah e a população xiita do país, além do novo governo do Egito. O Irã também se aproxima do Iraque por meio de uma aliança com o clérigo Muqtada al-Sadr, uma das principais lideranças xiitas do país. Al-Sadr comanda uma coalizão de partidos que apoia o primeiro-ministro xiita Nuri al-Malik (veja mais na pág. 80).

Questões domésticas

Internamente, o regime iraniano sofreu um sério abalo em 2009, quando multidões tomaram as ruas da capital, Teerã, em gigantescas manifestações contra a reeleição de Ahmadinejad. Uma repressão brutal dispersou os protestos. O governo iraniano reprimiu rapidamente as manifestações no início das revoltas árabes.

Uma disputa interna por poder entre o presidente e o líder religioso supremo Ali Khamenei torna-se pública em 2011, pela nomeação de ministros. Ao mesmo tempo, Ahmadinejad está tendo de lidar com vários problemas. A economia apresenta graves dificuldades – crescimento lento, desemprego alto e corrupção. Com o embargo internacional, as exportações de petróleo caíram de forma expressiva, comprometendo as finanças nacionais. Um dos resultados é a inflação, o que levou a população às ruas de Teerã em outubro de 2012. O governo perde popularidade. Nesse cenário, há uma insatisfação crescente com a falta de democracia, vista como uma ameaça pela teocracia iraniana.



A paz entre palestinos e israelenses continua distante



Apesar da vitória diplomática palestina na ONU, a existência de um Estado fica difícil com os novos assentamentos israelenses

Israelenses e palestinos estão em conflito há tanto tempo – mais de seis décadas – que parecem nunca sair dos noticiários. Entra ano, sai ano, o impasse se prolonga, e a paz permanece como um objetivo distante. Para os governantes de Israel, a Primavera Árabe trouxe pre-ocupações com mudanças radicais que possam afetá-los, vindas sobretudo do Egito. Assim, adicionou-se mais tensão em um cenário já conturbado.

Em um dos primeiros capítulos da Primavera Árabe, os egípcios ocuparam as ruas e derrubaram o ditador Mubarak, no país que faz a fronteira sul com Israel e a Faixa de Gaza. Acontece que, desde 1979, o Egito é o principal aliado árabe dos EUA e de Israel no Oriente Médio, parceria fundamental para o Estado judeu. Como a população egípcia é em boa parte hostil ao Estado de Israel, a revolução no país vizinho causou intranquilidade. E isso não melhorou com a eleição de Mohammed Mursi para presidente, empossado em junho de 2012, ligado à Irmandade Muçulmana (veja na pág. 75). Embora Mursi tenha se comprometido a respeitar os acordos internacionais, a Irmandade sempre criticou os acordos e o ex-ditador Mubarak, acusando-o de subserviência aos EUA e a Israel.

Um pouco de história

Durante quase 30 anos, Israel se manteve isolado no Oriente Médio, sem o reconhecimento de nenhuma das nações vizinhas. Em 1967, a tensão explodiu na Guerra dos Seis Dias. Depois do ataque, Israel passou a controlar a Cisjordânia (território palestino então sob controle da Jordânia, in-

cluindo Jerusalém Oriental), a Faixa de Gaza (território palestino, então sob controle do Egito), a península do Sinai (território egípcio) e as colinas de Golã (território da Síria). As ocupações israelenses provocaram enorme deslocamento de palestinos, que se refugiaram em países vizinhos. Desde então, Israel passou a implantar colônias judaicas na Cisjordânia, na qual vivem 2,6 milhões de palestinos.

A mudança essencial nesse quadro ocorreu quando o então presidente do Egito, Anwar Sadat, sucessor de Nasser (veja na pág. 70), assinou os Acordos de Paz de Camp David, em 1979. Com o tratado, o Egito passava a ser o primeiro país árabe a reconhecer Israel. Assim, a Península do Sinai foi devolvida aos egípcios em 1982. Sadat pagou um preço alto pelo acordo: foi assassinado três anos depois por extremistas islâmicos, acusado de traição. Mubarak, seu sucessor, sustentou Camp David e governou durante quase 30 anos com base num estado de emergência, com o apoio externo do governo dos Estados Unidos.

Em 1974, os palestinos haviam fundado a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que lutava pela criação de um Estado só em todo o território e o retorno dos refugiados à terra de origem. Mas os Acordos de Camp David puseram os palestinos sob pressão. Em 1993, Yasser Arafat, líder da OLP, reconheceu Israel, que aceitou a OLP como representante dos palestinos. Foram assinados os Acordos de Oslo, que deram início a negociações de paz e à criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Impasse nas negociações

Desde então, muito pouco se avançou na direção da paz. Questões como a ocupação dos territórios palestinos, o problema da volta dos refugiados e a situação de Jerusalém Oriental (que os palestinos reivindicam como capital do possível Estado) mostraram-se obstáculos difíceis de transpor. A última rodada de negociações, em setembro de 2010, fracassou pela enorme distância entre as posições de cada lado. Israel se recusa a prorrogar o acordo de interromper as construções de assentamentos judaicos nos territórios palestinos, e os líderes palestinos não aceitam dialogar enquanto houver a expansão das colônias – pois, quanto mais os israelenses constroem, mais distante fica a possibilidade de os palestinos controlarem o território. Entre as populações, a tensão permanece, e os palestinos continuam vivendo em condições muito difíceis.

Com frequência, a tensão se torna combate aberto. O último ocorreu em novembro de 2012, quando um ataque de Israel matou um chefe militar do Hamas, grupo fundamentalista que con-

1920-1947

Palestina sob domínio britânico

**1947-1948**

Proposta de partilha da ONU

**1948-1967**

Após a Guerra de Independência

**1967-1988**

Após a Guerra dos Seis Dias

**1988-2013**

Situação atual



O CONFLITO NA PALESTINA

1897 Fundação do movimento sionista, que visa ao retorno dos judeus à Palestina. Nas décadas seguintes, milhares migram para a região

1918-1939 Palestina sob domínio britânico.

1939-1945 II Guerra Mundial.

1947 A ONU propõe a divisão da Palestina em dois Estados: 56,47% para os judeus e 43,53% para os árabes. Os líderes judeus aceitam, enquanto os árabes rejeitam.

1948-1949 Retirada britânica. Os judeus proclamam Israel. Jordânia, Egito, Líbano, Síria e Iraque atacam, mas são expulsos. Os palestinos ficam sem território.

1964 Criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

1967 Guerra dos Seis Dias: Israel ocupa a Faixa de Gaza, o Sinai (Egito), Golã (Síria), a Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

1973 Guerra do Yom Kippur.

1977-1979 O Egito e Israel firmam Acordos de Camp David.

1987 1ª Intifada, levante palestino.

1993-95 Acordos de Paz de Oslo, entre Israel e palestinos. A Autoridade Nacional Palestina é criada, sob o comando de Yasser Arafat, da OLP.

2000 2ª Intifada.

2002 Começa a construção do muro na Cisjordânia.

2004 Morre Yasser Arafat.

2006 Hamas vence as eleições palestinas.

2007 Conflito entre os palestinos.

2008 Israel ataca a Faixa de Gaza.

2010 Israel ataca flotilha com ajuda à Faixa de Gaza.

2012 A ONU aprova resolução que eleva a Palestina a "Estado observador não membro"

POPULAÇÃO PALESTINA

Em milhões, em 2011



Assentamentos Judeus

Cisjordânia	270 mil
Jerusalém Oriental	190 mil

Mar Mediterrâneo

Gaza

EGITO

LIBANO

SÍRIA

Golã ocupado

ISRAEL

JORDÂNIA

- Muro construído ou planejado
- Fronteira pré-1967
- Controle israelense
- Controle palestino ou misto
- Assentamentos israelenses
- Área da cidade de Jerusalém

A FAIXA DE GAZA

- Postos de fronteira
- Campos de refugiados
- Controle israelense



**GAZA EM CHAMAS**

Israel bombardeia a Faixa de Gaza, em 17 de novembro de 2012: governado pelo grupo islâmico Hamas, o território está sob bloqueio há seis anos

trola a Faixa de Gaza. Em resposta, o Hamas disparou 1,5 mil projéteis contra Israel, que se defendeu com um escudo antimísseis. O cessar-fogo foi assinado, mas as hostilidades continuaram.

Enquanto isso, o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, iniciou uma ofensiva diplomática pelo reconhecimento da Palestina como Estado. Após sofrer uma derrota no Conselho de Segurança da ONU, submeteu à Assembleia Geral o pedido para que a Palestina passasse da condição de “entidade observadora não membro” para a de “Estado observador não membro”. Em novembro de 2012, 138 dos 193 países-membros da ONU votaram contra os EUA e Israel.

Em resposta, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, suspendeu o repasse de impostos aos palestinos e anunciou a construção de mais 3 mil residências na Cisjordânia e em Jerusalém Ocidental. Em janeiro de 2013, Netanyahu se enfraqueceu nas eleições legislativas em Israel. Apesar de seu partido, o Likud, ter sido o mais votado, Netanyahu tem agora de fazer alianças mais amplas para formar o governo.

Isolamento de Israel

As relações entre Israel e os palestinos sofreram, nos últimos anos, o impacto de duas mudanças externas, além da Primavera Árabe. A primeira foi a chegada do democrata Barack Obama ao governo dos EUA, em 2009, com uma retórica menos enfática de apoio a Israel do que seu antecessor, George W. Bush. A segunda foi o rompimento da cooperação comercial e militar com a Turquia, provocado pelo agravamento das tensões inter-regionais.

O presidente Obama defende um Estado palestino ao lado de Israel, com base nas fronteiras pré-1967

Em maio de 2011, Obama fez um pronunciamento histórico, defendendo a criação de um Estado palestino desmilitarizado ao lado de Israel, cujas negociações tomassem como base as fronteiras pré-1967 (veja o mapa na pág. 85). Ele ressaltou que qualquer mudança territorial deveria ser acertada de comum acordo, e poderia haver uma “troca” de territórios. Netanyahu rejeitou a ideia. Em resposta, disse considerar as fronteiras pré-1967 como “indefensáveis”, por deixar fora de Israel os quase 330 mil judeus que moram em mais de 120 assentamentos na Cisjordânia.

A crise com a Turquia foi uma dor de cabeça inesperada para Israel. O Estado turco era, com o Egito, um pilar de segurança para Israel no Oriente Médio. O estopim da ruptura ocorreu em 2010, quando forças israelenses atacaram uma flotilha (pequeno conjunto de embarcações) que havia zarpado da Turquia e levava ajuda humanitária para os moradores da Faixa de Gaza. O rompimento se deu em setembro de 2011, diante da recusa de Israel de pedir desculpas pelo incidente.

Dossiê Mundo Árabe

PRIMAVERA ÁRABE É o nome dado à onda de revoltas populares que eclodem em nações do mundo árabe a partir de 2011. A raiz dos protestos são o agravamento da crise econômica e a falta de democracia. A população sofre com o desemprego e busca melhores condições de vida.

IRAQUE E AFGANISTÃO A ocupação militar do Iraque terminou em dezembro de 2011, com a retirada dos últimos soldados norte-americanos do país. Os EUA invadiram o Iraque em 2003 para derrubar a ditadura de Saddam Hussein e manter sua influência num território rico em petróleo e estenderam a presença das tropas por quase nove anos. Mais de 100 mil civis morreram e também 4,5 mil soldados dos EUA. Assim que os EUA saíram, no fim de 2011, o país mergulhou em um grave conflito interno. No Afeganistão, onde as tropas norte-americanas permanecem pelo menos até 2014, há uma escalada de conflitos com as milícias do Taliban.

IRÃ A questão nuclear iraniana ocupa o centro das disputas que opõem o Irã aos Estados Unidos e a Israel. As acusações de que o país ambiciona fabricar a bomba atômica provocam sanções econômicas internacionais. Impedido de comercializar livremente seu produto mais lucrativo, o petróleo, o país enfrenta uma séria crise econômica.

ISRAEL E PALESTINA O último conflito ocorreu em novembro de 2012, quando um ataque de Israel matou um chefe militar do Hamas, e, em resposta, o grupo fundamentalista disparou 1,5 mil projéteis. O primeiro-ministro israelense, Benyamin Netanyahu, enfraquece-se nas eleições legislativas, pois terá de fazer alianças amplas para formar o governo.

PALESTINA NA ONU O presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, submete à Assembleia Geral da ONU a solicitação para que a Palestina passasse para a condição de "Estado observador não membro". Em novembro de 2012, a resolução foi aprovada na ONU, com 138 votos.



STAN HOND/AFIP

DIPLOMACIA

O palestino Mahmoud Abbas (acima, de óculos, ao centro) festeja o voto da ONU a favor dos palestinos; à esq., o israelense Benyamin Netanyahu após as eleições em Israel: líderes não conseguem avançar na via de um acordo



JACK GUEZ/AFIP

Disputa interna palestina

Após mais de seis décadas de conflito, os palestinos enfrentam dificuldades extremas. Sua população se divide entre uma parcela (minoritária) que vive em Israel, outra que mora nos territórios palestinos – Faixa de Gaza e Cisjordânia –, uma terceira que migrou para outros países, e milhões de refugiados, que perderam suas casas e propriedades com a fundação de Israel e vivem com seus descendentes em campos precários nos territórios e países vizinhos. Os refugiados continuam agitando suas chaves, reivindicando a volta ao local de origem dentro de Israel, o que poria em questão o próprio Estado tal como é hoje. Na Cisjordânia, a população sofre com a ocupação do Exército israelense, com seus pontos de controle militar e com a construção de um muro por Israel que fatia o território. Na minúscula Faixa de Gaza, área semidesértica com uma enorme aglomeração humana, 70% das famílias vivem com menos de 1 dólar ao dia, e 80% delas dependem de ajuda alimentar externa, segundo a ONU.

Internamente, o movimento palestino sofre com sua divisão em duas vertentes. Desde 2007, a Faixa de Gaza é governada pelo grupo fundamentalista Hamas, ao passo que o laico Fatah governa a Cisjordânia. Os dois romperam após as últimas eleições palestinas, em 2006, vencidas pelo Hamas. O resultado teve consequências, pois o Hamas prega o fim de Israel, com o objetivo de criar um Estado islâmico na Palestina. Israel, EUA e União Europeia reagiram com um boicote aos territórios palestinos.

Sob pressão externa, os dois grupos entraram em guerra aberta em 2007: o Fatah foi expulso da Faixa de Gaza. Na Cisjordânia, Abbas nomeou um governo sem os adversários. Assim que o Hamas assumiu o poder na Faixa de Gaza, Israel bloqueou o território, com o apoio do então aliado Egito.

Em maio de 2012, Hamas e Fatah chegaram a anunciar um acordo para a formação de um governo de unidade. Mas o Hamas voltou atrás, declarando que seria preciso alcançar uma reconciliação política real antes de dar qualquer novo passo. ☒

Niemeyer: inovação e preocupação social

Com renome mundial,
o arquiteto foi o grande
responsável pela modernização
do Brasil em sua área
de atuação

por Cláudio Soares ilustração Grau180



CRIADOR E CRIATURA

Niemeyer observa a
maquete do Palácio
do Planalto: edifício
sede do Poder
Executivo brasileiro
nasceu na prancheta
do arquiteto carioca

1920

1907
nasce no Rio de Janeiro,
em 15 de dezembro

1924
conclui o estudo
secundário no Liceu
Francês

1922
Semana de Arte Moderna
em São Paulo; fundação
do Partido Comunista
Brasileiro (PCB)

1925
início da Coluna Prestes,
que percorrerá 20 mil
quilômetros pelo país
até 1927

1928
casa-se com Annita Baldo,
com quem terá uma filha,
Anna Maria; começa a
trabalhar na tipografia do pai

1929
ingressa na Escola Nacional de
Belas Artes do Rio de Janeiro,
onde se formará engenheiro-
arquiteto em 1934

1930
Revolução de 1930,
que leva Getúlio
Vargas ao poder

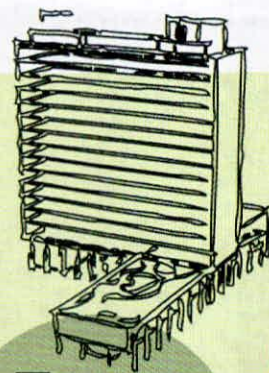
1934
Assembleia Nacional
Constituinte, aprova
a nova Constituição e
elege Getúlio Vargas
presidente da República

1935
revolta conhecida como
Intentona Comunista

1936
no escritório de Lucio
Costa, participa da
equipe do projeto do
Ministério da Educação
e Saúde (Palácio
Gustavo Capanema)

1937
Vargas impõe
a ditadura do
Estado Novo

1945
fim da ditadura
Vargas



Quando morreu, a dez dias de completar 105 anos, no fim de 2012, Oscar Niemeyer era consagrado havia muito tempo como o mais importante arquiteto brasileiro. Criador dos principais prédios governamentais de Brasília, ele foi o grande responsável pela modernização arquitetônica do Brasil no século XX, num movimento que acompanhou o processo de urbanização e industrialização do país.

Entre outras realizações, ele introduziu técnicas arquitetônicas avançadas, inovando no uso de materiais, em particular o concreto armado. Ao lado disso, no campo político, notabilizou-se por manter-se até o fim da vida como comunista, quando a maior parte de seus ex-companheiros havia abandonado as convicções de esquerda.

A trajetória de Niemeyer confunde-se com as mudanças vividas pelo país no século XX. Nas artes, o futuro arquiteto mal tinha completado 14 anos quando ocorreu a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em fevereiro de 1922, que estabeleceu novos parâme-

tros para a atividade criadora, inclusive na arquitetura. No mesmo ano, deu-se a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que anos depois teria em Niemeyer um notório militante.

Anos de formação

Oscar Niemeyer nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1907. Seus tempos de estudante ocorreram em meio à efervescência política do Brasil, na década de 1920. Nessa época, as revoltas tenentistas – com as insurreições no Rio de Janeiro (1922) e em São Paulo (1924) e a Coluna Prestes (1925-1927) – postulavam reformas democráticas, a defesa do capital nacional e o reforço das forças militares, contra as oligarquias rurais que dominavam a cena no início da República.

Niemeyer esteve relativamente alheio a tudo isso. Na adolescência, dividiu-se entre os estudos e, principalmente, as farras. Em seu livro de memórias, ele conta que, antes de se casar com Annita Baldo, em 1928, “levava uma vida boêmia e despreocupada”, citando como locais de frequência diária o

Café Lamas, alguns clubes e o bairro carioca da Lapa, de intensa vida noturna. Mas relata também que começava a se preocupar com questões sociais, auxiliando o Socorro Vermelho, organização impulsionada pelo PCB para ajudar militantes em dificuldades. Em 1929, ingressou na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

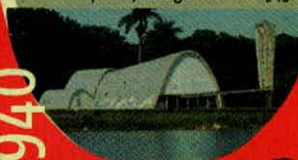
Antes mesmo de formar-se engenheiro-arquiteto, em 1934, passou a trabalhar, sem receber, no escritório de Lucio Costa (1902-1998) e de Carlos Leão (1906-1983), profissionais que participavam da renovação da arquitetura no Brasil.

O trabalho tornou possível o encontro, em 1936, com o suíço Le Corbusier (1887-1965), um dos principais nomes mundiais do modernismo na arquitetura. Convidado a fazer o projeto da sede do Ministério da Educação e Saúde (atual palácio Gustavo Capanema), no Rio de Janeiro, Le Corbusier trabalhou com a equipe de Lucio Costa. O jovem arquiteto Niemeyer participou, assim, do primeiro grande projeto modernista da arquitetura brasileira.

1940



1940
convidado por Juscelino Kubitschek, prefeito de Belo Horizonte, projeta o Conjunto da Pampulha, inaugurado em 1943



1946
aprovada a nova Constituição



1947
PCB é colocado na ilegalidade

1945
ingressa no PCB



1947
seu projeto para a sede da ONU, em Nova York, em parceria com Le Corbusier, é aprovado

1950



1950
eleição de Getúlio Vargas como presidente da República

1954
suicídio de Getúlio Vargas



1951
em São Paulo, projeta o Parque do Ibirapuera e o edifício Copan (inaugurado, com modificações, na década de 1960)

1954
projeta o Museu de Arte Moderna em Caracas



NASCE IBIRAPUEIRA

1956
organiza o concurso para escolha do Plano Piloto de Brasília, vencido por Lucio Costa



Governo Vargas

Os ideais tenentistas haviam desembocado na Revolução de 1930, movimento que enterrou a República Velha e levou Getúlio Vargas (1882-1954) ao poder. Os primeiros anos do governo Vargas foram de grande mobilização social. Na economia, o período marcaria o início de industrialização acelerada do país e de sua modernização.

Em 1935, uma rebelião militar decidida pelos comunistas irrompeu em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro, com o objetivo de derrubar o governo. Estigmatizado com o nome de "Inten-tona Comunista", o movimento foi derrotado e serviu de pretexto para uma grande repressão contra os comunistas e os movimentos sociais em geral.

Um golpe de Vargas, em 1937, deu início ao Estado Novo, regime que fechou o Congresso, eliminou as eleições e concedeu amplos poderes ao presidente, transformado em ditador. O governo aprofundou a repressão à esquerda e, simultaneamente, criou uma estrutura sindical atrelada ao Estado, inspirada no fascismo italiano, como forma de

As características da obra de Niemeyer começam a tomar forma na Pampulha, em Belo Horizonte

controlar os sindicatos. Regulamentou também vários direitos trabalhistas, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943.

Em 1940, Niemeyer foi convidado pelo prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek (1902-1976), conhecido popularmente como JK, para projetar o Conjunto da Pampulha, um bairro planejado numa região até então isolada na capital mineira. Em torno de um lago artificial, ele ergueu um conjunto de prédios no qual aplicou pela

primeira vez, de forma mais ampla, aquela que seria uma característica de sua arquitetura: a utilização da curva. "Minha obra de arquiteto começou na Pampulha, que cobri de curvas, sensuais e inesperadas. Era o início da liberdade plástica que o concreto armado exigia", escreveu Niemeyer.

Redemocratização

Com o fim da ditadura Vargas, em 1945, a redemocratização do país possibilitou a legalização do PCB. É nessa época que Niemeyer ingressa no partido e se torna amigo de Luís Carlos Prestes, o principal dirigente comunista. O PCB filia milhares de pessoas e elege representantes para a Assembleia Constituinte, que em 1946 aprova a nova Constituição brasileira. O período legal, porém, dura pouco: em 1947, o PCB é posto na ilegalidade e seus parlamentares são cassados.

Profissionalmente, o ano de 1947 é expressivo para Niemeyer. Seu projeto para a sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, elaborado em parceria com Le Corbusier, é

1957
projeta o Palácio da Alvorada para a futura capital, Brasília



1958
projeta a Catedral de Brasília, o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Teatro Nacional de Brasília



1962
projeta em Brasília o Palácio do Itamaraty e o Palácio da Justiça; é nomeado coordenador da Escola de Arquitetura da Universidade de Brasília (UnB)



1960

1960
inauguração de Brasília



1961
renúncia do presidente Jânio Quadros, após seis meses de mandato; assume o vice-presidente João Goulart



adotado. Com esse projeto, começa a ficar conhecido também fora do Brasil.

Vargas volta ao poder em 1950, eleito pelo voto direto. Seu governo é marcado por uma crise permanente. O presidente vale-se de iniciativas nacionalistas, como a estatização da geração de eletricidade, a criação da Petrobras e o estabelecimento do monopólio estatal na produção do petróleo. Essa política foi duramente combatida pelos setores vinculados às grandes empresas multinacionais. O acirramento das disputas leva ao suicídio de Vargas, em 1954.

Construção de Brasília

Nesse período, Niemeyer já era um arquiteto de renome. Entre os inúmeros projetos que desenvolveu em São Paulo, na época, estão o Parque do Ibirapuera e o edifício Copan. O primeiro, inaugurado em 1954, nos festejos do Quarto Centenário da cidade, tem como destaque a marquise, laje de grandes dimensões que cria um caminho para que as pessoas circulem pelo parque. O Copan, no centro, só viria a ficar pronto anos depois, com várias modificações em

A convite do presidente Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer teve papel decisivo na construção de Brasília

relação ao projeto inicial. Ainda assim, com sua enorme estrutura em curva, tornou-se um dos principais símbolos arquitetônicos da metrópole.

No mandato de JK como presidente (1956-1961), Niemeyer teve papel decisivo na construção de Brasília. A convite do governante, organizou o concurso para a escolha do Plano Piloto urbanístico da nova capital, vencido por Lucio Costa. Niemeyer projetou os principais prédios públicos de Brasília, como os palácios do Planalto (sede do Poder

Executivo) e da Alvorada (residência oficial da presidência), os edifícios do Congresso Nacional e de vários ministérios, além da Catedral de Brasília (veja o boxe na pág. ao lado). Os anos de JK na Presidência são considerados de grande desenvolvimento econômico e de efervescência cultural – com a bossa nova, o cinema novo, o Teatro de Arena de São Paulo e o movimento de poesia concreta, entre outros acontecimentos.

O lema do governo era “cinquenta anos em cinco”, indicando que, no período do mandato presidencial (cinco anos), o país teria um progresso dez vezes superior ao normal. Seu Plano de Metas privilegiava os setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. O capital estrangeiro foi atraído para ampliar a infraestrutura, o que favoreceu a criação de um polo de indústria automobilística na região do ABC paulista.

Em 1961, o sucessor de JK, Jânio Quadros (1917-1992), renuncia antes de completar sete meses de mandato. Seu substituto, o vice-presidente João Goulart (1918-1976), o Jango, sofria res-

1970



1979
anistia e retorno dos exilados



1983
projeta o Sambódromo do Rio de Janeiro



1987
projeta o Memorial da América Latina, em São Paulo

1984
projeta os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), no Rio



1988
condecorado com o Prêmio Pritzker, o mais importante na área de arquitetura



1980



1984
movimento das Diretas-Já

1985
escolhido no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves morre antes da posse; assume o vice, José Sarney, e encerra-se a ditadura militar



1987
Brasília é declarada patrimônio da humanidade pela Unesco



1988
nova Constituição

1989
Fernando Collor de Melo é eleito na primeira eleição direta para a Presidência desde 1960

ção da censura à imprensa. Restrições ainda maiores às liberdades vieram após dezembro de 1968, quando foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que fechou o Congresso e deu poderes quase ilimitados ao presidente – um general escolhido pelas Forças Armadas. Houve inúmeros casos de prisão arbitrária, tortura e assassinato de opositores por parte dos órgãos repressivos do regime.

Como comunista conhecido, Oscar Niemeyer sofreu represálias do governo militar, que o convocou várias vezes para depor. As intimidações influíram diretamente sobre o seu trabalho em Brasília. Um exemplo é o projeto que elaborou para o prédio do aeroporto da capital, em forma circular, rejeitado em favor de outra solução, que, segundo o arquiteto, estava superada. Em sua avaliação, a recusa não tinha justificativa técnica, mas expressava um veto político das autoridades. Sentindo-se impedido de trabalhar, Niemeyer resolveu exilar-se na Europa. Instalou-se na França, onde obteve do governo local uma autorização especial para exercer seu ofício (veja o box ao lado).

A DITADURA LEVOU MILHARES AO EXÍLIO

Oscar Niemeyer foi apenas uma entre milhares de pessoas forçadas a se exilar durante a ditadura militar. Embora o arquiteto não tenha ficado preso por longos períodos nem sofrido torturas, como muitos, seu trabalho no Brasil ficou difícil, e ele partiu para a França. A temporada no exterior era indesejada, mas tornou-o mais conhecido e respeitado internacionalmente.

Muitos outros brasileiros precisaram deixar o país, em razão de suas convicções políticas ou por terem realizado atividades consideradas subversivas pelo regime militar. O período entre 1969 e 1975 foi o mais brutal da ditadura, com prisões, torturas, mortes e desaparecimentos de opositores.

Os crimes cometidos pelo regime militar estão atualmente sob investigação da Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012 pelo governo federal, com prazo de dois anos para trazer à luz os fatos sobre o período.

No tempo vivido na Europa, Niemeyer realizou diversas obras famosas, como a sede do Partido Comunista Francês, em Paris; a Universidade Mentouri, em Constantina (Argélia); e a sede da Editora Mondadori, em Milão (Itália). Além disso, executou trabalhos em Israel, no Líbano e em Portugal. Respeitado mundialmente como um dos principais arquitetos contemporâneos, recebeu homenagens. Mesmo após retornar definitivamente ao Brasil, em 1974, Niemeyer continuou a receber encomendas de obras no exterior.

Nesse período, o regime militar começava a enfrentar a resistência mais ampla da sociedade civil, que exigia liberdades democráticas. Em 1977, os estudantes voltaram a fazer amplas manifestações de rua. Em 1978, operários da região do ABC realizaram greves, e, apesar da repressão policial, os sindicatos começavam a se reorganizar em todo o país. Pressionado pela opinião pública, o governo propôs em 1979 uma lei de anistia parcial, que permitiu a libertação de muitos presos políticos e o retorno de exilados.



Fim da ditadura

Paulatinamente, os partidos políticos se organizaram. Em 1984, uma grande mobilização, com comícios reunindo milhões de pessoas, empolgou o Brasil na luta por eleições diretas para presidente da República. O movimento das Diretas Já não obteve vitória, mas apressou o fim do regime, em 1985.

Em 1982, o líder oposicionista Leonel Brizola (1922-2004) elege-se governador no Rio de Janeiro. Niemeyer colaborou com seu governo, elaborando dois projetos de impacto popular: o Sambódromo, no qual passaram a desfilar as escolas de samba, e os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), escolas em tempo integral, que abrangiam atividades recreativas e culturais, idealizadas pelo vice-governador, Darcy Ribeiro (1922-1997). Do ponto de vista arquitetônico, não estão entre as realizações mais importantes do arquiteto, mas mostram o seu engajamento ao lado de políticos de sua admiração. Em 1988, Niemeyer recebeu o Prêmio Pritzker, o mais importante mundialmente na área da arquitetura.

Com mais de 80 anos, ele projeta o Museu de Arte Contemporânea de Niterói, edifício de grande impacto visual

Últimos projetos

Após a ditadura, o país entrou em um período de estabilidade democrática, mesmo sacudido por crises e mantendo uma situação de desigualdade social. O início do século XXI viu mudanças significativas na vida política brasileira. Em 2002, um operário foi eleito presidente: Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Sua sucessora, Dilma Rousseff, eleita em 2010 pelo mesmo partido, é a primeira mulher a assumir o mais alto posto da República.

Niemeyer manteve-se ativo até o fim, acompanhando atentamente a vida política nacional e fazendo seu trabalho. Entre os seus últimos projetos, destacam-se o Museu de Arte Contemporânea de Niterói (RJ), obra de enorme impacto visual, considerada um de seus trabalhos mais importantes, e a Cidade Administrativa de Minas Gerais, sede do governo mineiro.

Durante a sua vida, Niemeyer foi exaltado como grande arquiteto, mas também muito criticado por apoiar regimes ditatoriais, como o da extinta União Soviética (URSS) e o de Cuba. O próprio Niemeyer declarou-se “perplexo” quando sobrevieram “a crise soviética e o desmantelamento do mundo comunista”, mas manteve-se fiel a suas convicções. Independentemente de suas opiniões, a obra do arquiteto, presente em dezenas de cidades pelo mundo, permanecerá como exemplo de beleza e vigor arquitetônico. ☒

PARA IR ALÉM O documentário *Oscar Niemeyer - A Vida É um Sopro*, de 2007, dirigido por Fabiano Maciel, dá um panorama de sua obra.

STF condena 25 réus do Mensalão

O julgamento por corrupção de importantes nomes da vida nacional traz o Supremo Tribunal Federal para o primeiro plano da vida brasileira

Cinco anos após ter acolhido uma ação penal enviada pela Procuradoria-Geral da República, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou – e condenou à prisão – 25 de 38 acusados de diversos crimes, como lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, corrupção ativa ou passiva, no processo resultante do escândalo chamado de Mensalão.

Com início em agosto de 2012, o julgamento foi o mais longo da história do tribunal – chegou a novembro com



a decisão que inclui os 13 absolvidos, mas novos desdobramentos jurídicos eram esperados para 2013. A imprensa e demais mídias deram grande cobertura ao caso, e as sessões de votação no STF foram reportadas diariamente, pois as acusações atingiam diretamente pessoas que ocuparam alguns dos mais altos cargos da República.

Foram condenados à prisão o ex-ministro-chefe da Casa Civil (o principal ministro do governo) José Dirceu, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores

FLAGRANTE

Maurício Marinho, indicado pelo PTB para diretor dos Correios, é filmado recebendo propina em 2005: acusado por essa denúncia, o deputado Roberto Jefferson (PTB) deflaga o escândalo do Mensalão, acusando o Executivo de comprar o apoio da base governista

REPRODUÇÃO

(PT), que teve o mandato de deputado cassado, e o ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT). Além deles, foi condenado o deputado José Genoíno, também ex-presidente do PT. Foram sentenciados à prisão Kátia Rabello, dona do Banco Rural, Vinicius Samarane (vice-presidente) e José Roberto Salgado (ex-diretor), do mesmo banco, além de agentes financeiros, funcionários públicos, publicitários, parlamentares ou funcionários do PT e dos partidos da República (PR), Progressista (PP), Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), todos integrantes da base do governo Lula (2003-2010). A pena mais severa, de 40 anos de prisão, foi sentenciada ao empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, sócio de duas agências de publicidade, acusado de ser a peça central de um esquema ilegal para receber dinheiro público e repassá-lo para parlamentares. No início de 2013, ainda cabiam recursos dos advogados de defesa, e as penas poderiam ser alteradas.

Investigações do Ministério Público Federal (MPF) também revelaram que Marcos Valério e suas agências usaram esquema semelhante na campanha eleitoral de 1998, do governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, atualmente senador e que, durante o escândalo do Mensalão, era presidente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O escândalo é chamado de Mensalão Tucano ou Mineiro. O MPF denunciou o caso ao STF, que poderá ou não julgá-lo em 2013. Segundo apurado pelo jornal *O Globo*, a denúncia do Mensalão já havia resultado, até 2012, na abertura de 46 processos criminais contra 118 réus, inclusive os já julgados pelo STF.

Importância política

O Mensalão tornou-se o mais importante julgamento na esfera política da República desde o do ex-presidente e atual senador Fernando Collor de Mello, em 1994. O presidente, que já renunciara em 1992, foi acusado – e julgado pelo STF – de corrupção passiva (*veja o glossário abaixo*) no esquema de cobrança de propinas executado por seu ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Farias. Naquele caso e no do Mensalão, informações das investigações – ou notícias da imprensa – lançavam sobre a Presidência da República suspeitas de crimes como peculato e prevaricação. O STF absolveu Collor por falta de provas, em dezembro de 1994, mas manteve a cassação de seus direitos políticos por oito anos, decidida pelo Congresso, em outro julgamento. No caso do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Procuradoria-Geral da República (órgão máximo do Ministério Público) não incluiu seu nome na ação enviada ao STF em 2007, por falta de provas e de evidências de sua participação.

O STF, também conhecido como Corte Suprema, é o órgão máximo da Justiça brasileira, que zela pelo cumprimento da Constituição federal. Ele tem exercido o papel de definir questões-chave da vida do país, como nos julgamentos recentes em que autorizou o uso de células-tronco de embriões humanos em pesquisas científicas e a interrupção da gravidez de fetos sem cérebro. Esse papel é particularmente significativo nas questões de caráter político, como foram os casos da definição da Fidelidade Partidária, em 2008, e da Lei da Ficha Limpa, em 2012.

GLOSSÁRIO

Contravenção: infração à lei que não é considerada crime, sujeita a multas e penas leves. **Crime:** infração grave à lei, sujeita a penas de prisão. **Corrupção:** corresponde a corromper-se, por exemplo, por suborno ou propina. Quem oferece pratica **corrupção ativa**, quem recebe ou se omite comete **corrupção passiva**. **Lavagem de dinheiro:** expressão usada para qualquer operação financeira destinada a camuflar dinheiro de origem ilegal. **Nepotismo:** favorecimento a parentes no emprego, seja por contratação, seja por outra forma, como promoção. **Peculato:** ato ou omissão do funcionário público que se apropria, ou facilita a que se aproprie, de dinheiro ou bem público, em proveito próprio ou de outra pessoa. **Prevaricação:** falhar no dever da função que exerce por interesse ou má-fé, por ato ou omissão.

No caso do Mensalão, o Poder Judiciário julgou e condenou integrantes dos dois outros poderes: Executivo e Legislativo

Pode-se dizer que isso se dá justamente em razão da estrutura e da natureza dos poderes da República. A Presidência (Poder Executivo) e os deputados e senadores (Poder Legislativo) são eleitos pelo voto direto do povo, o que não ocorre com o Poder Judiciário. Este é autônomo, mas não é eleito pelo povo. Não faz as leis, mas zela por elas. O mesmo caráter técnico possui o Ministério Público (MP), que moveu a ação penal do Mensalão. O MP foi criado pela Constituição de 1988 para cuidar da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais e também do patrimônio público, da União, dos estados e do Distrito Federal. A grande importância do julgamento do Mensalão é que, com ele, o STF ganhou os holofotes e a primeira cena da vida brasileira.

Fisiologismo

O impacto de fatos por si mesmo chocantes, como os denunciados no Mensalão, foi ampliado em muito em razão de o PT ter como uma de suas principais bandeiras o combate à corrupção, que afeta a vida pública brasileira há um longo tempo. Eis aí uma ideia com a qual se identificam milhões de pessoas. Fica então uma incômoda pergunta: como explicar que o desvio de dinheiro público seja recorrente no Brasil, entra governo, sai governo?

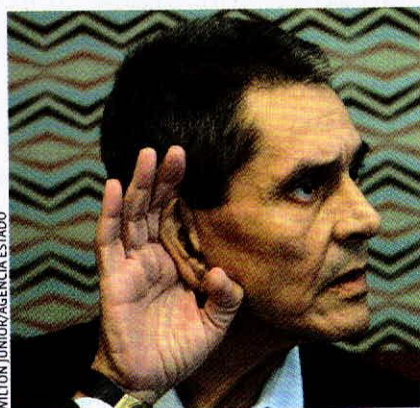
No jogo institucional entre governo e Congresso, falam-se de "alianças", "composições" ou "acordos". Mas quem pode achar natural que o PTB, de Roberto Jefferson, aliado e defensor do ex-presidente Collor, e o PP, do ex-governador paulista Paulo Maluf,



JOEDSON ALVES

O MAGISTRADO

O ministro Joaquim Barbosa (à dir.), durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal: relator duro, rigoroso e atento aos menores detalhes



WILTON JUNIOR/AGÊNCIA ESTADO

OS PERSONAGENS

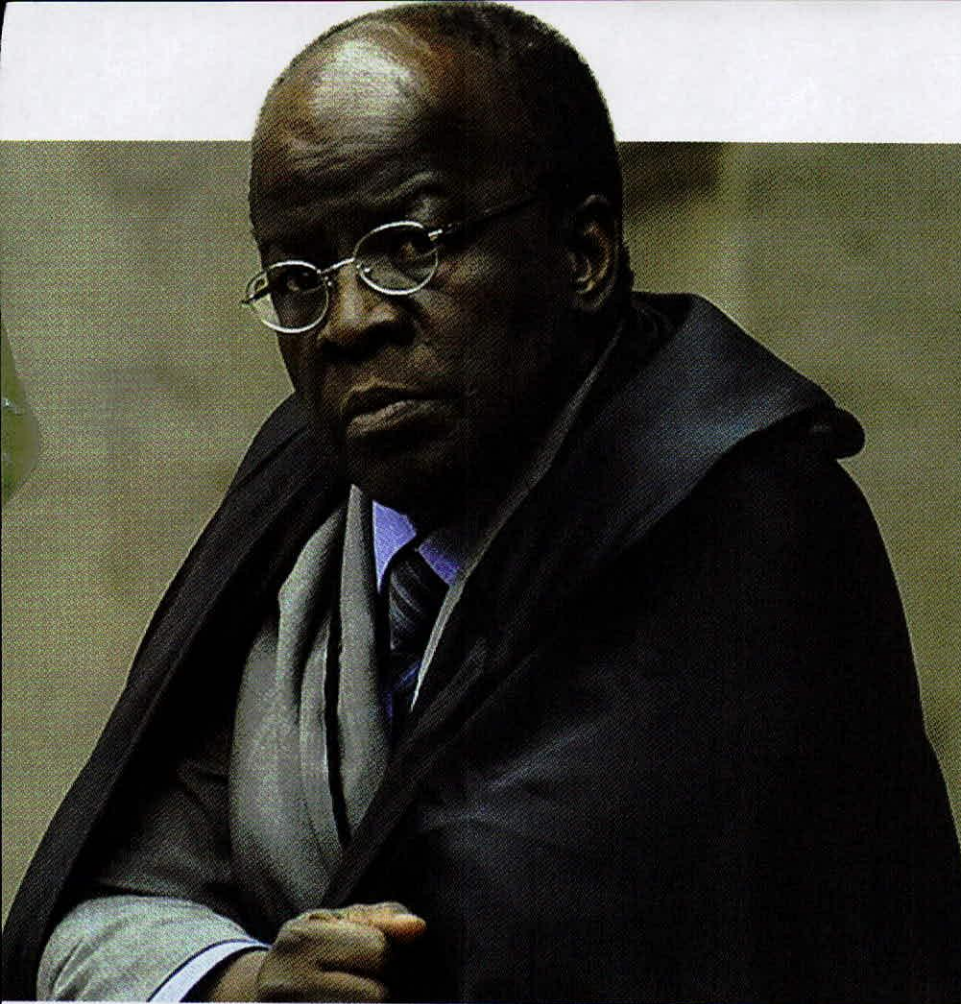
Roberto Jefferson, do PTB (à esq.), e o ex-ministro José Dirceu, do PT (acima): acusador e acusado, ambos condenados no processo do Mensalão

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

partidos notoriamente conservadores, adversários históricos dos petistas, tenham migrado da base de sustentação do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para o de Lula (PT)? Nesses casos, os parlamentares desses dois partidos foram e são importantes numericamente para assegurar a maioria ao governo no Congresso Nacional, e, portanto, possuem o poder de exigir algo em troca. Esse "algo", nas negociações políticas, deveriam ser acordos em relação a propostas de políticas públicas, por exemplo. Porém, frequentemente, no Brasil passaram a ser apenas o recebimento de cargos na máquina pública, de diretorias de estatais a ministérios. É o "loteamento" dos cargos públicos. O interesse pelos cargos, independentemente das afinidades entre as partes em acordo, é uma marca negativa da política brasileira conhecida como fisiologismo. Uma de suas razões é a profissionalização da política. A ânsia em ocupar cargos pode ter motivos como empregar correligionários; usar a máquina pública para fazer favores à sua base eleitoral;

utilizar as atribuições da função para receber propina; desviar parte do dinheiro público por meio de notas frias, pagamento de serviços não executados ou superfaturamento de obras e serviços (dizer que algo custou mais do que o real, roubando a diferença). Há indícios, e não são poucos, de que a base de apoio no Congresso Nacional do atual e dos últimos governos funcionava assim, em maior ou menor medida.

Uma das consequências do julgamento do Mensalão poderá ser a intensificação do debate, na sociedade e no Congresso, da necessidade de reformas políticas no país. Essas mudanças poderiam abranger desde as formas e regras de fundação e funcionamento dos partidos políticos até as regras eleitorais e a composição do Congresso. Nos anos recentes, apenas o debate de regras eleitorais tem ocorrido. Há os que propõem que nas campanhas sejam proibidas as doações de empresas e que elas recebam apenas o financiamento público, hoje limitado a custear a veiculação dos programas dos candidatos nas campanhas no rádio e na TV. ☒



SAIU NA IMPRENSA

O STF CONDENA O ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO

O julgamento do Mensalão, um dos maiores escândalos políticos da história do país, foi o grande tema das manchetes em 2012. (...) A ação penal 470 – nome oficial do julgamento – foi transmitida pela TV em sua totalidade, recebeu amplo acompanhamento da imprensa e teve ingredientes típicos de uma telenovela de sucesso. (...)

A intensa exposição do tema criou novas celebridades, como os ministros do STF e, em particular, o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo. Nunca as sessões do Supremo receberam tanta atenção pública. Tanto é que lançaram no vocabulário trivial do cidadão comum um conjunto de termos técnicos e conceitos próprios do campo do Direito, como “dosimetria” (definição das penas) e “antinomia” (contradição nas leis).

No final, o julgamento do Mensalão

ganhou contornos de evento histórico entre juristas, na imprensa e na opinião pública, por colocar em cena detalhes tradicionalmente ausentes da tradição jurídica brasileira, como as punições para crimes do colarinho-branco. Histórico também porque a discussão sobre o destino jurídico e político dos condenados mexeu com um dos pilares institucionais do país: a independência entre os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, envolvidos na ação penal. (...)

Dos 38 réus, 25 foram condenados por pelo menos um entre sete tipos de crime. (...) A decisão sobre o Mensalão deve ter diversas consequências. As resoluções adotadas pelo Congresso à época da denúncia, como a Reforma da Previdência, estão sendo questionadas judicialmente. Além disso, um novo julgamento de questão similar deve entrar em pauta – o chamado Mensalão Mineiro. (...)

ALMANAQUE ABRIL, 2013

RESUMO

Mensalão

MENSALÃO Foi um escândalo político deflagrado por denúncias na imprensa em 2005, que levou a um processo penal julgado em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Membros do governo, deputados, empresários, banqueiros e funcionários de partidos políticos foram acusados de montar ou participar de um esquema de corrupção, em que verbas públicas foram desviadas para parlamentares, o que foi considerado compra e venda de apoio político.

JULGAMENTO DO MENSALÃO Foi o julgamento mais longo da história do STF e estendeu-se de agosto a novembro e terminou com a condenação à prisão de 25 de 38 acusados. Entre os condenados por corrupção, há pessoas que ocuparam os mais elevados cargos da República, como o ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu (PT) e o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT).

ESTRUTURA DO PODER Os três poderes são Executivo, Legislativo e Judiciário. O titular do Poder Executivo (o presidente) e seus nomeados, assim como os deputados e senadores (Poder Legislativo), são eleitos pelo voto direto dos cidadãos, governam e fazem as leis. O Poder Judiciário é autônomo, não é eleito, e zela pelo cumprimento das leis.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) É a instância máxima da Justiça brasileira, que zela pelo respeito à Constituição. O tribunal tem participado de momentos-chave da vida política brasileira, como nos julgamentos da Lei da Ficha Limpa e da Fidelidade Partidária. Seus membros são indicados pela Presidência da República e aprovados pelo Senado.

FISIOLOGISMO É a prática de políticos e funcionários públicos de buscar ganhos ou vantagens pessoais no exercício de cargos públicos, em lugar de ter em vista o interesse público. No Brasil, ele se liga à prática histórica dos partidos políticos de trocarem apoio a prefeitos, governadores e presidentes pela indicação de cargos e empregos públicos.



UESLEI MARCELINO/REUTERS

PRESSÃO Manifestantes erguem bandeira do MST durante protesto contra a lentidão da reforma agrária no governo Dilma, em Brasília, em novembro de 2012

Reforma agrária em ritmo lento

Cai o número de famílias assentadas no campo, enquanto a elevada concentração de terra persiste como um grande problema no país

Após crescer bastante em anos anteriores, o número de famílias sem terra assentadas no campo pelo Programa Nacional de Reforma Agrária no Brasil, pelo atual governo, está sendo menor que a média dos últimos cinco governos federais. Segundo o balanço oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2012 foram alocadas 23.075 famílias, em 117 assentamentos. No ano anterior, o primeiro na Presidência de Dilma Rousseff, haviam sido assentadas

mais 22.021 famílias. É uma quantidade pequena quando comparada à de anos de maior assentamento, como o recorde de 136 mil famílias em 2006, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ou de 101 mil em 1998, o maior número do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A reforma agrária é uma necessidade do país, além de uma política de Estado, iniciada durante o governo militar (1964-1985). Atualmente, sua realização ocorre no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária,

uma responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, executada pelo Incra. Desde a criação do Incra, em 1970, foram assentadas oficialmente no Brasil 1,258 milhão de famílias, em quase 88 milhões de hectares – área maior que a de países como o Chile e a Turquia. Esse total de famílias, porém, não se mantém, pois existe algumas que acabam descredenciadas ou que abandonam a propriedade. Em 2011, de acordo com o Incra, havia um total 931,6 mil famílias assentadas.

Concentração de terras

A política de reforma agrária busca resolver um problema nacional que vem do Brasil colônia, que é a desigualdade na distribuição das terras, com grandes áreas nas mãos de poucos proprietários e o predomínio de latifúndios (propriedades com mais de mil hectares). O Censo Agropecuário de 2006, levantamento decenal realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a agropecuária nacional ocupa 330 milhões de hectares (1 hectare é igual a 10 mil metros quadra-

dos), o equivalente a mais de um terço do território, mas veja como a divisão da terra para a produção é desigual:

❶ os **latifúndios** pertencem a apenas 1% dos proprietários de terra e abrangem 43% das terras de cultivo e criações;

❷ as **pequenas propriedades**, com no máximo 10 hectares, pertencem a quase metade dos proprietários rurais (47%) e representam só 2,7% da área de lavouras e pastos no país.

Esses dois modelos exemplificam os extremos da produção rural no Brasil.

De um lado, a **agroindústria** é a herdeira moderna do antigo sistema de exploração da terra do Brasil colonial, em que se produzia em larga escala para exportação com base em monoculturas, como as de cana-de-açúcar e algodão. A liderança mundial do país na produção do açúcar se mantém desde aquele período. Na agroindústria atual, a posse de grandes porções de terra é sobretudo de empresas, com produção mecanizada, uso intensivo de tecnologia e pouca gente empregada.

De outro, há a **agricultura familiar**, realizada geralmente em pequenas propriedades, voltadas basicamente para a produção de alimentos para consumo no mercado interno. Mesmo ocupando somente 24% da área da agropecuária, a agricultura familiar responde por mais da metade da produção nacional dos alimentos mais essenciais.

Reforma agrária

Fazer reforma agrária significa o governo dar terra e também recursos ao pequeno produtor, para nessa terra viver e trabalhar. É um modelo que prevê a desconcentração da posse da terra, com o suporte necessário para que o assentado produza, a saber:

❶ **Financiamento de cada safra** para a compra de sementes, mudas, adubos e defensivos.

❷ **Crédito** para construir moradia, instalações e máquinas.

❸ **Infraestrutura pública** Estradas para transporte da safra, eletricidade para a moradia e também para equipamentos de processamento e refrigeração, por exemplo.

❹ **Extensão rural** Nome dado ao acompanhamento da atividade dos assentados, desde orientação técnica para os cultivos e criações até suporte e ensino das formas de comercializar, aspectos de contabilidade, finanças e formação de cooperativas, entre outros, feitos pelo Incra.

Esse conjunto de benefícios pode parecer muito, mas é necessário, pois um dos objetivos da reforma agrária é fixar o homem no campo, e, para isso, é preciso dar condições de vida dignas.

Reformas agrárias já foram realizadas por governos de diversas orientações políticas. Na França e na Inglaterra, foram obra da burguesia ascendente

há séculos, depois da derrubada das monarquias absolutistas. Na Rússia e na China, ocorreram após revoluções de caráter socialista. E, com o fim da II Guerra Mundial, fizeram também reforma agrária Itália, Japão, Taiwan e Coreia do Sul, visando a estimular o mercado interno e a enfraquecer a aristocracia rural, econômica e politicamente, acabando com as relações seculares que impunham no campo.

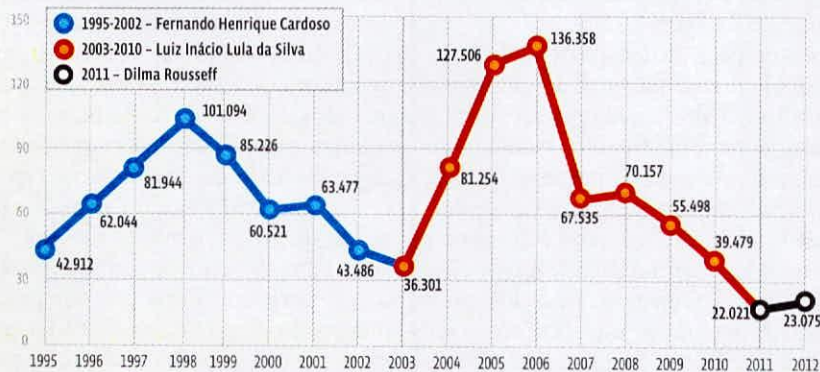
Em vários países, a automação na produção agropecuária em propriedades maiores e latifúndios provocou forte êxodo rural já no fim do século XIX. No Brasil, o êxodo acentuou-se a partir da segunda metade do século XX: lavradores sem trabalho deixavam o campo em busca da sobrevivência nos centros urbanos, criando ou agravando problemas urbanos como a favelização, o desemprego e a pobreza. Além de contribuir para reduzir o êxodo rural, a reforma agrária estimula a produção de alimentos básicos, a geração de trabalho e renda e a diversificação do comércio e serviços no meio rural.

Questão agrária no Brasil

A bandeira da reforma agrária ganhou força política no Brasil a partir da década de 1950, com grandes mobilizações de trabalhadores rurais nas Ligas Camponesas. Os conflitos agrários foram focos de tensão social nos primeiros anos da década de 1960. Em razão disso, já em 1964, no primei-

CAI O RITMO DOS ASSENTAMENTOS

Número de famílias assentadas, por ano e governos

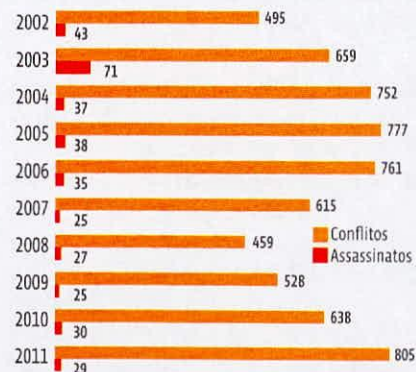


GANGORRA Veja que, tanto no governo de Fernando Henrique quanto no de Lula, o ritmo de assentamentos cresce no primeiro mandato (de quatro anos), para cair no segundo. No governo de Dilma, os números baixos refletem os cortes orçamentários feitos pelo governo federal em todas as áreas, que ocorreram também no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Fonte: Incra

A VIOLÊNCIA NO CAMPO

Números de conflitos pela terra e de assassinatos de camponeses



MORTES ANUNCIADAS O número crescente de conflitos indica o acirramento da luta pela terra, tendência que vinha antes de 2002 e só decresceu um pouco nos anos de Lula.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra



AFP PHOTO/PEIRO LADEIRA

NO PLANALTO

Em frente ao gabinete presidencial, em agosto de 2012: base de apoio de Dilma, o MST cobra mais assentamentos

ro ano da ditadura militar, o governo cria o Estatuto da Terra, com o qual os militares pretendem regular o processo de reforma agrária. O Estatuto da Terra define os direitos e deveres dos proprietários de terras e disciplina o uso, a ocupação e as demais relações fundiárias no Brasil. Ele estabelece a necessidade de realizar a reforma agrária, definida como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade”. Também determina a criação do Incra, para implementar a reforma agrária, e prevê o assentamento de famílias em três tipos de área:

- **terras públicas** (da União e de governos estaduais) com vocação para produção agropecuária;
- **fazendas improdutivas**, que são desapropriadas pelo poder público, com indenização para os donos;
- **terras públicas** ocupadas ilegalmente por fazendeiros – as “terras griladas” (a expressão “grilagem” refere-se a uma prática antiga: ao falsificar documentos fundiários, os papéis eram guardados em caixas com grilos. Estes roíam e sujavam os papéis, dando a eles um aspecto envelhecido).

No fim da ditadura, surgiram o MST, pela reforma agrária, e a UDR, para representar os grandes fazendeiros

Ainda durante a ditadura militar, tem início a criação de organizações civis de luta pela reforma agrária. Em 1975, a Igreja Católica funda a Pastoral da Terra, para atuar entre os trabalhadores rurais. Ela se torna a atual Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No começo da década de 1980, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que se torna a principal organização no país de mobilização de lavradores por assentamento no campo. Em 1985, é criada a União Democrática Ruralista (UDR, para representar os grandes proprietários de terras). Em 1988, a nova Constituição define que a terra deve cumprir uma função social: o solo fértil e com condições de plantio ou criação de animais deve ser usado para a agropecuária e para a geração de empregos, ou ser área protegida como reserva ambiental.

Movimentos atuais

Hoje, pode-se afirmar que os dois principais grupos políticos envolvidos na questão agrária no Brasil são o **MST** e os parlamentares que apoiam o movimento no Congresso e a **bancada ruralista**, frente de parlamentares de vários partidos que defende os interesses dos grandes proprietários rurais e inclui nomes da oposição e também da bancada governista. Os ruralistas defendem propostas que beneficiem os produtores rurais, como financiamento rural mais barato e menos entraves ambientais para a ampliação das áreas de cultivo e pecuária.

O principal método de atuação do MST é a ocupação de terras, principalmente de propriedades improdutivas, que possam ser indicadas para desapropriação pelo governo federal ou pelos governos estaduais, que possuem institutos de terras para esse fim, como é o caso do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). As famílias que participam do movimento acampam na beira de estradas ou em terras para assentamento por prazo indefinido, que pode se estender por anos, e, na maioria dos casos, começam a plantar ou criar animais. Seu lema é “ocupar, resistir, produzir”.

As ocupações de terra, frequentemente consideradas ilegais pela Justiça,

SAIU NA IMPRENSA

DILMA ESVAZIA INCRA E AMPLIA ACORDOS LOCAIS PARA ESTRUTURAR ASSENTAMENTOS

Roldão Arruda

Aos poucos, sem alarde e mesmo enfrentando resistência do funcionalismo e dos movimentos de sem-terra, o governo está levando adiante um extenso projeto de reforma na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Se concretizada, será a mudança mais profunda na instituição desde a sua criação, em 1970, em pleno regime militar.

Uma das principais características da mudança é a descentralização das atividades. As prefeituras, que sempre

foram postas à margem da reforma agrária (...) estão sendo mobilizadas pela primeira vez.

Por meio do *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Equipamentos*, municípios com mais de 50 mil habitantes vão receber motoniveladoras, retroescavadeiras e outras máquinas, destinadas à melhoria das vias de acesso aos assentamentos da reforma. (...)

O governo da presidente Dilma Rousseff irá se preocupar cada vez mais com a melhoria dos assentamentos existentes do que com a criação de novos. Os dados acumulados até aqui já sinalizam claramente a mudança. (...)

O Estado de S. Paulo, 31/12/2012

visam a levar as autoridades a desapropriar áreas rurais. O MST apoiou as candidaturas de Lula e Dilma, esperando a aplicação de um programa maciço de reforma agrária. Como isso não ocorreu, o movimento vem ampliando a pressão sobre o governo federal.

O MST estima que, em 2012, havia cerca de 85 mil famílias em 800 acampamentos aguardando um lote de terra. O ritmo de assentamentos de famílias havia dado um salto significativo nos governos anteriores (veja o gráfico na pág. 101), e a área de terra distribuída também cresceu: foram 16,8 milhões de hectares no governo de Fernando Henrique Cardoso e 48,5 milhões de hectares no governo Lula, que fez assentamentos na Amazônia, em lotes de terras maiores. Nos dois primeiros anos de Dilma, houve redução.

Violência e críticas

Ao lado da lentidão na reforma agrária, dados da CPT revelam que a violência no campo também está aumentando: houve 495 conflitos registrados em 2002, e 805 em 2011. Nestes dez anos, a CPT registrou 6.489 conflitos por terra, uma média de 648 anuais, com 360 assassinatos. Alguns casos emblemáticos de crime no campo foram o assassinato do líder sindical seringueiro Chico Mendes, no Acre (1988); o massacre de

Eldorado de Carajás, no Pará (1996), em que 19 sem-terra foram mortos em uma ação da polícia; e o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, também no Pará (2005).

Uma das críticas feitas à reforma agrária em andamento no Brasil é estar baseada principalmente na distribuição de terras na Região Norte. A maioria dos novos assentamentos encontra-se na Amazônia, muito longe dos lugares nos quais há famílias sem terra, e sua implantação acaba resultando em desmatamento com muita frequência, pois os assentados se veem levados a limpar os lotes para produzir.

O governo federal anunciou diversas mudanças no Incra, no fim de 2012 e início de 2013, que também levantaram críticas. Muitas das funções que o Incra executava estão sendo repassadas aos ministérios e programas em andamento, como o Brasil sem Miséria; Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Família; Brasil Carinhoso; Luz para Todos e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para os que criticam as mudanças, o instituto está sendo esvaziado pelo atual governo. ☒

© SAIBA MAIS O documentário *Cabra Marcado para Morrer*, feito em 1984, por Eduardo Coutinho, relata a luta e a morte de um líder das Ligas Camponesas no Brasil dos anos 1960.

RESUMO

Questão agrária

CONCENTRAÇÃO DE TERRAS No Brasil predomina a grande propriedade rural, com muita terra nas mãos de poucas pessoas. De acordo com o IBGE, os latifúndios (fazendas com mais de mil hectares) cobrem 43% das terras cultiváveis e pertencem a apenas 1% dos proprietários de terra. Esse modelo de monocultura com produção em larga escala para exportação vem desde o período colonial. Quase metade dos proprietários agrícolas do país (47%) possui pequenas áreas, de até 10 hectares, que totalizam só 2,7% do território nacional de lavouras e pastos.

REFORMA AGRÁRIA É a redistribuição das terras da agricultura e pecuária segundo critérios sociais, com base no direito à terra e ao trabalho, priorizando a função social da terra: produzir alimentos para a sociedade, gerar trabalho e renda. A reforma agrária ajuda a fixar a população do campo e a diminuir o êxodo rural (o que reduz o inchamento das cidades), diversifica o comércio e os serviços no meio rural. Ela é feita no Brasil pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), criado nos anos 1970. Prevê também o fornecimento de assistência técnica, infraestrutura, moradia e crédito fundiário às famílias de trabalhadores assentados.

QUEDA NOS ASSENTAMENTOS A quantidade de famílias assentadas no campo cresceu significativamente do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luiz Inácio Lula da Silva, mas diminuiu nos últimos anos. O número de famílias assentadas nos primeiros anos do governo de Dilma Rousseff foi o menor da série histórica recente.

MST Fundado em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é a entidade de luta pela reforma agrária mais importante do país. Sua principal forma de ação é a ocupação de terras e o acampamento em fazendas, muitas vezes de maneira ilegal, para pressionar o poder público a fazer desapropriações e assentar as famílias cadastradas pelo Incra.



MARIO TAMAGETTY IMAGES/AP

LUTA DE GIGANTES Árvore grandiosa derrubada para a construção da represa e usina de Belo Monte, a segunda maior do país em capacidade instalada

Queda histórica no desmatamento

O Brasil tem conseguido combater a derrubada da floresta e cumprir as metas de seus acordos internacionais de proteção ao meio ambiente

Por **Ana Maria Madeira**

O desmatamento da floresta Amazônica, em 2012, foi o menor em quase 25 anos. Houve menos derrubada da mata do que no ano anterior, quando a devastação já havia sido a menor desde 1988, início do monitoramento feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A área desmatada caiu de forma quase ininterrupta desde 2005 e baixou a 4.656 km² de floresta entre agosto de 2011 e julho de 2012 (as medições são feitas de agosto a

julho). No total, estima-se que a floresta tenha perdido o equivalente a mais de três vezes a área do estado de São Paulo, cerca de 19% do total da cobertura vegetal nativa da Amazônia brasileira.

O ano de 2012 também foi marcado pelo fim das idas e vindas nas discussões do novo Código Florestal Brasileiro (veja na pág. 148), que abrange aspectos que afetam a Amazônia. No final, vários pontos foram vetados pela presidente Dilma Rousseff, incluindo o que dis-

pensava os proprietários de terras na Amazônia de replantar as áreas que tivessem sido desmatadas em Áreas de Preservação Permanente (APPs), desde que nelas houvessem a preservação de 80% da floresta original de suas terras ou 35% de cerrado (o que é chamado de Reserva Legal) e matas ciliares (próxima a rios). Na prática, era uma anistia a quem desmatou indevidamente.

Ocupar o território, explorar seus recursos e desenvolver a economia é um direito inalienável de qualquer povo. No caso da Amazônia brasileira, isso é inevitável para garantir a melhoria no padrão de vida da população. A região possui a maior área e a menor densidade demográfica do país. Porém, a ocupação da região, a melhoria devida da população e a preservação do meio ambiente formam um quebra-cabeças que envolve diversos interesses: a proteção da floresta, o respeito aos direitos dos índios e a suas terras, bem como aos das comunidades ribeirinhas e de seringueiros, e às atividades econômicas com base na exploração de pescados, de frutas, de madeira, do manancial hídri-

co da região e de seus minérios, incluindo ouro e metais raros, petróleo e gás, além dos direitos legais e comerciais sobre a exploração da biodiversidade. Essas questões são um desafio para o Brasil, para sete países fronteiriços e para a Guiana Francesa (território da França), que também abrigam parte da floresta Amazônica em seus territórios e exploram seus recursos.

O choque entre as propostas e leis para explorar ou preservar a floresta frequentemente se transforma em debate polêmico e batalha política. Isso se explica pelos interesses contraditórios em jogo e pelas diversas formas de encarar a preservação do meio ambiente.

Ocupação e preservação

A floresta Amazônica brasileira sofreu pouco desmatamento até a década de 1960, quando os governos da ditadura militar (1964-1985) iniciaram um projeto desenvolvimentista para a região. Eles consideram a ocupação da Amazônia uma questão estratégica de segurança nacional, necessária para garantir a integridade do território. Em 1966, o governo criou a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), cujos principais resultados foram a criação da Zona Franca de Manaus (veja o box nesta página), a construção da rodovia Transamazônica, no começo dos anos 1970, e a distribuição de terras a colonos. Esse processo estimulou a ocupação e a derrubada da floresta.

Mais tarde, nos anos 1980, teve início a intensa exploração de minérios, principalmente no Pará: ferro, em Carajás; bauxita, em Trombetas; e ouro, em Serra Pelada. Na mesma década, a proteção da floresta passou a ser assunto de primeira ordem entre organizações de preservação ambiental, com o crescimento dos partidos verdes na Europa.

Um dos nomes mais importantes envolvidos na preservação da floresta Amazônica é o brasileiro Chico Mendes, líder sindical seringueiro do Acre, que era membro do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ele liderava a luta por reservas extrativistas, ou seja, áreas de preservação da floresta nas quais as populações nativas pudessem viver do extrativismo – no

caso, os seringueiros e a extração de látex. Assassinado por fazendeiros, em 1988, tornou-se uma referência mundial de resistência pela preservação. Desde esse mesmo ano, o Brasil monitora o desmatamento na Amazônia Legal. As observações são feitas por satélites próprios do Inpe, que captam imagens de toda a superfície. O sistema dá alertas aos fiscais sobre áreas alteradas e serve como base para análises de longo prazo.

A Amazônia Legal é uma demarcação do território com objetivos administrativos, políticos e jurídicos, que abrange os sete estados da Região Norte, Mato Grosso e a parte oeste do Maranhão. Além dessa divisão, há os conceitos geográficos e biológicos (veja conceitos e mapas na pág. 106).

Entre 1996 e 2004, o desmatamento na Amazônia chegou à média de quase 20 mil km² anuais. A redução começou com a criação do Plano para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia. Ele traçou propostas e metas de redução do desmatamento, objetivos de organização das estruturas fundiárias e territoriais, monitoramento e controle ambiental e investimento em atividades produtivas sustentáveis.

O início da redução

A partir de 2005, já se notava uma diminuição considerável do desmatamento, o que também se observou nas emissões de dióxido de carbono causadas pela degradação: entre 2004 e 2012, o volume de CO₂ emitido pela derrubada da floresta diminuiu em 64%, segundo levantamentos e relatórios do Inpe.

Paralelamente, no começo dos anos 2000, o governo federal, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), passou a implantar os corredores ecológicos na Amazônia e na mata Atlântica. Eles são faixas de vegetação que interligam grandes áreas separadas pela atividade humana. O principal objetivo é possibilitar que a fauna possa se deslocar e que haja trocas genéticas entre as espécies vegetais. Isso porque, quando espécies se isolam, sua preservação em longo prazo fica prejudicada.

Em 2009, entrou em vigor a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas,

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Área desmatada a cada ano (de agosto a julho), em km²



*Média dos dois anos

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

A ZONA FRANCA TEM FATURAMENTO RECORDE

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) começou a funcionar em 1967 e administra o principal centro industrial da Amazônia, a Zona Franca de Manaus. Os produtos montados na região contam com a vantagem de isenção de impostos para a importação de seus componentes. A maioria das indústrias é de eletroeletrônicos, mas há de outros setores. O modelo também funciona como proteção ambiental, pois os empregos que gera diminuem a pressão econômica sobre a floresta. Em 2013, passa a vigorar a prorrogação da Zona Franca, anunciada em 2011 pela presidente Dilma Rousseff, que amplia a vigência das regras de importação na região até 2063. A Zona Franca tem apresentado recordes de faturamento. De janeiro a novembro de 2012, houve um aumento de 6,6% se comparado ao mesmo período de 2011, num total de 67,9 bilhões de reais.

AS DIVERSAS AMAZÔNIAS**AMAZÔNIA LEGAL**

Delimitada pelo governo em 1966 como região política para a execução de planos de desenvolvimento e ações de assistência e fiscalização, a região da Amazônia Legal abrange os sete estados da Região Norte, além de Mato Grosso, no Centro-Oeste, e parte significativa do território do Maranhão, no Nordeste. Soma 4,1 milhões de quilômetros quadrados (59% do território do país) e abriga cerca de 25 milhões de habitantes.

**BIOMA AMAZÔNIA NO BRASIL**

É uma interpretação ecológica que considera apenas as áreas de formação florestal e seus diferentes ecossistemas em relevo, clima, vegetação e fauna. Além da floresta, inclui cerrados e manguezais. O bioma Amazônia é o maior do Brasil e ocupa 49,3% do país. A região abrange outras áreas e, fora do Brasil, se estende por sete países e pelo território da Guiana Francesa.

**FLORESTA E BACIA AMAZÔNICAS**

A maior bacia hidrográfica do mundo é formada pelo rio Amazonas e por todos os seus afluentes. Ela cobre 7 milhões de km² – 65% dentro do Brasil e o restante na Colômbia, Bolívia, Equador, Venezuela e Peru. Os 25 mil km de rios fornecem 15,4% das águas despejadas nos oceanos. O IBGE considera a área da floresta igual à da bacia hidrográfica amazônica. Segundo dados da ONG Imazon, a mata cobre 64% da Amazônia Legal.

A Política Nacional sobre Mudanças Climáticas inclui metas de redução do desmatamento

que institui o compromisso de reduzir o desmatamento em 80% até 2020, assumido durante a COP-15, encontro anual do Protocolo de Kyoto da ONU com o objetivo de diminuir as emissões de gases que agravam o efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono (CO₂). Após a divulgação da área desmatada em 2012, o governo anunciou que esse resultado deve antecipar o cumprimento da meta, de reduzir o desmatamento anual para 3.925 km².

Apesar do resultado geral positivo, o desmatamento em 2012 aumentou em três estados: cresceu 10% no Acre, 29% no Amazonas e 33% no Tocantins. Entre as causas desse aumento estão a expansão urbana e a intensificação da ocupação do território.

A crise econômica global pode ter ajudado para reduzir o desmatamento, com uma queda da procura por produtos agrícolas brasileiros. O desmatamento ocorre principalmente pela extração da madeira, mineração e ex-

pansão das atividades agropecuárias, essencialmente nas bordas da floresta, região conhecida como **Arco do Desmatamento**. Do total de áreas com mais risco de desmatamento, cerca de 60% são propriedades privadas, terras devolutas (áreas públicas irregularmente ocupadas) ou estão em conflito por posse. Outros 30% se concentram em assentamentos de reforma agrária, e os 10% restantes em terras indígenas e áreas de conservação federais ou estaduais, segundo a organização não governamental Imazon.

Biodiversidade

A maior biodiversidade do planeta encontra-se na Amazônia, que possui florestas úmidas, matas de terra firme, cerrados, savanas e manguezais, bem como rios que contêm um quinto da água doce disponível na superfície terrestre.

A Amazônia abriga uma variedade enorme de espécies de plantas, animais, fungos e bactérias. Estima-se que apenas 10% das espécies amazônicas sejam conhecidas – e que a floresta guarde os princípios de muitos medicamentos futuros. Cerca de 70% do conhecimento científico sobre as espécies nativas é produzido por pesquisadores estrangeiros, o que torna a preservação dessa biodiversidade um tema que desperta interesse internacional.

Além de sua biodiversidade, a floresta é importante por retirar da atmosfera dióxido de carbono (CO₂), considerado o principal vilão do agravamento do efeito estufa, e estocá-lo na forma de biomassa, ao realizar a fotossíntese. A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco 92, há o consenso de que a riqueza produzida a partir da diversidade biológica deve ser repartida com o país de origem da planta ou animal e também com as populações nativas que conheciam aquele princípio ativo. Esse direito está estabelecido no Protocolo de Nagoya da Convenção da Diversidade Biológica, que está aberto a ratificações e ainda não entrou em vigor.

Hidrelétricas

A Amazônia concentra 70% dos recursos hídricos do país com potencial energético, e o planejamento de longo prazo do setor há décadas prevê outras hidrelétricas nessa região. A construção mais controversa da Amazônia é também a principal obra em andamento de geração de energia do governo, a usina de Belo Monte, na região da Volta Grande do rio Xingu, no Pará. Ela será a segunda maior hidrelétrica do país em capacidade instalada de geração, atrás apenas de Itaipu, no Paraná.

SAIU NA IMPRENSA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE VAI MAPEAR FLORESTAS BRASILEIRAS

Carolina Gonçalves

Equipes de técnicos e especialistas começam a ser deslocadas este ano para a Amazônia, onde terão que mapear as florestas da região em detalhes. Atualmente, apesar de o Brasil ser coberto por 60% de florestas nativas, os dados sobre estas áreas limitam-se a imagens da cobertura vegetal, por satélites, por exemplo. O objetivo do governo é detalhar aspectos como a qualidade dos solos, as espécies existentes em cada área e o potencial de captura e emissão de gás carbônico pelas florestas.

Os investimentos para o levantamento somam, pelo menos, R\$ 65 milhões. Os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram contratados hoje pelo Ministério do Meio Ambiente. A proposta é que as equipes colem em campo as informações sobre as áreas e analisem todo o material que vai compor o Inventário Florestal Nacional (IFN), que começou a ser construído em 2010. Em debates internacionais sobre mudanças de clima, por exemplo, saberemos que florestas são estas que temos (...) O inventário também reunirá informações sobre florestas situadas em outros biomas. (...)

Agência Brasil, 24/1/2013

RESUMO

Amazônia

IMPORTÂNCIA A floresta Amazônica é a maior do mundo, e a riqueza de sua diversidade biológica a torna um dos principais focos de atenção ambiental internacional. Ela é considerada importante para manter o clima do planeta, por sua capacidade de absorver dióxido de carbono (CO₂), um dos vilões do aquecimento global, e estocá-lo por meio de fotossíntese.

HISTÓRIA RECENTE A partir da década de 1960, os governos da ditadura militar iniciam um projeto de ocupação da Amazônia, considerado essencial para garantir a soberania do território nacional. Nesse período, criou-se a Zona Franca de Manaus, construiu-se a rodovia Transamazônica e lotes de terra foram distribuídos a colonos.

DESMATAMENTO O total de áreas desmatadas está em queda quase contínua nos últimos anos. A área desmatada em 2012 foi a menor desde 1988. Cerca de 19% da cobertura vegetal nativa da Amazônia brasileira já foi destruída. O governo federal firmou compromisso internacional de reduzir a derrubada da mata e aumentou a fiscalização.

NOVAS HIDRELÉTRICAS O governo está expandindo o sistema de geração de eletricidade na Região Norte, para explorar seu potencial hídrico, que é o maior do país. A obra mais controversa é a usina de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. Ambientalistas afirmam que a usina vai tirar muita água de dez terras indígenas e afetar a fauna.

AMAZÔNIAS Existem três conceitos de abordar a região. Há o bioma Amazônia, que inclui a floresta tropical e se estende pelo Brasil e territórios de mais sete países e a Guiana Francesa. Há a bacia Amazônica, que abrange cinco outros países, e o conceito de Amazônia Legal, político, jurídico e administrativo: refere-se à área da floresta que cobre sete estados da Região Norte, mais Mato Grosso, no Centro-Oeste, e grande parte do Maranhão, no Nordeste.

Direitos indígenas

Entidades de defesa ambiental e das comunidades indígenas afirmam que a construção da barragem principal e dos canais, que formarão um reservatório de 516 km², localizado a 50 km de Altamira, vai tirar muita água de dez terras indígenas nas quais vivem cerca de 2,2 mil indígenas de oito etnias. O governo responde que os danos às populações indígenas e ribeirinhas poderão ser minimizados. O assunto está sendo acompanhado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

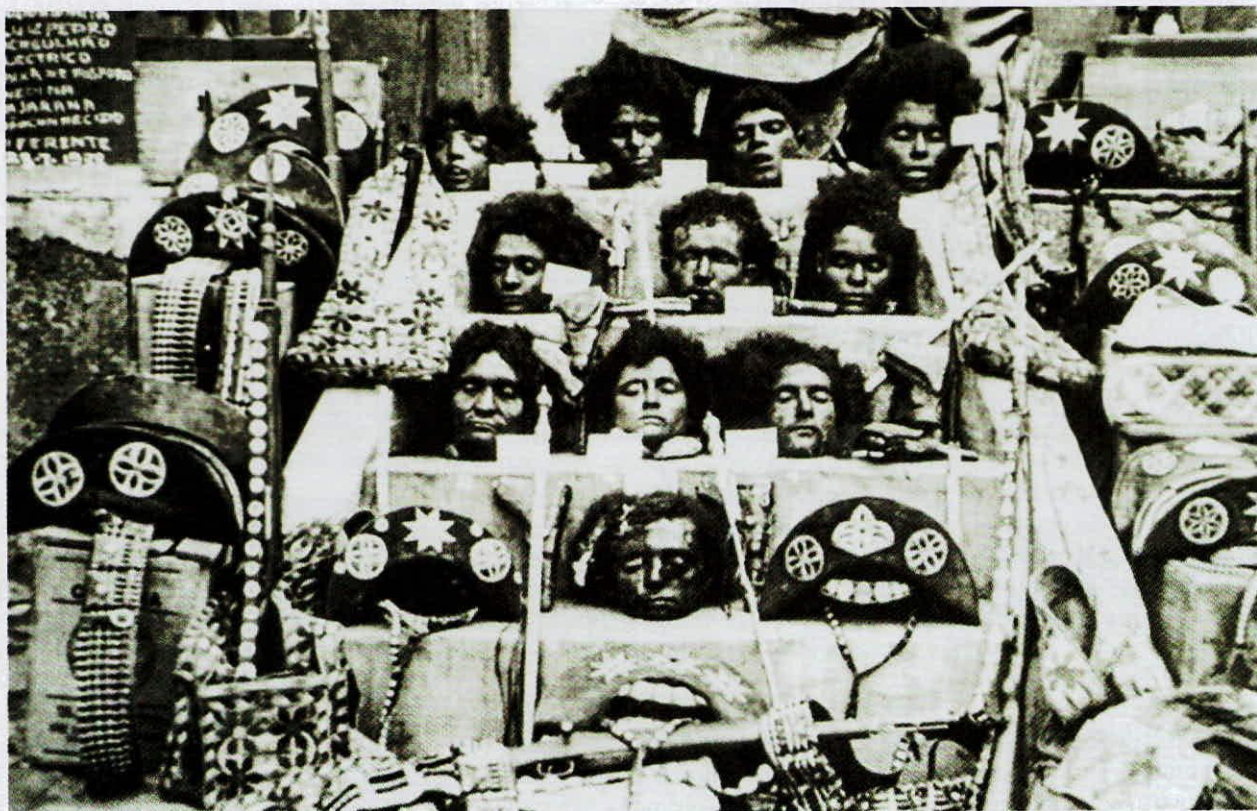
A primeira grande hidrelétrica da Amazônia foi a de Tucuruí, no Pará. Sua construção viabilizou, por exemplo, a eletricidade para a produção de alumínio, no Maranhão, com a bauxita extraída no Pará. Depois foram erguidas hidrelétricas no Amapá e em Rondônia, onde foi inaugurada em 2012 a usina de Santo Antônio, no rio Madeira. A usina de Jirau, também no Madeira, ficará pronta já em 2013.

As novas usinas ajudarão a diminuir a carência energética na Região Norte. O Acre, por exemplo, só foi interligado às redes do Sistema Interligado Nacional em 2009. Até então, assim como o Amazonas, dependia integralmente de energia produzida por usinas termelétricas, mais poluidoras.

A Amazônia está ainda marcada por conflitos envolvendo nações indígenas. Os direitos dos índios, como a posse e o uso de suas terras, estão garantidos pela Constituição de 1988 (*veja na pág. 138*), mas disputas pela posse de terras são frequentes. Em 2009, um dos conflitos de terra mais polêmicos da Amazônia ganhou um desfecho: o Supremo Tribunal Federal decidiu que a área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol deveria ser contínua, o que levou à retirada dos fazendeiros que haviam se instalado na área.

No final de 2010, a Justiça adotou uma decisão final também em outro conflito na Amazônia Legal, reconhecendo o direito de propriedade dos índios xavantes à terra Marãiwatsédé, em Mato Grosso. Os antigos proprietários não terão direito a indenização e a maioria está sendo transferida para assentamentos de Reforma Agrária. No início de 2013, a desocupação dos cerca de 3 mil moradores antigos da área já chegava a 90%. ☒

☉ **PARA IR ALÉM** Um dos filmes mais importantes do cinema brasileiro, *Bye, Bye, Brasil* (1979), de Cacá Diegues, é uma divertida comédia em que um caminhão mambembe percorre a Transamazônica para levar o cinema a cidades em que não há sequer televisores.



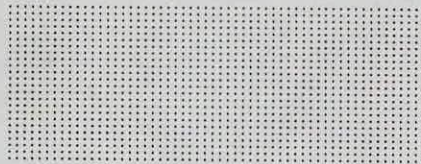
O cangaço marcou o sertão nordestino por meio século

Há 75 anos, chegava ao fim o bando de Lampião, o mais célebre dos cangaceiros, bandoleiros que saqueavam o sertão na República Velha

Em 28 de julho de 1938, uma sangüinária madrugada entrava para a história. Naquele dia, um grupo de policiais pegou “de assalto” Lampião e seu bando em Sergipe, matando o rei do cangaço, sua mulher, Maria Bonita, e oito homens e uma mulher de seu bando. Todos foram decapitados e suas cabeças foram exibidas como prêmio nas escadarias da Igreja de Piranhas (AL).

A palavra cangaceiro é uma derivação de “canga”, estrutura de madeira que se encaixa nas “costas” dos bois de carga para que os animais façam a tração de carroças. Os cangaceiros levavam seus pertences nos ombros em suas andanças, daí o nome. O cangaço é fruto da miséria e do abandono social que dominavam as regiões mais remotas do país. Já no período das Regências e do II Império, esse quadro provocara revoltas como a Cabanagem, no Pará (1835-1840), e a Balaiada, no Maranhão (1838-1841). Também resulta do coronelismo, regime baseado no poder político e econômico dos latifundiários, característica da República Velha (1889-1930).

O cangaço acaba no período Vargas, que moderniza o país e reforça a polícia sob controle do Estado



BARBÁRIE

Na escadaria da Igreja de Piranhas (AL), a polícia exhibe seu arranjo macabro: as cabeças de Lampião (ao centro, embaixo), de Maria Bonita e do restante do bando

AUTOR DESCONHECIDO, em CASTRO, José, *Ciclo do Cangaço, Memórias da Bahia*, vol. 4, Salvador: Empresa Baiana de Jornalismo, 2002

Banditismo social

O processo de transformação de cidadãos em “foras-da-lei”, causado pela pobreza, é chamado de banditismo social. São pessoas que pegam em armas por não encontrar outros meios de inserção social ou de sobrevivência.

Os primeiros cangaceiros trabalhavam como jagunços matadores para os coronéis. Os primeiros grupos de bandoleiros aparecem no fim do século XIX. Diante da miséria e dos abusos dos coronéis, surgem quadrilhas que vagam pelo sertão, assaltam sertanejos isolados, vilas e fazendas.

Histórias sobre os crimes dos cangaceiros passam a fazer parte da cultura popular, revestidas da aura de aventuras, e teriam fascinado Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Nascido em 1897, no sertão de Pernambuco, ele cresceu ouvindo relatos sobre o cangaceiro Antônio Silvino. Após assumir a liderança do grupo do cangaceiro Sinhô Pereira, Lampião passou a ocupar um lugar de destaque na história do cangaço, que estava vazio desde a prisão de Antônio Silvino, em 1914.

Crueldade mítica

Os jornais da época, com base em depoimentos de policiais sobre o bando, atribuem a Lampião atos e assassinatos de extrema crueldade. Diferentemente de outros cangaceiros famosos, mais arredios à publicidade, Lampião preocupou-se bastante em construir uma imagem pública e passou a conceder entrevistas e permitir fotos. Sua fama chegou ao ápice em 1926, quando foi incorporado ao Batalhão Patriótico, uma milícia do governo. O objetivo dos homens do batalhão era combater a Coluna Prestes (1925-1927), movimento liderado por militares, principalmente tenentes, que percorreu o país propondo reformas políticas e sociais contra a pobreza, durante a República Velha. Ao tomarem a decisão de pertencer à milícia, os homens de Lampião chegaram a Juazeiro do Norte (CE) como salvadores da pátria, aclamados pela população. Como recompensa pela missão, Lampião e seu bando seriam anistiados. Porém, essa promessa nunca foi cumprida, e os cangaceiros não entraram em confronto com a Coluna.

Lampião atua com seus cangaceiros principalmente no sertão de Sergipe, Pernambuco e da Bahia, mas há registros de seus assaltos também na área que vai do estado de Alagoas ao Ceará. Ele teria conhecido Maria Bonita em 1929. Ela deixa o marido, integra-se ao bando e acaba por também se tornar famosa. Em 1930, o bebê que seria o primeiro filho de Lampião com Maria Bonita nasce morto. Dois anos depois, nasce Expedita, que o casal entrega a um coiteiro – como eram chamados os comparsas dos cangaceiros – para que ele a criasse.

Emboscada final

O cangaço chega ao fim durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que moderniza o país e reforça o aparato policial sob controle do Estado.

Lampião e seus cangaceiros morrem em uma emboscada noturna na fazenda Angico, em Sergipe. Um coiteiro torturado pela polícia teria denunciado o esconderijo de Lampião. Aproximadamente 50 soldados da Polícia Militar teriam participado da ação, partindo de Piranhas (AL) para encurralar o cangaceiro e seu bando. Pegos de surpresa, os comandados de Lampião não teriam conseguido reagir diante do fogo cruzado de fuzis e metralhadoras.

Os cadáveres decapitados foram exibidos como troféus da vitória da ordem e das instituições – de forma semelhante ao ocorrido com outros revoltosos, como Zumbi, do Quilombo dos Palmares, e Tiradentes. Durante mais de 30 anos, a cabeça de Maria Bonita e a de Lampião permaneceram expostas no Museu da Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, até ser definitivamente sepultada, em fevereiro de 1969. ☒

**LINHA DE MONTAGEM**

Operário na construção de plataforma para a Petrobras, em estaleiro de Angra dos Reis: equipamento para produzir mais

AFP, VANDERLEI ALMEIDA

A photograph of an offshore oil rig structure in the foreground, with a blue sea and distant mountains in the background. The rig features various pipes, valves, and a large blue handwheel. The sky is clear and blue.

Descompasso na exploração do petróleo

Mesmo com o pré-sal, o volume extraído não dá conta do crescimento do consumo interno, e o Brasil volta a depender das importações

Por Maurici de Oliveira

DEFINIDA A DISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES

Uma das razões para o atraso no aumento da produção de petróleo foi o tempo necessário para o debate, no Congresso, de uma nova lei sobre a distribuição dos royalties do petróleo. Neste caso, royalty é a parte dos recursos obtidos com a exploração do petróleo destinada aos governos federal, estaduais e municipais. Durante os três anos de discussão, o governo não licitou novas áreas de exploração, o que atrasou a

encomenda e a fabricação de equipamentos, navios e plataformas para a produção futura. Pela legislação anterior, os estados e os municípios produtores recebiam 52,5% do total de royalties (veja a tabela abaixo). Dada a magnitude das reservas do pré-sal, o Congresso aprovou uma distribuição mais igualitária dos royalties do petróleo extraído no país. A presidente Dilma Rousseff havia vetado a redistribuição dos royalties

das áreas já licitadas e aprovado a nova distribuição só para o que foi licitado a partir de 2013. Mas o Congresso derrubou o veto em março de 2013, o que implica uma redução na parcela de arrecadação dos estados produtores. O governo enviou uma medida provisória ao Congresso definindo que todo o dinheiro dos royalties tem de ser investido na educação.

VETA, DILMA!

Manifestação no Rio, em novembro de 2012, pede para que não se mexa na distribuição de royalties dos contratos em vigor

O consumo de derivados de petróleo no Brasil está crescendo mais rapidamente do que a extração de petróleo bruto. Assim, o país perdeu a autossuficiência em petróleo que havia conseguido e voltou a depender da importação, principalmente de derivados, como a gasolina. Por trás desse déficit está uma lentidão maior do que a prevista no crescimento da extração de petróleo do pré-sal e na ampliação do parque de refinarias.

A Petrobras trabalha com a meta de recuperar essa autonomia em 2014. A meta parece ousada, mas ela está ancorada em dois pilares: o governo federal anunciou a retomada dos leilões de blocos exploratórios em terra, para maio, e no mar, para novembro de 2013 (o que permitirá explorar mais jazidas), e a empresa deverá receber e pôr em operação seis novas plataformas de extração no decorrer de 2013.

A autonomia ou autossuficiência em petróleo significa empatar os números da quantidade de petróleo bruto que o país consegue produzir com o da quantidade de todos os derivados que ele consome. Poucos países no mundo conseguem alcançar esse patamar, que, na prática, quer dizer não depender da importação desse recurso de nenhum outro país e ficar um pouco mais seguro contra embargos comerciais ou crises internacionais, econômicas ou políticas. Como empresa estatal, alcançar a autossuficiência é um dos objetivos permanentes da Petrobras. A autossuficiência brasileira foi conseguida pela primeira vez em 2006, antes do anúncio da descoberta das gigantescas jazidas de petróleo do pré-sal, cuja exploração começou apenas em 2008.



WILTON JUNIOR/AE

MUDANÇA NA DIVISÃO DOS ROYALTIES

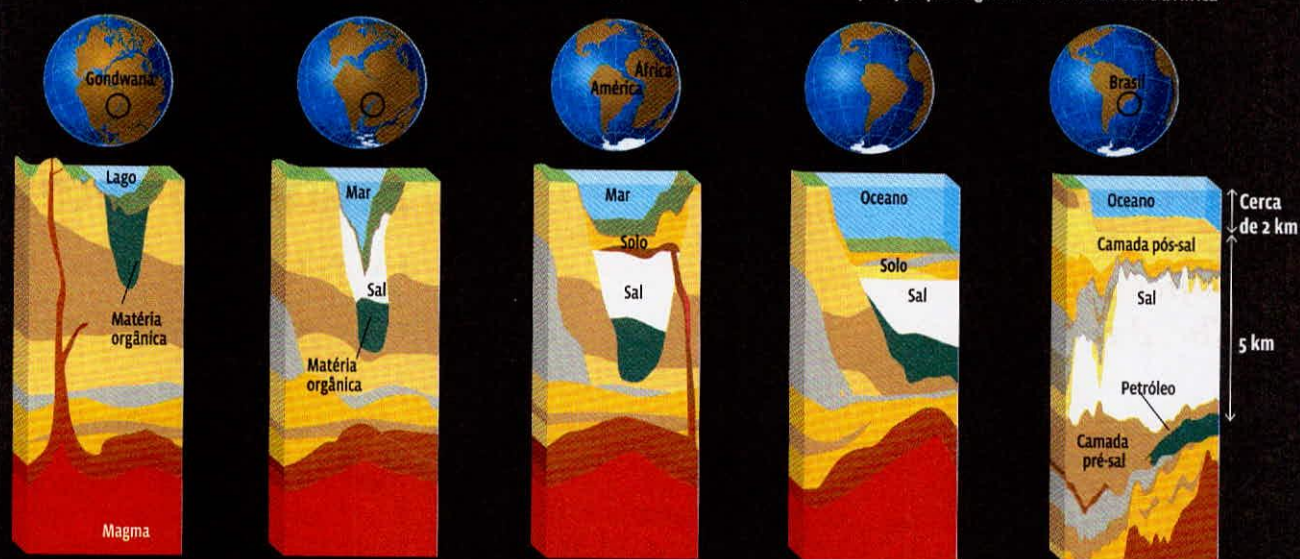
	REGRA ANTERIOR	CONTRATOS EM VIGOR	NOVOS CONTRATOS	NOVOS CONTRATOS
	2012	2013 EM DIANTE	2013	2020
União	30%	30%	20%	20%
Estados produtores	26,25%	20%	20%	20%
Municípios produtores	26,25%	17%	15%	4%
Municípios afetados	8,75%	3%	3%	2%
Estados não produtores	1,75%	20%	21%	27%
Municípios não produtores	7%	20%	21%	27%

REDISTRIBUIÇÃO A tabela mostra a distribuição dos royalties do petróleo nos contratos firmados até 2012 e os percentuais a partir de 2013. Observe que, com a decisão do Congresso, os contratos em andamento passam a ter novos valores desde agora, beneficiando os estados não produtores, além de uma alteração progressiva até 2020.

Fonte: Congresso Nacional

DERIVA DOS CONTINENTES E O PETRÓLEO NO PRÉ-SAL

A formação das reservas petrolíferas sob a camada de sal começou no fundo de lagos de Gondwana, no início da separação que originou a América do Sul e a África



HÁ 130 MILHÕES DE ANOS
Com o início da fragmentação de Gondwana, formam-se lagos, com muita matéria orgânica animal e vegetal trazida por rios. Os lagos são profundos, têm pouco oxigênio, e os sedimentos acumulam-se no fundo por 15 milhões de anos.

HÁ 115 MILHÕES DE ANOS
A separação entre América do Sul e África prossegue, e, aos poucos, a água salgada entra, formando-se mares entre as porções de terra. Há deposição de sal no piso dos estreitos golfos por 5 milhões de anos. A camada orgânica fica sob o sal.

HÁ 110 MILHÕES DE ANOS
Os continentes se afastam. Formam-se mares rasos entre eles, com a deposição de carbonato de cálcio por uns 10 milhões de anos. Da separação entre as placas tectônicas, surge o magma, que forma o solo submarino sobre os sedimentos.

HÁ 100 MILHÕES DE ANOS
O afastamento prossegue. Com a formação do oceano Atlântico, ocorre a sedimentação oceânica. Os sedimentos dos antigos lagos ficam cada vez mais profundos. Aumenta a temperatura, o que transforma a matéria orgânica aprisionada em petróleo e gás.

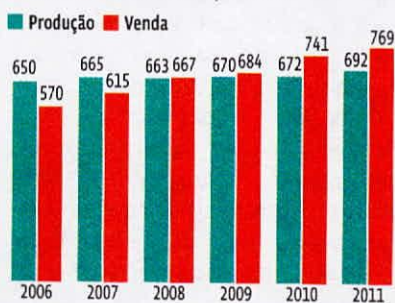
HOJE
A camada de sal é impermeável, mas, por fissuras que se formam, escapam quantidades de petróleo e gás, que acabam alojadas no pós-sal. O processo deu origem às bacias de petróleo no pré-sal na costa do Brasil e no litoral da África, do Congo à Namíbia.

Como a economia do Brasil está crescendo, aumenta o consumo de derivados como gasolina nos automóveis, querosene na aviação, nafta na indústria petroquímica e gás de cozinha nas residências. A partir de 2008, a produção de petróleo bruto voltou a ficar atrás do consumo de derivados. Em 2012, a produção diária de petróleo bruto chegou a cair 0,8% em relação ao ano anterior. Em seu planejamento, a Petrobras prevê construir refinarias e espera que o Brasil conquiste a autossuficiência também em derivados de petróleo a partir de 2020.

As reservas conhecidas do pré-sal já somam 31 bilhões de barris, e estima-se que possa haver mais 87 bilhões ainda não descobertos. O governo trabalha com uma estimativa de 50 bilhões de barris. Apesar desse imenso potencial, a extração de petróleo do pré-sal ainda é de apenas 200 mil barris ao dia, só 10% do total da companhia, pois é demorado montar a complicada estrutura de exploração do pré-sal. A meta da empresa é subir essa participação para 47% da produção até 2020.

RECUE NA AUTOSSUFICIÊNCIA

Produção e venda de derivados de petróleo, em milhões de barris ao ano, no Brasil



Fonte: ANP

A origem do pré-sal

O petróleo é formado com a decomposição de plantas e animais no subsolo. Sob enorme pressão e calor, por milhões de anos, esse material torna-se viscoso e encharca rochas porosas, nas quais fica retido. Vem daí o nome petróleo, junção das palavras pedra + óleo. Trata-se de uma mistura de materiais orgânicos com extensas cadeias de carbono em sua composição. A separação ou quebra dessas cadeias em outras, menores, dá origem a diferentes

combustíveis e substâncias. Por exemplo, um produto leve, como a gasolina, possui cadeias pequenas com cinco a 12 átomos de carbono combinados com hidrogênio; já o óleo diesel tem até 70 átomos de carbono. A Petrobras fabrica mais de 80 produtos de petróleo.

As jazidas do pré-sal começaram a se formar há mais de 100 milhões de anos, quando havia o supercontinente Gondwana, que se partiu formando os continentes atuais (veja o infográfico acima). O petróleo do pré-sal formou-se com a matéria orgânica presa no subsolo do oceano Atlântico.

Pré-sal é o nome dado a uma camada de rochas porosas que fica abaixo de uma espessa faixa de sal no subsolo marinho. O petróleo recém-descoberto ocupa uma área de 800 quilômetros de extensão no litoral da Região Sudeste, do Espírito Santo a Santa Catarina, numa profundidade média de 7 quilômetros em relação ao nível do mar. A área tem 200 quilômetros de largura e fica a uma distância média de 300 quilômetros do litoral. Seu petróleo é de alta qualidade e de grande valor de mercado.

A matriz de energia do Brasil é considerada uma das mais diversificadas e equilibradas no mundo

Matriz energética

Além de reiniciar as licitações para novos lotes de petróleo, o governo brasileiro anunciou que vai licitar áreas para a exploração de gás natural e de xisto, esse último um conjunto de minérios de pedra que pode produzir gás. A decisão pretende ampliar a oferta de gás para as usinas termelétricas das grandes cidades e ampliar seu uso na matriz energética. No processo de geração de gás com o xisto, ainda são fabricados fertilizantes para a agropecuária.

A matriz energética brasileira é o conjunto dos recursos energéticos disponíveis (como água, carvão e petróleo) no Brasil, mais o que esses recursos podem produzir de cada tipo de energia (eletricidade, combustíveis) e os setores de consumo (comércio, indústria, agricultura). A matriz brasileira é tida como uma das mais diversificadas e equilibradas do mundo. A produção de energia no país conta com usinas hidrelétricas, nucleares e termelétricas, extração de petróleo e gás, refinarias, uso de madeira, usinas de álcool combustível, parques eólicos e a geração por meio de painéis solares. Atualmente, o Brasil já chega a exportar pás para os gigantes geradores de energia dos parques eólicos.

De acordo com o Balanço Energético Nacional do ano passado, 44,2% da energia usada pelos brasileiros em 2011 veio de fontes renováveis, como água, ventos e cana-de-açúcar. Os 55,8% restantes vieram de fontes não renováveis, principalmente petróleo e gás natural. A média mundial de uso de energias renováveis, considerado o caminho do futuro, é de apenas 13,3%.

SAIU NA IMPRENSA

DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO IMPORTADO DEIXA REGIÃO ÁSIA-PACÍFICO AMEAÇADA

Previsões apontam que, em 2035, região importará 44% das necessidades primárias em petróleo, contra 36% registrados em 2010

Da Agência France Presse

A região Ásia-Pacífico está "gravemente ameaçada" pela grande dependência de petróleo importado, afirma o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) em um relatório.

Em 2035, a região importará 44% das necessidades primárias em petróleo, contra 36% em 2010, segundo as previsões da Apec. A produção local aumentou "levemente" desde 1990, enquanto o consumo disparou. "Esta dependência crescente de petróleo importado representa uma grave ameaça para a estabilidade econômica e a segurança energética da Ásia-Pacífico", afirma um relatório.

O documento destaca em particular o risco de conflitos políticos no Oriente Médio e na África, assim como a necessidade de investimento nestes países para aumentar suas produções. A volatilidade dos preços e os riscos de uma ruptura no fornecimento também podem "ameaçar a estabilidade econômica da Apec", adverte o texto. O fórum reúne 21 países que representam metade do comércio e da produção econômica do mundo.

Correio Braziliense on-line, 21/2/2013

Choque global de preços mudou o setor

Em 1973, o choque do petróleo abalou a economia mundial, mas o Brasil conseguiu inovar

O fato histórico conhecido como **choque do petróleo**, ocorrido em 1973, devido à Guerra do Yom Kipur, consistiu no embargo da venda de petróleo a países desenvolvidos, na redução da oferta e na alta abrupta dos preços, e causou importantes consequências econômicas no mundo, que se estenderam por anos.

Em outubro de 1973, tropas do Egito e da Síria tentaram, sem êxito, retomar militarmente os territórios ocupados em 1967 por Israel. O conflito foi chamado de Guerra do Yom Kipur. Em represália aos israelenses, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), que reúne os maiores exportadores mundiais (em boa parte, árabes), decidiu utilizar o petróleo como arma política: reduziu a produção e interrompeu a exportação para os países que apoiaram Israel. Os primeiros atingidos foram os Estados Unidos e a Holanda. Depois, o embargo foi estendido a outros países.

A Opep cortou a produção em 25%, e a escassez de petróleo atingiu todas as economias. O preço do barril subiu de 2,90 dólares para 11,65 dólares em três meses. O embargo foi encerrado em março de 1974, mas deixou graves problemas econômicos para as nações dependentes da matéria-prima. Para o Brasil, o prejuízo foi brutal, pois o país importava 80% do petróleo que consumia. A economia recuou (encerrando o período do "milagre brasileiro", de forte crescimento), e o comércio exterior tornou-se muito deficitário.

A crise levou os países desenvolvidos a explorar petróleo em novas regiões, fora do Oriente Médio. Eles também ampliaram o uso de gás natural, ado-

Petróleo

PRÉ-SAL É uma camada no subsolo marinho que armazena petróleo abaixo de uma grossa camada de sal, a cerca de 7 quilômetros abaixo da superfície do mar. A Petrobras identificou grandes depósitos contendo óleo de boa qualidade e gás, em uma faixa que vai do Espírito Santo a Santa Catarina, a cerca de 300 quilômetros da costa. A extração começou em 2008.

POTENCIAL As reservas já conhecidas têm 31 bilhões de barris de petróleo e podem conter até 87 bilhões de barris. O governo trabalha com uma estimativa de 50 bilhões de barris. O pré-sal contém mais petróleo do que todas as reservas que o país possuía antes de atingir a autossuficiência entre produção e consumo, em 2006, e poderá transformar o Brasil em um significativo produtor mundial de petróleo nas próximas décadas.

AUTOSSUFICIÊNCIA EM PETRÓLEO É alcançar uma produção da quantidade de petróleo bruto que gere a quantidade de derivados de petróleo que o país consome. O Brasil alcançou a autossuficiência pela primeira vez em 2006. Nos últimos anos, perdemos a autossuficiência, pois o consumo cresceu mais rapidamente do que a produção e o refino.

MATRIZ ENERGÉTICA É o balanço do conjunto dos recursos energéticos disponíveis no país, quanto é produzido de cada energia (como eletricidade, combustíveis etc.) e os setores que a consomem. A matriz brasileira é uma das mais diversificadas e equilibradas do mundo. Quase metade de toda a energia consumida no país é renovável (vinda do álcool da cana-de-açúcar, a energia hidrelétrica e a eólica), contra uma média mundial de apenas 13,3%.

ROYALTIES DO PETRÓLEO São um percentual cobrado das concessionárias que exploram o petróleo no Brasil. Esses recursos são divididos entre União, estados e municípios. A nova lei, que faz uma redistribuição mais igualitária, entrou em vigor neste ano.



DEPENDÊNCIA Fila em posto de gasolina em São Paulo, em 1979: tempos de insegurança no abastecimento

taram estímulos ao uso de energias alternativas e à redução do consumo e desenvolveram motores mais econômicos. O Brasil lançou vários programas de diversificação de energia para substituir o petróleo, dos quais o mais significativo foi o **Pró-Álcool**, iniciado em 1975 para viabilizar a produção e o uso do etanol de cana-de-açúcar como combustível. Hoje, quase metade da frota nacional de veículos já é bicomcombustível, ou seja, são veículos flex com motores que funcionam com álcool e gasolina, juntos ou separadamente.

Segundo choque

Em 1979 ocorreu o **segundo choque**, com o aumento de preços do petróleo provocado pela revolução islâmica no Irã, que derrubou o governo do xá Reza Pahlevi, aliado estreito dos países ocidentais. A nova república islâmica do Irã reduziu sua produção, e os principais países exportadores cortaram a extração e a oferta. De 1980 a 1988, a situação agravou-se com a guerra do Iraque contra o Irã. A diferença em relação ao primeiro choque é que, neste

período, os países consumidores estavam mais bem preparados. As indústrias haviam adotado medidas para consumir menos, e, com o preço do combustível alto, o mercado passou a priorizar carros menores e mais econômicos. A partir de 1979, começou a ocorrer uma desaceleração do consumo mundial de petróleo, com taxas de crescimento menores. Como resultado, os preços passaram a cair em 1980 e continuaram baixos por duas décadas.

Desde a II Guerra Mundial, o petróleo foi o fator principal na geopolítica do Oriente Médio e de regiões da Ásia. Nos últimos 40 anos, o petróleo esteve ligado a acontecimentos centrais no cenário internacional, como a tensão entre os Estados Unidos e o Irã (um dos grandes exportadores mundiais), a política de aproximação dos EUA com a Arábia Saudita (o maior exportador mundial), a manutenção de uma frota norte-americana no golfo Pérsico, a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos (2003) e mesmo os conflitos diplomáticos da última década entre os Estados Unidos e a Venezuela. ☒

Cenário difícil para a agropecuária

Sob o efeito da crise internacional e do recuo na demanda externa, a agricultura e a pecuária no Brasil reduzem o faturamento e a área plantada

Os ventos desfavoráveis da crise financeira mundial, movidos pela queda na atividade econômica de países centrais, pela menor procura dos produtos de exportação brasileiros e pela redução de preços das matérias-primas nas bolsas internacionais, dificultam o caminho da agropecuária brasileira.

O Brasil bateu um novo recorde na safra agrícola 2011/2012, colhendo 166 milhões de toneladas, graças sobretudo a um forte crescimento na produção de milho. Mas a safra é medida de setembro a agosto do ano seguinte, e os últimos meses de 2012 registraram uma diminuição acentuada da atividade, em especial na colheita do trigo. O resultado final foi uma redução de 2,3% na agricultura e na pecuária brasileiras no decorrer do ano passado (de janeiro a dezembro), segundo a medição feita para o Produto Interno Bruto (PIB) (veja na pág. 123). Num ano de crescimento pequeno da economia (+0,9%), a agropecuária acabou sendo o setor com o pior desempenho, pois a indústria encolheu menos (-0,8%) e os serviços cresceram um pouco (+1,7%).

Importância

Mesmo com as dificuldades, o setor agrícola é um dos motores da economia nacional. Impulsiona parte importante da indústria e dos serviços, numa cadeia produtiva chamada de agronegócio (veja o boxe na pág. 119), além de jogar papel decisivo na pauta de exportações do Brasil. Em 2012, com receita total próxima a 32 bilhões de dólares, a soja e os produtos associados a ela chegaram ao topo da lista de exportações do país, ocupado havia mais de uma década

pelo minério de ferro. Outros itens importantes exportados pelo Brasil são açúcar, café, carnes de frango e bovina e álcool combustível.

Como resultado de sua história, calçada no fornecimento de matérias-primas ao mundo desenvolvido e na exploração gradativa de um enorme território, o Brasil atual é um dos gigantes da agropecuária global. É o maior exportador mundial de açúcar, café, suco de laranja, soja em grão e carne de frango. Ocupa o segundo lugar em carne bovina, óleo e farelo de soja. Além de garantir o abastecimento do mercado interno, o país tornou-se em 2010 o terceiro maior exportador de alimentos, atrás dos Estados Unidos e da União Europeia. Por isso, há quem fale que o Brasil se prepara para, no futuro, ser o celeiro do planeta.

Esse desempenho foi garantido por uma forte expansão nos últimos anos. Em seis safras seguidas, os resultados do campo brasileiro tiveram um crescimento de 36%, passando de uma produção de 122 milhões de toneladas (2005/2006) para os 166 milhões na safra fechada em 2012. Isso foi conseguido com uma expansão de apenas 4% da área plantada: o país produziu muito mais em um mesmo espaço de terra. Em outras palavras, houve um claro aumento da produtividade, como resultado de novos métodos de trabalho, da melhoria no manejo da terra, do aprimoramento de sementes, da utilização de fertilizantes e de um clima favorável. A produtividade agrícola cresceu 27% entre as safras 2005/2006 e 2010/2011, segundo dados oficiais.

NA PENEIRA

Trabalhador rural trata o café colhido em fazenda paulista: o produto é um dos principais da lista de exportações do Brasil há mais de um século

NACHO DOCE/REUTERS





No comércio exterior, o país exporta sobretudo matérias-primas e importa produtos fabris, mais caros

Globalização

A capacidade e o desempenho do setor agrário, no entanto, não escondem a fragilidade do modelo econômico brasileiro no contexto da globalização. Na divisão do mercado mundial nas últimas décadas, cabe ao Brasil ser um fornecedor de matérias-primas, também conhecidas como commodities, que são produtos básicos, como minério de ferro e soja, com características padronizadas a ponto de serem negociadas por cotação uniforme no mercado internacional.

Os países que dominam o mercado global exportam principalmente produtos industrializados, que têm mais valor agregado – ou seja, incluem no seu preço muito mais tecnologia, mão de obra e matérias-primas transformadas pelo processo fabril. Os que dependem de produtos básicos ficam mais expostos às oscilações de preço, quebras de safra ou à queda das atividades industriais nos países centrais. Além disso, as commodities, sendo produtos básicos, têm bem menos valor agregado do que os manufaturados. É preciso muita exportação para enfrentar as importações feitas pelo país de produtos de alta tecnologia, como automóveis e equipamentos de computação.

No mercado global, um gigante como a China pode interferir muito na cotação internacional de certos produtos. Por exemplo, a nação possuía no início de 2013 um estoque de 10 milhões de toneladas de algodão, e as especulações sobre sua utilização afetam as cotações diárias em todo o mundo. A China é o maior parceiro comercial brasileiro, principal destino das exportações, e também a mais importante origem das importações. Os asiáticos desbancaram



AS MAIORES EXPORTAÇÕES DO BRASIL - 2011

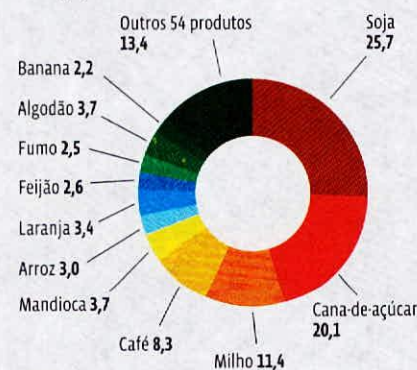
Participação dos principais produtos, em % do valor total



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PRODUTOS AGRÍCOLAS DE MAIOR VALOR - 2011

Participação em % no total do valor produzido



O PESO DE EXPORTAR Os produtos agrícolas e seus derivados que exportamos, como soja, cana, milho e café, quando beneficiados, agregam maior valor econômico do que outros alimentos produzidos para o mercado interno, como a mandioca e o feijão.

Fonte: IBGE

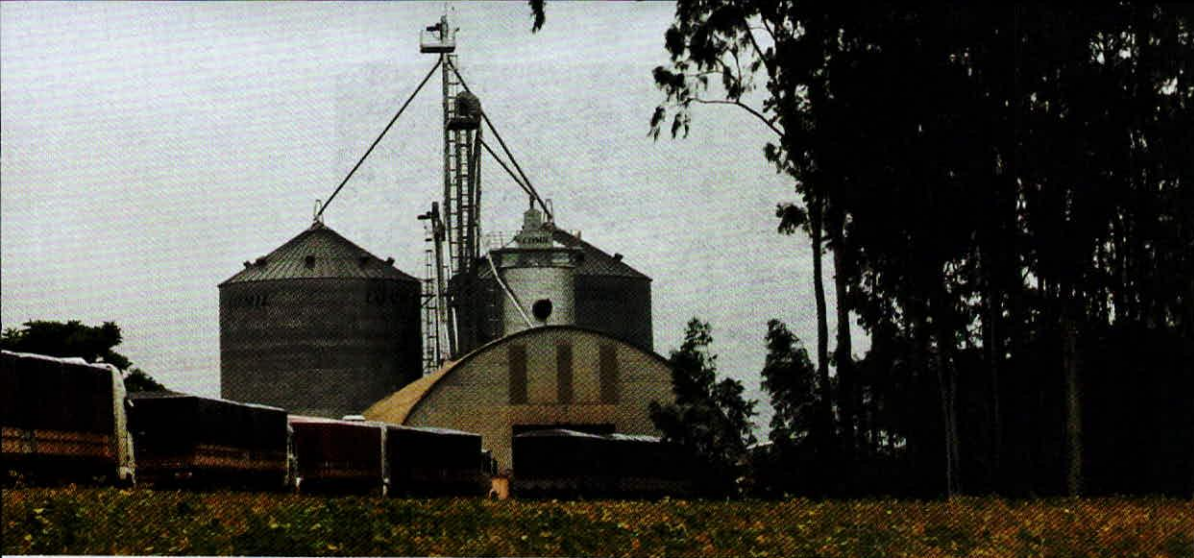
os Estados Unidos como principal parceiro nacional. A agricultura brasileira, em 2012, foi beneficiada pela seca nos EUA, o maior produtor mundial de milho, cuja safra ficou prejudicada. Assim, o Brasil exportou 20 milhões de toneladas do produto, mais que o dobro do ano anterior.

Dificuldades

A produção agropecuária voltada para a exportação enfrenta no Brasil carências de infraestrutura, que elevam o preço dos produtos. As principais são as dificuldades de transporte da produção até os portos e a falta de locais de armazenamento adequado.

O transporte no Brasil é feito sobretudo por rodovias, sistema inadequado para deslocar grande quantidade de produtos, como soja ou milho. O frete de caminhões é caro e encarece o produto exportado, e o uso excessivo desse tipo de veículo danifica as estradas, que, com frequência, estão em más condições de conservação. O ideal para longas distâncias são os trens ou barcas, em hidrovias: menos custosas, mesmo que sejam mais lentas (o que não é problema para safras de grãos pouco perecíveis). A melhoria dessa dificuldade exige investimentos de longo prazo, sobretudo federais.

O crescimento da produtividade no meio rural brasileiro, com pesquisa, tecnologia e manejo, esbarra numa estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos proprietários. É uma realidade difícil para a agricultura familiar, que dá trabalho a milhões de pessoas, é voltada para produzir os alimentos para o mercado interno (veja na pág. 101), mas tem pouco apoio.



VIA ESTRADA

Fila de caminhões em Campo Verde (MT) para o transporte de soja: seria mais barato e eficiente utilizar ferrovias ou hidrovias

PAULO WHITAKER/REUTERS

Meio ambiente

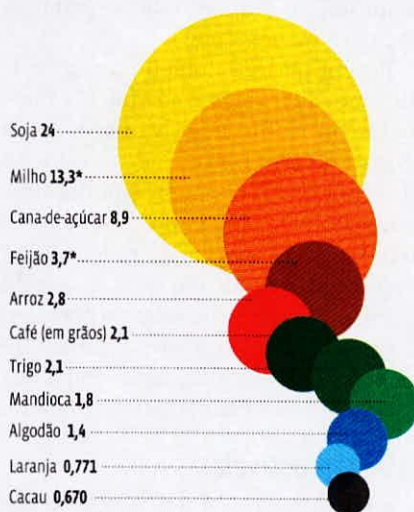
A expansão e a diversificação da agricultura brasileira, desde a década de 1960, estiveram baseadas no aprimoramento de sementes e na adaptação das culturas a solos e climas diferentes dos de origem. A partir disso, houve forte expansão das lavouras de grãos para o cerrado, em Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso, chegando às bordas da floresta Amazônica.

A pressão da busca por novas áreas de plantio está diretamente associada ao desmatamento do cerrado e da Amazônia nas últimas décadas (veja na pág. 105). Os poderosos interesses econômicos envolvidos nesse processo estão na origem dos embates que opõem os grandes fazendeiros aos ambientalistas, na sociedade e no Congresso Nacional, em relação a temas como a preservação da natureza (veja na pág. 142) e o novo Código Florestal (veja na pág. 148).

Outra questão importante que afeta o meio ambiente e também o mercado consumidor é a expansão das culturas transgênicas – ou organismos geneticamente modificados. Temem-se os riscos que possam causar ao ambiente e à saúde humana. A indústria de alimentos desenvolve variedades que ampliam a produtividade e a rentabilidade das culturas. Há modificações, por exemplo, que tornam as plantas menos suscetíveis a certas pragas. Ao se espalharem para fora das plantações, porém, as sementes transgênicas podem afetar as matas próximas. O fato, porém, é que o uso de sementes transgênicas cresce. O Brasil já é o segundo maior plantador delas, atrás apenas dos Estados Unidos, onde cerca de 90% da soja é transgênica. Um dos argumentos para a utilização de

AS MAIORES ÁREAS DE CULTIVO - 2011

Em milhões de hectares plantados



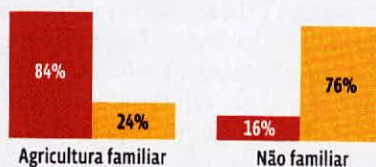
*Soma das áreas plantadas em duas ou mais safras no ano

Fonte: Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias - GCEA/IBGE, DPE, COAGRO

A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

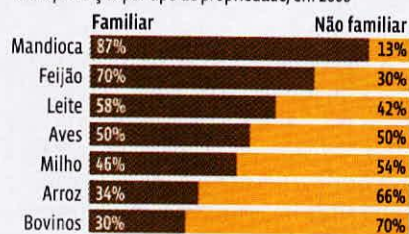
Comparação com a agricultura extensiva, 2006

- % do número de propriedades (2006)
- % da área ocupada (2006)



PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

% da produção por tipo de propriedade, em 2006



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário de 2006

O QUE É O AGRONEGÓCIO

O cultivo agrícola e a produção de animais para abate compõem a agropecuária. Quando se somam as demais atividades ligadas à agropecuária, como a pesquisa, a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, os implementos – como adubos e defensivos –, o beneficiamento ou manufatura a partir da produção e a distribuição dos produtos, tudo isso é chamado de agronegócio.

O agronegócio abrange toda a cadeia produtiva da agricultura e da pecuária, incluindo-se nesse último grupo, além de bovinos, as aves, os suínos, ovinos e caprinos. Essa cadeia começa na indústria e em empresas que fornecem equipamentos, como tratores, colheitadeiras, adubos, rações e defensivos agrícolas. Em seguida, estão a plantação ou a criação de animais, que são o centro do negócio. Uma terceira etapa é a das indústrias de transformação, como os frigoríficos, de torrefação e moagem do café, de processamento de cana para produzir açúcar e álcool, de suco de laranja, de óleo de soja e de couros, por exemplo. O agronegócio engloba também os setores de embalagens, conservação, transporte e empresas de comércio exterior (as *tradings*).

Em 2011, o setor representou 22,7% do PIB brasileiro. Além disso, tem grande participação nos seguidos superávits da balança comercial. Em 2011, as exportações do agronegócio atingiram quase 95 bilhões de dólares, um recorde, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A produção de biocombustíveis tem uma importante participação na matriz de energia brasileira

ABUSO DA UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Para que os recursos naturais durem indefinidamente, eles têm de ser bem administrados. Hoje, a situação é preocupante em diversos pontos do campo brasileiro. Além da poluição do ar e dos prejuízos à fauna e à flora, a agropecuária ameaça degradar o solo e contaminar os recursos hídricos. O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, como herbicidas, pesticidas e fungicidas. Segundo o Censo Agropecuário, mais de 1,5 milhão de propriedades rurais do país utilizam agrotóxicos. Cerca de 56% dos que usam produtos químicos na agricultura não seguem orientação técnica, e cerca de 21% aplicam o veneno sem nenhum tipo de segurança.

Além disso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) constatou que os produtores rurais têm utilizado agrotóxicos não autorizados no plantio de determinados alimentos. Em 2010, das 2.488 amostras de alimentos avaliadas pela agência, 696 apresentaram maior contaminação de resíduos do que o permitido e 605 continham agrotóxicos não autorizados.

Nos últimos anos, tem-se observado uma procura maior dos consumidores por produtos orgânicos, cultivados sem agrotóxico, porém mais caros. O Brasil exporta orgânicos para mais de 30 países. Os principais são Japão, Estados Unidos e União Europeia. Entre os orgânicos exportados, destacam-se soja, açúcar, arroz, café e cacau e os provenientes da pecuária e da criação de pequenos animais (carnes, leite e derivados e mel) e do extrativismo (palmito).



AGROTÓXICOS

Agricultor borrifa inseticida em laranjal: seu uso barateia a produção, mas pode prejudicar a saúde

PAULO WHITAKER/REUTERS

transgênicos é a eventual redução do uso de agrotóxicos, mas o Brasil é o líder mundial no emprego desse produto (veja o box nesta pág.).

Porém, na área ambiental, a agricultura brasileira não é só vilã, ela também contribuiu positivamente, pois é responsável por grande produção dos combustíveis menos poluentes, como o etanol de cana-de-açúcar e o biodiesel. A origem de tudo está no Proálcool, lançado em 1975, diante da dura realidade do choque do petróleo (veja na pág. 114). Hoje, a matriz de energia brasileira é a mais limpa entre as maiores economias do planeta.

Biocombustíveis

Com o aumento das emissões de carbono e a excessiva dependência de petróleo, com sua oscilação de preços, as nações desenvolvidas passaram a adotar medidas para substituir os combustíveis derivados de petróleo, como a gasolina, o querosene e o óleo diesel, por biocombustíveis, como o etanol de cana-de-açúcar ou de milho e o biodiesel. O Brasil tem a ganhar com isso, pois é o maior produtor de etanol de cana-de-açúcar, a um custo mais baixo que o etanol norte-americano, fabricado com milho. O país também é líder mundial na produção de biodiesel, combustível obtido de plantas oleaginosas – como mamona, dendê, girassol, babaçu, soja e algodão.

A agroenergia é responsável por cerca de um terço da energia ofertada no Brasil. Após sucessivos recordes, as safras de cana-de-açúcar começaram a cair em 2011. Entre os motivos estão a redução de investimentos, devido à crise econômica internacional, as adversida-

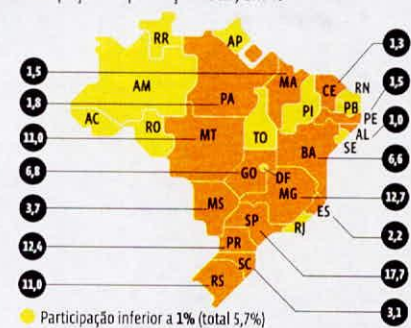
des climáticas – escassez de chuvas e geadas – e o envelhecimento dos canaviais. A longo prazo, porém, a produção deve se expandir, impulsionada pelo interesse mundial por etanol e pelo crescimento do consumo interno com a frota de veículos com motor bicombustível (flex-fuel, combustível flexível).

Já o etanol ainda não conseguiu o status de commodity internacional, ou seja, de produto negociado nas bolsas de mercadorias internacionais, como ambiciona o governo federal. Em princípio, isso elevará o consumo e favorecerá as exportações brasileiras. Pesa contra o Brasil a existência de trabalho em condições de escravidão no setor sucroalcooleiro, que historicamente usa trabalhadores boias-frias nas colheitas. Trata-se de uma barreira à exportação da mercadoria definida como não tarifária, ou seja, que não é um imposto (como pode ocorrer também com denúncias de trabalho infantil ou contaminação por agrotóxicos).

A decisão de ampliar a produção brasileira de etanol também envolve outros pontos importantes. Ambientalmente, o impacto da monocultura no empobrecimento do solo, principalmente com a prática da queimada das folhas da planta antes da colheita e da palha, que também polui o ar. Além dela, a vinhaça, resíduo das destilarias de álcool, pode contaminar os lençóis freáticos. Socialmente, há ainda a preocupação de que áreas destinadas à produção de alimentos sejam ocupadas pela cana, provocando redução da oferta de alimentos e aumento dos preços. Também se teme o avanço das plantações sobre áreas do cerrado e da Amazônia.

A AGRICULTURA NOS ESTADOS - 2011

Participação na produção total, em %



Fonte: IBGE

Diferenças regionais

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná têm a estrutura fundiária mais bem distribuída do Brasil, resultado da colonização por imigrantes europeus, que reproduziram o padrão agrário familiar do país de origem deles. A **Região Sul** se destaca por uma produção diversificada, com destaque para cereais, a agroindústria de uvas, de aves, de suínos e de tecidos.

Situação diferente vive a **Região Nordeste**, que mantém patamares semelhantes ou superiores ao índice nacional de concentração de terras, graças a uma história de economia escravista, às monoculturas de exportação de açúcar e algodão e às grandes propriedades pastoris do sertão. Os destaques da região são a produção de cana-de-açúcar, tabaco, cacau, além do extrativismo, da soja e do algodão. Há nas últimas décadas uma expansão agrícola da região no cerrado, na parte oeste da Bahia e no sul do Piauí e Maranhão.

O crescimento da agricultura de grãos em larga escala – principalmente soja e milho – e do algodão pelo cerrado da **Região Centro-Oeste** reforçou a concentração de terras que já a marcava, pela pecuária extensiva. A expansão de sua fronteira agrícola, no norte, pressiona a floresta Amazônica. É sobretudo no Centro-Oeste, atualmente, que ocorre o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Na **Região Norte**, a presença de grandes estabelecimentos nas franjas da floresta Amazônica, com soja, milho e pastagens, como no leste do Pará, contrasta com a predominância de pequenas propriedades nas áreas de floresta,

SAIU NA IMPRENSA

MERCADO DE ALGODÃO NAS MÃOS DA CHINA

Depois de alcançar em março de 2011 máximas históricas de preços – acima de US\$ 2 por libra-peso na bolsa de Nova York –, o algodão, atualmente negociado na casa dos 70 centavos de dólar, pode mergulhar para ainda mais perto de sua média histórica, que gira em torno de 50 a 55 centavos.

O rumo das cotações está nas mãos dos chineses, maiores consumidores globais da pluma e detentores de um estoque estimado em 10 milhões de toneladas, mais de seis vezes maior que a safra brasileira. O mercado aguarda com apreensão a direção da política chinesa para a commodity. (...)

O movimento deverá acontecer por uma necessidade de rolagem de estoques – ou seja, troca de parte do algodão velho por produto novo. (...)

A relação global entre estoques e consumo atingiu o nível mais alto desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Por enquanto, os preços vêm se mantendo com médias mensais acima de 70 centavos de dólar por libra-peso em Nova York. (...) Espera-se que a China reduza significativamente suas importações da pluma. A *Newedge* prevê compras no ano safra 2012/13, que se encerrará em julho de 2013, da ordem de 2,6 milhões de toneladas, bem abaixo das 5,9 milhões de toneladas da temporada anterior.

Valor Econômico, 7/1/2013

como no noroeste do Amazonas. São posseiros e ribeirinhos, que sobrevivem da pesca artesanal e de plantios como o da mandioca, aproveitando a riqueza dos rios e os solos de várzea fertilizados pelas cheias sazonais.

Na **Região Sudeste**, observa-se uma complexa convivência entre áreas de forte, média e pequena desigualdade na concentração de terras. A produção é diversificada e pode-se destacar a cana-de-açúcar, a laranja e a borracha no interior paulista, o café e a criação de animais em Minas Gerais. ☒

RESUMO

Agricultura

AGROPECUÁRIA É o conjunto das atividades de agricultura e pecuária (criação de animais). Em 2012, o PIB brasileiro cresceu 0,9%, mas a agropecuária encolheu 2,3%.

AGRONEGÓCIO É a cadeia produtiva ligada à agropecuária que envolve os setores de indústria e serviços. Abrange a indústria de máquinas agrícolas, fertilizantes e rações, a produção agrícola e pecuária propriamente dita, o beneficiamento da produção, o transporte e o comércio dos produtos.

IMPORTÂNCIA A agricultura e a pecuária são motores importantes da economia do país. Destacam-se a produção de soja, milho, cana-de-açúcar, café e das carnes bovina, suína e de aves. O setor cresceu muito nos últimos anos, apesar da crise econômica internacional.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA A concentração de terras é a característica da ocupação do território do país desde a colonização. Segundo o IBGE, quase 84% das propriedades são de agricultura familiar, mas estas ocupam apenas 24% da área usada no país, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Apenas 16% dos estabelecimentos rurais, as grandes propriedades, ocupam 76% da área total.

BIOCOMBUSTÍVEIS A necessidade mundial de diminuir as emissões de carbono faz aumentar a demanda por biocombustíveis, como o etanol da cana-de-açúcar. O Brasil ambiciona que o etanol se torne uma commodity internacional, negociada em bolsas de mercadorias, o que poderá aumentar o consumo e as exportações. Porém, a existência de trabalho em condições de escravidão no setor é um empecilho internacional.

AGROTÓXICOS O Brasil é o maior consumidor mundial de pesticidas e herbicidas, comumente chamados de agrotóxicos. Mais da metade dos produtores pesquisados pelo censo decenal do IBGE diz não seguir orientações técnicas para usá-los.

**APELO ÀS COMPRAS**

Redução do imposto de eletrodomésticos: o governo tenta incentivar o mercado interno para acelerar a economia brasileira

LEONARDO WEN/FOLHAPRESS

Crescimento em marcha lenta

Pelo segundo ano consecutivo, o Brasil teve em 2012 redução na taxa de crescimento de sua economia, que chega perto de zero

O governo baixou os juros para o menor índice da história, anunciou no decorrer de 2012 uma série de pacotes de incentivos para a indústria e o comércio, reduziu impostos e, mesmo assim, não conseguiu tirar a economia do marasmo. A desaceleração, que já vinha ocorrendo desde o ano anterior, acentuou-se, e a economia do país em 2012 apresentou um resul-

tado muito inferior ao que o governo esperava. A economia do Brasil cresceu apenas 0,9% durante o ano.

É o pior resultado desde 2009, quando, no cenário da crise econômica global, iniciada nos Estados Unidos em 2008, houve um encolhimento de 0,3% no conjunto da economia nacional. A resposta do governo brasileiro foi adotar várias medidas para estimu-

lar o consumo interno e melhorar as exportações. A receita deu certo em 2010, quando a economia cresceu 7,5%. Porém, em 2011, a atividade econômica no país entrou em marcha lenta novamente: ela cresceu 2,7%, chegando a 4,1 trilhões de reais, segundo a medição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em dólares, chegou a 2,5 trilhões, tornando-se a sexta maior do mundo, atrás de Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França.

Com esse peso internacional que alcançou, porém, a economia brasileira está cada vez mais atrelada ao andamento da economia global e à situação nos países desenvolvidos. Assim, a crise global reduz a produção em várias partes do mundo desenvolvido, resultando em menor necessidade de matérias-primas, cuja exportação é um dos motores de nossa economia.



O PIB BRASILEIRO TEM CRESCIMENTO MENOR

Evolução do PIB sobre o ano anterior, no Brasil e no mundo, em %



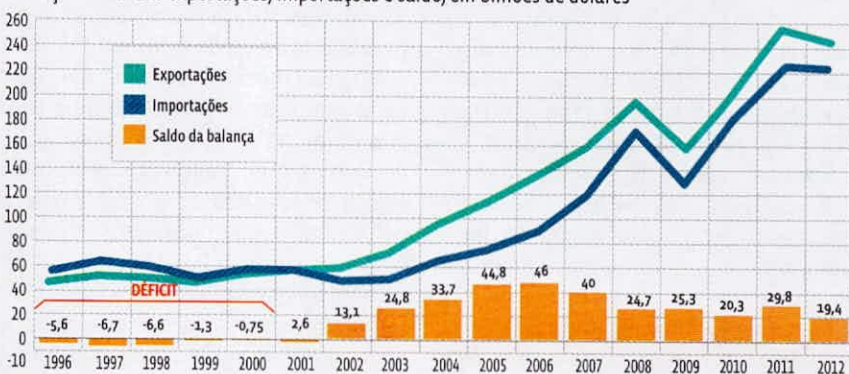
DANÇA DOS NÚMEROS Note a ligação entre a economia brasileira e a mundial: há diferenças, mas o comportamento geral é semelhante. Quando eclode a crise em 2008, ela derruba o PIB global de 2009, e o Brasil acompanha. O desempenho geral do país, de 2007 a 2010, é melhor. Depois, ficou abaixo.

Fontes: IBGE e Banco Mundial

* Estimativa

O SOBE E DESCE DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Evolução anual das exportações, importações e saldo, em bilhões de dólares



SALDO DIMINUI O Brasil mantém saldos positivos em sua balança comercial desde 2001, mas eles ficaram menores desde o início da crise mundial, em 2008. O valor total do comércio exterior, a soma de exportações e importações, continua a crescer, e com isso aumenta a participação do Brasil no mercado internacional.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Produto Interno Bruto

O tamanho e o comportamento da economia são medidos por seu Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de tudo o que a economia produz em certo período, em geral em um ano. Para calcular o PIB, a economia é acompanhada e mensurada em três áreas: **agropecuária, indústria e serviços**. Esse último segmento é o maior e inclui a atividade dos bancos, o comércio, os transportes e as telecomunicações. Em 2012, a agropecuária representou 5,2% do PIB brasileiro; a indústria, 26,3%; e o setor de serviços, 68,5%. O PIB teve um crescimento de 0,9%, totalizando 4,4 trilhões de reais em 2012. A agricultura puxou o resultado para baixo, pois encolheu 2,3% no ano. A indústria decresceu 0,8%, e os serviços se expandiram 1,7%.

Quando falamos de PIB, estamos avaliando o tamanho do conjunto da

economia, mas não a riqueza da população. Uma forma de nos aproximarmos desse dado é o **PIB per capita** – o resultado da divisão de toda a riqueza produzida no país, ou seja, do PIB, pelo número de habitantes. No caso do Brasil, que tem mais de 190 milhões de habitantes, o PIB per capita de 2012 foi de 22.402 reais. Isso quer dizer que, se toda a riqueza produzida pelo Brasil fosse dividida igualmente para cada brasileiro, todos receberiam esse valor no conjunto de um ano. O PIB per capita também serve para comparar a economia de países com tamanhos diferentes: a rica Suíça, por exemplo, tem o PIB bem menor que o do Brasil (635 milhões de dólares em 2011), mas um PIB per capita bem maior (76.380 dólares), pois é um país pequeno.

A desaceleração da atividade econômica no Brasil é consequência da crise

financeira internacional. Ela começou há cinco anos, quando houve forte queda no preço dos imóveis nos EUA, que havia subido bastante no período anterior, devido à enorme ampliação do crédito. Milhares de famílias não conseguiram mais pagar as prestações da casa própria, e importantes empresas e bancos financiadores chegaram à beira da falência, pois não havia a quem vender os imóveis. Como a economia é globalizada, a crise atingiu a Europa e contaminou o mercado mundial. Trilhões de dólares desapareceram dos mercados globais, houve redução brusca no crédito, perda de confiança no sistema e, finalmente, redução na atividade econômica global. O Brasil foi afetado pela saída de investimentos estrangeiros e pela queda nas compras de nossas matérias-primas de exportação.

Queda nos juros

Em setembro de 2011, ao ver que a economia estava desacelerando, o governo começou a baixar a **taxa de juros**, medida que manteve em 2012. Os juros são o dinheiro a mais que uma pessoa ou empresa paga ao sistema bancário ao devolver um empréstimo, além do valor original corrigido pela inflação. Eles podem ser considerados uma remuneração pelo fato de que quem empresta corre o risco de o dinheiro não ser devolvido.

O governo tem uma relação estreita com os juros, pois é o maior agente econômico do país. Ele empresta dinheiro aos bancos para as suas necessidades diárias e cobra por isso: essa taxa de juros básica se chama taxa Selic. Como esse empréstimo por 24 horas é seguro, serve de referência para a economia. Os juros que os bancos cobram dos clientes para empréstimos, cheque especial e cartão de crédito são muito mais elevados.

Como a taxa de juros define o custo do dinheiro, os governos a utilizam para controlar a inflação: quanto mais alta a taxa de juros, mais caros ficam os empréstimos, o que funciona como um freio nas atividades produtivas (pois o crediário fica caro para o consumidor, e o financiamento, para o produtor). Se há menos compras ("demanda", na linguagem econômica), os preços não sobem, e a inflação fica baixa. Desde o Plano Real, em 1994, o controle da inflação era um pilar da política econômica.

Para tentar estimular a economia, o governo baixou os juros, cortou impostos e investiu na infraestrutura do país

Para isso, a taxa de juros era mantida nas nuvens – em boa parte desse período, a mais alta do mundo. Com a mudança adotada em 2012, a Selic caiu de 12,50% para 7,25%, recorde de menor valor.

Quando a prioridade do governo é estimular a atividade econômica, uma das medidas é baixar os juros. Além disso, o governo lançou programas para reformar e construir rodovias, ferrovias e portos e reduziu impostos para segmentos da indústria e do comércio. No primeiro semestre, o governo reduziu o imposto sobre carros, móveis e bens de consumo, como geladeiras e máquinas de lavar. Em setembro, anunciou a redução na conta de luz a partir de 2013. Com o fraco desempenho, a presidente Dilma Rousseff pediu à sua equipe econômica que faça o possível para alcançar "um PIBão" de 3,5% em 2013.

Exportações diminuíram

As medidas de estímulo às empresas poderão fazer a diferença neste ano, mas tiveram pouco impacto em 2012, pois o cenário continuou ruim para alguns dos maiores parceiros comerciais do país: a crise econômica na Europa continuou, a recuperação nos EUA foi tímida e a China sofreu uma pequena redução no crescimento do seu PIB. No Brasil, as exportações caíram e diminuiu o resultado da balança comercial.

A **balança comercial** é o conjunto de tudo o que o país exporta e importa. O saldo da balança é o resultado do valor exportado menos o valor gasto com importações. Quando o país vende mais do que compra, consegue saldo positivo, ou **superávit**. Quando o resultado é negativo, temos um **déficit**.

Em 2012, a balança comercial registrou superávit de 19,4 bilhões de dólares: o Brasil exportou 242,5 bilhões de dólares e importou 223,1 bilhões. Foi o pior saldo nos últimos dez anos. O resultado foi 34,76% inferior ao de 2011, quando o superávit foi de 29,7 bilhões de dólares.

Mas, em momento externo de turbulência, o Brasil conseguiu, nos últimos anos, ampliar sua participação no comércio mundial. Enquanto vários dos países mais ricos perderam participação, comprando e exportando menos, o Brasil, mesmo de forma discreta, ampliou.

O BRASIL TEM O PIOR RESULTADO ENTRE OS BRICS

O PIB do Brasil teve o pior desempenho entre os seus parceiros dos Brics. O ano não foi excepcionalmente bom para nenhum deles, mas o resultado brasileiro ficou muito abaixo do esperado.

Brics é uma sigla, ou acrônimo, com as primeiras letras de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa, em inglês). A última só entrou no grupo em 2011. A sigla foi criada em 2001 pelo economista britânico Jim O'Neill, que concluiu que esses países emergentes se destacavam no cenário mundial e se tornariam protagonistas da economia globalizada nas próximas décadas. Até 2008, os países emergentes desfrutaram crescimento de 20% a 30% por ano nas exportações. Com

a crise global, suas exportações caíram, afetando os PIBs. Ainda assim, o grupo das nações emergentes tem sido menos atingido do que os países desenvolvidos pela situação da economia mundial.

O Brasil começou 2012 com a expectativa de crescer cerca de 3%. O fraco desempenho da atividade econômica provocou sucessivas revisões para baixo. A alta de apenas 0,6% do PIB no terceiro trimestre, metade do que era previsto, levou, no fim do ano, ao crescimento de 0,9%.

O desenvolvimento da China, estimado em dezembro, seria de 7,9%. É o melhor resultado do grupo, mas foi seu menor crescimento em três anos, fruto de uma fase de forte desaceleração do comércio mundial.

Em 2011, o país tinha crescido 9,2%.

A Índia teve seu pior ano em uma década, com alta de 5,3% do PIB no terceiro trimestre. Em 2011, havia sido de 7,8%. Em compensação, conseguiu baixar a inflação, que chegara a 10% em 2011.

Já a Rússia, às voltas com quedas nas exportações e investimentos, cresceu 2,9% no terceiro trimestre – contra 4,3% em 2011. O problema do país é depender fortemente das suas vendas externas de petróleo e gás aos países da zona do euro, que enfrentam sérias dificuldades.

A economia da África do Sul está em marcha lenta desde a abertura da crise. O crescimento do PIB foi de 3,4% em 2011, e de 2,3% no terceiro trimestre de 2012.

Nesse movimento, também mudou a participação dos principais parceiros do país. Em 2000, os EUA eram o destino de 24% das exportações brasileiras; a União Europeia (UE), de mais de 25%; a Argentina, de 11%; e a China, de 2%. Em 2012, a China foi o principal destino das exportações brasileiras, com 17% do total. Os EUA ficaram em segundo, com 11,1%, seguidos da Argentina, com 7,4%. Os países da UE juntos importaram 20%. Nas importações, pela primeira vez, a China desbancou os EUA e tornou-se a principal origem das compras do Brasil, com 15,3%.

Câmbio e inflação

O comércio exterior é diretamente afetado pela **taxa de câmbio**, que é o valor pelo qual a nossa moeda é trocada por moedas estrangeiras, principalmente pelo dólar, que é a referência no mercado mundial. Se o real vale pouco, nossas mercadorias são exportadas por valor menor (o que as torna atraentes), e isso ajuda o setor exportador, mas importar fica mais caro; quando o real se valoriza, nossos produtos ficam caros lá fora, mas é mais barato importar. Facilitar as importações ajuda a derrubar a inflação, pois amplia a oferta de mercadorias externas a preço baixo. Em 2012, o dólar valorizou-se diante do real. Em março de 2012, o dólar era trocado por cerca de 1,70 real, valor que no fim do ano chegou a 2,06 reais.

No início de 2013, o governo agiu para reduzir o valor do dólar, visando a combater outro problema: a inflação atingiu o nível mais alto em oito anos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, subiu 0,86%. Contando o resultado de janeiro, o IPCA acumulou 6,15% em 12 meses. A inflação de 2012 ficou em 5,84%. A meta de inflação do Banco Central era de 4,5%, com margem de dois pontos percentuais para cima ou para baixo: para cumprir a meta, o IPCA poderia ficar entre 2,5% e 6,5%.

A **inflação** é um fenômeno permanente da economia, que pode ter até índices negativos (deflação). Na prática, é um aumento geral no preço de mercadorias e serviços, com a consequente queda no poder de compra do dinheiro. Uma inflação alta desorganiza a atividade econômica. O Brasil viveu uma situação assim na década de 1980 e teve uma hiperinflação a partir de 1988. Cinco planos econômicos foram tentados em oito anos, e o Brasil trocou cinco vezes de moeda. A inflação chegou a 2.477% em 1993. O Plano Real, em julho de 1994, derrubou a taxa. Desde então, sua variação se dá em patamares reduzidos. ☒

☉ **PARA IR ALÉM** O documentário *Trabalho Interno*, de Charles Ferguson (2010), traz entrevistas com especialistas que explicam as razões da crise iniciada em 2008.

SAIU NA IMPRENSA

ORDEM DE DILMA PARA TER 'PIBÃO' FAZ GOVERNO ACELERAR O PASSO

A ordem interna dada pela presidente Dilma Rousseff de fazer todo o possível para alcançar um crescimento de pelo menos 3,5% este ano colocou parte da máquina do governo num ritmo frenético. As concessões em rodovias passaram por um freio de arrumação a favor do mercado, depois que o governo constatou que as condições inicialmente oferecidas despertaram pouco interesse. (...)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por sua vez, ganhou

mecanismos para tentar superar sua já conhecida lentidão. Em paralelo, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tenta reforçar a dose dos remédios já conhecidos para combater a queda na atividade econômica.

Ele tem pressionado os bancos a elevar o volume de crédito. Além disso, estão em discussão novos cortes de impostos, como é o caso do PIS-Cofins. (...) Os empreendimentos em infraestrutura terão recursos do Programa de Sustentação de Investimentos (PSI), que são mais baratos. (...)

O Estado de S. Paulo, 11/2/2013

RESUMO

PIB

PIB O Produto Interno Bruto é a soma de toda a riqueza produzida no país durante um ano. É a principal referência para medir o tamanho da economia e seu crescimento. O PIB per capita é a divisão da riqueza nacional pelo total da população, e permite comparar economias grandes e pequenas.

ESTAGNAÇÃO A economia do Brasil cresceu 7,5% em 2010, com medidas para estimular o mercado interno e compensar a queda de exportações. Mas em 2011 cresceu 2,7% e, em 2012, apenas 0,9%, apesar das ações do governo para estimular a atividade econômica.

BALANÇA COMERCIAL É o conjunto de exportações e importações do país. A diferença entre os dois é o saldo da balança comercial. Quando o país exporta mais do que importa, tem **superávit** na balança comercial. Quando importa mais do que exporta, tem **déficit**. O Brasil teve superávits durante toda a década, mas eles estão caindo. Em 2012, o saldo foi de 19,4 bilhões de dólares.

JUROS A taxa de juros é um instrumento para controlar a inflação e estimular a economia: quanto mais alta, mais caro fica fazer empréstimos, o que freia o consumo. Na outra ponta, juros mais baixos ajudam a aquecer a economia. Em 2012, o governo reduziu a taxa de juros básica, ou taxa Selic, para 7,25%, o nível mais baixo já atingido.

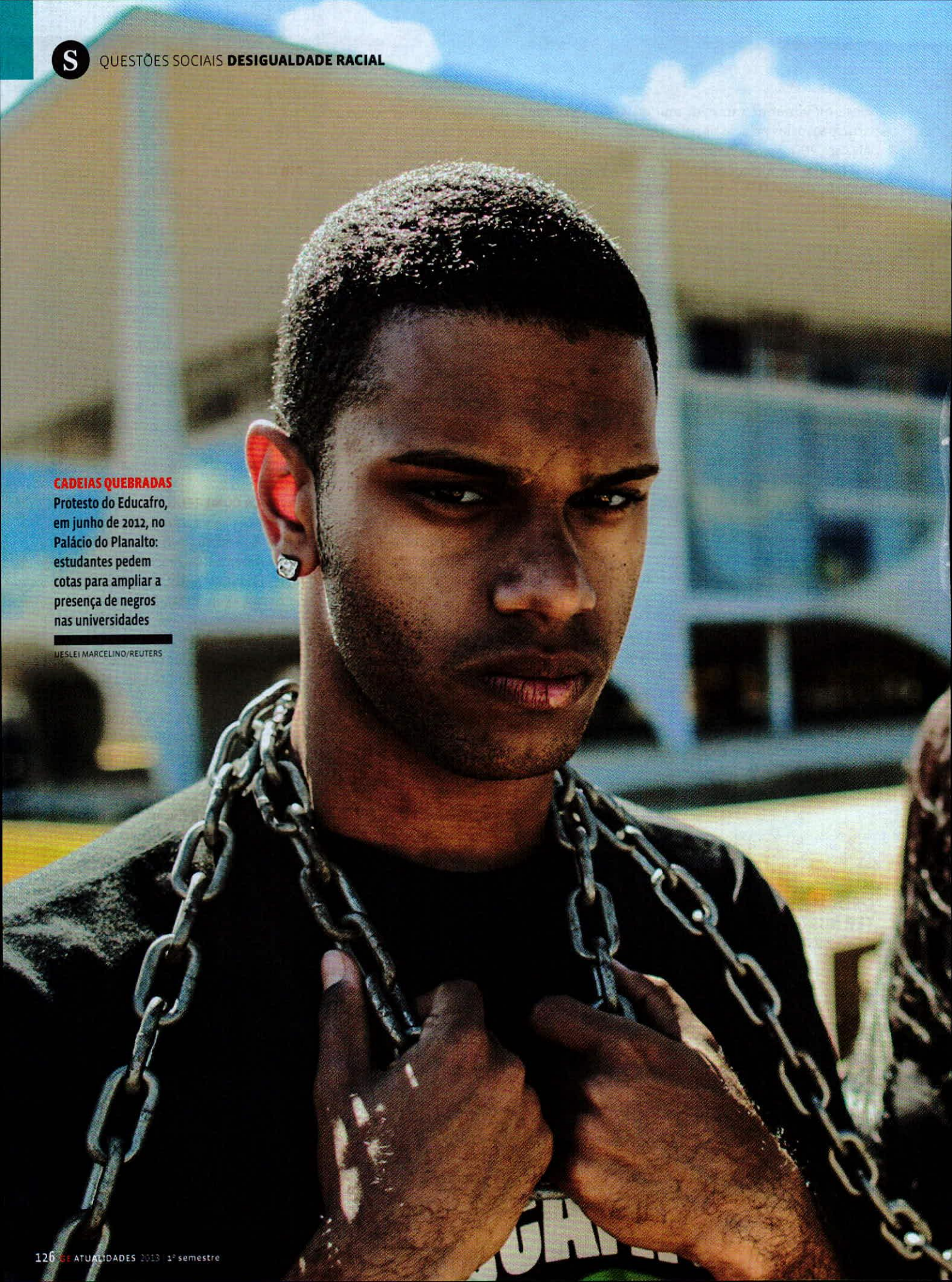
CÂMBIO A taxa de câmbio, que é o valor de troca do real por outras moedas, afeta o comércio exterior. Se o real vale pouco, as mercadorias brasileiras ficam mais baratas; se o real se valoriza, ficam caras, mas é mais fácil importar.

INFLAÇÃO É o aumento dos preços de produtos e serviços, que reduz o valor de compra do dinheiro. Quando a variação de preços é negativa, é chamada de deflação. No início de 2013, a inflação atingiu o maior nível em oito anos, com um aumento de 0,86% no IPCA. A inflação de 2012 ficou em 5,84%.

CADEIAS QUEBRADAS

Protesto do Educafro, em junho de 2012, no Palácio do Planalto: estudantes pedem cotas para ampliar a presença de negros nas universidades

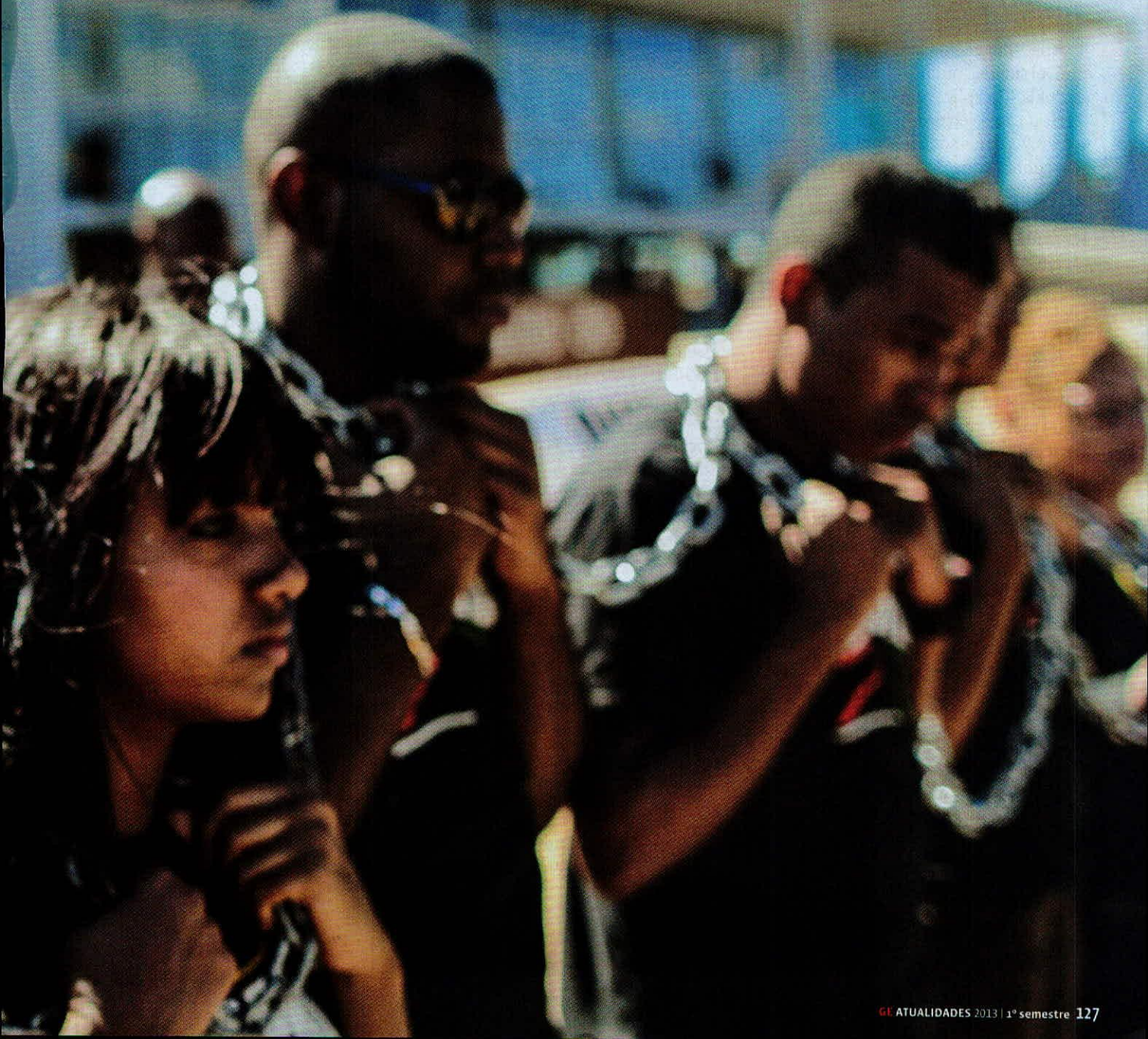
UESLEI MARCELINO/REUTERS



Negros ampliam o acesso à faculdade

125 anos após a Lei Áurea, o governo institui a reserva de vagas nas universidades federais para os descendentes dos escravos africanos

Por Thereza Venturol



Em agosto de 2012, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que estabelece que todas as universidades federais reservem, até 2016, ao menos 50% de suas vagas a estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública. Metade dessa reserva se destina a alunos pobres, cuja família tem renda inferior a 1,5 salário mínimo; outra metade, aos índios, pretos e pardos (esses últimos, considerados aqui como negros). A proporção que cabe a cada grupo racial será definida pelos dados demográficos estaduais apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com a medida, o governo federal institui uma política mista de cotas sociais e raciais.

Antes mesmo da sanção da lei, várias universidades públicas – federais e estaduais – já aplicavam cotas sociais ou raciais, estabelecidas com diferentes critérios. As **cotas sociais** são as que levam em conta a situação socioeconômica do aluno (se é de família pobre ou estudou em escola pública). As **cotas raciais** consideram a cor da pele do estudante. A adoção de tais cotas levantou muita polêmica e houve ações de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). Mas o STF concluiu, por unanimidade, que o estabelecimento de cotas não é inconstitucional: não se trata de uma **quebra de isonomia** (direitos iguais para todos, garantidos na Constituição). Ao contrário, é uma tentativa de corrigir a desvantagem socioeconômica de que é vítima boa parte da população, particularmente os negros, descendentes dos escravos. Assim, é entendida como uma medida que visa à igualdade de direitos e oportunidades e deve perdurar até que as diferenças sejam corrigidas.

Ao final da escravidão, os negros não tiveram chance de ascender socialmente, sem terra nem acesso às escolas

Indicadores da diferença

Desde a Abolição da Escravatura no Brasil, passaram-se 125 anos. Com o fim da escravidão, os negros foram entregues à própria sorte, sem acesso a escolas nem terras. A pobreza continuou nas gerações seguintes. Hoje, sabe-se que o conceito de raça entre os seres humanos é errado, pois a ciência comprovou que as diferenças genéticas entre pessoas distintas, como um negro e um branco, são mínimas. Em lugar de raça, a antropologia e a sociologia costumam adotar o conceito de etnia. Um grupo étnico é um conjunto de pessoas que habitam uma região e compartilham a mesma cultura e língua.

No Brasil, a cor da pele persiste como base do preconceito contra indivíduos que tiveram menos oportunidades no decorrer da história. Os pretos e pardos ainda têm condições de vida muito piores que os brancos, com menos chance de ascensão econômica e maior vulnerabilidade social. No Censo, 51% da população se autodefiniu como preta ou parda (etnia negra). Considere esse dado e veja os indicadores a seguir:

➤ **Saúde:** mulheres negras têm mais filhos que as brancas. A taxa de fecundidade delas é, em média, 32% superior à das brancas. Quanto maior o número de filhos, menor o rendimento per capita. A dificuldade de acesso aos serviços de saúde e as piores condições de vida também reduzem a longevidade dos negros. Da população com mais de 65 anos de idade, 56% são brancos e apenas 43%, negros.

➤ **Violência:** segundo o Mapa da Violência 2012, a porcentagem de brancos entre o total de vítimas de homicídio está caindo sistematicamente: de 41% em 2002 para menos de 30% em 2010. Entre os negros, a situação é inversa: de 59% para mais de 70% no mesmo período. Na população jovem, a desproporção é ainda maior: o número de negros assassinados é 126% maior que o de brancos (veja a reportagem na pág. 132).

➤ **Representação política:** os negros possuem menos representantes no Congresso Nacional. Dos 513 deputados federais, apenas 43 são negros – menos de 10% do total. Apenas dois dos 81 senadores são negros.

➤ **Educação:** cerca de 51% dos brasileiros com idade entre 18 e 24 anos estão na universidade, nível de ensino adequado para essa faixa etária. Entre os brancos, 66% dos estudantes estão nessa faixa etária, entre os negros, apenas 36%. Essa dificuldade de acesso à educação superior, dos pretos e pardos, começa nos ciclos anteriores, pois eles são maioria nos cursos de alfabetização e da educação de jovens e adultos.

AVANÇOS NA LUTA POR IGUALDADE RACIAL

Os avanços do Brasil em relação à igualdade de direitos decorrem também de fatos ocorridos no cenário mundial

2/5/1948

A Organização dos Estados Americanos (OEA) elabora a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, que reafirma a igualdade de todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou credo.

7/3/1951

A Lei Afonso Arinos define a discriminação racial como infração penal e institui pena de prisão ou multa de acordo com a modalidade de preconceito.

21/12/1961

Na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, a ONU elabora um dos tratados mais completos sobre os direitos das minorias étnicas e raciais.

20/12/1985

O Brasil atualiza a redação da Lei Afonso Arinos com a Lei nº 7.437/85, conhecida como Lei Caó, que inclui os preconceitos de sexo e de estado civil no rol das contravenções.

10/5/1988

A nova Constituição proíbe a discriminação de sexo, idade, estado civil, convicções filosóficas ou políticas, tipo de trabalho, deficiência física ou mental, religião e raça ou cor.

18/12/1992

A ONU redige a Declaração dos Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais, Étnicas, Religiosas e Linguísticas.

➔ **Renda:** a pobreza atinge mais as famílias negras. Em 2009, entre o 1% mais rico da população brasileira os brancos eram 83% e o negros 16%. Na outra ponta, os negros são três quartos dos 10% mais pobres.

É contra diferenças estruturais como essas que foram propostas as ações afirmativas – medidas institucionais, públicas ou privadas, que pretendem diminuir desigualdades, garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento e compensar perdas advindas da discriminação e marginalização de qualquer grupo social. O sentido da expressão “ação afirmativa” é mostrar à sociedade que existe determinada diferença social que merece uma ação específica que possa superá-la. São exemplos de ações afirmativas a preferência no atendimento aos idosos e gestantes, a reserva de vagas de estacionamento e melhorias de acesso para deficientes físicos. No Brasil, a reserva de cotas raciais é uma ação afirmativa em favor dos negros, discriminados historicamente.

Segregação histórica

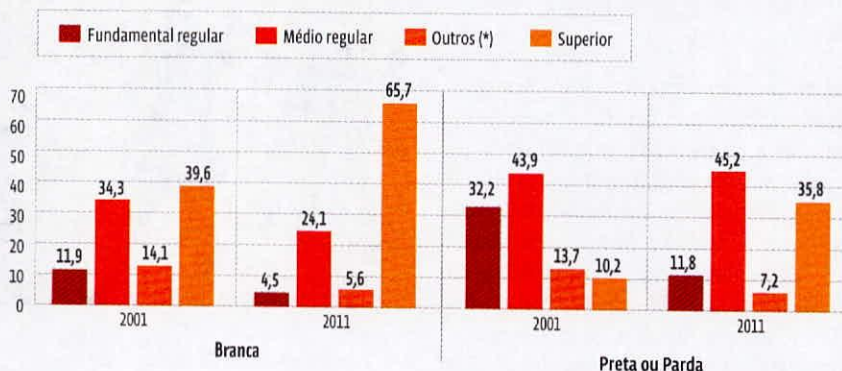
As diferenças socioeconômicas entre brancos e negros constituem uma triste herança da história brasileira. Desde meados do século XVI, quando aportaram por aqui os primeiros navios negreiros, foram cerca de 350 anos de escravidão, e estima-se que tenham sido trazidos para o Brasil em torno de 4 milhões de africanos.

Já no início da colonização, a Coroa portuguesa incentivou o emprego de africanos nas plantações de açúcar e nos engenhos para substituir, no trabalho, os

ações afirmativas que favoreçam vítimas de discriminação racial. No ano seguinte, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) torna-se a primeira escola pública a adotar cotas de ingresso em seu vestibular.

A DESIGUALDADE NO ENSINO DE 2001 A 2011

Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos, em % por nível de ensino, segundo a cor ou raça



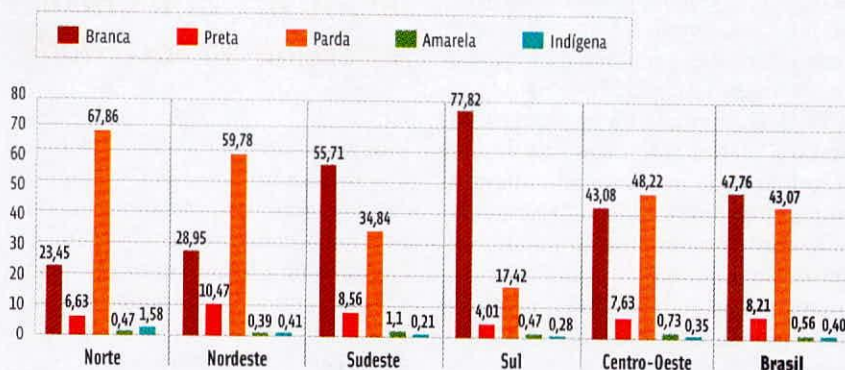
* Curso pré-vestibular, supletivo e EJA

DISCREPÂNCIA Note que o gráfico aborda estudantes entre 18 e 24 anos, idade em que deveriam estar na faculdade. Quem está antes ficou atrasado. De 2001 a 2011, entre os brancos, diminuiu o número no ensino fundamental e médio porque aumentou a proporção no ensino superior. Entre os negros, a porcentagem de universitários cresceu. Mas a maioria ainda está atrasada, nos níveis anteriores de ensino.

Fonte: Síntese de indicadores Sociais 2012 - IBGE

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA EM 2011

Em % por região do país



UM PAÍS MULTIRRACIAL. Somados, pretos e pardos constituem a maioria da população do Brasil, que, nesta publicação, consideramos como negros. Repare que apenas nas regiões Sul e Sudeste a proporção de negros é menor que a de brancos. A razão para isso é que essas regiões concentram grande número de descendentes de imigrantes europeus. No Brasil, os negros formam uma estreita maioria de 51,3%.

Fonte: Pnad 2011

31/8/2001

A ONU realiza a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. O Brasil assina a declaração e o plano de ação que recomenda a criação de

7/6/2005

A OEA aprova a Resolução 2126, de Prevenção ao Racismo e a Toda Forma de Discriminação e Intolerância.

8/6/2010

A OEA declara 2010 o Ano Internacional dos Afrodescendentes e reafirma seu direito a participar da vida pública, econômica, social e cultural dos países das Américas.

20/7/2010

O Brasil aprova o Estatuto da Igualdade Racial, que define como dever do Estado garantir a igualdade de oportunidades, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional.

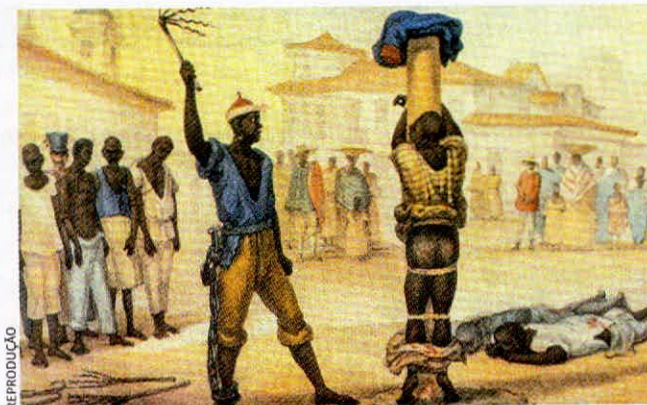
26/4/2012

Em decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) configura por unanimidade a constitucionalidade das ações afirmativas raciais.

indígenas escravizados. Nos canaviais e nos engenhos, nas minas, nas casas-grandes e, mais tarde, nos cafezais, os negros escravizados foram usados como mão de obra. No fim do período colonial, os negros e os mestiços representavam 79% da população na Bahia, 75% em Minas Gerais, 68% em Pernambuco e 64% no Rio de Janeiro. No decorrer de quase todo o período imperial (1822-1889), o trabalho escravo foi a base da produção econômica no Brasil.

Quando a princesa Isabel promulgou a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, o Brasil vivia a fase final do império. Eram tempos de uma realidade econômica mundial diferente da época do Brasil colônia, com reflexos na organização da sociedade e do trabalho. No mercantilismo, os negros africanos escravizados tinham papel fundamental, pois eram mão de obra barata e constituíam, eles próprios, mercadoria a ser comercializada. Na Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII, as máquinas ampliavam a fabricação de produtos e ocupavam menos força de trabalho. O capitalismo ascendente precisava criar massas de consumidores – o que exigia um contingente cada vez maior de trabalhadores remunerados. Os escravos não tinham remuneração e, portanto, não davam base a um mercado consumidor. O sistema escravagista não interessava mais à nova ordem mundial.

Nesse processo de mudança, as antigas colônias assumiam, simultaneamente, a posição de fornecedoras de matérias-primas e importadoras dos produtos industriais. No Brasil, por volta de 1850, o regime de escravidão já havia sofrido golpes. Pressionado pela Inglaterra, o governo imperial assinara tratados e editara leis que tornavam ilegal o tráfico negreiro. A substituição de mão de obra se deu pelo incentivo à imigração de europeus, inicialmente para as lavouras de café, a partir do fim do século XIX. Aos poucos, os movimentos abolicionistas ganharam fôlego. Em 1871, foi assinada a Lei do Ventre Livre, que tornava livres os fi-



HUMILHAÇÃO
Gravura do francês Debret, no início do século XIX: além de barbaramente açoitado, o escravo é humilhado em público

A desigualdade social com base na cor da pele está arraigada no Brasil e dificulta a ascensão na sociedade

lhos de escravos nascidos no Brasil. Em 1885, a lei Saraiva-Cotegipe (ou dos Sexagenários) libertou os escravos com mais de 60 anos de idade. Até que, em maio de 1888, a Lei Áurea acabou com a escravatura no país.

Abolição e abandono

A abolição da escravidão não melhorou significativamente as condições de vida dos negros brasileiros. No campo, os grandes empregadores – como a elite cafeeira – preferiram trazer imigrantes europeus para as lavouras. No Sudeste e no Sul, boa parte dos antigos escravos instalou-se em terras sem registro ou virou peão para cuidar do gado. No Nordeste, parte se instalou em terras desocupadas, como posseiros, ou permaneceu dependente dos grandes fazendeiros. Em diferentes localidades, em todo o país, famílias negras se instalaram em áreas remotas e deram origem às atuais comunidades quilombolas.

As oportunidades não eram melhores nos centros urbanos. No Rio de Janeiro, apenas um terço da mão de obra fabril era composta de antigos escravos. Em

São Paulo, mais de 80% dos empregados da indústria eram imigrantes europeus. Como consequência, grupos de negros desocupados vagavam pelas cidades, executando pequenos serviços. Não havia também escolas para as crianças pobres. A situação só reforçou o preconceito contra os negros, bloqueando suas condições de ascensão social.

A desigualdade social baseada na cor da pele estava profundamente marcada na cultura brasileira. Segundo o historiador Boris Fausto, autor de *História do Brasil*, “a escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou por toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar... Até pelo menos a introdução em massa de trabalhadores brasileiros no centro-sul do Brasil, o trabalho manual foi socialmente desprezado como coisa de negro”.

Em outros países

O sistema escravagista e a consequente discriminação racial decorrente dele não são exclusividade do Brasil. Nos Estados Unidos, a população de africanos escravizados era de cerca de 4 milhões quando o presidente Abraham Lincoln assinou o Ato de Emancipação, abolindo a escravatura no país, em 1863. Mas, na prática, a igualdade de direitos permaneceu distante por muito tempo. Em meados dos anos 1960, em vários estados norte-americanos havia leis que vetavam os casamentos inter-raciais, e os negros eram proibidos de frequentar o mesmo espaço que os brancos em restaurantes, escritórios, casas de espetáculos e no transporte público.

Em 1963, um século após o Ato de Emancipação e 15 anos depois da Declaração Universal dos Direitos Hu-

manos, o pastor Martin Luther King Jr. (1929-1968) liderou o movimento pela igualdade de direitos civis entre brancos e negros. Em agosto daquele ano – há cinco décadas –, cerca de 300 mil pessoas realizaram a Marcha sobre Washington, reivindicando emprego e liberdade. A liderança do movimento rendeu a Martin Luther King o Prêmio Nobel da Paz em 1964, o mesmo ano em que os legisladores norte-americanos promulgaram o Ato dos Direitos Civis, que tornou ilegal qualquer tipo de discriminação contra minorias raciais, étnicas ou religiosas e contra as mulheres. O ativista morreu assassinado quatro anos depois.

Críticas às cotas

Na prática, o modelo de cotas nas universidades federais brasileiras implica um sistema em que os estudantes selecionados para cada cota não concorrem com os demais no vestibular tradicional, mas apenas entre si. O sistema recebeu muitas críticas. Uma delas é que a reserva de vagas contornaria o verdadeiro problema, que é a baixa qualidade da educação fundamental e do ensino médio nas escolas públicas brasileiras. Ou seja, se a qualidade fosse boa, os alunos teriam plenas condições de concorrer. Outra crítica é que as cotas aumentariam o número de alunos mal preparados no ensino superior, e resultariam em uma

queda no rendimento universitário e na qualidade do ensino. Mas não é isso o que as pesquisas estão mostrando. Segundo um levantamento feito em 59 instituições de ensino superior pelo Ministério da Educação (MEC), em 2009, os cotistas até começam com desempenho abaixo dos demais estudantes. Mas, no decorrer do curso, o rendimento torna-se igual ou até melhor que o dos não cotistas, e os alunos cotistas ainda registram uma taxa de evasão menor.

Sistemas de cotas são comuns em diversos países. Fazem parte, por exemplo, das ações afirmativas adotadas nos Estados Unidos, onde a primeira proposta de iniciativas desse tipo foi feita em 1961, pelo presidente John F. Kennedy (1917-1963).

Com peso internacional, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da Organização das Nações Unidas, foi promulgada como lei no Brasil em 1969. Ela estabelece que programas de ações afirmativas – especialmente nas áreas de educação e trabalho – devem ser implementados pelo governo dos países que ratificaram o documento. ☒

PARA IR ALÉM O filme *Jornada pela Liberdade* (*Amazing Grace*, 2006), de Michael Apted, mostra o embate político e econômico dentro do Parlamento britânico para aprovar o fim do tráfico negreiro, no século XVIII.

SAIU NA IMPRENSA

COTAS À PAULISTA

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) pediu aos reitores das três universidades estaduais paulistas – USP, Unicamp e Unesp – que apresentem propostas para implantar uma política de cotas no âmbito do Estado. (...) O fato de que a lei [federal] se baseie no louvável propósito de corrigir assimetrias históricas não basta para tornar menos equivocados alguns de seus aspectos. O principal erro (...) reside na eleição do critério racial para discriminar os beneficiados.

Não há dúvida de que os efeitos perniciosos da escravidão de africanos e

índios ainda deixam marcas na sociedade brasileira. Mas também é evidente que, num país em que se verificou um processo de miscigenação maciça, fica difícil, senão impossível, estabelecer padrões de “pureza” racial – conceito que é, por si só, um logro. No Brasil, a disparidade étnica dissolveu-se e confundiu-se com a iniquidade socioeconômica. Faz sentido, portanto, que eventuais políticas compensatórias na educação privilegiem critérios de renda ou formação em escola pública, cuja qualidade, aliás, deveria ser a primeira preocupação.

Folha de S.Paulo, 28/11/2012

RESUMO

Desigualdade racial

AÇÕES AFIRMATIVAS São medidas institucionais que pretendem diminuir desigualdades, garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento e compensar perdas advindas da discriminação e marginalização de qualquer grupo social segregado.

COTAS NAS UNIVERSIDADES Sistema de reserva de vagas nas universidades públicas para grupos sociais vulneráveis. A presidente Dilma Rousseff sancionou em 2012 a lei federal que prevê que as universidades federais reservem 50% de suas vagas para estudantes vindos de escolas públicas. Metade dessa reserva será preenchida por alunos cuja família tenha renda mensal de no máximo 1,5 salário mínimo. A outra metade, por pardos, pretos e indígenas, segundo sua proporção no estado. As principais críticas ao modelo é de que ele não enfrenta a falta de qualidade na educação básica brasileira e adota o conceito de raça, negado pela ciência.

ESCRavidão NO BRASIL Cerca de 4 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil em mais de três séculos de escravidão. O trabalho compulsório e não remunerado foi importante na economia do mercantilismo, em que as colônias produziam bens agrícolas (cana, açúcar e café) para enriquecer a metrópole. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, levou à troca do modelo econômico de produção. Como o capitalismo exige um mercado consumidor, era preciso um sistema baseado em trabalhadores assalariados, e a escravidão não podia continuar.

LEI ÁUREA Decretada há 125 anos, em 1888, ela libertou os negros escravizados, mas não melhorou suas condições de vida. Os ex-escravos foram abandonados pelo Estado e pelos senhores, continuaram dependentes dos fazendeiros ou ocuparam terras como posseiros e deram origem a comunidades quilombolas em terras remotas. Nas cidades, sem educação nem emprego, não tinham condições de ascensão social.

Violência no Brasil permanece elevada

As ondas de ataques em Santa Catarina e São Paulo são a face mais exposta dos altos índices de violência que marcam o país

O ano de 2013 começou com uma onda de violência em Santa Catarina, iniciada em 30 de janeiro. Na capital, Florianópolis, e em outros 30 municípios do estado, ocorreram mais de 100 ataques em um mês, com incêndios de ônibus, viaturas e automóveis e bombas lançadas contra delegacias e casas de policiais. Os ataques se repetem após uma escalada semelhante em novembro de 2012. Pouco antes, em setembro e outubro, uma série de ações criminosas do mesmo tipo atingiu São Paulo, repetindo o ocorrido em maio de 2006.

As quatro séries de ataques têm em comum, segundo a imprensa, o fato de terem sido ordenados de dentro dos presídios por lideranças do crime organizado. Em Santa Catarina, pelo Primeiro Grupo Catarinense (PGC); em São Paulo, pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Os incêndios a ônibus são uma estratégia para aterrorizar a população e chamar a atenção da imprensa, mas os principais alvos são os policiais, carros e instalações da polícia.

Durante os ataques, crescem os confrontos armados entre criminosos e policiais e aumenta o número de homicídios. Em São Paulo, em outubro de 2012, a quantidade de pessoas assassinadas cresceu 48% em comparação com o mesmo mês do ano anterior, chegando a 571 mortos. Na capital, 319 pessoas foram assassinadas em setembro e outubro, número mais de 100% maior que os 153 registrados na soma dos mesmos meses no ano anterior. No estado de São Paulo, em 2012, houve aumento de 15% no número de assassinatos: foram 2.550 no ano, contra 2.095 em 2011, após longo período de queda.

Violência homicida

O número total de mortos por causas violentas é muito alto no Brasil, e o de homicídios é o maior do mundo, segundo o relatório *Carga Global da Violência Armada*, publicado na Suíça. O indicador usado é o de número de mortos a cada 100 mil habitantes: em 2010 foi de 26,2 pessoas, e é praticamente o mesmo há dez anos. Mas é preciso observar dois aspectos. Primeiramente, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) acredita que qualquer taxa acima de dez homicídios por 100 mil habitantes ao ano já é considerada uma situação de violência epidêmica e, portanto, inaceitável. Depois, que essa taxa incide sobre uma população que continua a crescer em tamanho, e que, portanto, o número de mortos aumenta gradativamente. Como o Brasil tem a quinta maior população global, a quantidade de homicídios registrada anualmente no país chega perto de 50 mil ao ano, e isso é alarmante.

O *Mapa da Violência 2012*, feito pelo Instituto Sangari, apurou um total de 49.932 assassinatos no país em 2010. Ele compara o número de mortes por assassinato no Brasil com o de conflitos armados recentes. Em quatro anos, de 2004 a 2007, a Guerra do Iraque deixou 76.266 mortos. Aqui, no mesmo período, houve 192,8 mil assassinatos.

Uma das consequências é que os homicídios se tornaram o principal motivo de morte entre os jovens brasileiros. Os homens de 20 a 39 anos são as grandes vítimas de causas externas, que lideram as razões de morte, à frente de todas as doenças. Nesse grupo, os homicídios são a primeira causa, à frente dos acidentes de trânsito.

CORPO NO CHÃO

Morto em outubro de 2012, em Itaquera, Zona Leste paulistana: mais uma entre as mais de 40 mil pessoas assassinadas no Brasil todos os anos



Diferenças regionais

Naturalmente, a violência não se restringe aos homicídios. O termo inclui desde roubos até sequestros, estupros, acidentes de trânsito e brigas entre torcidas organizadas. Mas o número de mortes, e particularmente o de assassinatos, constitui um termômetro da falta de segurança, pois é o limite extremo e intolerável da violência.

O índice de homicídios no Brasil subiu quase sem parar desde 1980, quando era de 11,7 por 100 mil habitantes ao ano, até 2003, quando chegou a 28,9. Desde então, varia por volta de 26. Mas, como a população do país cresce, o total de mortos vem aumentando sem parar, e chegou a ultrapassar os 50 mil em 2009.

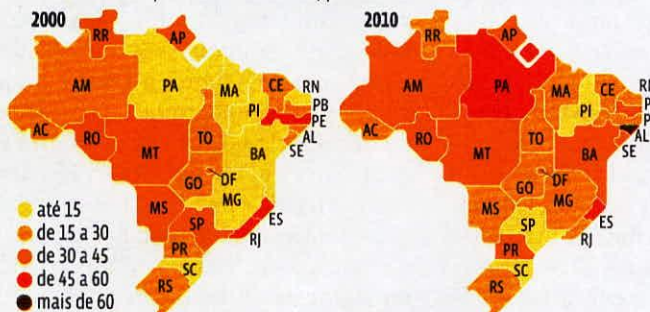
Essa soma nacional, porém, esconde as variadas realidades regionais. Na última década, o número de homicídios vem diminuindo na Região Sudeste, mas crescendo nas demais. Como o Sudeste é a localidade mais populosa, sua queda contrabalança o agravamento da situação em outras partes do Brasil. Na Região Norte, o



CRISTIANO NOVAIS/CPN/AE

MUDANÇAS NO MAPA DA VIOLÊNCIA

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes, por estado



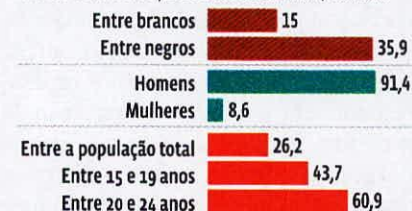
Fonte: Mapa da Violência 2012

DISSEMINAÇÃO

A violência, que em 2000 estava concentrada na Região Sudeste, está se espalhando para outras regiões. Apesar da melhora parcial no Sudeste, houve pioras no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste.

AS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO NO BRASIL

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes, em 2010



NEGROS JOVENS MORREM MAIS A violência não atinge igualmente todas as faixas da população. Veja que as principais vítimas são os homens negros, com idade entre 15 e 24 anos.

Fonte: Mapa da Violência 2012

índice de assassinatos dobrou entre 2000 e 2010 (veja a variação por estado nos mapas acima). Os assassinatos no estado de São Paulo caíram fortemente – de 35,3 para 11,5 pessoas mortas ao ano a cada 100 mil habitantes, entre 1999 e 2012. De acordo com especialistas em segurança pública, a queda de homicídios no território paulista se deve, fundamentalmente, ao melhor aparelhamento da Polícia Civil – responsável pelas investigações – e da Polícia Militar. Outra causa é um

dado demográfico: a população de idosos do estado aumenta. E os homicídios atingem principalmente a população mais jovem, que se envolve com mais frequência em situações de risco, como o tráfico de drogas. Assim, conforme a população idosa se torna proporcionalmente maior, cai o índice de assassinatos. A partir dos 50 anos de idade, inclusive, o homicídio nem sequer aparece entre as quatro principais causas de morte de homens e mulheres no Brasil.

Atentados e presídios

As más condições das prisões e o endurecimento no tratamento dado a líderes de facções criminosas são os principais motivos aparentes, frequentemente citados pela imprensa, dos ataques realizados em Santa Catarina e São Paulo. Em fevereiro, membros da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República reuniram-se com autoridades de segurança e do governo catarinense para apurar denúncias de maus-tratos

O excesso de prisões provisórias é um dos fatores da superpopulação carcerária no país

e tortura em penitenciárias do estado. No mesmo mês, uma rebelião de presos destruiu boa parte de um presídio em Contagem (MG). É fato que a situação dos cárceres brasileiros é alarmante. Segundo o Ministério da Justiça, em junho de 2012 o país tinha uma população carcerária de 550 mil presos. Mas as vagas nos 1.420 estabelecimentos penais somavam só 309 mil: há um déficit superior a 240 mil vagas.

O excedente de detentos está amontado nas próprias penitenciárias e em cadeias públicas ou delegacias, onde deveriam ficar provisoriamente. A tendência é de piora: o número de detentos cresceu 7% em um ano e o de vagas, apenas 1,4%. A precariedade das instalações penitenciárias amplia a insegurança, incentiva as rebeliões e fugas e facilita o contato entre criminosos perigosos e os detidos por delitos menores.

O grande número de detenções provisórias – aquelas feitas antes do julgamento – é apontado como um dos fatores que levam à superpopulação carcerária. Dos 550 mil presos no país, 42% (218 mil) estão em prisão preventiva ou temporária. Esse número subiu mais de 6% entre 2011 e 2012, mas deveria ter diminuído. Isso porque, para minimizar a superlotação, entrou em vigor uma lei, em 2011, determinando que o acusado de crimes leves, com penas inferiores a quatro anos, não seja preso provisoriamente.

Para reduzir a quantidade de presos, há especialistas que defendem a ideia de definir penas novas para crimes menores, que o criminoso possa cumprir em liberdade, como prestar algum serviço social. Assim, se poderia amenizar ou resolver o problema da superpopulação.



CADU ROLIM/FOTORENA

ATO DE TERROR

Ônibus incendiado em Florianópolis (SC), em fevereiro de 2013, por três homens usando máscara: objetivo de semear atmosfera de insegurança pública

OS HOMICÍDIOS NO BRASIL (1980-2010)

Evolução em números e em taxa por 100 mil habitantes		
1980	13.910	11,7
1985	19.747	15,0
1990	31.989	22,2
1995	37.128	23,8
2000	45.360	26,7
2005	45.578	25,8
2010	49.932	26,2

TRAGÉDIA Na última década, a taxa do Brasil está estável perto de 26 mortos por 100 mil habitantes. Porém, esse índice é muito elevado, e o total de pessoas assassinadas triplicou em 30 anos.

Redução da criminalidade

A crise de segurança em São Paulo e em Santa Catarina aqueceu a discussão sobre os possíveis caminhos para reduzir a criminalidade. O governo federal oferece tropas da Força Nacional de Segurança Pública – um contingente coordenado pelo governo federal, composto de policiais federais e dos estados, com a função de auxiliar as secretarias estaduais de Segurança no combate ao crime em situações de emergência. Por isso, a Força Nacional só atua a pedido do governador do estado quando há um cenário de crise.

As tropas entraram em ação no Rio de Janeiro, na implantação da política de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Mais recentemente, atuaram em Santa Catarina. Os dois estados também aceitaram outra ajuda de Brasília: a transferência de líderes criminosos detidos em presídios estaduais para penitenciárias federais em estados distantes. Com isso, as autoridades esperam dificultar o contato entre as lideranças, do lado de dentro das prisões, e os comandados, do lado de fora.

UPPs

Ações de emergência são necessárias, mas não bastam. Para ter sucesso no médio e longo prazo, o combate à criminalidade exige estratégias e políticas duradouras, tanto federais quanto estaduais, que devem variar de estado a estado, conforme as características da criminalidade local.

No Rio de Janeiro, a mais bem-sucedida política é a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas cariocas. Adotado desde 2008, o modelo começa com uma ação conjunta entre a PM e contingentes da Marinha e do Exército, com o objetivo de capturar e expulsar das favelas cariocas líderes do tráfico de drogas e de armas. Depois, a Secretaria de Segurança instala uma UPP – uma base de policiamento fixa, que segue o conceito de política comunitária e conta com a ajuda da população para restabelecer a paz na comunidade. Essa política inclui, ainda, levar para a comunidade serviços públicos até então inexistentes, como a coleta de lixo e os postos de saúde.

Até fevereiro de 2013, o governo estadual instalou 30 UPPs, com mais de 8 mil policiais, em áreas que abrangem um universo de 450 mil pessoas em cerca de 180 comunidades. A ação do poder público junto aos moradores das comunidades com UPPs melhorou a qualidade de vida da população. E, com certeza, teve impacto na queda da taxa de homicídios no estado: 35% entre 2007 (antes da instalação das bases) e 2010. Pesquisa divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que os habitantes se sentem mais livres para transitar pelas favelas, têm maior

VIOLÊNCIA FORA DE CONTROLE

Por Flávio Costa e Natália Martino

São Paulo vive há meses uma guerra silenciosa que denota a falência da política de segurança pública estadual. Policiais Militares são alvejados na porta de casa, chacinas se sucedem, criminosos incendeiam ônibus e comerciantes e escolas fecham as portas ao menor ruído sob "toque de recolher", numa onda de medo que tomou conta da região metropolitana da cidade. Na última semana, a escalada de violência atingiu o auge. Em apenas uma semana, entre 25 de outubro e 1º de novembro, 72 pessoas foram assassinadas na Grande São Paulo. É um número superior ao da média mensal de homicídios que ocorrem entre janeiro e setembro, em Ciudad Juarez, no México, município dominado pelo narcotráfico e conhecido como a cidade mais violenta do mundo.

Os assassinatos das últimas semanas seguiram um mórbido padrão: um policial é executado e, em seguida, vários civis são mortos na mesma região por homens mascarados. No pico da violência iniciado na quinta-feira 25, o 86º PM assassinado neste ano foi alvejado por dois indivíduos de moto, na porta de casa, na Vila Nova Curuçá, zona leste da capital. Na sequência, na mesma região, duas pessoas também foram mortas a tiros por homens encapuzados.

"Considerando-se a dinâmica dos crimes, me parece muito plausível a hipótese de se tratar de assassinatos de policiais cometidos pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) e subsequente retaliação praticada por milícias policiais", avalia a socióloga Camila Dias, pesquisadora associada do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP). (...)

Isto É, 7/11/2012

acesso a serviços públicos e também aos prestados por organizações não governamentais e maior facilidade para manter negócio próprio. Os benefícios econômicos vieram como resultado: os imóveis se valorizaram nas regiões beneficiadas e a renda proveniente do turismo subiu nas localidades.

No entanto, a adoção das UPPs como política de segurança pública sofre uma crítica importante: a de não ser aplicável a todas as comunidades cariocas carentes da presença do poder público, por falta de recursos do estado e de efetivo de policiais. O custo para a montagem de cada base de UPP era, em 2012, de cerca de 2 milhões de reais, parte vinda de doações e parcerias com a iniciativa privada. E, de fato, as unidades estão sendo instaladas basicamente nas favelas próximas ao circuito turístico do Rio de Janeiro. O governo estadual rebate a crítica e afirma que está priorizando a instalação das UPPs nos locais em que há tráfico de drogas e de armas, crimes mais graves do que nas demais regiões, nas quais haveria grupos criminosos de outra natureza.

Diferentes estratégias

A política das UPPs, adotada no Rio de Janeiro, foi uma das propostas para combater a criminalidade em São Paulo. Mas especialistas acreditam que a medida não seria eficaz, em razão das diferenças entre as duas capitais. No Rio de Janeiro, há guerras entre facções criminosas de disputa pelo domínio de territórios. Na capital paulista, tais disputas não existem, pois o PCC não enfrenta outra organização rival do seu porte. Diferentemente do que ocorre no Rio, as comunidades paulistanas não se agrupam em morros, com uma ou duas entradas apenas. Estão espalhadas por áreas amplas, como bairros complexos, com diversas vias de acesso, o que praticamente impossibilita que sejam cercadas por tropas.

A geografia paulistana dificulta, entretanto, que o PCC tenha domínio total sobre uma comunidade. Os especialistas recomendam para a capital paulista menos ação ostensiva da PM e mais trabalho de inteligência, ou seja, investigação, com a colaboração entre as polícias estaduais e as federais. ☒

RESUMO

Violência

BRASIL É o país com a maior quantidade de assassinatos no mundo. A taxa de homicídios está estabilizada em um patamar muito alto. Nos últimos 30 anos, o número de mortos por 100 mil habitantes mais do que dobrou, e o total de óbitos mais que triplicou, oscilando por volta de 50 mil pessoas ao ano.

DIFERENÇAS REGIONAIS Nas últimas décadas, a taxa de homicídios diminuiu fortemente na Região Sudeste, a mais populosa do país, em razão do aumento do policiamento. Porém, ela subiu em todas as demais regiões. A compensação dos números das localidades entre si explica a estabilização do índice nacional.

ATAQUES Três ondas de ataques, em Santa Catarina e em São Paulo, em 2012 e 2013, aumentam a violência e o número de mortos em confrontos armados entre policiais e criminosos. As ações são atribuídas a organizações de criminosos em presídios, que estariam ordenando ataques a ônibus, unidades de policiamento, viaturas e policiais, como reação à precariedade ou às políticas de restrição nos presídios.

SISTEMA PENITENCIÁRIO Em junho de 2012, o país tinha quase 550 mil presos para apenas 309 mil vagas nas penitenciárias estaduais e federais. O excedente de detentos está amontoado nas penitenciárias fora da capacidade suportada, ou em cadeias públicas e delegacias, onde deveriam permanecer temporariamente. Em 2012, mais de 40% do total de presos no Brasil está apenas com a prisão provisória decretada, sem julgamento nem condenação final.

UPPs Programa de segurança adotado desde 2008 no Rio de Janeiro instala bases de policiamento fixas nas favelas cariocas e oferta serviços públicos às comunidades antes dominadas por quadrilhas de traficantes. Até fevereiro de 2013, o Rio contava com 30 UPPs com 8 mil policiais, que atendem 450 mil pessoas em cerca de 180 comunidades.



Índios avançam na conquista da terra

Decisões da Justiça e da Funai devolvem terras a povos indígenas após conflitos prolongados

Por Lilian Carmona

O ano de 2013 começou com o reconhecimento de novas terras indígenas pelo Estado brasileiro. Em 8 de janeiro, a Fundação Nacional do Índio (Funai) reconheceu como território tradicional dos guaranis-kaíowás uma área de 41,6 mil hectares em Iguatemi, em Mato Grosso do Sul. No dia seguinte, a Justiça federal suspendeu ações de despejo contra acampamentos das comunidades yvykatu e ypo'i, que reivindicam terras em Japorã e Paranhos, no mesmo estado.

Em Mato Grosso, a Funai concluiu no mesmo mês a retirada de milhares de não índios dos 165 mil hectares da Terra Indígena Marãiwatsédé e sua devolução aos xavantes, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

A devolução de terras aos indígenas por decisão judicial e o reconhecimento e regularização de novas terras pelo governo federal são fatos recentes na história do país e são consequência principalmente da luta dos povos indígenas por seus legítimos direitos. Eles foram

estabelecidos na Constituição de 1988 e representam uma importante mudança da sociedade brasileira. Em 2012, o STF já havia determinado a retirada dos fazendeiros que ocupavam a reserva Caramuru-Catarina Paraguaçu, na Bahia, e sua devolução aos índios pataxó-hã-hã-hãe, após 30 anos de trâmites na Justiça. Outra decisão de grande destaque foi a demarcação das terras da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, em 2009, com a retirada dos fazendeiros estabelecidos na área.

Situações críticas

A maioria das terras indígenas regularizadas fica na Amazônia Legal (veja na pág. 106), mas as situações mais críticas estão em Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população indígena do país, atrás apenas do Amazonas. São 75 mil pessoas, 3% da população estadual, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse total, cerca de 43 mil são guaranis-kaíowás. Apesar disso, as terras indígenas ocupam apenas 0,2% do estado, pois grandes extensões



se transformaram em fazendas.

A situação em Iguatemi (MS), citada no início da reportagem, ganhou enorme repercussão em 2012, depois que um grupo de 170 índios, acampado em área de preservação da fazenda Cambará desde o ano anterior, decidiu não aceitar uma ordem de despejo judicial. Em seu manifesto, os

CORPO ESTRANHO

Metrô lotado no Rio: o índio precisa de mais espaço do que a população urbana para manter o seu modo de vida

índios afirmaram que não deixariam as terras de seus ancestrais e estavam dispostos a resistir até a morte. A campanha “Eu apoio a causa indígena” resultou num abaixo-assinado de milhares de internautas entregue à Câmara Federal. Muitos usuários do Facebook acrescentaram “Guarani-Kaiowá” ao nome em seus perfis como forma de manifestar sua solidariedade à causa.

O grupo de Iguatemi integra um total de 1.793 índios guaranis-kayowás que reivindicam ficar em seu território histórico. A repercussão ajudou os índios, e a Justiça suspendeu o despejo. Em janeiro, a Funai iniciou a legalização da Terra Indígena Iguatemipeguá I.

Uma longa espera

Os guaranis-kaiowás reivindicam pelo menos outros 70 territórios no estado e se queixam da demora do governo. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a lentidão no reconhecimento das terras alimenta a violência na região. Seus dados preliminares indicam que, em 2012, foram assassinados 55 indígenas em todo o país, sendo 37 em Mato Grosso do Sul. A precariedade da vida indígena resulta em altos índices de suicídio, principalmente entre os jovens. São 32 casos a cada 100 mil pessoas – sete vezes acima da média do país, de 4,8 a cada 100 mil habitantes, segundo o Cimi. O governo de Dilma Rousseff é criticado pelas comunidades e pelos ativistas, por ter feito apenas dez homologações de terras indígenas em seu mandato, média anual inferior à de todos os governos pós-redemocratização. Em junho de 2012, Dilma homologou sete terras indígenas na Região Norte, que somam 1 milhão de hectares.

A POPULAÇÃO INDÍGENA VOLTA A CRESCER

A população indígena voltou a crescer nas últimas décadas. Essa foi uma das principais revelações dos últimos censos decenais no país. Em 2010, o IBGE fez seu mais amplo e detalhado levantamento sobre os índios até hoje, tanto dos que moram em cidades quanto dos que vivem em aldeias. O total de pessoas que se declaram indígenas passou de 734.126 em 2000 para 817.963 em 2010, o que corresponde a 0,4% da população brasileira. Para chegar ao total de índios no país – 896.917 pessoas –, o IBGE também somou quem se declarou de outra cor mas mora em terras indígenas. Entre esses, a maioria se disse parda (67%).

Pela primeira vez, o instituto separou os brasileiros que se declaram indígenas por etnias – comunidades com afinidades linguísticas, culturais e sociais –, registrando 305 povos que falam 274 línguas. Até então, a estimativa era de 220 etnias e 180 línguas. Dos 786,7 mil índios com 5 anos ou mais de idade, 37,4% falam uma língua indígena. Dentro das terras indígenas, o percentual é de 57,3%. Por outro lado, entre as pessoas que se declaram índios mas vivem fora de terras indígenas, apenas 12,7% falam uma língua nativa.

A maior etnia é a ticuna, que reúne 6,8% da população indígena, ou 45.045 pessoas, quase todas no Amazonas. Os 43.401 guaranis-kaiowás, em Mato Grosso do Sul, estão em segundo lugar. Depois, vêm os caingangos (37.470 pessoas), os macuxis (28.912) e os terenas (28.845).

SAIU NA IMPRENSA

MESMO REGULARIZADAS, TERRAS INDÍGENAS MOTIVAM CONFLITOS

A saída dos não índios da Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé, em Mato Grosso, não significa o fim dos problemas para os índios xavantes. Das 20 terras indígenas mais desmatadas em 2011, 15 estavam

totalmente regularizadas e, mesmo assim, enfrentavam conflitos, principalmente invasão para extração ilegal de madeira. (...) Até 2011, 71,5% da área da TI Marãiwatsédé já haviam sido desmatados.

Segundo Thaís Dias Gonçalves, (...) da Funai, a demora na retirada de posseiros acaba influenciando na qualidade das terras recebidas pelos índios:

— As terras indígenas mais desmatadas são as que estão em situação de conflito, sem a posse plena pelos índios. (...)

Marãiwatsédé foi a terra indígena mais desmatada em 2011. (...) Mesmo nas terras já regularizadas, há problemas, com 20% ocupadas por não índios.(...)

O Globo, 29/12/2012

RAIO X DAS TERRAS E DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA

O número de terras indígenas também está aumentando, assim como a população

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Situação jurídica das terras indígenas (TIs) em número e área, em janeiro de 2013

Situação jurídica	Nº de TIs	Área em hectares
Em estudo	138	Em estudo
Encaminhadas	36	44.612
Delimitadas	28	2.775.364
Declaradas	47	1.849.890
Homologadas	18	1.025.675
Regularizadas	442	104.117.642
Total	689	109.813.180

O NÚMERO DE ÍNDIOS NO BRASIL - 2000-2010

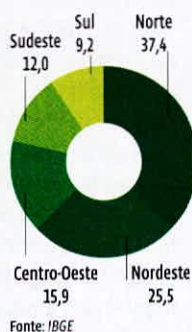
Evolução da população



Fonte: Funai

DISTRIBUIÇÃO DOS ÍNDIOS - 2010

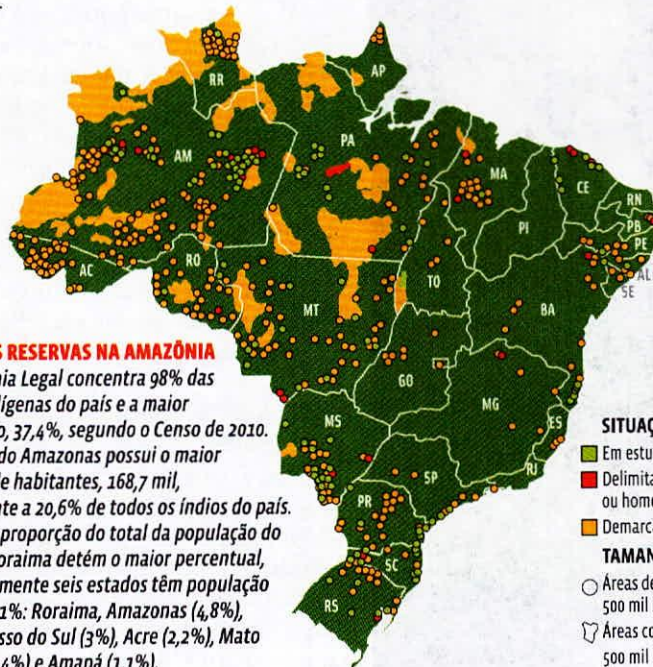
Em %, por região



Fonte: IBGE

TERRAS INDÍGENAS E PARQUES

Cerca de 12,8% da superfície territorial do Brasil está reservada a nações e grupos indígenas. Atualmente, há 220 povos indígenas no Brasil identificados em 689 terras reconhecidas ou em reconhecimento e processo de demarcação pela Funai.



GRANDES RESERVAS NA AMAZÔNIA

A Amazônia Legal concentra 98% das terras indígenas do país e a maior população, 37,4%, segundo o Censo de 2010. O estado do Amazonas possui o maior número de habitantes, 168,7 mil, equivalente a 20,6% de todos os índios do país. Quanto à proporção do total da população do estado, Roraima detém o maior percentual, 11,0%. Somente seis estados têm população acima de 1%: Roraima, Amazonas (4,8%), Mato Grosso do Sul (3%), Acre (2,2%), Mato Grosso (1,4%) e Amapá (1,1%).

SITUAÇÃO LEGAL

- Em estudo
- Delimitada/Em demarcação ou homologação
- Demarcadas

TAMANHO DA RESERVA

- Áreas de até 500 mil hectares
- Áreas com mais de 500 mil hectares

Direitos constitucionais

Desde o início da colonização, no século XVI, os índios viveram quase cinco séculos de extermínio, escravidão, expropriação de suas terras e espoliação de seus direitos. Ainda na primeira metade do século XX, as áreas nas quais viviam eram frequentemente consideradas terras públicas pelos governos, distribuídas ou vendidas a fazendeiros e empresas. Foi o que ocorreu com as terras na Bahia, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, agora objeto de conflitos.

O quadro começou a mudar a partir da década de 1960, com a demarcação das primeiras reservas indígenas, e melhorou com a Constituição de 1988. Ela reconheceu o direito dos índios de possuir terras em tamanho e condições adequados às suas necessidades econômicas e culturais. Isso significa amplas áreas, para que possam tirar seu sustento da natureza, conforme as tradições de cada cultura. Um povo indígena que vive de caça e coleta, por exemplo, precisa de uma reserva grande, pois em geral se desloca para dar tempo à natureza

A Constituição de 1988 reconhece o direito dos índios sobre terras em tamanho adequado ao seu modo de vida

de recompor seus recursos. A lei reconhece o direito dos povos indígenas à organização social própria, a costumes, língua, crenças e tradições.

Desde 1990, o número de terras indígenas reconhecidas aumentou de 352 para 551, e sua área cresceu de 76 milhões de hectares para 109,8 milhões de hectares (12,9% do território nacional). Desse total, 422 terras indígenas (104 milhões de hectares) estão totalmente regularizadas. Além delas, há 138 áreas em estudo para a regularização.

Polêmica e ressalvas

O reconhecimento das terras indígenas provoca discordâncias. Há quem opine que os índios têm terras demais e que sua regularização reduz a quantidade disponível para o uso econômico pelo resto da sociedade. Porém, mais de 98% das áreas indígenas ficam na Amazônia Legal, e grandes porções são públicas e de matas preservadas.

É importante observar também que o uso da terra pelos índios tem limites estabelecidos pela lei e pelo Supremo Tribunal Federal. Os índios não podem cobrar pedágio para o trânsito em suas terras nem impedir a permanência de não índios, se forem das Forças Armadas, da Polícia Federal ou estiverem de acordo com as regras da Funai. Seus direitos à terra estão sujeitos a políticas de segurança nacional – como a instalação de postos militares, a construção de estradas, a exploração de alternativas energéticas, como hidrelétricas – e de exploração das riquezas naturais, tudo isso a critério dos órgãos públicos, sem necessidade de consulta prévia aos índios ou à Funai.

Índios

PERFIL No Brasil, existem 305 povos indígenas, que falam 274 línguas. O Censo de 2010, do IBGE, registra 896,9 mil indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural, que inclui as 689 terras reconhecidas pela Funai, que tem relatos de mais 69 comunidades ainda não contatadas. A maior concentração de índios está na Região Norte (37,4% do total).

DIREITOS O número de índios no Brasil passou a crescer nas últimas décadas após séculos de redução. Um marco importante é a promulgação da Constituição de 1988, que garante e especifica os direitos indígenas. Ela reconhece o direito originário dos índios sobre as terras que habitualmente ocupam e a importância delas para seu modo de vida.

TERRAS Desde 1990, o número de terras indígenas regularizadas ou em regularização subiu de 352 para 551, num total de 109,8 milhões de hectares (12,9% do território nacional). Dessas, 422 estão completamente regularizadas, e 98% são na Amazônia Legal. Há 138 áreas em estudo, o que dá um total de 689.

DISPUTAS O processo de demarcação é conflituoso e cria controvérsias. O principal argumento contrário é que 12,64% do território do país fica com 0,4% da população. Os casos mais recentes foram a expulsão de fazendeiros da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), em 2009, da reserva Caramuru-Catarina Paraguaçu (BA), em maio de 2012, e da TI Marãiwat-sédé (MT), em janeiro de 2013. Em Mato Grosso do Sul, a tensão entre fazendeiros e acampamentos de guaranis-kaioiwás tem levado a vários conflitos.

EDUCAÇÃO A Constituição garante o direito dos índios de estudar e aprender a sua língua e sua história de acordo com seu modo de vida. Segundo o Censo Escolar de 2011, há 2.953 escolas indígenas no país e 243,6 mil alunos na educação básica. A taxa de alfabetização dos índios cresceu de menos de 50% em 1991 para 76,7% em 2010, de acordo com o IBGE.

LUNAE PARBACHO/REUTERS



EM PÉ DE GUERRA Os guaranis-kaioiwás ocupam fazenda em Paranhos, em Mato Grosso do Sul, em 3 de setembro de 2012: eles reivindicam a desapropriação da área e a posse da terra de seus ancestrais

Condições de vida

Em documento sobre a situação dos índios no mundo, divulgado em 2010, a ONU usou dados do IBGE ao afirmar que 38% dos índios brasileiros vivem em situação de extrema pobreza. Pelo Censo de 2010, 83% dos índios brasileiros têm renda de um salário mínimo ou menos (53% não possuem nenhum rendimento). O IBGE ressalva que há dificuldades para avaliar os dados em culturas nas quais as tarefas são feitas coletivamente e não existe o conceito de propriedade privada.

Pela saúde indígena, também pode-se medir a pobreza. Estudo divulgado pela Fundação Nacional de Saúde em 2010 revelou que quase metade das crianças indígenas tinha anemia. A gravidade do quadro levou os líderes indígenas a pressionar o governo por providências. Em outubro de 2010, foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena. Segundo o Cimi, porém, a situação se agravou durante a transição da Funasa para a secretaria, e em 2011 morreram 126 crianças índias por falta de assistência médica.

Houve uma melhora no nível educacional dos índios, segundo o Censo de 2010. A taxa de alfabetização dos indígenas com 15 anos ou mais, seja em português, seja em seu idioma, passou de 73,9% para 76,7% de 2000 para 2010. Ainda assim, é um resultado inferior ao da população nacional, de 90,4%. Nas terras indígenas, a situação é pior: os alfabetizados são só 67,7%. Em parte, isso reflete o alto analfabetismo dos índios mais velhos, que chega a 72,2% para o grupo de 60 ou mais anos.

Segundo o Censo Escolar de 2011, há 243.599 alunos indígenas na educação básica e 2.953 escolas indígenas no país. No ensino superior, 9.756 alunos se declaram indígenas. Pela lei, os índios podem escolher o próprio processo de educação, o que inclui o aprendizado de sua história e da língua nativa. ☒

PARA IR ALÉM O filme *Xingu* (2012), de Cao Hamburger, já exibido na TV e disponível em locadoras, mostra o primeiro contato dos índios xavantes com os indianistas Cláudio, Orlando e Leonardo Villas-Boas. É o início do processo que levará à criação do Parque Nacional do Xingu.



Com o aquecimento global,



Concentração de CO₂ na atmosfera ao longo do tempo (em partes por milhão)



Quem semeia vento...

Ainda que a Terra passe por ciclos naturais de aquecimento e resfriamento, não há mais dúvida de que somos responsáveis pelas mudanças climáticas atuais. Nossa emissão de carbono é a maior dos últimos 800 mil anos. Mexer com o clima é como brincar com fogo: não sabemos o grau das consequências, mas temos certeza de que é perigoso. Quanto mais quente, mais fortes ficam os eventos climáticos.

2010

19 países batem recordes de calor. →

2011

É o recorde de emissão de CO₂ – 31,6 bilhões de toneladas. Neste ano, uma enchente na Tailândia alaga fábricas e prejudica a distribuição de equipamentos eletrônicos ao redor do mundo. →

O PLANETA SUSTENTÁVEL acompanha, produz e dissemina conhecimento sobre desafios e soluções para as questões ambientais, sociais e econômicas do nosso tempo. Esta e outras 40 revistas e sites da Editora Abril fazem parte desse projeto.



@psustentavel



planetasustentavel

todo mundo vai andar pelado?

Não, mas as consequências
serão embaraçosas.



1770 (Revolução Industrial)

280 ppm

1960

315 ppm

2005

379 ppm

2012

392 ppm

2012

O custo dos desastres causados pelo furacão Sandy é estimado em 50 bilhões de dólares. O volume de água em chuvas torrenciais é hoje 20% maior nos EUA do que há um século. →

2050

As perdas econômicas em decorrência do aquecimento global podem custar mais de 20% da riqueza mundial/ano.

E o que eu tenho a ver com isso?

As mudanças climáticas são globais, mas os efeitos são sentidos localmente. Entenda o problema. Participe da discussão. Siga o PLANETA.

Poste no *Instagram* uma foto da sua visão do aquecimento global (#planetasustentavel).

Realização



BUNGE



CAIXA

#ofuturoagentefazagora

planetasustentavel.com.br



Protocolo de Kyoto recebe tempo extra

Falta de entendimento sobre como prosseguir faz países estender o acordo sobre o clima para ganhar tempo visando a novas negociações

por Martha San Juan França

Único acordo global em vigor para reduzir a emissão de gases do efeito estufa, o Protocolo de Kyoto teria sua primeira fase encerrada em dezembro de 2012. As dificuldades para acertar como ele prosseguiria, porém, levaram à sua prorrogação. O protocolo foi estendido até 2020. A Organização das Nações Unidas (ONU) espera fechar até 2015 o novo tratado para sucedê-lo.

O prolongamento de Kyoto, assinado por representantes de mais de 190 países na 18ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima (COP-18), em Doha, no Catar, encerrada em dezembro de 2012, era crucial para manter a proposta do uso de fontes de energia mais eficientes e sustentáveis, em substituição aos combustíveis fósseis, a redução do desmatamento e o mercado global de créditos de carbono.



NA FUMAÇA

Moradores de Fuyang, na China, em janeiro de 2013: o uso maciço de carvão como fonte de energia provoca forte poluição no país

REUTERS/CHINA DAILY

O EFEITO ESTUFA

O fenômeno permite a existência de vida na Terra. Segundo alguns cientistas, as atividades humanas estariam afetando seu ciclo natural



Fenômeno da natureza

Para entrar na conversa, é preciso entender que o efeito estufa é um fenômeno natural. Ele permite à atmosfera da Terra reter parte do calor que o Sol envia ao planeta, o que mantém a temperatura média do nosso planeta em torno de 14°C, essencial para boa parte das formas de vida. Quando os cientistas falam em mudança do clima e em aquecimento global, estão se referindo ao aumento extraordinário da capacidade da atmosfera de reter calor. Situações desse tipo já ocorreram antes na história da Terra, motivadas, por exemplo, por alterações na atividade solar ou por grandes erupções vulcânicas. Mas agora a maioria dos cientistas acredita que o fenômeno está sendo alimentado pela ação do homem.

Os gases responsáveis pelo efeito estufa, como o dióxido de carbono e o gás carbônico (CO₂), estão sendo produzidos pela queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão mineral. O metano (CH₄) é gerado, sobretudo, pela decomposição da matéria orgânica no lixo e em plantações alagadas (prin-

cipalmente de arroz). O óxido nitroso (N₂O) advém do processo digestivo do gado. Além disso, ao alterar o uso da terra por meio do desmatamento e de atividades agrícolas, o ser humano lança no ar, por apodrecimento ou queima, CO₂ que estava acumulado nas plantas e no solo.

Para a maioria dos cientistas da área, esse excesso de gases liberados na atmosfera tem como consequência alterações no clima, como o aumento das chuvas em várias regiões – o que provoca deslizamentos em áreas urbanas e inundações de várzeas de rios –, o avanço do mar em áreas litorâneas e rasas e o agravamento das secas, com quedas na produção e eventual escassez de alimentos. Estudos científicos indicam que a situação pode se agravar.

Para enfrentar o problema, governos do mundo todo buscam, sob o guarda-chuva da ONU, adotar atitudes em conjunto para diminuir as emissões dos gases de efeito estufa. A dificuldade, então, é decidir como será essa mudança, que significa na prática mexer no atual sistema de produção de energia.

O principal problema é saber quem paga a conta, já que muitos países não têm recursos nem tecnologia para agir sem a ajuda dos mais ricos.

Havia a expectativa de que a COP-18 conseguisse mais avanços do que simplesmente dar um fôlego extra ao Protocolo de Kyoto. Imaginava-se, por exemplo, que poderia sair dela um protocolo mais abrangente. Kyoto, que foi assinado em 1997 e só entrou em vigor em 2005 (quando obteve o número mínimo de adesões), é importante por ter sido o primeiro acordo oficial com metas e prazos para reduzir as emissões. Mas, além de não contar com países-chave para a diminuição de gases, como os Estados Unidos, tampouco possui mecanismos para responsabilizar os signatários pelo não cumprimento das metas.

Responsabilidade diferenciada

Quando foi elaborado, o Protocolo de Kyoto estabeleceu o conceito de “responsabilidade comum, mas diferenciada”, cujo critério era a contribuição que cada país já havia dado até então

SAIU NA IMPRENSA

A LENTIDÃO É VERDE

Por Humberto Maia Junior

O Protocolo de Kyoto criou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os chamados créditos de carbono

para as mudanças climáticas. Assim, aqueles que já eram industrializados e, portanto, haviam contribuído mais, deveriam reduzir suas emissões nacionais em 5% em relação aos níveis de 1990. Os países em desenvolvimento, incluindo Brasil, China e Índia, comprometiam-se apenas em estabelecer programas nacionais de redução de emissões, mas estavam desobrigados de metas quantitativas. Kyoto também estabeleceu o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um mercado global no qual empresas de países com metas de redução de emissões poderiam adquirir “créditos” abatidos de suas cotas se investissem em empreendimentos de tecnologia limpa em países menos desenvolvidos. São os créditos de carbono.

Ocorre que, na época, já estava claro que, apesar de terem iniciado o processo de industrialização mais tarde, alguns países em desenvolvimento rapidamente estavam aumentando muito suas emissões. China e Índia, que apresentaram altas taxas de crescimento nas últimas décadas, têm o carvão mineral – combustível fóssil – como base de sua matriz energética. E o Brasil, bem como outras nações dotadas de florestas tropicais, teve aumentadas suas emissões resultantes de desmatamento. Esse foi o principal motivo alegado pelos Estados Unidos, país que mais emite gases do efeito estufa, para não aderirem ao tratado, argumentando que uma competição desigual, principalmente com a China, prejudicaria sua economia.

Nos anos seguintes, tentou-se de todas as formas planejar metas que incluíssem também a participação

(...) O Brasil segue o exemplo dos países ricos. Só que vive um dilema: eles já chegaram lá, nós não. Para nos desenvolver, precisamos de estradas, portos, usinas – obras que causam impacto. E esse impacto tem de ser o menor possível. Até aí, todos de acordo. O problema é que, no afã de cuidar do meio ambiente, o Brasil construiu um sistema quase incompreensível. Para obter uma licença ambiental, é preciso lidar com 20 repartições – na Dinamarca são cinco. Pior: os órgãos estão despreparados para atender às demandas de um país que tenta tirar sua infraestrutura do buraco. “Nossas instituições não acompanharam o crescimento econômico”, diz Roberto Messias, ex-presidente do Ibama, o principal órgão do setor. Em 2007, o Ibama tinha 980 projetos à espera de licenças. Hoje, são 1.557.

Exame, 12/12/2012

dos EUA para resolver esse impasse. O maior progresso ocorreu na cúpula de Copenhague, a COP-15, na Dinamarca. Nela, países que não estavam legalmente comprometidos com o Protocolo de Kyoto e suas metas, como Estados Unidos, China, Índia e Brasil, apresentaram pela primeira vez compromissos públicos de redução de emissões de gases estufa, embora aquém do que se considera adequado para enfrentar o aquecimento global.

Mecanismos econômicos

Aqui no Brasil, a lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, sancionada pelo presidente Lula no início de 2010, teve suas metas apresentadas em Copenhague. A lei estabelece a meta brasileira de redução nas emissões de CO₂ entre 36% e 39% até 2020, usando como parâmetro as emissões projetadas para esse período caso nada fosse feito. Como o desmatamento é responsável por cerca de 75% das emissões brasileiras, essa meta implica diminuir o índice de redução da área de floresta.

Os participantes da COP-16, realizada em 2010, em Cancún, no México, regularizaram o que foi decidido em Copenhague e começaram a discutir como poderia ocorrer o financiamento a longo prazo das ações para a redução de emissões e o combate a suas consequências. Foi acertada a criação de um **Fundo Verde**, no qual os países ricos assumiriam o compromisso de depositar 30 bilhões de dólares em caráter emergencial até o fim de 2012 para ajudar os países pobres a adotar medidas na área ambiental. No total, o fundo deveria receber 100 bilhões de dólares até 2020. Nos anos seguintes, no entanto, envolvidos no esforço para superar os efeitos da crise econômica, os ricos se esquivaram das decisões, e o dinheiro não veio, impedindo o funcionamento do Fundo.

Outra possibilidade para reduzir de emissões abordada em Cancún interessa particularmente ao Brasil. Foi aprovada a criação de um mecanismo de incentivo financeiro denominado **Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Redd)**, que permite que países como o Brasil recebam compensações caso comprovem a redução do desmatamento em seu território. A medida tem um sentido prático importante, pois se baseia na constatação de que quase 10% das emissões de CO₂ na atmosfera são provenientes do desmatamento e da degradação florestal. Manter as matas pode ser uma solução rápida e de baixo custo no combate ao aquecimento global, em comparação com outras medidas que requerem mudanças na economia ou investimentos em reposição da vegetação.

Além disso, a medida pode beneficiar as comunidades tradicionais que desenvolvem atividades extrativas de baixo impacto na floresta, em vez de optarem pelo desmatamento. No Brasil, já existe o Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES (banco de desenvolvimento, ligado ao governo federal), além de financiamentos vindos de outras fontes, que apoiam projetos com esse objetivo na região amazônica. O encaminhamento do Redd avançou internacionalmente, e em Doha, em 2012, constituiu-se um grupo de trabalho para estabelecer como pode se dar o financiamento oficial desse mecanismo e como será o acompanhamento de sua execução.

Debate científico

Apesar disso, os resultados de Doha e de outras conferências sobre o clima decepcionam quem deseja que o mundo adote políticas mais efetivas para prevenir o aquecimento global. Para essas pessoas, que embasam sua preocupação nos dados do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), não dá para esperar mais tempo para começar a agir. Comitê formado por centenas de cientistas reunidos pela ONU, o IPCC reúne todos os dados disponíveis sobre o clima para tentar entender o que está acontecendo e por quais razões. As conclusões são de que já existe um aquecimento global em andamento, com evidências de que ele é agravado pelas atividades humanas.

O último relatório, divulgado em 2007, indicava que a temperatura média da Terra no século XX já havia subido 0,7 °C e continuava a aumentar,

Para os críticos, até hoje a ciência não conhece o conjunto dos mecanismos que influenciam o clima

tendo como resultado uma frequência maior de eventos extremos e de maior intensidade: além do derretimento das calotas polares, o aumento do nível do mar e, no caso do Brasil, alterações no ciclo de chuvas. O relatório alertava também para o fato de que, se a temperatura média global aumentasse mais do que 2 °C nas próximas décadas, as consequências sobre o clima poderiam ter grande impacto. Para que isso não aconteça, dizem os cientistas do IPCC, seria preciso controlar as emissões de gases do efeito estufa.

A credibilidade do IPCC foi abalada pelas críticas daqueles que alegam existir exagero nas previsões catastrofistas dos cientistas e pela divulgação de dados parciais, baseados em fontes de organizações não governamentais e trabalhos acadêmicos contestados. Os críticos argumentam que até hoje a ciência não conhece todos os mecanismos que regem o clima, e que mudanças climáticas intensas sempre aconteceram e são naturais. Nos últimos 500 mil anos ocorreram vários períodos glaciais (nos quais a temperatura global baixava

muito) e também interglaciais (em que havia um aquecimento global). Assim, mesmo que esteja ocorrendo um aquecimento global, ele pode ter causas naturais, e não há certeza de que as ações humanas reforcem significativamente o efeito estufa. A discussão afeta diversos setores sociais, além dos cientistas, e há muitos interesses em jogo. A indústria do petróleo, por exemplo, tende a apoiar os céticos.

Tendência preocupante

O próximo relatório do IPCC, com divulgação prevista para setembro de 2013, promete ser mais contundente. Uma versão preliminar informa que, muito além dos 2 °C, a temperatura do planeta pode subir até 4,8 °C no século XXI, e que será preciso que o mundo se prepare para os eventos extremos, que serão resultantes desse processo. Estudo da Nasa, a agência espacial norte-americana, divulgado no começo do ano, afirma que a Terra experimenta um aquecimento mais acelerado do que em décadas anteriores. Com exceção de 1998, os dez anos mais quentes da história foram registrados no início do século XXI.

Em setembro de 2012, o oceano Ártico bateu o recorde de menor extensão da calota de gelo em sua superfície. Os Estados Unidos enfrentaram uma onda de calor sem precedentes em 2012 – o que contribuiu para aumentar o poder de destruição do furacão Sandy, que se abateu sobre Nova York em outubro, depois de passar por países do Caribe e por toda a costa leste norte-americana (a temperatura elevada aumentou a evaporação, tornando as nuvens de chuva mais pesadas e as ondas maiores).

Aquecimento global

AQUECIMENTO GLOBAL Resulta do aumento do efeito estufa, fenômeno natural que mantém a Terra aquecida. A maior parte dos cientistas acredita que esteja sendo reforçado pela ação humana, que joga na atmosfera gases como o dióxido de carbono (CO_2) e metano. O aquecimento global provoca mudanças climáticas, elevando a temperatura dos oceanos e modificando o regime de chuvas e ventos.

PROTOCOLO DE KYOTO É um acordo internacional destinado a diminuir os gases do efeito estufa. Ele prevê que os países desenvolvidos deveriam cortar suas emissões de CO_2 e outros gases, até 2012, para 5% abaixo dos níveis de 1990. A 18ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima (COP-18), realizada em 2012, prolongou o protocolo até 2020.

BRASIL Diferentemente de outros países que contribuem para o aquecimento global em razão da dependência excessiva de combustíveis fósseis, o Brasil emite gases de efeito estufa principalmente por causa do desmatamento na Amazônia. A política nacional de mudanças climáticas estabelece a meta de redução nas emissões de CO_2 entre 36% e 39% até 2020, usando como parâmetro as emissões projetadas para esse período caso nada fosse feito. Como o desmatamento é responsável por cerca de 75% das emissões brasileiras, essa meta implica diminuir a derrubada das matas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É aquele que leva em conta a preservação de recursos naturais e dos ecossistemas, visando ao futuro, bem como ao bem-estar e à melhoria da qualidade de vida da sociedade a longo prazo.

RIO+20 Conferência ocorrida em junho de 2012, no Rio de Janeiro, com representantes de governos do mundo todo, para discutir a economia verde, que propõe a construção de uma sociedade na qual haja preocupação permanente com a preservação do meio ambiente.

ÀS ESCURAS

Nova York atingida pelo furacão Sandy, em 2012: o maior número de catástrofes climáticas é atribuído ao aquecimento global

Sustentabilidade

A preocupação com as mudanças climáticas somou-se à da sustentabilidade econômica e ambiental, cuja ideia é conciliar o aumento da produção e do consumo da humanidade com a preservação dos recursos naturais disponíveis. Não por acaso, a Convenção sobre Mudança do Clima, que deu origem ao Protocolo de Kyoto e às conferências que discutem o tema, foi assinada durante a Eco 92, um marco em termos de meio ambiente. Além de iniciar o debate sobre o clima, a Eco 92 deu origem à **Convenção da Diversidade Biológica**, que busca garantir a biodiversidade, ou seja, preservar a variedade de ecossistemas e seus organismos vivos, além de orientar seu uso pela humanidade de uma forma que garanta a sua sobrevivência. A **biodiversidade** está na base das atividades agropecuárias, pesqueiras e florestais e, mais recentemente, da indústria de biotecnologia (remédios, cosméticos, roupas e alimentos mais produtivos e resistentes a pragas).

A Eco 92 também consagrou o conceito de **desenvolvimento sustentável**, lançado cinco anos antes pelo relatório “Nosso Futuro Comum”, o qual levou a definições importantes nas décadas que se seguiram. “Sustentável” passou a ser o crescimento econômico com igualdade e justiça social, que não comprometa os recursos naturais de forma irreversível e garanta a qualidade de vida das gerações futuras. Ou seja, é um desenvolvimento em que as atividades humanas não exerçam sobre o meio ambiente pressão tamanha que esgote seus recursos, como manter as terras aráveis, a água limpa e as florestas. Ao

mesmo tempo, deve garantir condições de saúde, moradia e educação a toda a população – respeitando as peculiaridades e culturas de diferentes grupos, como as populações indígenas.

O conceito tornou-se estratégico para as áreas energética, hídrica, agrícola e florestal, para a superação das desigualdades sociais e para o crescimento econômico em meio à crise financeira internacional. Deu ainda origem à **economia verde**, mote da Rio+20, a conferência realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro. Planejada para ser a maior conferência da história, a Rio+20 decepcionou na parte oficial por apenas renovar o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Recebeu críticas por apresentar uma pauta ampla demais, que resultou em um debate teórico, sem estabelecer metas específicas de ação. Mas rendeu centenas de compromissos voluntários de empresas, governos, cidades, organizações não governamentais e universidades para ações de desenvolvimento sustentável nas próximas décadas, principalmente nas áreas de transporte e energia limpa.

Os países presentes na Rio+20 assumiram o compromisso de traçar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma série de metas quantificáveis para reduzir a pobreza, promover a prosperidade global e o avanço social e proteger o meio ambiente, integradas à agenda da ONU. Esses objetivos devem ter papel importante no direcionamento de políticas de governo e do setor privado, induzindo o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a economia verde e o baixo consumo de gases de efeito estufa. ☐

Novas regras para as matas do Brasil

Depois de idas e vindas, o governo finaliza o novo Código Florestal. As mudanças estão em vigor, mas ainda causam desgostos

O Brasil conta com um novo Código Florestal, em vigor desde outubro de 2012, quando o governo federal publicou um decreto-lei com medidas de regulamentação que encerrou o vaivém de aprovações, emendas e vetos entre a Câmara dos Deputados, o Senado e a Presidência da República. A atual legislação substitui o antigo código, de 1965, e define novas regras para ocupar e explorar a terra e preservar o meio ambiente, tendo em vista duas realidades:

ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APPs)

Saiba o que são, sua importância, as características de cada uma e definições da nova lei

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPs)

São áreas que devem ser protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa. Essas áreas têm funções ambientais como preservar os recursos hídricos, a estabilidade geológica e a biodiversidade, além de proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas que vivem no local. As APPs já representam cerca de 20% do território nacional. Na nova lei, são admitidos alguns usos, desde que considerados de interesse social ou de baixo impacto, somente em áreas rurais consolidadas, que são os imóveis estabelecidos antes da promulgação da Lei de Crimes Ambientais, em julho de 2008.

Topos de morro

São considerados APPs os morros com altura mínima de 100 metros e inclinação média de 25°.

Encostas

São consideradas APPs as encostas com declive acima de 45°. Aquelas com declividade inferior a 45° agora podem ser exploradas sem restrições.

Manguezais

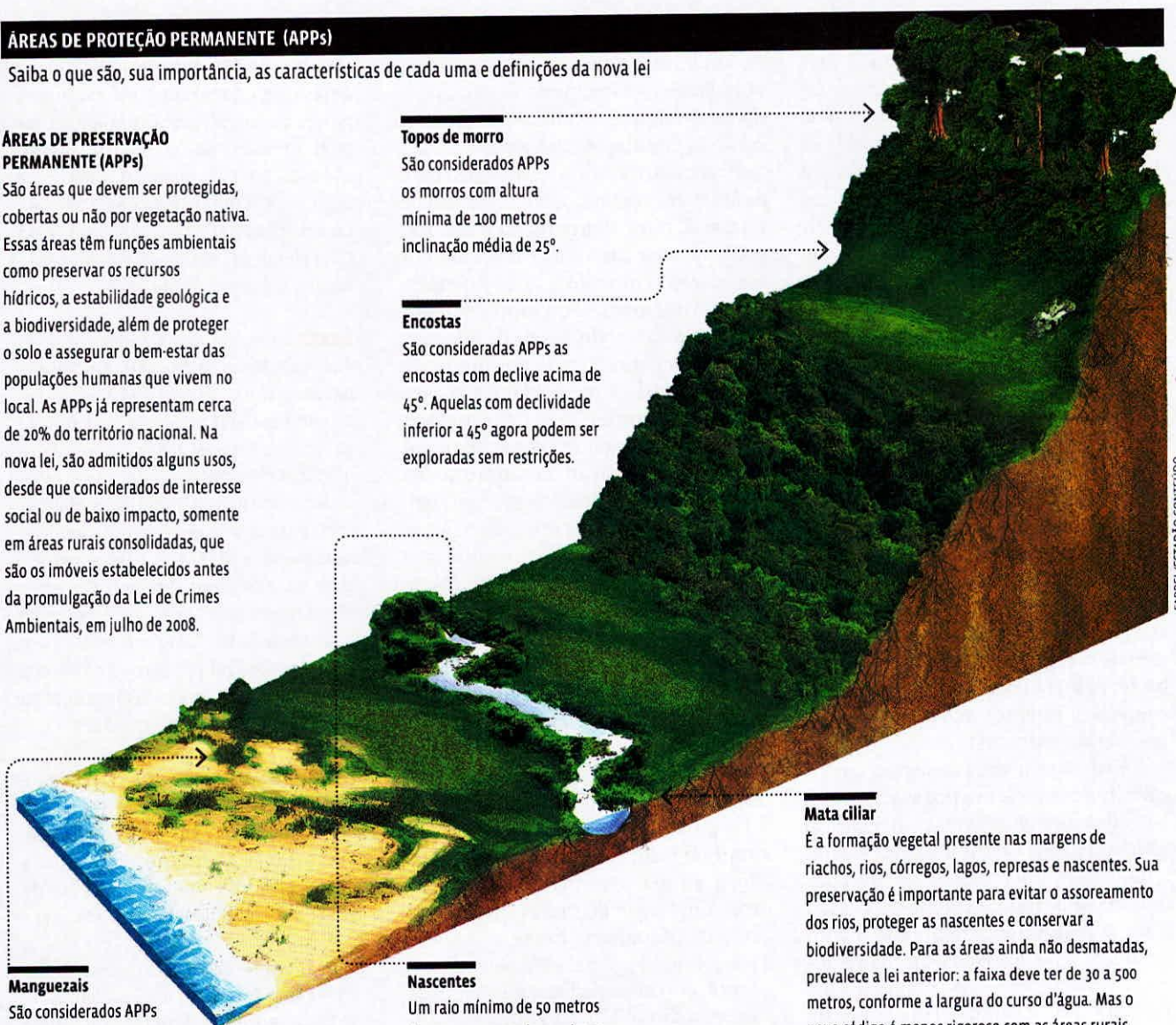
São considerados APPs em toda a sua extensão. A nova lei prevê a criação de camarão e de salinas em áreas de apicuns e salgados.

Nascentes

Um raio mínimo de 50 metros deve ser preservado nas áreas não desmatadas de nascentes. Nas áreas rurais consolidadas, a proteção passou a ser de 15 metros no mínimo.

Mata ciliar

É a formação vegetal presente nas margens de riachos, rios, córregos, lagos, represas e nascentes. Sua preservação é importante para evitar o assoreamento dos rios, proteger as nascentes e conservar a biodiversidade. Para as áreas ainda não desmatadas, prevalece a lei anterior: a faixa deve ter de 30 a 500 metros, conforme a largura do curso d'água. Mas o novo código é menos rigoroso com as áreas rurais consolidadas. De modo geral, nessas áreas, a faixa de mata ciliar a ser preservada varia de 5 a 100 metros, conforme o tamanho do imóvel e independentemente da largura do rio.



FARREL/ESTADÃO CONTEÚDO

- a) o atual modelo agropecuário nacional, importante para a economia do país, e
- b) a preocupação com a preservação ambiental, pois o desmatamento, além de ir na contramão de esforços internacionais, ameaça fontes de água, contribui para a extinção de espécies vegetais e animais e compromete o futuro da própria atividade agrícola.

Dois conceitos importantes estão na base das polêmicas que marcaram os debates sobre a nova lei. Eles já estavam definidos na legislação anterior:

❶ **RESERVA LEGAL (RL)** Porcentagem de matas nativas de cada propriedade rural que deve ser mantida para preservar o ambiente, a flora e a fauna. Ela pode ser explorada, desde que isso seja feito por meio de um manejo que a preserve.

❷ **ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES (APPs)** Áreas que devem ser protegidas. Trata-se de locais estratégicos e de importância ambiental e estrutural. São as matas ciliares (às margens de riachos e rios, que evitam a erosão e o desmoronamento de terra no leito aquático) e os reservatórios de água, as nascentes, as encostas, os topos de morros e as restingas.

Quando o Código Florestal anterior foi aprovado, há cerca de meio século, grande parte das propriedades se concentrava no Sul e Sudeste e a vegetação nativa dessas regiões já havia sido muito alterada. Porém, nas décadas seguintes, a agricultura e a pecuária avançaram para o Centro-Oeste, ocupando áreas

de cerrado e na Amazônia. A falta de fiscalização levou a um amplo desrespeito à lei, com crescimento acelerado do desmatamento (veja na pág. 105). Decretos e medidas provisórias não alteraram esse cenário. O impasse levou o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a fixar o mês de julho de 2008 como data-limite para que todos se adaptassem à lei. A partir disso, os desmatadores deveriam ser punidos. Esse prazo foi prorrogado duas vezes e chegou ao governo de Dilma Rousseff.

Estava claro que os proprietários rurais que haviam desmatado ilegalmente até julho de 2008 estavam sujeitos a multas e ao bloqueio do crédito dos bancos públicos. Por isso, eles passaram a exigir um novo código, menos rígido na proteção ao ambiente. As discussões, votações, alterações, idas e vindas se arrastaram, com pressão de ruralistas e de ambientalistas. A presidente impôs 12 vetos à lei e outros nove à última medida provisória aprovada, encerrando o trâmite com um decreto.

O governo argumenta que fez graduações de exigências conforme o tamanho das propriedades, para garantir o trabalho dos pequenos produtores. A lei também permite agora que sejam somadas as áreas de APPs na conta da porcentagem exigida de RL. Além disso, estipula que quem desmatou além do permitido no passado possa reflorestar essas áreas e, assim, não pagar multas. Para isso, deve obedecer a regras ambientais que serão detalhadas pelo governo de seu estado, e não da União. As duas medidas desagradaram aos ambientalistas, pois dificultam o restabelecimento da mata original. ☒

RESUMO

Código Florestal

O QUE É Lei federal que regulamenta a ocupação da terra definindo critérios e áreas que devem ser preservadas. O novo Código Florestal brasileiro é a Lei 12.651/12, aprovada pelo Congresso no ano passado, após muitos debates e alterações. Ela foi sancionada em maio pela presidente Dilma Rousseff e passou a valer em outubro, após a promulgação de um decreto-lei presidencial com regulamentações.

PRINCIPAIS CONCEITOS AMBIENTAIS

Há a **Reserva Legal** (RL, porcentual de área de vegetação nativa que deve ser preservada ou explorada com manejo) e as **Áreas de Proteção Permanente** (APPs, que devem ser mantidas intactas, como margens de rios, encostas, nascentes, topos de morros e restingas).

ANISTIA Os produtores que desmataram acima do permitido até julho de 2008 não serão punidos desde que regularizem sua situação, ou seja, recuperem as áreas desmatadas conforme leis definidas por seu estado.

PONTOS POLÊMICOS No Congresso Nacional, as discussões do novo código sofriam pressões de dois lados. Os representantes dos produtores rurais (os ruralistas) queriam uma lei mais flexível, defendendo a necessidade de aumentar a atividade agropecuária. Os ambientalistas argumentavam que é possível aumentar a produção com mais tecnologia e menos desmatamento.

SAIU NA IMPRENSA

RURALISTAS VISAM À REGULAMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL

Uma semana depois da sanção com vetos da Medida Provisória (MP) do Código Florestal e da publicação de decreto com regras elaboradas pelo Executivo, ruralistas se organizam para influenciar em

pontos da regulamentação da nova legislação que estão sendo gestados no Ministério do Meio Ambiente (MMA). A primeira garantia foi dada pela ministra Izabella Teixeira à presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Katia Abreu, em reunião nesta semana: a de que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) – órgão considerado

pelos produtores como “reduto” de ambientalistas e organizações não governamentais – não será o responsável pela regulamentação de itens do novo Código. (...) Os ambientalistas já se movimentam também. Pedem a criação de um grupo “com participação da sociedade civil”, tentando impedir uma reviravolta.

Valor Econômico, 26/10/2012

Cresce a incidência dos males crônicos

A melhoria das condições sanitárias e dos medicamentos amplia a longevidade humana e reduz a ocorrência de doenças transmissíveis

A incidência de doenças crônicas e não transmissíveis, como as do coração e do sistema circulatório, aumenta atualmente tanto nos países ricos quanto nos pobres, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse fenômeno é mundial, ligado ao envelhecimento da população e à prevenção das doenças infecciosas. Essa tendência é dominante em nível global, ainda que nas nações mais pobres as doenças transmissíveis, como a cólera, a malária e a aids, continuem muito presentes.

O relatório da OMS de 2012 destaca um fator importante para a ampliação da ocorrência de doenças cardiovasculares: a obesidade, que atinge cada vez mais homens e mulheres em todos os continentes, e esse é um motivo de alto risco, pois agrava o aumento de doenças do coração e de acidentes vasculares cerebrais (AVCs).

Ricos e pobres

Quando observamos o painel mundial da saúde, vemos que os males cardíacos e vasculares são os dois principais grupos de doenças que mais matam, tanto nos países ricos quanto nos pobres. O número de mortes por doenças não transmissíveis aumenta no mundo, por causa principalmente do envelhecimento da população, que é afetada por males crônicos. A principal diferença é que, nos países ricos, as mortes por doenças transmissíveis foram quase eliminadas em razão das boas condições de saneamento, da boa qualidade da água, dos avanços dos medicamentos e das vacinas, ou seja, condições que diminuem as contaminações, além da rede de atendimen-

to médico, que salva os doentes. Na maioria dos países pobres, ainda há significativa incidência de mortes por doenças transmissíveis, muitas das quais poderiam ser evitadas. Esse quadro é particularmente grave na África Subsaariana, a região mais pobre do planeta. A África é o único continente em que as mortes por doenças transmissíveis superam a soma de todas as outras causas.

A diferença na intensidade com que as doenças transmissíveis atingem os países é grande: entre os desenvolvidos ou ricos, as dez maiores causas de morte são males crônicos não transmissíveis. Já entre as nações mais pobres, quatro das dez maiores causas de morte são doenças transmissíveis, também chamadas de infecciosas. Na África, a taxa de mortalidade por doenças transmissíveis entre os homens é de 5 a cada 10 mil. Na Europa, é de 1 a cada 10 mil.

Mais de 36 milhões de pessoas morrem por ano em consequência de doenças crônicas não transmissíveis, 63% do total de mortes no mundo. Cerca de 20% desses óbitos ocorrem nos países ricos, os demais 80% se dão em nações de renda média e baixa. Veja o que são esses dois grupos de doenças.

➤ **Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs)** São males como a asma e a bronquite, o diabetes, as cardiopatias e o câncer. Elas têm em comum o fato de possuir origens multifatoriais:

Congênitas – a pessoa já nasce com a doença, e ela pode ou não ser hereditária, ou seja, herdada geneticamente dos pais, como a hemofilia nos homens.



Hereditárias – são herdadas geneticamente ou há a tendência na família de serem desenvolvidas pelo organismo, como o diabetes e a asma.

Adquiridas – ocorrem principalmente por fatores sociais e ambientais, como as doenças do trabalho. O alcoolismo e o tabagismo estão nesse grupo, além de deflagrarem outras doenças.

➤ **Doenças Transmissíveis** Também chamadas de infecciosas, são aquelas provocadas pelos patógenos



AOS 4 ANOS...

O garoto Lu Zhihao já pesava 62 quilos em 2011. Os médicos que o atendem em Guangdong, no sudeste da China, atribuíram inicialmente a causa a hábitos alimentares

(vírus, bactérias, fungos), como a gripe, a pneumonia, a cólera, a malária, a dengue e a aids.

Muitos fatores contribuem para o desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis, como a exposição à poluição ou à radiação solar, o tabagismo, o consumo excessivo de álcool e de alimentos com altas taxas de gorduras animais, gorduras trans e saturadas, de sal e açúcar e o sedentarismo. Há ainda fatores considerados de risco intermediário, como a obesidade, a tendência a

pressão alta e taxas elevadas de colesterol e glicose no sangue. O conjunto desses fatores, os principais e os intermediários, causa mais de dois terços de todos os novos casos das quatro principais doenças não transmissíveis, que são as cardiovasculares, o diabetes, o câncer e as doenças respiratórias. São consideradas não transmissíveis também aquelas moléstias que afetam a capacidade mental e a estabilidade emocional do indivíduo, como é o caso de demências.

Falta prevenção

Isoladamente, as doenças cardiovasculares são a principal causa de morte em todo o planeta. Elas correspondem a 30% do total de óbitos no mundo, ou seja, uma média de 17 milhões por ano. Desse total, 80% ocorrem em países pobres e em desenvolvimento. Os diversos tipos de câncer matam ao todo 7,6 milhões de pessoas por ano, as doenças pulmonares obstrutivas crônicas são responsáveis por 4,2 milhões de óbitos e o diabetes, por 1,3 milhão. Juntas, es-

A alimentação pouco saudável aumenta os riscos de doenças não transmissíveis

sas quatro enfermidades representam 80% de todas as mortes por doenças não transmissíveis. Na África, mais de 40% dos adultos em vários países têm pressão alta, e a maioria deles nem sabe que sofre desse mal. Enquanto nos demais continentes a incidência de pressão alta está estabilizada ou diminuindo, na África ela está crescendo. Segundo a OMS, mais de 220 milhões de pessoas têm diabetes, sendo a grande maioria em países pobres ou em desenvolvimento.

O crescimento da renda, da industrialização e da urbanização, o maior acesso a alimentos em geral, incluindo os processados, e a disseminação de hábitos não saudáveis produziram rápida transição nutricional, expondo a população cada vez mais ao risco de doenças crônicas. Além disso, o crescimento das doenças crônicas não transmissíveis é motivado pelo envelhecimento progressivo da população, pois aumentam os males desencadeados pelo desgaste do organismo. Os governos têm papel fundamental no controle dessas doenças, pois cabe a eles desenvolver políticas públicas para isso.

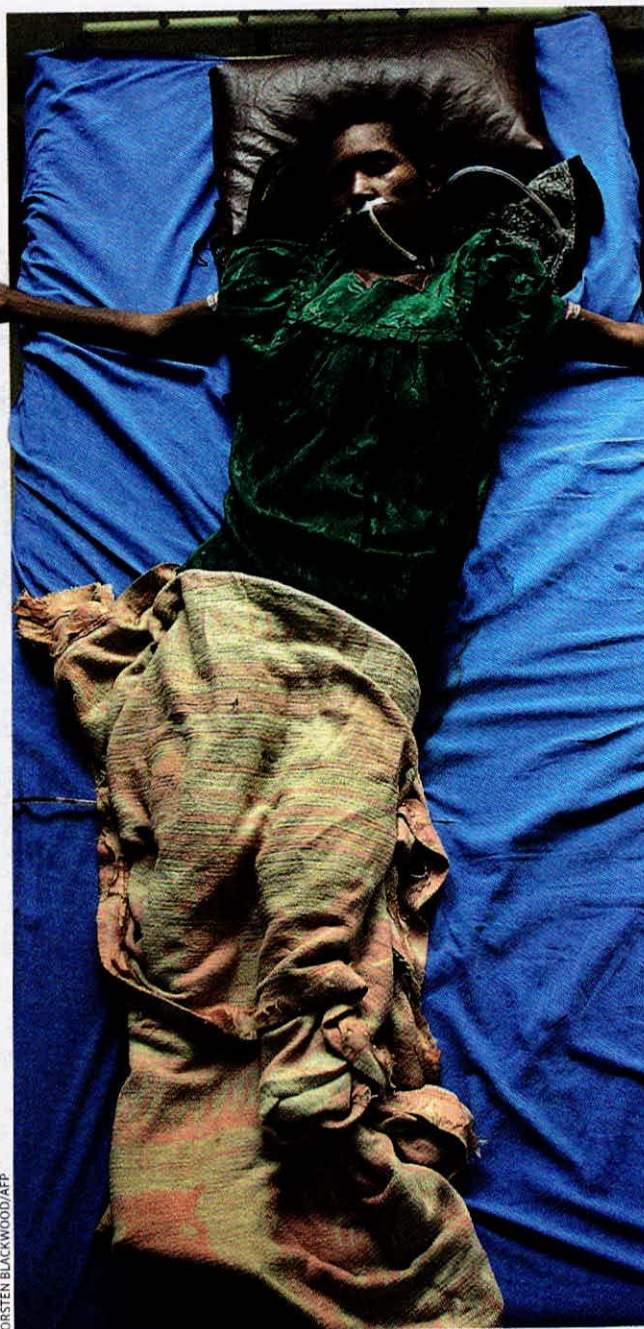
Doenças transmissíveis

Na maioria dos países pobres, a mortalidade por essas doenças está em queda. Mesmo assim, as taxas continuam elevadas. A pneumonia, forma aguda de infecção respiratória nos pulmões, é a doença que mais mata crianças menores de 5 anos e chega a responder por 18% das mortes nessa faixa etária. A quase totalidade de óbitos por pneumonia ocorre nos países pobres. Em segundo lugar está a diarreia, uma patologia resultante de infecção gastroin-

testinal, causada por falta de saneamento e agravadas pela desnutrição.

Entre os oito Objetivos do Milênio, metas pactuadas pelos governos da maioria dos países-membros da ONU, com a finalidade de tornar o mundo um lugar melhor para viver, está a redução da mortalidade infantil, por meio de investimento em saneamento básico, estímulo ao aleitamento materno e campanhas informativas sobre higiene pessoal e sanitária. Outra meta é a melhoria da saúde materna, principalmente com

o atendimento à gestante no pré e pós-parto e os programas de apoio à saúde da mulher. Segundo dados da ONU, a mortalidade infantil tem diminuído 2,7% por ano desde 2000, bem como a mortalidade materna, 3,3%. Mas, apesar disso, a taxa anual de declínio não é suficiente para atingir os Objetivos do Milênio. De acordo com as informações, a maioria das mortes maternas ocorrem em países em desenvolvimento na África e na Ásia, correspondendo, respectivamente, a 57% e 30% do total.



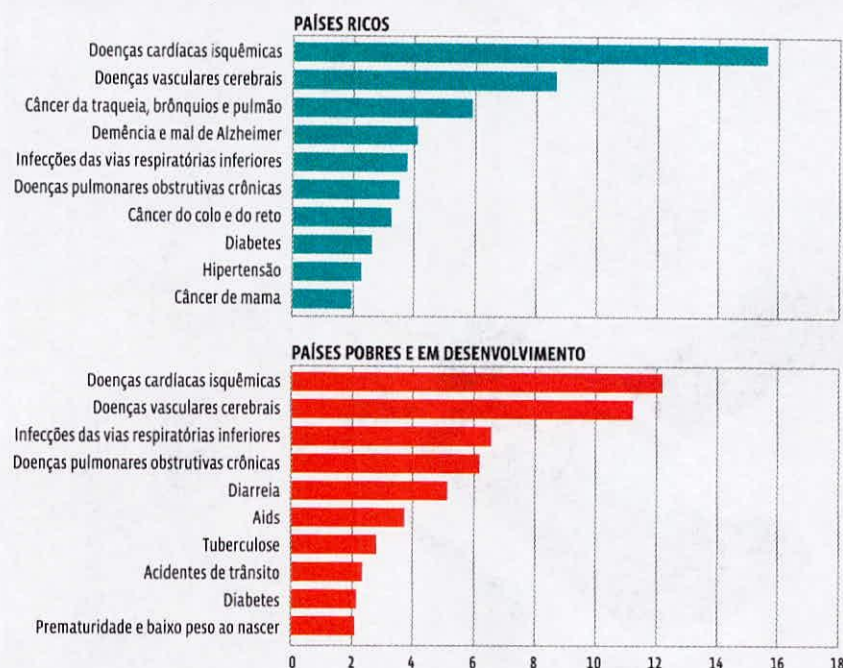
SUPLÍCIO

Paciente com aids, que contraiu tuberculose, em leito de hospital de Mount Hagen, em Papua Nova Guiné, país próximo da Austrália

TORSTEN BLACKWOOD/AFP

PRINCIPAIS DOENÇAS QUE MATAM NO MUNDO (2008)

Em % do total de mortes registradas no ano



INFECCIOSAS E CRÔNICAS Isoladamente, as doenças cardíacas e vasculares cerebrais (que são não infecciosas e crônicas) lideram a lista das dez principais enfermidades que matam, tanto nos países pobres quanto nos ricos. Observe que nos países ricos as infecções se limitam às vias respiratórias. Já nas nações em desenvolvimento aparecem também as infecciosas transmissíveis, como aids, diarreia e tuberculose, além de problemas perinatais (com recém-nascidos).

Fonte: OMS, 2010

Outro importante Objetivo do Milênio é o combate às epidemias mortais em todo o mundo, entre elas as três grandes – malária, tuberculose e aids, todas de origem infecciosa – e também as doenças negligenciadas, um conjunto de 17 infecções parasitárias e bacterianas que se manifestam quase que exclusivamente em regiões pobres das zonas tropicais do planeta, como o mal de Chagas, a leishmaniose e a esquistossomose. Entre essas, a dengue é a doença tropical negligenciada de mais rápida propagação no mundo. Ela infecta cerca de 50 milhões de pessoas principalmente na Ásia, África e América Latina e causa entre 5 mil e 6 mil mortes por ano.

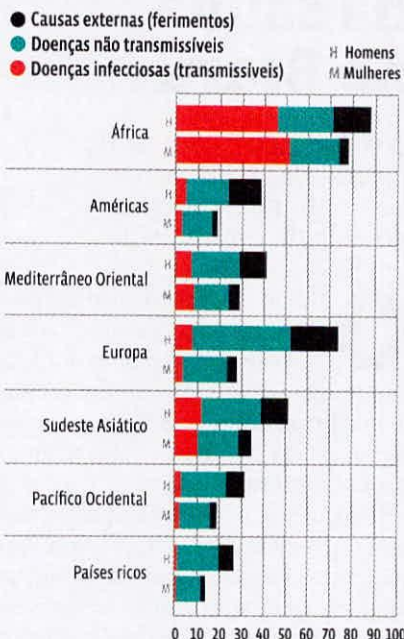
➤ **Malária** Causada por um parasita transmitido pela picada de mosquito, é responsável pelo maior número de mortes (estimativa de 655 mil em 2010). Porém, diferentemente da dengue, está em declínio (25% menos casos desde 2000). A quase totalidade das infecções (cerca de 216 milhões de notificações em 2010) ocorre em países africanos, a

maioria crianças com menos de 5 anos. Em 2011, foram notificados no Brasil 263 mil casos, principalmente na região amazônica, onde o clima quente e úmido favorece a proliferação do mosquito transmissor.

➤ **Tuberculose** Mesmo em forte declínio no mundo inteiro, a tuberculose continua muito preocupante devido à gravidade da doença e ao número de mortes que provoca. A Organização Mundial da Saúde registrou um total de 5,7 milhões de casos notificados no mundo em 2010, dos quais 59% ocorrem na Ásia, principalmente Índia e China, e 26% na África. O maior desafio nesses países é identificar e tratar a doença, transmitida por uma bactéria que se dissemina pelo ar, principalmente em ambientes fechados e de pouca ventilação. Nas últimas décadas, a doença cresceu de importância associada à aids. Além disso, aumentou a ocorrência de bactérias resistentes a medicamentos, em decorrência do abandono precoce do tratamento e da administração de remédios em doses inadequadas.

CAUSAS DE MORTE POR REGIÃO (2008)

Para homens e mulheres, entre 15 e 59 anos, a cada 10.000 adultos



RICOS E POBRES Veja como na África, em que a maioria dos países é pobre, prevalece a morte por doenças infecciosas. Na Europa e nas demais regiões ricas, as doenças não transmissíveis são as principais.

Fonte: OMS, 2010

➤ **Aids** O número de novos casos da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids) está diminuindo no mundo. Além disso, graças ao aumento de programas de distribuição gratuita dos remédios, a mortalidade pelo vírus HIV caiu de 2,3 milhões em 2005 para 1,7 milhão em 2011. O problema é que o total mundial de pessoas portadoras do HIV ainda é alto – 34 milhões, dos quais 2,5 milhões de novos casos em 2011. A aids é preocupante nos países pobres, onde o acesso aos remédios é difícil, e manter um programa de combate à doença representa enorme gasto para os governos.

Cerca de 70% dos portadores do HIV, ou 23,5 milhões, vivem na África Subsaariana, onde 3,1 milhões de crianças estão infectadas (94% do total mundial de crianças infectadas). A região também concentra mais de 70% do total de mortes (1,2 milhão), apesar de ter havido ali uma redução de óbitos de 32% entre 2005 e 2011. A Ásia, principalmente na região sudeste, concentra 5 milhões de pessoas que vivem com o HIV.

Avanços na saúde no Brasil

O país registra queda da mortalidade infantil e aumento na expectativa de vida da população

O Brasil é o típico caso de país onde as doenças infecciosas persistem, apesar de as doenças não transmissíveis estarem em crescimento e constituírem as maiores causas de morte da população. Nas últimas décadas, o Brasil passou por intensa urbanização, industrialização e crescimento econômico acelerado. Essas mudanças influenciaram um processo denominado transição epidemiológica: de um lado, queda da mortalidade por doenças infecciosas e maior expectativa de vida; de outro, a emergência das doenças não transmissíveis.

O brasileiro ganhou mais 11 anos de expectativa de vida: de 1980 para 2011, ela aumentou de 62,7 para 74,3 anos. Um dos fatores que contribuíram para isso foi a queda na mortalidade infantil. Campanhas de vacinação e melhoria no saneamento e na nutrição fizeram com que a taxa de morte de crianças até 1 ano de idade reduzisse de 51 a cada mil bebês em 1990 para 16,1 em 2011. Como consequência, diminuiu o número de mortes por doenças infecciosas e pelas parasitárias – embora as áreas mais pobres do país ainda sofram com doenças como a leishmaniose, o Mal de Chagas e a hanseníase.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

CHECAGEM DE AÇÚCAR Das doenças metabólicas, o diabetes é a que mais provoca mortes no Brasil

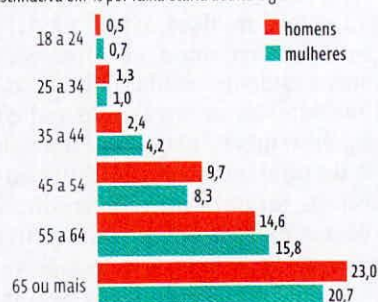
A situação da aids merece uma explicação à parte. Por aqui, a doença se alastrou aceleradamente nas décadas de 1980 e 1990, mas começou a diminuir desde 1998, com o início de uma política pública do governo federal de distribuição gratuita de preservativos e medicamentos e de atendimento médico e de programas de prevenção. Essa política se tornou referência mundial no combate à aids. Atualmente, o país tem entre 490 mil e 530 mil pessoas infectadas pelo HIV. Quase 200 mil

recebem tratamento e remédios, e, por causa disso, o número de novos casos permanece estável na faixa de 17,9 a cada 100 mil habitantes. A taxa de mortalidade devido à doença caiu 11,1% nos últimos dez anos.

No entanto, em 2011 houve um aumento dos casos de contaminação em todas as regiões do país, com exceção do Sudeste. Segundo os especialistas, as pessoas ficaram menos cautelosas em relação à prevenção, principalmente os homossexuais.

DIABETES NO BRASIL (2011)

Estimativa em % por faixa etária adulta e gênero



Fonte: Ministério da Saúde – Pesquisa Vigilante 2011

AS PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE NO BRASIL (2010)

Por grupo, em % do total de óbitos por região

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.-Oeste	Total
Doenças do aparelho circulatório	21,9	28,7	29,4	29,6	27,9	28,7
Neoplasias (cânceres)	11,8	13,1	16,4	19,7	15,0	15,7
Acidentes e homicídios	19,0	15,1	10,3	11,7	16,6	12,6
Doenças do aparelho respiratório	8,6	8,3	11,7	11,0	10,6	10,5
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5,8	7,7	5,6	5,7	5,7	6,2

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM)

NÃO INFECCIOSAS MATAM MAIS Observe que as mortes por doenças não infecciosas ou não transmissíveis (as do aparelho circulatório, as neoplasias e o grupo iniciado pelas endócrinas) totalizam 50,6% do total de óbitos. O grupo de doenças respiratórias não pode ser incluído por reunir tanto doenças infecciosas (como a tuberculose) quanto as crônicas (asma, enfizema). A soma não totaliza 100% porque a tabela reúne apenas as principais causas

SAIU NA IMPRENSA

BRASIL TENTA SE LIVRAR DE DOENÇAS 'ESQUECIDAS' PELA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Marcelo Pellegrini

Enfermidades como a malária, esquistossomose e doença de Chagas são conhecidas das populações em áreas pobres do mundo, como América Latina, África e a porção tropical da Ásia. No entanto, essas moléstias apelidadas de “doenças negligenciadas” ainda são responsáveis pela morte de mais de 1 milhão de pessoas por ano.

Este grupo de doenças negligenciadas – composto pela esquistossomose, leishmaniose, malária e doença de Chagas e do sono – ganhou o apelido por ser ignorado pelos laboratórios farmacêuticos. Comuns em áreas pobres do mundo, as populações atingidas por essas doenças não possuem recursos para pagar por um tratamento que exigiria anos

de pesquisa e um alto investimento dos laboratórios. Por essa razão, entre 1975 e 2004, apenas 1,3% dos medicamentos disponibilizados no mundo eram para as doenças negligenciadas, apesar de elas representarem 12% das doenças.

(...) Em junho, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) anunciou a produção de uma vacina contra a esquistossomose, doença que atinge 200 milhões de pessoas no Brasil, África e na América Central. A vacina estará disponível em até cinco anos e é fruto da liderança brasileira no combate a este grupo de doenças.(...)

A liderança brasileira é necessária devido à incidência das doenças negligenciadas no país. Mais de 20% dos casos de doença de Chagas de todo o mundo e cerca de 90% dos casos de leishmaniose da América Latina ocorrem em território brasileiro.

Carta Capital, 18/7/2012

RESUMO

Doenças

DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Grupo das moléstias que mais matam no mundo, tanto em países ricos quanto pobres, como as cardiovasculares, as vasculares cerebrais, o diabetes, o câncer e as doenças respiratórias. São congênitas, hereditárias ou adquiridas, agravadas por fatores como o consumo excessivo de sal, açúcares e gordura, sedentarismo, uso do álcool e do tabaco.

DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS OU INFECIOSAS

São aquelas provocadas por microrganismos, como vírus, bactérias e fungos. Os países mais pobres convivem com altas taxas dessas doenças, muitas das quais já poderiam ter sido erradicadas. A África é o único continente em que esses males matam mais que as doenças não transmissíveis.

AIDS Segundo o relatório de 2012 da Organização Mundial da Saúde, o número de casos novos de contaminação com o vírus HIV está caindo em todo o mundo, e a sobrevivência dos que já desenvolvem a aids vem aumentando, em razão das políticas públicas de prevenção e distribuição de medicamentos.

DOENÇAS NEGLIGENCIADAS

São 17 infecções parasitárias e bacterianas que se manifestam mais em regiões pobres, como o mal de Chagas, a leishmaniose e a esquistossomose. Recebem esse nome porque as empresas farmacêuticas e os laboratórios dos países ricos têm pouco interesse em desenvolver vacinas e medicamentos para elas.

BRASIL A melhora nas condições sanitárias e nutricionais e o aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde aumentaram a expectativa de vida do brasileiro. O número de mortes por doenças infecciosas está em queda. As principais causas de óbito são as doenças não transmissíveis, responsáveis por 72% do total de mortes. O país também apresenta alto índice de mortes por causas externas (homicídios e acidentes de trânsito), principalmente entre jovens.

Há dez anos, os homossexuais entre 15 e 24 anos respondiam por 40% dos casos de aids – os novos dados apontam que agora já passam dos 50%.

Mortalidade

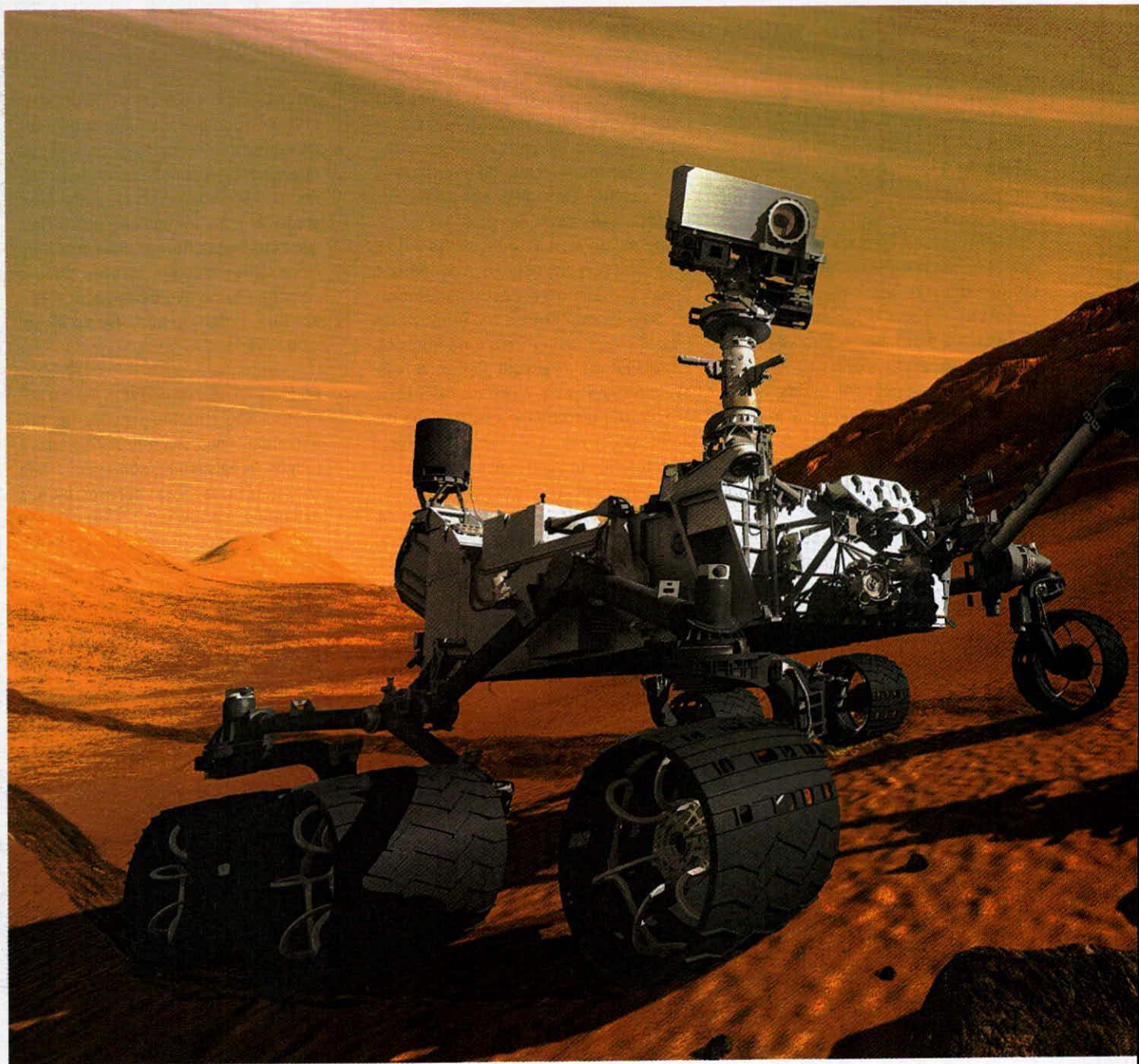
Pouco mais de 1 milhão de mortes ocorrem anualmente no Brasil, das quais 72% são provocadas por doenças crônicas não transmissíveis. Somente os problemas circulatórios são responsáveis por mais de 28% dessas mortes em 2010 (veja gráfico na pág. ao lado), quase 16% por cânceres. Outras DCNTs respondem, em média, por 14,1% das mortes. Apesar dos números altos, houve diminuição de casos de morte por DCNTs de 1,6% ao ano de 2000 até 2009 em todas as regiões do país. Ela é atribuída às medidas de controle do tabaco, de esclarecimentos sobre alimentação e atividade física. As taxas de mortes provocadas pelos vários tipos de câncer permanecem estáveis.

As doenças maternas, infantis e transmissíveis respondem por 14,3% das mortes, incluindo aí a aids. E, nesse caso, o número reflete as piores condi-

ções de saúde da população: de todas as regiões do país, a Região Norte é a que apresenta a maior proporção de doenças, incluindo malária, leishmaniose e hanseníase – essa última atinge no total do país a taxa de 15,8 casos por 100 mil habitantes, a segunda mais alta do mundo, depois da Índia. A incidência de dengue ainda é preocupante, embora tenha diminuído em 2012 o número de casos notificados em relação a 2010, ano com o recorde de 944 mil casos.

Outras causas de morte que chamam atenção no Brasil são os homicídios e acidentes de trânsito, que somam, juntos, 12,6% dos óbitos. Entre os adultos de até 39 anos, são as ocorrências que mais matam, à frente das doenças. ☒

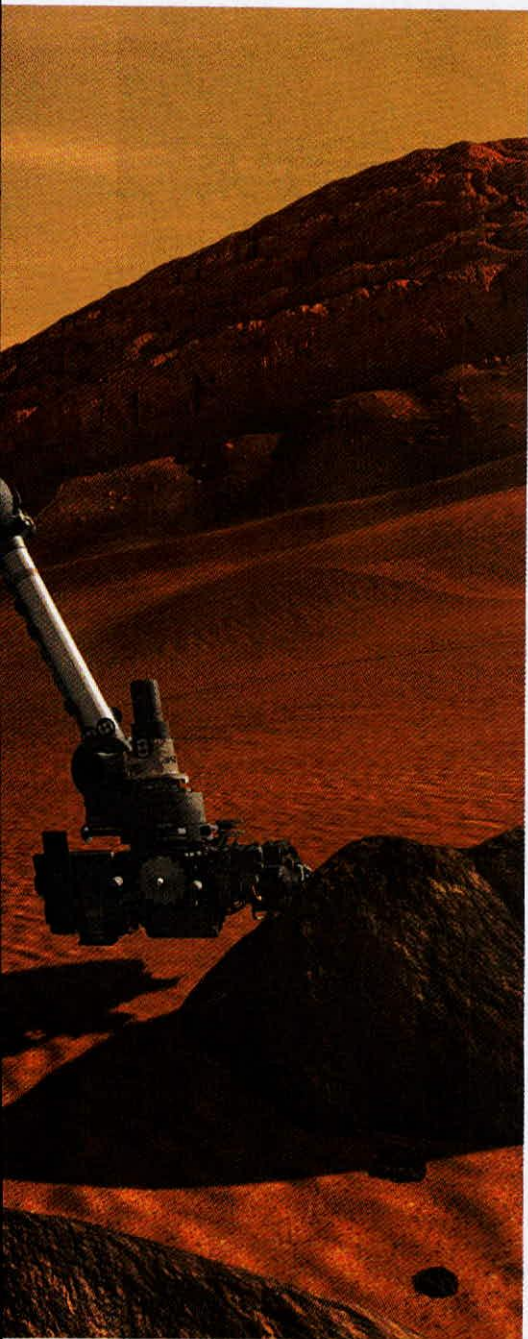
PARA IR ALÉM Do romance de John Le Carré, Fernando Meirelles dirigiu o filme *O Jardineiro Fiel* (2005), que tem como tema de fundo a atuação da indústria farmacêutica nos países pobres. Do livro de Somerset Maugham, o filme *O Despertar de uma Paixão* (2006), de John Curran, mostra a tragédia de uma epidemia de cólera em vilarejos do interior da China.



Expedição ao planeta vermelho

A missão do jipe-laboratório Curiosity a Marte pretende descobrir se já houve alguma forma de vida no planeta vizinho

Quando se fala em Marte, a notícia que todos esperam ouvir é a constatação de que o planeta vermelho já abrigou vida. É isso que deseja descobrir a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (Nasa, na sigla em inglês), que enviou para lá o jipe-laboratório Curiosity, para analisar a composição do solo e da atmosfera do planeta, em busca de elementos como água e moléculas orgânicas (compostos à base de carbono). A Nasa comemorou os resultados



TRÊS EM UM

Jipe, robô e laboratório:
o Curiosity consegue
se locomover, retirar
amostras do solo
de Marte e analisar
os elementos que o
compõem

NASA/JPL-CALTECH

Por que tamanha celebração e expectativa? Porque há muito tempo os cientistas imaginam que “não estamos sozinhos” no universo, ou seja, que, além da Terra, outros planetas provavelmente abrigam ou abrigaram vida. Isso não significa civilizações de ETs inteligentes, mas pode ser vida na forma de bactérias ou micróbios, como os que já existiam na Terra bilhões de anos atrás. Uma das hipóteses mais aceitas é que pode ter havido troca de moléculas orgânicas e de água de um lugar para outro do sistema solar, transportadas por meteoritos ou cometas. Elas poderiam ter dado origem a organismos primitivos que prosperaram em ambientes que não eram demasiado hostis.

Marte é o planeta mais estudado nesse sentido, por ser próximo do nosso e por reunir as configurações geológicas e climáticas mais semelhantes às da Terra. Vênus está mais próximo, mas é muito diferente. Hoje, Marte é frio, seco e desolado, mas as naves que por lá passaram em 40 anos de exploração espacial descobriram muitas evidências de que já foi mais quente e úmido.

Estou inteiro e a salvo

O pouso do Curiosity é o passo mais recente de uma longa história de exploração do planeta. “Estou inteiro e a salvo na superfície de Marte”, dizia a mensagem no blog da Nasa, assim que pousou no solo o veículo de seis rodas, que pesa 1 tonelada. Diferentemente das sondas precedentes, que eram menores, e utilizaram air bags para não se espatifar no solo, o Curiosity, por ser grande e pesado, ganhou o reforço de uma plataforma “guindaste”, que reduziu a descida com retropropulsores e

EM BUSCA DE UM PLANETA GÊMEO

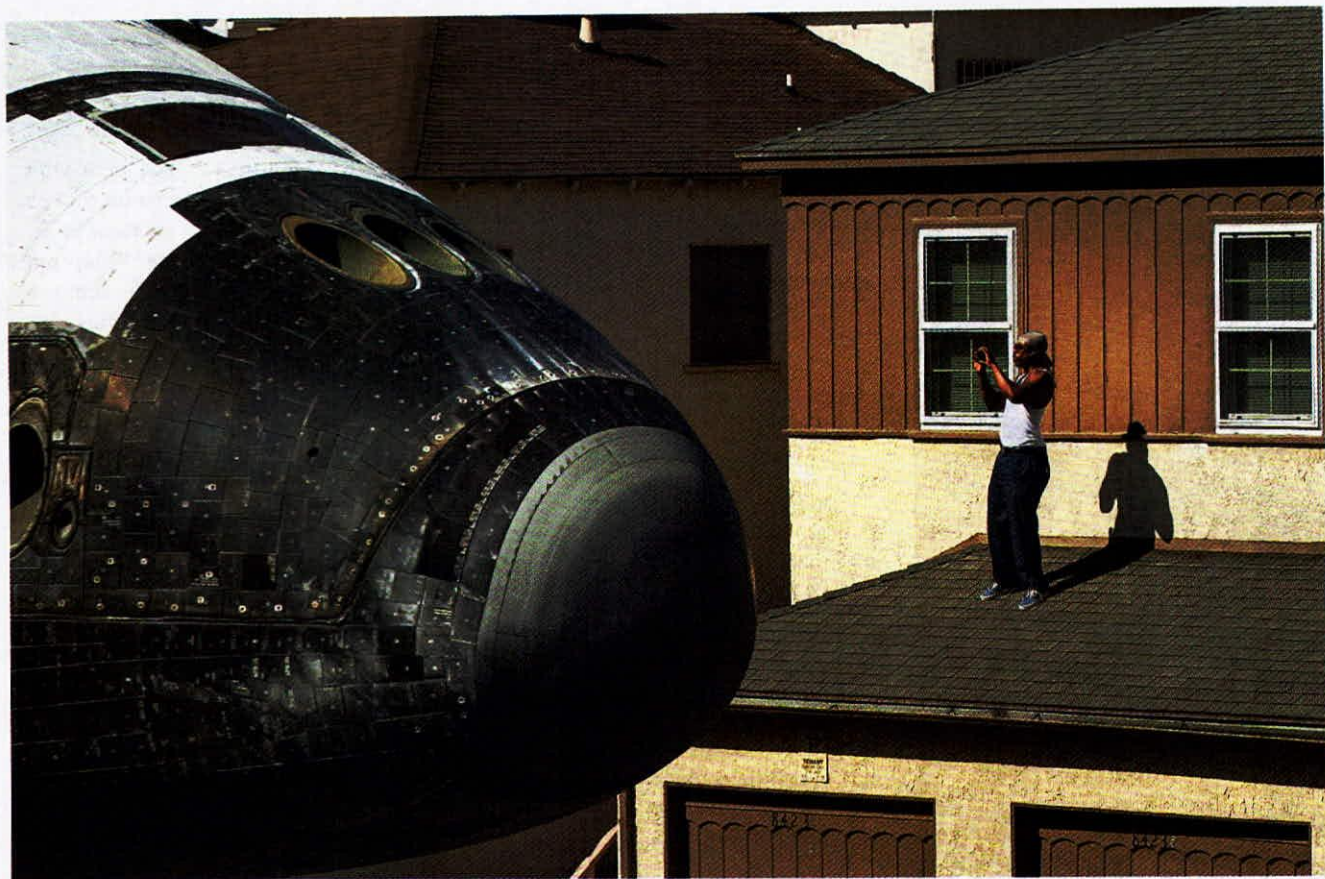
Tanto quanto a busca pela vida fora da Terra, outro tema fascina os astrônomos. Afinal, existem mais planetas iguais ao nosso? Hoje, com o aperfeiçoamento dos telescópios e satélites espaciais, os cientistas estimam que até uma em cada seis estrelas pode abrigar ao menos um planeta do tamanho da Terra. Com base nos dados revelados pelo telescópio espacial Kepler, haveria um total de 17 bilhões desses planetas em toda a galáxia. Desde seu lançamento, há quatro anos, o Kepler detecta a diminuição de luz que chega das estrelas quando um planeta passa à sua frente, captando indiretamente a sua presença.

O telescópio já conseguiu identificar cerca de 3 mil exoplanetas (planetas fora do sistema solar), dos quais quatro são potencialmente habitáveis. Ou seja, esses mundos orbitam suas estrelas a uma distância tal que permite a existência de água na forma líquida em sua superfície, como ocorre na Terra. Um deles, descoberto no ano passado, é Alfa Centauri Bb, que recebeu esse nome por orbitar a estrela Alfa Centauri B. O que o diferencia dos demais exoplanetas conhecidos é o fato de ele ser parecido com a Terra, orbitar uma estrela semelhante ao Sol e ser o planeta mais próximo do sistema solar já descoberto (4,3 anos-luz).

solto o jipe-robô quando ele tocou o solo. Tudo para que ele não se estralhasse ao fim da descida a mais de 20 mil km/hora. Essa operação incluiu o que os técnicos da Nasa batizaram de “sete minutos de terror” – o intervalo de blecaute na comunicação com a Terra, que obrigou a nave a pousar sozinha, encerrado assim que ela enviou os primeiros sinais do planeta.

Para explicar a importância do Curiosity, é interessante saber que ele representa um ápice na história da exploração

desde o difícil pouso da nave no solo marciano, em 6 de agosto de 2012. Nos meses seguintes, passou a divulgar dezenas de informações sobre a missão, seus primeiros testes de equipamentos, as fotos recebidas e até a transmissão de uma canção de Marte para a Terra (*Reach for the Stars*, composta pelo rapper Will.i.am, do grupo *Black Eyed Peas*). Piadinhas e charges sobre o Curiosity e marcianos ilustraram editoriais e reportagens dos jornais e circularam pelas redes sociais.



REUTERS/BRICK LOOMIS/POOL

do planeta vizinho. No passado, naves norte-americanas e da ex-União Soviética perderam-se durante o momento crítico de pouso. As que conseguiram, porém, enviaram informações valiosas. Entre elas, a missão Viking, de 1975, da Nasa, na qual, apoiados por satélites, dois laboratórios pousaram em regiões distintas do planeta para registrar as primeiras imagens do local. As fotos deram as primeiras pistas de que pode ter havido água em Marte no passado. Sinais mais reveladores chegaram 20 anos depois, quando uma série de satélites analisou a atmosfera e mostrou um planeta desértico com grandes dunas de areia e desfiladeiros que pareciam esculpidos por oceanos – mais tarde, foi possível flagrar sulcos com dezenas de metros de largura, parecidos com enormes leitos secos de rios, possivelmente escavados por erosão provocada por movimentos da água.

As missões não tripuladas para Marte se intensificaram a partir dos anos 90, com o envio do Mars Pathfinder (1997) e dos gêmeos Spirit e Opportunity (lançados em 2003, esse último

A sonda Phoenix descobriu, em 2008, uma grande camada de gelo no subsolo da região polar de Marte

ainda ativo). Eram missões de reconhecimento, que ainda não contavam com instrumentos tão sofisticados como os atuais, mas acrescentaram dados sobre a composição do solo. Em 2008, o Phoenix descobriu na região polar de Marte uma gigantesca camada de gelo, formado com água, no subsolo do planeta. Os equipamentos da nave também permitiram fazer análises do solo do planeta vizinho, identificando a presença de elementos como magnésio, sódio e potássio.

Plutônio

O Curiosity é dotado de geradores de plutônio, com autonomia de calor e eletricidade por pelo menos 14 anos. Nas missões anteriores, os equipamentos contaram com painéis solares. Para tirar proveito dessa autonomia, ele tem o dobro do tamanho e duas vezes mais instrumentos que seus antecessores. O local de pouso foi cuidadosamente escolhido. A cratera Gale, ao sul do equador do planeta, tem 150 quilômetros de diâmetro, e os cientistas acreditam que nela deve ter existido um lago há milhões de anos. O Curiosity analisou o tamanho e a forma do cascalho encontrado na cratera, confirmando a existência no passado de uma correnteza.

Em uma segunda etapa, o veículo está usando seus instrumentos para analisar a composição do solo, a partir de uma broca capaz de perfurá-lo e recolher amostras. As sondas Spirit e Opportunity, lançadas em 2003, conse-

ASTRO APOSENTADO

Homem fotografa o ônibus espacial Endeavour sendo levado para o museu, na Califórnia, em 2012

SAIU NA IMPRENSA

"PROVAVELMENTE EXISTIU VIDA EM MARTE", AFIRMA ENGENHEIRA DA NASA

A carioca Jacqueline Lyra, 50 anos, sonhava na adolescência em ser astronauta. Ainda não foi para o espaço, mas desde 1988, como cientista do Jet Propulsion Laboratory, da Nasa, já ajudou a mandar naves e robôs para Marte. A quarta missão da qual participa que chega ao planeta vermelho é a Curiosity.

– Não deu para dormir, de tanta excitação. Foi um grande dia. Foram sete anos trabalhando para isso – relatou por telefone a Zero Hora, ainda cansada por ter passado a madrugada acompanhando o jipe-robô tocar o solo de Marte e enviar as primeiras fotos.

A engenheira chefia a equipe responsável por regular a temperatura da nave durante o trajeto e do jipe no solo marciano. (...)

Jornal Zero Hora, 6/8/2012

guiram detectar elementos específicos em rochas, como o ferro. Com instrumentos mais modernos, o Curiosity poderá identificar outros minerais e suas quantidades, o que pode fornecer pistas acerca da temperatura, pressão e acidez e das condições em que foram formados. As primeiras análises químicas, no entanto, não trouxeram provas conclusivas de matéria orgânica.

O Curiosity ajuda a preparar futuras missões tripuladas a Marte. O desafio mais óbvio para mandar gente para lá é a distância de 80 milhões de quilômetros. Com a tecnologia atual, a viagem de ida duraria oito meses. São muitos desafios a superar para suprir de oxigênio, água, alimentos e equipamentos de saúde os astronautas, entre outros aspectos. Depois, será preciso garantir sua sobrevivência no ambiente inóspito, seco e gelado do deserto marciano. Não é nada fácil: a atmosfera é composta de 95% de dióxido de carbono, e a pressão atmosférica na superfície é muito baixa, equivalente a estar a 25 quilômetros de altitude na Terra.

Corte de gastos

Um entrave atual aos projetos de todas as missões espaciais da Nasa é o corte no seu orçamento, no contexto da crise econômica global e das dificuldades financeiras dos Estados Unidos. Como os gastos públicos do país superam largamente a arrecadação, há forte pressão pela redução das despesas com a área militar e o programa espacial (veja na pág. 37). Um primeiro sintoma das dificuldades foi o cancelamento dos voos dos ônibus espaciais (*space shuttles*) em 2011. Eles foram utilizados para lançar mais de 70 satélites, e também equipamentos e astronautas para construir a Estação Espacial Internacional (ISS – estrutura que está na órbita da Terra para experiências científicas). Além de eles serem projetos dispendiosos, pesaram na decisão de aposentá-los as explosões de dois dos cinco *shuttles*, o Challenger (1986) e o Columbia (2003), em que morreram 14 tripulantes. Atualmente, para ir ao espaço, os norte-americanos pegam carona em espaçonaves russas ou europeias. Agora, o governo norte-americano procura alternativas de menor custo para o envio de sondas nas viagens interplanetárias.

A Nasa busca manter outros projetos importantes, entre os quais a criação de uma nova geração de foguetes e sondas e o financiamento de empresas que estão desenvolvendo os “táxis espaciais”, que substituirão os *shuttles* no transporte de pessoas e cargas na órbita da Terra. O calendário prevê o envio para Marte da nave Maven, no fim de 2013, e três anos depois a nave InSight. A Nasa ainda precisa de recursos para concluir o projeto do telescópio espacial James Webb, o sucessor do Hubble, já obsoleto, destinado a ver astros muito além do sistema solar e entender melhor como foi o processo de formação do universo. Seu lançamento está previsto para 2018. ☒

● **PARA IR ALÉM** O filme 2001: uma Odisseia no Espaço, de Stanley Kubrick, foi lançado em 1968. É uma das mais importantes obras de ficção espacial. A existência de vida extraterrestre aparece na fita como algo possível na aventura humana. 2001 foi o primeiro longa a registrar com realismo as diferenças de movimento e de gravidade fora da Terra.

RESUMO

Exploração espacial

PESQUISA ESPACIAL É feita principalmente com a ajuda de telescópios, em terra e em órbita, e por expedições de naves não tripuladas. Os pesquisadores procuram planetas com água, o que indicaria a possibilidade de encontrar pelo menos traços de vida microbiana.

EXPEDIÇÕES A MARTE O quarto planeta em distância do Sol, e o vizinho mais próximo da Terra depois de Vênus, é o principal alvo das atuais expedições. Os cientistas acreditam que ele já foi muito parecido com o nosso planeta. Hoje é um deserto inóspito, com tempestades de poeira e grandes desfiladeiros e crateras. Diversas naves não tripuladas já foram enviadas a Marte. Em 2008, o jipe-robô Phoenix descobriu uma gigantesca camada de gelo, formada com água, no subsolo da região polar de Marte.

EXOPLANETAS São planetas fora do sistema solar. Os astrônomos procuram particularmente aqueles que orbitam sua estrela a uma distância que permita temperatura e condições de abrigar alguma forma de vida. O telescópio espacial Kepler já identificou 3 mil exoplanetas, dos quais quatro com essas características.

CURIOSITY No solo de Marte desde 6 de agosto de 2012, o veículo de seis rodas é o maior e o mais bem equipado já enviado ao planeta. Ele percorre uma cratera situada ao sul do equador marciano, na qual os cientistas acreditam que possa ter existido um lago. Seus instrumentos permitem a análise da composição química das rochas e de amostras do subsolo. Se nada der errado, poderá funcionar por 14 anos. O jipe-robô Opportunity, lançado em meados de 2003, continuava ativo no início de 2013.

PERSPECTIVAS A crise econômica nos Estados Unidos afeta o orçamento da Administração Nacional para Aeronáutica e Espaço (Nasa), mas seus planos preveem o envio de outras naves não tripuladas a Marte. O governo já cancelou o programa de ônibus espaciais (*space shuttles*), considerado muito dispendioso.

REDAÇÃO

A CAPACIDADE DE SE EXPRESSAR BEM POR ESCRITO É DECISIVA EM UM VESTIBULAR



Fatos atuais e o jogo da argumentação

Nas dissertações e nos artigos sobre temas da atualidade, estar bem informado é importante para formular e defender opiniões

Por Davi Fazzolari, professor de língua portuguesa dos colégios Assunção (SP) e Iavne (SP)

O texto opinativo faz parte do debate aberto das questões postas na sociedade, o que é uma característica dos nossos tempos, e uma dissertação argumentativa é, no fim das contas, um texto opinativo. Trata-se do registro formal de um ponto de vista sobre grandes temas, alimentado por fatos atuais. Em outras palavras, nós formamos e consolidamos nossas opiniões à medida que recebemos informação e a analisamos. Não há como negar que os veículos informativos nunca viveram um período tão rico em diversidade como nestes últimos 15 anos.

Menos de um século atrás, as notícias sobre a cidade, o país e o mundo eram exclusividade dos jornais impressos. Apenas na década de 1930 vieram as emissoras de rádio e, depois, nas décadas de 1950 e 1960, a televisão e seus telejornais. A partir da década de 1980, a disseminação dos computadores pessoais e a abertura da internet comercial, nos anos 1990, criaram portais informativos abrangentes, além de darem aos fatos uma amplitude de repercussão nunca vivenciada. Uma das consequências desse processo é a multiplicidade de fontes de informação.

As provas de redação do Enem e dos maiores vestibulares do país costumam apresentar grandes temas panorâmicos, suficientemente amplos para abrigar em seu debate leituras atualizadas acerca dos principais acontecimentos do Brasil e do mundo. Essas diversas possibilidades de abordagem são um dos pressupostos dos temas interdisciplinares. Nesta matéria, analisamos as propostas do Enem 2012 e da Fuvest 2013.

ENEM 2012

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema **O Movimento Imigratório para o Brasil no Século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Ao desembarcar no Brasil, os imigrantes trouxeram muito mais do que o anseio de refazer suas vidas trabalhando nas lavouras de café e no início da indústria paulista. Nos séculos XIX e XX, os representantes de mais de 70 nacionalidades e etnias chegaram com o sonho de “fazer a América” e acabaram por contribuir expressivamente para a história do país e para a cultura brasileira. Deles, o Brasil herdou sobrenomes, sotaques, costumes, comidas e vestimentas.

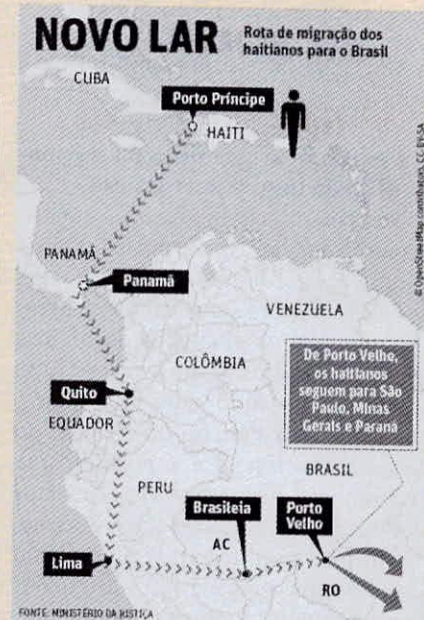
A história da migração humana não deve ser encarada como uma questão relacionada exclusivamente ao passado; há a necessidade de tratar sobre deslocamentos mais recentes.

Disponível em:
<http://www.museudaimigracao.org.br>
Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti

Nos últimos três dias de 2011, uma leva de 500 haitianos entrou ilegalmente no Brasil pelo Acre, elevando para 1.400 a quantidade de imigrantes daquele país no município de Brasileia (AC). Segundo o secretário-adjunto de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, os haitianos ocuparam a praça da cidade. A Defesa Civil do estado enviou galões de água potável e alimentos, mas ainda não providenciou abrigo.

A imigração ocorre porque o Haiti ainda não se recuperou dos estragos causados pelo terremoto de janeiro de 2010. O primeiro grande grupo de haitianos chegou a Brasileia no dia 14 de janeiro de 2011. Desde então, a entrada ilegal continua, mas eles não são expulsos: obtêm visto humanitário e conseguem tirar carteira



de trabalho e CPF para morar e trabalhar no Brasil. Segundo Corinto, ao contrário do que se imagina, não são haitianos miseráveis que buscam o Brasil para viver, mas pessoas da classe média do Haiti e profissionais qualificados, como engenheiros, professores, advogados, pedreiros, mestres de obras e carpinteiros. Porém, a maioria chega sem dinheiro. Os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes. Agora, chegou a nossa vez — afirma Corinto.

Disponível em: <http://www.dpf.gov.br>
Acesso em: 19 jul. 2012 (adaptado).

Trilha da Costura

Os imigrantes bolivianos, pelo último censo, são mais de 3 milhões, com população de aproximadamente 9,119 milhões de pessoas. A Bolívia em termos de IDH ocupa a posição de 114º de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ONU. O país está no centro da América do Sul e é o mais pobre, sendo 70% da população considerada miserável. Os principais países para onde os bolivianos imigrantes dirigem-se são: Argentina, Brasil, Espanha e Estados Unidos. Assim sendo, este é o quadro social em que se encontra a maioria da população da Bolívia, estes dados já demonstram que as motivações do fluxo de imigração não são políticas, mas econômicas. Como a maioria da população tem baixa qualificação, os trabalhos artesanais, culturais, de campo e de costura são os de mais fácil acesso.

OLIVEIRA, R.T.
Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> (adaptado).

Brasil, Haiti, Bolívia e o fluxo de migrantes

A prova de redação do Enem 2012 propôs ao estudante um olhar sobre o tema das imigrações, vinculando o Brasil do passado ao do presente. Esse olhar poderia repercutir as recentes transformações do país, no plano social e econômico. Para tanto, utilizou o movimento imigratório para o Brasil no século XXI como recorte temático. A antologia explorava as expectativas históricas de imigrantes europeus e asiáticos, no fim do século XIX e início do XX, e de haitianos e bolivianos atualmente. Veja alguns aspectos interessantes sobre Haiti, Bolívia e Brasil.

Haiti Era importante para o estudante, como bagagem prévia, conhecer sua localização geográfica (divide o território da ilha Dominica com a República Dominicana), no Caribe. É o país mais pobre de toda a América, está sob intervenção militar da Organização das Nações Unidas (ONU) e sofreu grande terremoto em 2010, que matou mais de 200 mil pessoas e provocou enorme destruição. O Brasil está presente no país com soldados que chefiaram a missão militar da ONU desde 2004.

Bolívia País que passou boa parte do século XX sob ditaduras, e apenas nos anos recentes está recuperando suas instituições democráticas e desenvolvendo sua economia. A Bolívia faz fronteira com o Brasil, é o maior fornecedor de gás natural para nosso mercado e partilha conosco uma rota de ligação terrestre para o oceano Pacífico. Está associado ao Mercosul e ambiciona tornar-se membro.

Crise mundial e Brasil O Brasil tem destaque no cenário mundial como economia emergente no grupo Brics,

promove uma geração recorde de emprego formal e há até mesmo falta de trabalhadores em setores essenciais, além de realizar o programa de distribuição direta de renda aos pobres. Esse desempenho ocorre simultaneamente à crise econômica internacional e está atraindo ao país imigrantes não apenas do Haiti e da Bolívia, mas também da Europa, além da volta de brasileiros que estavam no exterior em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Brasil e Haiti compartilham uma maioria de população negra, descendente de negros africanos escravizados. Brasil e Bolívia compartilham significativas populações indígenas. Os três países possuem populações pobres.

PARA LER NESTA EDIÇÃO: União Europeia (pág. 40), América Latina (pág. 46), a economia em marcha lenta (pág. 122), desigualdade racial (pág. 126) e índios (pág. 136).

Veja os critérios de avaliação das competências

Os critérios de avaliação da redação no Enem estão distribuídos em cinco competências, que, por sua vez, recebem notas em cinco níveis distintos. Em um universo de 1.000 pontos, cada competência vale 200 pontos, e, dentro dela, cada nível vale 40. Quando um candidato consegue desempenho regular em uma das competências, pode atingir 120 pontos. Os 200 pontos são conquistados quando o estudante cumpre integralmente as exigências da avaliação daquela competência.

Competência 1

Demonstrar domínio da norma-padrão da língua portuguesa.

Na primeira competência, a quantidade de desvios da norma-padrão da língua portuguesa determina o nível de classificação do estudante. Mesmo com alguns pequenos problemas detectados pelos avaliadores, o aluno ainda tem possibilidades de atingir o nível máximo. Para ser bem-sucedido nessa competência, é importante que o candidato conheça suas potencialidades e respeite suas fraquezas. Assim, vai utilizar com tranquilidade aquilo que domina, mas evitar construções sobre as quais tem insegurança.

Competência 2

Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das variadas áreas do conhecimento para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.

Nessa competência, a avaliação é um pouco mais complexa, e cada nível envolve mais de um aspecto. Os avaliadores observam principalmente o desenvolvimento do tema, mas o tipo de texto também é responsável pela pontuação. Assim, mesmo que um estudante mantenha sua redação dentro da temática geral apresentada pela proposta, o desrespeito ao “texto dissertativo-argumentativo” pode comprometer bastante sua pontuação. Garantido o tipo textual, a avaliação vai se ater ao desenvolvimento do tema e à consistência da argumentação. Aqui, o repertório do estudante, se bem utilizado, começa a fazer a diferença.

Competência 3

Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

O que se avalia na competência 3 não é apenas o conjunto de fatos, informações e opiniões apresentados pelo estudante para defender seu ponto de vista, mas a capacidade de produzir argumentação consistente a partir da seleção e da organização dessas informações. Só atingirá a pontuação máxima o autor que desenvolver, de fato, argumentos próprios, com suas

leituras, e ainda que esses argumentos estejam em concordância com as opiniões relacionadas por ele ou com os textos propostos pela prova. O que pode prejudicar a pontuação, nessa competência, é o uso puro e simples na redação da antologia e dos enunciados oferecidos pela proposta. Essa prática costuma ser entendida como cópia pelos avaliadores.

Competência 4

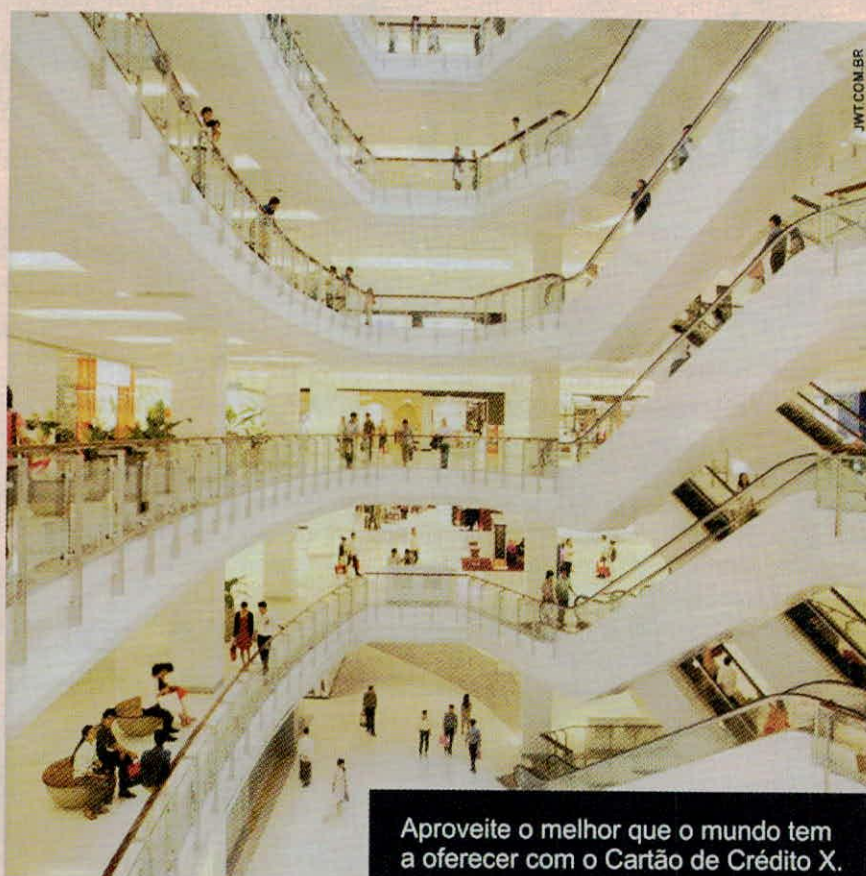
Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos que são necessários para a construção da argumentação.

A principal atenção dos avaliadores, na competência 4, está voltada para o que é chamado normalmente de coesão ou estrutura coesiva. Trata-se da articulação das partes do texto. Muitas vezes, um texto opinativo apresenta bons elementos argumentativos, mas sem a articulação adequada. A melhor preparação para o desenvolvimento dessa competência está no exercício do plano de texto, ou seja, fazer um rascunho de estruturação da redação. É na concepção das ideias gerais de cada etapa de sua dissertação que o autor tem condições mais nítidas para organizar, de modo progressivo, a melhor sequência de seus parágrafos.

Competência 5

Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Uma das marcas diferenciais da prova de redação do Enem é avaliada nesta última competência. Não basta ao candidato ter um posicionamento favorável ou contrário à questão apresentada, dentro de certa problematização do tema desenvolvido na dissertação. O autor de uma redação no Enem deve, de fato, elaborar uma proposta de intervenção que tenha por objetivo solucionar, ou ao menos atenuar, determinado problema. É bom ficar atento, pois o estudante, nessa competência, pode perder todos os 200 pontos, caso não apresente tal proposta. Por outro lado, sua redação será bem avaliada se ele elaborar uma proposta “inovadora” e coerente com o tema e com a argumentação oferecida durante o desenvolvimento do texto.



Aproveite o melhor que o mundo tem a oferecer com o Cartão de Crédito X.

JWTCOM.BR

FUVEST 2013 PROPOSTA DE REDAÇÃO

Esta é a reprodução (aqui, sem as marcas normais dos anunciantes, que foram substituídas por X) de um anúncio publicitário real, colhido em uma revista, publicada no ano de 2012.

Como toda mensagem, esse anúncio, formado pela relação entre imagem e texto, carrega pressupostos e implicações: se o observarmos bem, veremos que ele expressa uma determinada mentalidade, projeta uma dada visão de mundo, manifesta uma certa escolha de valores e assim por diante.

Redija uma dissertação em prosa, na qual você interprete e discuta a mensagem contida nesse anúncio, considerando os aspectos mencionados no parágrafo anterior e, se quiser, também outros aspectos que julgue relevantes. Procure argumentar de modo a deixar claro seu ponto de vista sobre o assunto.

INSTRUÇÕES:

- ❶ A redação deve obedecer à norma-padrão da língua portuguesa.
- ❷ Escreva, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas, com letra legível.
- ❸ Dê um título a sua redação.

Anúncio de cartão de crédito e o consumismo

Os candidatos a uma vaga nos cursos da Universidade de São Paulo e da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo que chegaram à segunda fase do exame preparado pela Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), no último mês de janeiro, tiveram a chance de dissertar a respeito do consumismo, norteador de valores e posturas sociais em nossos tempos.

Afastando-se ligeiramente do modelo de prova apresentado durante quase dez anos, em 2013 os elaboradores não ofereceram ao estudante a tradicional antologia no corpo da proposta de redação. Como podemos ver, a fotografia (texto não verbal) do ambiente interno de um shopping center ocupou dois terços da página, e o texto verbal a ela associado não era uma opinião independente que pudesse auxiliar o jovem autor da dissertação. Era, antes, um complemento da peça publicitária ali reproduzida. Deslocado do veículo original (“[...]uma revista, publicada no ano de 2012”) para uma prova de língua portuguesa, o anúncio publicitário ganhou a nova função de motivar um olhar crítico para o festinado aquecimento comercial vivido no Brasil nestes nossos tempos.

O estudante que estivesse atualizado teria melhores condições de desenvolver uma dissertação que questionasse os termos responsáveis pela inclusão ou exclusão social, quando o aquecimento comercial dita os novos discursos sociais. Para tanto, seria importante reconhecer dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais passamos por uma acelerada transição demográfica. Mesmo com um quadro geral de melhorias das condições de vida no Brasil, as desigualdades continuam gritantes em vários aspectos. O rendimento geral das famílias no Nordeste não chega à metade dos ganhos das famílias que vivem no Sudeste e no Sul do país. Mais de um terço dos domicílios brasileiros (37,4%) não está ligado a redes gerais de esgoto, e 32 milhões de pessoas não recebem água tratada por rede geral de abastecimento.

Naturalmente, para escrever sua redação sobre o consumismo, o candidato deveria utilizar seu repertório de leituras e sua vivência pessoal. Mas desenvolver a dissertação sobre o consumismo com base em dados reais apurados e fornecidos pelo IBGE poderia trazer significativa densidade à argumentação. ☒

PARA LER NESTA EDIÇÃO Destinchando sobre urbanização (pág. 24), a Economia em marcha lenta (pág. 122), desigualdade racial (pág. 126), violência (pág. 132) e doenças (pág. 150).

SIMULADO

QUESTÕES SELECIONADAS ENTRE OS MAIORES VESTIBULARES DO PAÍS COM RESPOSTAS COMENTADAS

1. ÁFRICA (Enem 2012)

A singularidade da questão da terra na África colonial é a expropriação por parte do colonizador e as desigualdades raciais no acesso à terra. Após a independência, as populações de colonos brancos tenderam a diminuir, apesar de a proporção de terra em posse da minoria branca não ter diminuído proporcionalmente.

MOYO, S. A terra africana e as questões agrárias: o caso das lutas pela terra no Zimbábue. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). *Geografia Agrária: Teoria e Poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Com base no texto, uma característica socioespacial e um consequente dobramento que marcou o processo de ocupação do espaço rural na África subsaariana foram:

- a) Exploração do campesinato pela elite proprietária – Domínio das instituições fundiárias pelo poder público.
- b) Adoção de práticas discriminatórias de acesso à terra – Controle do uso especulativo da propriedade fundiária.
- c) Desorganização da economia rural de subsistência – Crescimento do consumo interno de alimentos pelas famílias camponesas.
- d) Crescimento dos assentamentos rurais com mão de obra familiar – Avanço crescente das áreas rurais sobre as regiões urbanas.
- e) Concentração das áreas cultiváveis no setor agroexportador – Aumento da ocupação da população pobre em territórios agrícolas marginais.

2. AGRICULTURA (Enem 2012)

Na charge faz-se referência a uma modificação produtiva ocorrida na agricultura. Uma contradição presente no espaço rural brasileiro derivada dessa modificação produtiva está presente em:



Disponível em: <http://nutriteengv.blogspot.com.br>. Acesso em 28/12/2011.

- a) Expansão das terras agricultáveis, com manutenção de desigualdades sociais.
- b) Modernização técnica do território, com redução do nível de emprego formal.
- c) Valorização de atividades de subsistência, com redução da produtividade da terra.
- d) Desenvolvimento de núcleos policultores, com ampliação da concentração fundiária.
- e) Melhora da qualidade dos produtos, com retração na exportação de produtos primários.

3. CÓDIGO FLORESTAL (UFSM 2012 – adaptada)

Observe a figura:

A Propriedade Legal



TERRA, Lygia; ARAÚJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. *Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil*, 1 ed. São Paulo: Moderna, 2010, v.2, p.305, (adaptado).

Sob o ponto de vista da legislação ambiental brasileira, a figura ilustra que o respeito

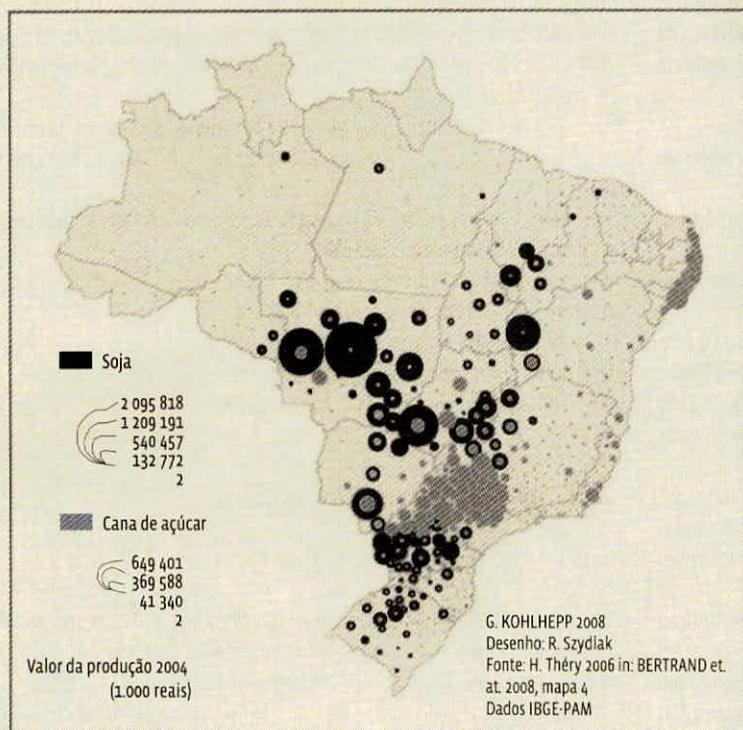
- I. a essa legislação ambiental e ao desenvolvimento sustentável de atividades agropecuárias decorre de um planejamento adequado.
- II. ao meio ambiente tanto torna a propriedade rural legal sob o ponto de vista da legislação, quanto a torna bonita e agradável para morar e viver.
- III. a essa legislação ambiental inviabiliza o desenvolvimento das atividades agropecuárias nas propriedades rurais.

Está (ão) correta (s)

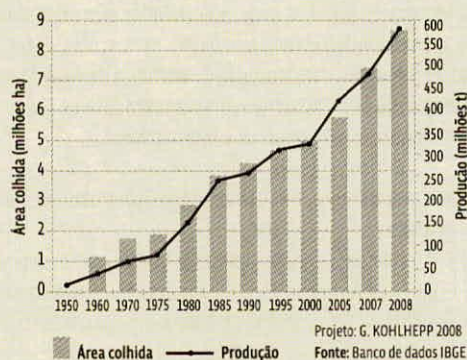
- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas III.
- e) I, II e III.

4. AGRICULTURA (UEL 2013)

Analise o mapa e os gráficos a seguir.



Valor da produção e áreas de plantação para a produção de biocombustíveis



Área colhida e produção de cana-de-açúcar no Brasil



Área colhida e produção de soja no Brasil

(KOHLHEPP, G. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. *Estudos Avançados*. v.24, n.68, São Paulo, 2010. p.6.)

- a) Descreva o mapa do Brasil com relação à distribuição espacial do valor da produção de soja e cana-de-açúcar para a produção de biocombustíveis.
- b) Com base nos gráficos e nos conhecimentos sobre os cultivos da produção agrícola no Brasil, analise o impacto da ampliação da produção de cana-de-açúcar e soja sobre as áreas destinadas à produção de alimentos, destacando a produção dos alimentos orgânicos.

5. URBANIZAÇÃO (FGV-SP 2013)

O lançamento do relatório Estado das Cidades da América Latina e Caribe, produzido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), em 21 de agosto de 2012, repercutiu intensamente na mídia impressa e digital. Sobre o tema desse relatório, é correto afirmar:

- a) Com cerca de 80% de sua população vivendo em cidades, a região formada pela América Latina e pelo Caribe figura entre as mais urbanizadas do mundo.
- b) A maior parte da população urbana da América Latina e do Caribe vive em aglomerações urbanas com mais de 10 milhões de habitantes, conhecidas como megacidades.
- c) Apesar do recente incremento da urbanização, estima-se que mais da metade do PIB da América Latina e Caribe seja produzido em áreas rurais, onde se concentram as atividades ligadas ao agronegócio.
- d) O número de cidades da América Latina e Caribe vem diminuindo nos últimos cinquenta anos, graças ao padrão concentrador que caracteriza a urbanização regional.
- e) Na América Latina e Caribe, as elevadas taxas de fecundidade vigentes entre a população rural alimentam um crescente êxodo migratório do campo para as cidades.

6. AMAZÔNIA (UFRGS 2013 - adaptada)

Com relação à Amazônia brasileira, considere as afirmações abaixo e defina quais estão corretas.

- I. Apesar de os cursos de água serem considerados vias de transporte, as estradas de rodagem são, atualmente, os principais corredores de escoamento de população e de produtos ao longo da floresta amazônica.
- II. A maioria dos desmatamentos ocorre no chamado arco de desflorestamento da Amazônia, faixa de terra que vai do noroeste do Pará, passando pelo norte de Mato Grosso e por Rondônia, até o Acre.
- III. O avanço das empresas agropecuárias e madeireiras sobre as áreas indígenas tem aumentado os conflitos sociais na Amazônia, principalmente nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Estão corretas

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

7. AMÉRICA LATINA (UFPE 2013 – adaptada)

O principal objetivo do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) é a consolidação da integração política, social e econômica entre os Estados que o integram, de maneira que sejam acentuados os vínculos entre as populações dos países-membros, com o intuito de melhoria da qualidade de vida, através da inserção das populações nos contextos produtivos, tendo em vista a melhoria de competitividade regional e internacional.

Sobre esse assunto, analise as proposições abaixo, indicando se falsas ou verdadeiras.

- Nos últimos anos, foram assinados acordos de livre-comércio com os demais Estados da América Latina, com vistas ao fortalecimento entre os países, a exemplo da República da Colômbia, em 2004, e Costa Rica e Suriname, em 2008, tornando-os Estados associados.
- No organismo econômico referido no texto, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FoCEM), cuja finalidade é a de atender à situação das menores economias e das regiões menos desenvolvidas. O FoCEM é integrado por contribuições financeiras não reembolsáveis efetuadas pelos Estados-Partes.
- Mudanças nas regras do jogo do Mercosul são fatos capazes de gerar instabilidade macroeconômica em alguns de seus países-membros, além de perdas alocativas ou inviabilização de empreendimentos importantes no território de todos os integrantes.
- Em 2012, a decisão do Mercosul de suspender o Paraguai, após a destituição do ex-presidente paraguaio Fernando Lugo, foi seguida da incorporação, como sócio pleno do bloco, da Venezuela, fato esse que vem gerando um conjunto de protestos do atual governo paraguaio contra o Mercosul. O Congresso do Paraguai sempre se mostrou a favor da incorporação da Venezuela ao bloco.
- Em 2011 foi assinado o acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da autoridade Nacional Palestina, com o intuito de promover o marco e mecanismos necessários para a negociação de uma Área de Livre-Comércio. Os objetivos desse acordo são a possibilidade de o Mercosul e o Estado da Palestina se beneficiarem de um aprofundamento maior das suas relações econômico-comerciais e de cooperação, bem como o reconhecimento do Estado Palestino por parte do bloco.

8. AMÉRICA LATINA (FGV-RJ 2013)

Em 22 de junho de 2012, o presidente Fernando Lugo foi acusado de fraco desempenho de suas funções e destituído pelo Senado paraguaio.

Sobre as repercussões desse fato na agenda externa do país, é **CORRETO** afirmar:

- A Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou enfaticamente a destituição e suspendeu o Paraguai de seus quadros por tempo indeterminado.
- A União das Nações Sul-Americanas (Unasul) optou pela suspensão temporária do Paraguai até abril de 2013, data das próximas eleições gerais.
- O Mercosul posicionou-se de forma neutra à destituição, considerando que não houve desrespeito à Constituição paraguaia.
- Após a deposição e a posse no novo presidente, Frederico Franco, o Senado paraguaio finalmente ratificou a entrada da Venezuela como membro pleno do Mercosul.
- O afastamento de Fernando Lugo, que se posicionava contra a presença de latifundiários brasileiros em seu país, encerrou um período de crise diplomática entre o Brasil e o Paraguai.

9. AMAZÔNIA (Enem 2012)

A moderna “conquista da Amazônia” inverteu o eixo geográfico da colonização da região. Desde a época colonial até meados do século XIX, as correntes principais de população movimentaram-se no sentido Leste-Oeste, estabelecendo uma ocupação linear articulada. Nas últimas décadas, os fluxos migratórios passaram a se verificar no sentido Sul-Norte, conectando o Centro-Sul à Amazônia.

OLIC, N. B. Ocupação da Amazônia, uma epopeia inacabada. *Jornal Mundo*, ano 16, n. 4, ago. 2008 (adaptado).

O primeiro eixo geográfico de ocupação das terras amazônicas demonstra um padrão relacionado à criação de

- núcleos urbanos em áreas litorâneas.
- centros agrícolas modernos no interior.
- vias férreas entre espaços de mineração.
- faixas de povoamento ao longo das estradas.
- povoados interligados próximos a grandes rios.

10. CÓDIGO FLORESTAL (UFMG 2013)

Texto 1

Parece que já é tempo de se atentar nestas preciosas matas, nestas amenas selvas que o cultivador do Brasil, com o machado em uma mão e com o tição na outra, ameaça-as de um total incêndio e desolação.*

* Tição: pedaço de lenha ou carvão aceso.

José Vieira Couto, naturalista “brasileiro”, 1799. Em *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais, seu Território, Clima e Produções Metálicas*. Belo Horizonte: FJP, 1994, p. 77. (Adaptado).

Texto 2



Disponível em: <<http://www.gibibrasil.com.br/codigo-florestal-charge/>>
Acesso em 28/5/2012.

A discussão acerca da votação pelo Congresso Nacional do Código Florestal brasileiro envolveu questões ambientais que, de certo modo, já estavam apresentadas desde o século XVIII.

- 1) Identifique uma permanência relativa à questão ambiental evidenciada nos textos.
- 2) No Congresso Nacional encontram-se as bancadas ruralista e ambientalista que debatem, antagonicamente, o Código Florestal. Tais bancadas desenvolvem discursos em que procuram sustentar seus pontos de vista e buscam a adesão da sociedade brasileira. **Apresente** um argumento e sua justificativa utilizados por cada uma dessas bancadas.

11. AMÉRICA LATINA (FGV-SP 2013 – adaptada)

A história da América Latina é a história dos contrastes e semelhanças, das convergências e divergências. A geografia do continente também é assim, e pode-se destacar que em boa parte os países latino-americanos se assemelham quanto

- a) à fase da transição demográfica em que vivem, pois, de modo geral, encontram-se no momento inicial que se caracteriza pela redução da mortalidade infantil.
- b) à urbanização, que se caracterizou como um processo rápido e desordenado, em geral, relacionado à transferência da população do campo para as cidades.
- c) à forte participação no comércio internacional, sobretudo aqueles países que ultrapassaram a fase de exportação de bens de baixo valor agregado.
- d) ao atual estágio de desenvolvimento socioeconômico, que, desde o início do século XXI, tem se caracterizado pela estagnação.
- e) ao expressivo crescimento dos Estados como gerenciadores da economia, após um período, entre os anos de 1980 e 1990, de expansão do neoliberalismo.

12. CÓDIGO FLORESTAL (UFPR 2013)

Os processos de erosão hídrica pluvial representam um grande problema ambiental para a sociedade brasileira. Embora a erosão do solo esteja condicionada às características naturais do meio físico, é por meio da ação humana que tende a se intensificar.

Com base nessa afirmativa, descreva o processo de erosão hídrica nas encostas, destacando os fatores naturais de interferência, as ações do homem que a intensificam e seus efeitos negativos para a sociedade.

13. CÓDIGO FLORESTAL (UFPR 2013 – adaptada)

Nos últimos meses, foi observado um intenso debate sobre a aprovação de alguns aspectos no novo Código Florestal brasileiro. Um conflito de posições bastante polêmico, notado principalmente entre produtores rurais e aqueles setores da sociedade voltados para a conservação ambiental, foi a respeito das denominadas Áreas de Preservação Permanente – APPs. Caracterize o que são e qual sua função, explicando as razões desse conflito.

14. MEIO AMBIENTE (FGV 2013)

A partir da segunda metade do século passado, a mobilização em torno do ambiente foi divulgada e se consolidou por meio de estudos e das cúpulas, ou das conferências internacionais. Sobre essas conferências, pode-se afirmar:

- I. A primeira grande conferência internacional convocada especificamente para a discussão da problemática ambiental ocorreu em Estocolmo, em 1972.
- II. Na Rio-92, foram divulgadas as convenções sobre Mudanças Climáticas e sobre Diversidade Biológica, que figuram na agenda ambiental internacional.
- III. a Rio+20, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 2012, todos os países participantes ratificaram o novo Protocolo de Kyoto, aderindo à nova ordem ambiental internacional.

Está correto o que se afirma em

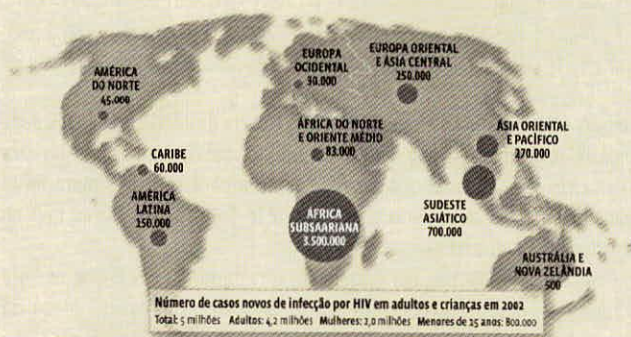
- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

15. MEIO AMBIENTE (UEM 2013 – adaptada)

Um dos assuntos tratados na Conferência Rio +20 foi o tema “Água”. Diante dessa afirmativa, avalie as alternativas a seguir verificando quais são correta(s).

- a) As atividades agrícolas, nos países não industrializados, consomem a maior parte da demanda de água doce do país.
- b) Um dos significativos indicadores de qualidade de vida das populações é a quantidade de água consumida nas residências.
- c) A água doce disponível no mundo não é suficiente para suprir as necessidades atuais e futuras.
- d) A água é um recurso finito e, quando disponível, se renova constantemente por meio do ciclo natural que envolve a atmosfera, a hidrosfera e a crosta terrestre.
- e) Os recursos naturais, do ponto de vista de sua origem, são classificados em abióticos e bióticos. A água é considerada um recurso natural biótico.

16. DOENÇAS (UFSM 2012)



TERRA, Lygia; ARAÚJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. *Conexões: Estudos de Geografia Geral e do Brasil*. 1.ed. São Paulo: Moderna, V.1, 2010. p.61. (adaptado)

A representação cartográfica, juntamente com as informações apresentadas,

- a) mostra uma linguagem de correlação e síntese, uma vez que permite identificar facilmente onde está o maior número de infectados pelo vírus HIV.
- b) tem como objetivo central a precisão na localização do objeto geográfico; no caso, o número de novas infecções por HIV entre adultos e crianças.
- c) constitui-se num mapa topográfico que utiliza estatísticas colocadas no meio das unidades territoriais.
- d) apresenta uma configuração preliminar em que o fenômeno é apresentado na forma de croqui.
- e) revela a intenção de, ao representar o fenômeno geográfico, deformar intencionalmente as superfícies reais para a visualização do número de novas infecções por HIV em adultos e crianças.

17. HITLER (UFTM 2013 – adaptada)

Nós nos encontramos todos aqui e o milagre desse encontro enche nossa alma. Cada um de vocês pode me ver e eu não posso ver a cada um de vocês, mas eu os sinto e vocês me sentem. É a fé em nosso povo que, de pequenos, nos tornou grandes, de pobres, nos fez ricos, de homens angustiados, desencorajados e hesitantes que éramos, fez de nós homens corajosos e valentes, aos homens errantes que éramos, nos deu a visão e nos reuniu a todos.

(Adolf Hitler, discurso de 1936. Apud Alcir Lenharo. *Nazismo: "o Triunfo da Vontade"*, 1986.)

Podemos dizer que Hitler se apresenta no fragmento de discurso como

- a) o guia da comunhão nacional que permitira a superação de um período crítico na economia e na política.
- b) o herdeiro da tradição política imperial alemã, que levou o país ao sucesso na Primeira Guerra Mundial.
- c) o representante dos alemães no processo de formação e consolidação do Estado nacional.
- d) um líder que se sacrifica em nome dos interesses nacionais, mas reconhece a importância da ajuda divina.
- e) um alemão igual aos outros, que prega a união para a reconstrução nacional em meio a uma profunda crise econômica.

18. DESIGUALDADE RACIAL (Unicamp 2013 – adaptada)

“O Plenário da Câmara aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/01, do Senado, que permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo, e os destina à reforma agrária e a programas de habitação popular. A proposta é oriunda do Senado e, como foi modificada na Câmara, volta para exame dos senadores”.

(Aprovada PEC do trabalho escravo. Notícia do site da Comissão Pastoral da Terra, em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/49-trabalho-escravo/1099-aprovada-pec-do-trabalho-escravo>. Acessado em 04/08/2012.)

Embora o Brasil esteja plenamente inserido na era da denominada sociedade digital e do consumo, e a população tenha conquistado algumas garantias para o exercício de sua cidadania, o país ainda enfrenta relações de exploração de trabalho análogas às do período da escravidão. Sobre o trabalho escravo no Brasil, pode-se afirmar que:

- a) É uma prática mantida por fazendeiros do interior do Brasil que, embora registrem em carteira seus funcionários, não realizam de maneira adequada o pagamento de um salário mínimo, conforme obriga a lei em vigor.
- b) As relações de exploração de trabalho análogas à escravidão são identificadas pelos fiscais do Ministério do Trabalho apenas em regiões distantes dos grandes centros urbanos, onde a presença do Estado é precária.
- c) É uma prática mais comum nas fazendas de produção de carvão e de criação de gado do interior do Brasil, sendo quase inexistente nas fazendas modernas de produção de grãos e de cana-de-açúcar.
- d) Relações de exploração de trabalho análogas à escravidão ainda são encontradas em diferentes partes do país, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas.

19. HITLER (Uerj 2013)

O direito ao solo e à terra pode se tornar um dever quando um grande povo, por falta de extensão, parece destinado à ruína. Ou a Alemanha será uma potência mundial ou então não será. Mas, para se tornar uma potência mundial, ela precisa dessa grandeza territorial que lhe dará na atualidade a importância necessária e que dará a seus cidadãos os meios para existir. O próprio destino parece querer nos apontar o caminho.

Adolf Hitler, Minha Luta, 1925. Adaptado de FERREIRA, Marieta de M. e outros. História em Curso: da Antiguidade à Globalização. São Paulo: Editora do Brasil; RJ: FGV, 2008.

As ideias contidas no projeto político do nazismo buscavam solucionar os problemas enfrentados pela Alemanha após o fim da Primeira Guerra Mundial. Uma dessas ideias, abordada no texto, está associada ao conceito de:

- a) xenofobia.
- b) espaço vital.
- c) purificação racial.
- d) revanchismo militar.

20. ÍNDIOS (Unicamp 2013 – adaptada)

Em novembro de 2011, o cacique Nísio Gomes de Tekoha Guaiviry foi morto nas proximidades da rodovia MS-386, entre os municípios de Ponta Porã e Amambai, no Estado do Mato Grosso do Sul (MS). O assassinato de indígenas nessa região é um fato frequente. Os povos indígenas Guarani Kaiowá vivem em situações precárias e em constantes conflitos com os fazendeiros da região.

(Adaptado de “Documento Final Aty Guasu Kaiowá e Guarani: Aldeia Rancho Jacaré-Laguna”. CIMI-Regional Mato Grosso do Sul. <http://www.cimi.org.br/site/ptbr/index.php?system=news&action=read&id=6406>. Acessado em 4/10/2012.)

- a) Apresente os principais motivos de conflitos entre indígenas e fazendeiros como os da região mencionada no texto.
- b) Cite duas ações coordenadas pela Funai direcionadas para a proteção das populações indígenas brasileiras.

21. ÍNDIOS (Fuvest 2013)

A população indígena brasileira aumentou 150% na década de 1990, passando de 294 mil pessoas para 734 mil, de acordo com uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O crescimento médio anual foi de 10,8%, quase seis vezes maior do que o da população brasileira em geral.

<http://webradiobrasilindigena.wordpress.com, 21/11/2007>.

A notícia acima apresenta

- a) dado pouco relevante, já que a maioria das populações indígenas do Brasil se encontra em fase de extinção, não subsistindo, inclusive, mais nenhuma população originária dos tempos da colonização portuguesa da América.
- b) discrepância em relação a uma forte tendência histórica observada no Brasil, desde o século XVI, mas que não é uniforme e absoluta, já que nas últimas décadas não apenas tais populações indígenas têm crescido, mas também o próprio número de indivíduos que se autodenominam indígenas.
- c) um consenso em torno do reconhecimento da importância dos indígenas para o conjunto da população brasileira, que se revela na valorização histórica e cultural que tais elementos sempre mereceram das instituições nacionais.
- d) resultado de políticas públicas que provocaram o fim dos conflitos entre os habitantes de reservas indígenas e demais agentes sociais ao seu redor, como proprietários rurais e pequenos trabalhadores.
- e) natural continuidade da tendência observada desde a criação das primeiras políticas governamentais de proteção às populações indígenas, no começo do século XIX, que permitiram a reversão do anterior quadro de extermínio observado até aquele momento.

22. URBANIZAÇÃO (Unicamp 2013)

O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.257, em vigor desde 10 de outubro de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Esta Lei estabelece as diretrizes gerais da política urbana brasileira, fornecendo instrumentos urbanísticos para o desenvolvimento das funções sociais, do uso e da gestão da cidade.

(Adaptado de “Estatuto da Cidade: Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos”. Brasília: Instituto Pólis/Laboratório de Desenvolvimento Local, 2001.)

- a) Aponte dois aspectos da urbanização brasileira, manifestados especialmente a partir da segunda metade do século XX, que produziram a necessidade de uma lei para orientar a política urbana do país.
- b) O Plano Diretor, instrumento de planejamento urbano que consta da Constituição de 1988, foi reforçado no Estatuto da Cidade e é obrigatório para algumas categorias de municípios brasileiros. Destaque duas diretrizes de planejamento urbano que o Plano Diretor Municipal pode adotar para que seja garantido o direito de todos à cidade.

23. LAMPIÃO (UFPR 2013)

Diria o historiador cearense Gustavo Barroso sobre os cangaceiros: foram heróis e bandidos. Barroso prefere unir os dois adjetivos com a conjunção 'e' do que usar 'ou' para excluir uma das opções"

(MILLAN, Polianna. Heróis ou bandidos?. *Gazeta do Povo*. 12/7/2008.

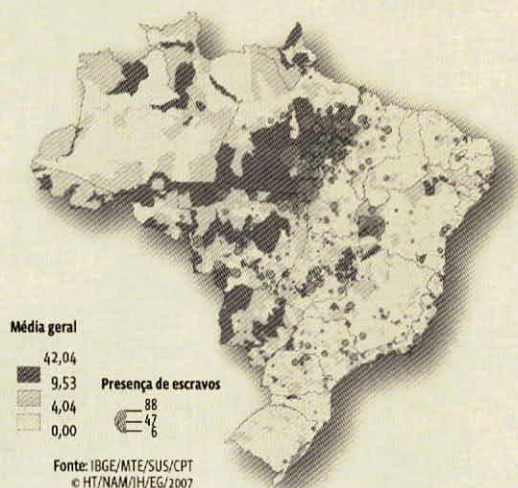
<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.php?id=786236>)

Comente a ideia defendida pelo historiador, explicando o contexto histórico da atuação dos bandos de cangaceiros do fim do século XIX até 1940 e explorando as diferentes interpretações.

24. AMAZÔNIA (FGV-SP 2013)

Análise o mapa a seguir.

Brasil: Probabilidade de trabalho escravo



(<http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/05/Atlas-do-Trabalho-Escravo.pdf>)

Pesquisas realizadas para a elaboração de um Atlas do trabalho escravo no Brasil traçaram um perfil típico do escravo brasileiro do século XXI: ele é um migrante maranhense, do norte do Tocantins ou do oeste do Piauí, de sexo masculino e analfabeto funcional. Analisando o mapa, observa-se a maior concentração de escravos em áreas onde ocorrem predominantemente atividades como:

- extrativismo vegetal da seringueira, pecuária semiextensiva e cultivos de grãos destinados à exportação.
- desmatamento, queima de madeira para a fabricação do carvão vegetal e formação de pastagens.
- garimpos de ouro e de cassiterita, pecuária extensiva e construção civil nas áreas de novos municípios.
- obras de infraestrutura, como rodovias, extrativismo mineral e cultivos de grãos.
- construção de barragens, exploração ilegal de madeira e extrativismo da carnaúba.

25. ÁFRICA (Fuvest 2013)

Fosse com militares ou civis, a África esteve por vários anos entregue a ditadores. Em alguns países, vigorava uma espécie de semidemocracia, com uma oposição consentida e controlada, um regime que era, em última análise, um governo autoritário. A única saída para os insatisfeitos e também para aqueles que tinham ambições de poder

passou a ser a luta armada. Alguns países foram castigados por ferozes guerras civis, que, em certos casos, foram alongadas por interesses extracontinentais.

COSTA E SILVA, Alberto da, *A África Explicada aos Meus Filhos*, Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 139.

Entre os exemplos do alongamento dos conflitos internos nos países africanos em função de "interesses extracontinentais", a que se refere o texto, pode-se citar a participação

- da Holanda e da Itália na guerra civil do Zaire, na década de 1960, motivada pelo controle sobre a mineração de cobre na região.
- dos Estados Unidos na implantação do *apartheid* na África do Sul, na década de 1970, devido às tensões decorrentes do movimento pelos direitos civis.
- da França no apoio à luta de independência na Argélia e no Marrocos, na década de 1950, motivada pelo interesse em controlar as reservas de gás natural desses países.
- da China na luta pela estabilização política no Sudão e na Etiópia, na década de 1960, motivada pelas necessidades do governo Mao Tsé-tung em obter fornecedores de petróleo.
- da União Soviética e Cuba nas guerras civis de Angola e Moçambique, na década de 1970, motivada pelas rivalidades e interesses geopolíticos característicos da Guerra Fria.

26. ORIENTE MÉDIO (FGV-RJ 2013 - adaptada)

No dia 15 de agosto de 2012, a Organização de Cooperação Islâmica (OCI) suspendeu a participação da República Árabe da Síria de seus quadros, em resposta à violência com a qual o ditador Bashar Assad reage à revolta que ocorria no país havia 17 meses. Um país membro da organização rejeitou publicamente a decisão. Qual foi ele?

- Arábia Saudita.
- Jordânia.
- Turquia.
- Irã.
- Egito.

27. ORIENTE MÉDIO (FGV-SP 2013)

O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) informou hoje (4 de setembro) que o número de pessoas em fuga da Síria para países vizinhos subiu para mais de 100 mil em agosto. O número é considerado o maior total mensal até agora, elevando o conjunto de refugiados sírios registrados ou em espera para registro desde setembro de 2011 para mais de 235 mil.

<http://www.onu.org.br/agosto-teve-maior-numero-de-fugas-da-siria-com-mais-de-100-mil-refugiados-diz-acnur/>

Sobre os movimentos populacionais provocados pelo conflito sírio, é correto afirmar:

- Desde agosto de 2012, quando se agravou a violência na Síria, o direito de asilo está garantido para todos os sírios que ingressarem na União Europeia.
- Devido à crise humanitária, o governo sírio está facilitando a emissão de vistos para quem optar por deixar legalmente o país.
- O número de refugiados é significativamente maior do que o número de deslocados internos pelo conflito, já que esses últimos não são atendidos pelo Acnur.
- A maior parte dos refugiados sírios está abrigada provisoriamente em campos situados em território israelense.
- Entre os refugiados que se dirigem ao Iraque, encontram-se principalmente sírios de origem curda e iraquianos que haviam fugido para a Síria e agora retornam à sua terra natal.

28. ORIENTE MÉDIO (Mackenzie 2013)

Observe os mapas:



Região da Caxemira

<http://soinews2010.blogspot.com.br/2010/10/cdsi-discute-questao-de-armas-menores.html>



Colinas de Golã

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2012/03/504928.shtml>

Os mapas delimitam espaços geográficos em litígio na atualidade. Sob o ponto de vista geopolítico, podem-se destacar aspectos conflituosos semelhantes, entre os quais:

- disputas por recursos minerais, especialmente imensas jazidas carboníferas, como também questões étnico-sociais.
- questões territoriais e disputas pelos recursos hídricos, já que as duas áreas possuem nascentes de importantes rios.
- disputas por áreas localizadas principalmente em pontos geográficos estratégicos favoráveis a determinados países, como também a saída para mares e oceanos.
- a divisão de suas fronteiras com importantes países emergentes, como também questões socioeconômicas milenares.
- disputas territoriais milenares devido à fertilidade dos solos, como também as formações geológicas estáveis que datam do Pré-cambriano.

29. ORIENTE MÉDIO (UEL 2013)

Recentemente, o mundo assistiu a uma série de revoltas populares nos países árabes. A imprensa internacional destacou o papel das redes sociais

nessas mobilizações contra os ditadores e a repressão dos governos sobre a população civil.

Sobre esses conflitos, assinale a alternativa correta.

- A Jordânia viu seu rei ser deposto devido ao apoio dos países ocidentais e de Israel aos movimentos revoltosos.
- Na Tunísia, o processo revoltoso de setores populares foi sufocado por empréstimos vultosos da União Europeia.
- No Marrocos, a permanência da violência deve-se aos conflitos entre cristãos, muçulmanos e membros de religiões tribais.
- O Egito manteve Hosni Mubarak no poder devido à intervenção da Liga Árabe, com o apoio norte-americano.
- O governo da Síria, apesar dos protestos internacionais, atacou os revoltosos com a anuência do Irã, da Rússia e da China.

30. PETRÓLEO (PUC-RJ 2013)

VAZAMENTO...



Disponível em: <http://domacedo.blogspot.com.br/2011/11/chevron-o-desastre.html>. Acesso em 1/8/2012.

Além da poluição dos mares, por exemplo, a exploração do petróleo proporciona *royalties*, que são:

- impostos pagos pelos governos de todos os níveis aos cidadãos, como forma de compensar a destruição ambiental dos oceanos e mares.
- taxas pagas pelas empresas exploradoras dos recursos dos mares aos municípios, como forma de redução da poluição ambiental.
- compensações financeiras pagas aos governos pelas empresas exploradoras de recursos diversos em territórios variados.
- recursos tecnológicos repassados pelas empresas aos governos para que eles despoluam a natureza dos espaços explorados.
- tarifas compensatórias pagas pelo governo federal às empresas que exploram petróleo na plataforma continental.

31. RÚSSIA (Unesp 2013)

O colapso e o fim da União Soviética, no princípio da década de 1990, derivaram, entre outros fatores,

- da ascensão comercial e militar da China e da Coreia do Sul, o que provocou acelerada redução nas exportações soviéticas de armamentos para os países do leste europeu.
- da implantação do socialismo nos países do leste europeu e da perda de influência política e comercial sobre a África, o Oriente Médio e o sul asiático.

- c) dos altos gastos militares e das disputas internas do partido hegemônico, e facilitaram a eclosão de movimentos separatistas nas repúblicas controladas pela Rússia.
- d) da derrubada do Muro de Berlim, que representava a principal proteção, por terra, do mundo socialista, o que facilitou o avanço das tropas ocidentais.
- e) da ascensão política dos partidos de extrema direita na Rússia e do surgimento de um sindicalismo independente nas repúblicas da Ásia.

32. RÚSSIA (UFPE 2013 – adaptada)

Último representante do regime absolutista na Europa, a Rússia vivenciou, no início do século XX, um processo revolucionário que destituiu o czarismo e instalou o governo socialista. Sobre a Revolução Russa de 1917, analise as seguintes proposições e indique V quando verdadeiras e F quando falsas.

1. () Em princípios do ano de 1917, a Rússia dos czares vivenciava uma grave crise socioeconômica, com flagrante empobrecimento da população, deserção de soldados e greves.
2. () A desastrosa participação da Rússia na I Guerra Mundial agravou a crise política, que levou à abdicação compulsória do czar e à instalação de um governo provisório liderado pela “Duma”.
3. () Com a subida de Lenin ao poder, formou-se a denominada República Soviética Russa, em cujo governo foram estatizados bancos, fábricas, estradas de ferro, entre outros.
4. () A vitoriosa campanha russa na I Guerra Mundial garantiu a esse país a recuperação econômica, por retomar as minas da Alsácia-Lorena, e a estabilidade política, com a instalação do regime de governo socialista.
5. () Com a implantação do governo stalinista, a Rússia aproximou-se das demais nações europeias, fortalecendo os laços comerciais e estabelecendo alianças políticas.

33. PAÍSES COMUNISTAS (UFRGS 2013 – adaptada)

Assinale com V (verdadeira) ou F (falsa) as afirmações abaixo, referentes à República Popular da China.

1. () No final da década de 1950, o Partido Comunista Chinês contestou a hegemonia soviética sobre o bloco comunista, mas nunca rompeu diretamente com Moscou.
2. () A Grande Revolução Cultural perseguiu diversos intelectuais e tinha como objetivo depurar o Partido Comunista Chinês das propostas revisionistas.
3. () O líder Deng Xiaoping promoveu mudanças a partir de um plano de reformas que reestruturou a economia chinesa.
4. () A China, após as reformas econômicas, entrou em fase de crescimento acelerado, tornando-se a segunda potência econômica mundial.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V, V, F, F.
- b) F, V, V, V.
- c) F, F, V, V.
- d) V, V, F, V.
- e) V, F, V, F.

34. PETRÓLEO (Unicamp 2013)

O Congresso Nacional brasileiro aprovou o Projeto de Lei nº 2565/2011, que altera a distribuição dos royalties da exploração e produção de petróleo, gás

natural e outros hidrocarbonetos fluidos entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios. Este novo marco regulatório, que trata do regime de partilha das riquezas geradas pela exploração dos recursos naturais no país, vem gerando polêmica. O que se debate é se tais riquezas devem permanecer apenas nos Estados e municípios em que se localizam os combustíveis fósseis ou se elas serão distribuídas também para as outras unidades da Federação que não são detentoras desses recursos.

- a) Cite os dois Estados brasileiros mais prejudicados pela aprovação do novo marco regulatório.
- b) Apresente os principais argumentos favoráveis à manutenção da legislação atual e os que defendem a distribuição das riquezas produzidas pela exploração dos recursos para todas as unidades da Federação.

35. PAÍSES COMUNISTAS (Unicamp 2013)

Na foto abaixo reproduzida, o presidente Jânio Quadros condecora o líder da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara.



(Fonte: <http://bloghistoriacritica.blogspot.com.br>. Acessado em 3/1/2013.)

- a) Como essa condecoração pode ser explicada no contexto das propostas do governo Jânio Quadros para as relações externas do Brasil?
- b) Quais grupos, no Brasil, criticaram esse acontecimento?

36. PETRÓLEO (UFRGS 2013)

Considere as afirmações abaixo a respeito da extração e da produção de derivados de petróleo no Brasil.

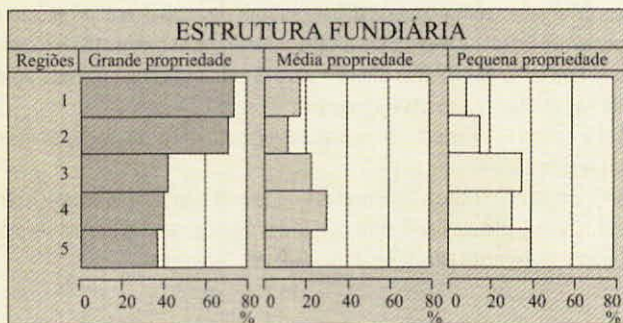
- I. As refinarias de petróleo, no Brasil, estão localizadas próximas às regiões de maior concentração industrial, a fim de atender às necessidades de matéria-prima nesse setor.
- II. A atividade petrolífera, no Brasil, é monopólio da Petrobras, empresa que controla refinarias e distribuição de combustíveis e derivados.
- III. O Brasil atingiu, em 2009, a autossuficiência, e, assim, o país deixou de importar petróleo, já que todas as refinarias estão adaptadas para o refino da produção.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

37. QUESTÃO AGRÁRIA (FGV-SP 2013 - adaptada)

Análise o gráfico para responder à questão.



FERREIRA, Graça M.L. *Atlas Geográfico: Espaço Mundial*. São Paulo: Moderna, 2010. p.143)

A leitura do gráfico permite afirmar que:

- As áreas 1 e 2 correspondem, respectivamente, ao Centro-Oeste e ao Norte, regiões de ocupação agropecuária mais recente.
- As áreas 1 e 2 apresentam a distribuição das propriedades de terra nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, ambas com forte concentração fundiária.
- A área 1 identifica a estrutura fundiária do Sul, tradicionalmente a região com maior avanço tecnológico no setor agropecuário.
- A área 1 destaca o predomínio das grandes propriedades no Nordeste, historicamente a região com maiores desigualdades sociais.
- A área 1 apresenta a distribuição das propriedades no Norte, região com fraca participação da agricultura familiar em pequenas propriedades.

38. QUESTÃO AGRÁRIA (UFPA 2013 - adaptada)

Considere a tabela abaixo

CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO TIPO DE AGRICULTURA-BRASIL 2006

Características	Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Valor	Em %	Valor	Em %
Número de estabelecimentos	4.367.902	84,0	807.587	16,0
Área (milhões ha)	80,3	24,0	249,7	76,0
Mão de obra (milhões de pessoas)	12,3	74,0	4,2	26,0
Valor da produção (R\$ bilhões)	54,4	38,0	89,5	62,0
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34,0	80,5	66,0

Fonte: Estatísticas do Meio Rural 2010 - 2011. MDA/Dieese. 2011. pp.181.

Em relação aos aspectos do espaço rural brasileiro do século XXI, é correto afirmar:

- Na estrutura fundiária do espaço rural brasileiro predominam estabelecimentos de agricultura não familiar. Herança do período colonial, esses estabelecimentos ocupam as maiores extensões do campo, têm o maior valor de produção e receita, mas empregam menos mão de obra do que a agricultura familiar.
- No meio rural brasileiro prevalecem os estabelecimentos que desenvolvem agricultura familiar. Eles abrangem as maiores extensões do campo, empregam mais mão de obra do que a agricultura não familiar, ainda que seu valor de produção e renda ainda seja menor que o desta.

c) A tabela representa a concentração de área nos estabelecimentos que desenvolvem agricultura familiar, ainda que o maior valor da produção e da receita seja obtido pela agricultura não familiar. Tal configuração formou-se a partir elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

d) O número de estabelecimentos ocupados pela agricultura familiar, associado à área e à quantidade de mão de obra empregada por estes, denuncia a estrutura agrária desigual, herança histórica que confere à agricultura não familiar as maiores áreas, apesar de empregar menos mão de obra.

e) O maior número de estabelecimentos ocupados com agricultura familiar é um fato recente e indica a desconcentração fundiária desencadeada a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

39. UNIÃO EUROPEIA (FGV-SP 2013 - adaptada)

De acordo com a Eurostat, agência oficial de estatísticas da União Europeia (UE), em julho de 2012, a média de desemprego entre os países da zona do euro foi de 11,3% da população ativa, atingindo um total de 18 milhões de pessoas. Sobre o desemprego nos países que compõem a zona do euro, é correto afirmar:

- As taxas de desemprego tendem a ser maiores nos países que apresentam custos de produção mais elevados, tais como a Áustria e a Holanda.
- As taxas de desemprego tendem a ser menores entre os jovens de 15 a 24 anos, já que eles recém-ingressaram no mercado de trabalho.
- Na Espanha e na Grécia, países fortemente atingidos pela crise econômica, mais de 1/5 da população ativa está sem emprego.
- A elevação do desemprego na região resulta da adoção de tecnologias pouco intensivas em mão de obra, pois contrasta com os sucessivos aumentos da produção industrial registrados na região desde o início de 2012.
- Ainda que continuem elevadas, as taxas de desemprego registradas em julho de 2012 são menores do que as registradas no mesmo período de 2011, quando os países da região estavam em plena crise econômica.

40. VIOLÊNCIA (Enem 2012)**Texto I**

O que vemos no país é uma espécie de espriamento e a manifestação da agressividade através da violência. Isso se desdobra de maneira evidente na criminalidade, que está presente em todos os redutos – seja nas áreas abandonadas pelo poder público, seja na política ou no futebol. O brasileiro não é mais violento do que outros povos, mas a fragilidade do exercício e o reconhecimento da cidadania e a ausência do Estado em vários territórios do país se impõem como um caldo de cultura no qual a agressividade e a violência fincam suas raízes.

Entrevista com Joel Birman. "A corrupção é um crime sem rosto." *IstoÉ*. Edição 2099, 3/2/2010.

Texto II

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas antepõem limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas, em medo de um ou outro tipo.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

- a) incompatibilidade entre os modos democráticos de convívio social e a presença de aparatos de controle policial.
- b) manutenção de práticas repressivas herdadas dos períodos ditatoriais sob a forma de leis e atos administrativos.
- c) inabilidade das forças militares em conter a violência decorrente das ondas migratórias nas grandes cidades brasileiras.
- d) dificuldade histórica da sociedade brasileira em institucionalizar formas de controle social compatíveis com valores democráticos.
- e) incapacidade das instituições político-legislativas em formular mecanismos de controle social específicos à realidade social brasileira.

A cartoon illustration depicting a scene on Mount Olympus. Three men in suits are running up a mountain labeled 'MONTE OLIMPO'. They are carrying briefcases and holding signs that say 'RACISMO', 'HOMOFOBIA', and 'FAMÍLIA'. A large, muscular man labeled 'ZEUS' is running alongside them, holding a lightning bolt. The scene is set against a background of clouds and a small cloud in the distance.



- a) Apesar da grave crise econômica que atingiu alguns países da zona do euro, entre os quais a Grécia, outras nações ainda pleiteiam sua entrada nesse bloco.
- b) A ajuda financeira dirigida aos países da zona do euro, em especial à Grécia, visou evitar o espalhamento, pelo mundo, dos efeitos da bolha imobiliária grega.
- c) Por causa de exigências dos credores responsáveis pela ajuda financeira à Zona do Euro, a Grécia foi temporariamente suspensa desse bloco.
- d) Com a crise econômica na zona do euro, houve uma sensível diminuição dos fluxos turísticos internacionais para a Europa, causando desemprego em massa, sobretudo na Grécia.
- e) Graças à rápida intervenção dos países membros, a grave crise econômica que atingiu a zona do euro restringiu-se a Grécia, França e Reino Unido.

7. a) Falsa. Foram assinados acordos de livre-comércio com Bolívia (1996), Chile (1996), Peru (2003), Colômbia (2004) e Venezuela (2004), que se tornaram países associados do Mercosul. Costa Rica e Suriname não participam do Mercosul.

b) Verdadeira. O FoCEM vigora desde 2007 e foi criado para financiar obras de infraestrutura e programas sociais nos países do Mercosul. Ele vigora desde 2007, tanto com recursos do próprio fundo quanto com contrapartidas nacionais.

c) Verdadeira. Interesses contraditórios entre os países-membros levaram à rediscussão de regras comerciais diversas vezes, provocando insegurança e bloqueando projetos econômicos.

d) Falsa. O Paraguai era o único país-membro do Mercosul cujo Congresso ainda se mantinha contrário à aceitação da Venezuela no bloco econômico. O presidente deposto, Fernando Lugo, apoiava a inclusão da Venezuela no Mercosul.

e) Verdadeira. Em 2011 foi assinado o Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina. Antes, o Mercosul já havia assinado um acordo com Israel, que mantém sob controle a região da Palestina.

8. Estão erradas as afirmativas A (a OEA não suspendeu o Paraguai); C (o Mercosul condenou a deposição do presidente paraguaio e suspendeu o país de sua participação no bloco); D (o Congresso paraguaio não ratificou a entrada da Venezuela no Mercosul); e E (a deposição causou uma crise diplomática entre o Brasil e o Paraguai). A Unasul e o Mercosul se posicionaram contra a deposição de Lugo, afirmando que o episódio, deflagrado após um processo relâmpago de impeachment, representa uma ruptura das estruturas democráticas. A suspensão pode terminar em abril de 2013, data prevista para as eleições no país. Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela consideraram que a deposição foi um golpe.

Resposta: B

9. A história mais antiga da ocupação da Amazônia está ligada aos grandes rios, como o Amazonas, o Negro e o Tocantins, que permitiam ao ser humano penetrar e se deslocar pela densa floresta. Durante séculos e até os dias atuais, a facilidade apresentada pelos rios torna a navegação o principal meio de transporte das populações da região. O sentido geral da bacia do Amazonas está no eixo oeste-leste, e a povoação brasileira veio sobretudo do leste, ou seja, do Nordeste, subindo o rio Amazonas a partir da foz.

Resposta: E

10. Resposta 1 Há uma tensão entre preservar a mata e expandir a economia, pois conciliar as duas possibilidades é uma alternativa mais cara de produção. A destruição da mata narrada pelo autor do século XVIII equivale à abordagem da charge publicada no ano passado. Nota-se uma semelhança entre a visão do naturalista e a dos ambientalistas atuais, quando este adjetiva as selvas como “amenas” e o desmatamento como “desolação”, sugerindo a preservação da mata como um valor superior ao de atividades econômicas.

Resposta 2

Bancada ruralista:

A bancada ruralista defende a expansão do agronegócio sem diversas restrições colocadas quando se prioriza a preservação da floresta. Para os deputados ruralistas, o desenvolvimento do país está ligado ao crescimento da atividade agrícola e da pecuária, o que justifica a redução da mata nativa.

Bancada ambientalista:

Os ambientalistas acreditam que a floresta deve e pode ser usada de maneira sustentável, sem ter seus recursos ameaçados, e que isso não se opõe ao desenvolvimento econômico. Defendem a ideia de que a lei deve proteger as matas nativas e limitar o avanço do agronegócio sobre o meio ambiente.

11. A geopolítica da América Latina apresenta diversos aspectos de semelhança entre seus países. Um deles é a rápida urbanização, que se deu com o crescimento da migração para as cidades após a II Guerra Mundial, fenômeno ligado à industrialização incipiente. Esse processo ocorreu de maneira desordenada, com um êxodo rural maciço para cidades com pouca infraestrutura urbana, resultando em graves problemas – falta de moradias e de serviços públicos, como esgoto, transporte, escolas e hospitais, e isso reforçou a desigualdade social, e isso torna certa a resposta B. As demais estão erradas, pois vários países já passaram há tempos do período inicial da transição demográfica (A), ainda há uma pequena participação no comércio internacional (C), os países não vivem em estagnação econômica neste século (D) e não há expressivo crescimento de todos os governos como gerenciadores da economia, mesmo que isso aconteça em alguns, como a Venezuela (E).

Resposta: B

12. A erosão pluvial, acelerada quando a água encontra o solo desprotegido de vegetação, é causada pela retirada de material da parte superficial do solo pelas águas da chuva e sua deposição no leito dos rios, o que também provoca o assoreamento (quando o leito fica mais raso). A ação do homem que favorece a erosão pluvial é o desmatamento, que deixa as margens de rios desprotegidas, e também a ocupação irregular e de forma desordenada de construções, cena comum nas periferias dos grandes centros urbanos no Brasil. Um efeito negativo para a sociedade são os resultados catastróficos das chuvas torrenciais, que causam deslizamentos de terra e a destruição de moradias. Outro são as enchentes. Um terceiro é a redução do volume e da qualidade da água em rios importantes para as atividades econômicas e a vida das populações no interior do Brasil.

13. As Áreas de Preservação Permanente (APPs), como constam no Código Florestal, são os topos de morro e as encostas, as nascentes de rios, as matas ciliares, a beira dos cursos de água e os manguezais. Todas são consideradas essenciais para preservar os recursos hídricos, a paisagem, garantir a estabilidade geológica, a biodiversidade, o equilíbrio de fauna e flora, a preservação do solo e o bem-estar humano. A bancada ruralista procurou flexibilizar as regras de preservação dessas áreas no novo Código Florestal, visando a ampliar o espaço destinado à produção. Os setores ligados à conservação ambiental defendem a manutenção da proteção desses locais.

14. A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi a primeira conferência ambiental convocada pela ONU. As convenções sobre Mudanças Climáticas e sobre Diversidade Biológica foram aprovadas na Conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a Eco 92. O Protocolo de Kyoto, que objetiva reduzir as emissões de gases do efeito estufa, não foi discutido na Conferência Rio+20, de 2012, que tinha como foco o desenvolvimento sustentável. O Protocolo de Kyoto foi prorrogado posteriormente, na COP-18 (em dezembro de 2012), até 2020, para ganhar tempo em busca de acordo sobre as regras para um novo protocolo.

Resposta: C

15. Ao contrário do que diz a alternativa C, a água doce disponível no mundo é suficiente para suprir as necessidades básicas dos seres humanos, embora não esteja bem distribuída. Além disso, há problemas no uso da água, como a poluição, que podem comprometer sua oferta. A água é definida como um recurso abiótico, assim como solo e ar. Os recursos bióticos são os dos seres vivos, como animais e plantas. As demais respostas estão corretas.

Resposta: A, B e D são corretas.

16. O mapa-múndi é específico para registrar a distribuição dos novos casos de infecção pelo vírus HIV. Vê-se claramente que o maior número de novos infectados está na África Subsaariana. Porém, como as pessoas são infectadas por outras previamente contaminadas, pode-se deduzir que essa região conta também com o maior número de doentes, ou seja, há uma correlação e uma síntese, duas informações a partir de um mesmo mapa.

Resposta: A

17. Observe que a alternativa B está errada, pois a Alemanha saiu perdedora da I Guerra Mundial; em C, o processo de formação do Estado Nacional alemão ocorreu no século XIX, décadas antes de Hitler; descarta-se D, pois Hitler não fala em “ajuda divina”, mas em fé “em nosso povo”; e a E está errada, pois, no discurso, Hitler não se coloca como igual aos outros (“eu não posso ver a cada um de vocês”). No discurso, ele se apresenta como o líder que permite a união dos alemães em torno de um objetivo comum.

Resposta: A

18. As relações de exploração de trabalho análogas às de escravidão existem tanto em áreas rurais quanto urbanas, embora sejam mais frequentes no campo. Trata-se não apenas do trabalhador explorado sem registro em carteira de trabalho e sem direitos trabalhistas, mas também sem acesso a equipamentos adequados, a alojamentos e, frequentemente, a alimentação. Ocorre em atividades como carvoaria e pecuária, e também no setor sucroalcooleiro. Em 2012, 408 empresas, de áreas rurais e urbanas estavam na “lista-suja” do Ministério do Trabalho por praticarem irregularidades desse tipo.

Resposta: D

19. O Tratado de Versalhes, assinado após o fim da I Guerra Mundial, impôs à Alemanha perdas territoriais importantes e a necessidade de pagar pesadas indenizações, que condenou o país à ruína no período seguinte. O Partido Nazista nasceu e cresceu nesse contexto e propôs a expansão dos territórios da Alemanha, ou seja, a conquista de espaços vitais, como forma de construir uma nova e próspera Alemanha. Essa concepção, levada à prática pelo governo de Hitler no fim dos anos 1930, levou à anexação da Áustria, à ocupação de parte da Tchecoslováquia, da Polônia e, ao final, à eclosão da II Guerra Mundial.

Resposta: B

20. **Resposta A** A expansão da agropecuária em Mato Grosso do Sul deu-se basicamente pelo recebimento de terras por concessão ou venda do estado e pela ocupação de áreas historicamente ocupadas por índios. Essa expansão ainda é a principal responsável pelos conflitos entre fazendeiros e indígenas. Os índios foram confinados em terras insuficientes para sobreviver ou vivem em acampamentos e à beira de estradas, reivindicando acesso à terra.

Resposta B A Funai é a entidade federal encarregada de aplicar a política indígena. Entre suas funções estão as de reconhecer e encaminhar a demarcação de terras indígenas, contatar grupos indígenas ainda isolados e mover ações na Justiça em defesa de causas indígenas. A Funai conta com indígenas que trabalham para preservar a história, a cultura e a língua dos índios.

21. O declínio da população indígena no Brasil foi contínuo, desde a chegada dos colonizadores portugueses, no século XVI, até décadas recentes. Esse declínio corresponde ao processo de ocupação histórica do território dos índios. Hoje, as populações indígenas estão localizadas em maior número nas últimas fronteiras

do desenvolvimento econômico nacional, no Norte e Centro-Oeste. O fator decisivo para a reversão da redução populacional dos índios é a demarcação das reservas indígenas a partir da década de 1960. A Constituição de 1988, que reconhece e garante direitos dos povos indígenas, também é um marco. Por outro lado, em relação às pesquisas do IBGE (feitas em todo o país), há uma combinação do crescimento da população indígena nas reservas com o número de pessoas que vivem em cidades ou na roça que passaram a se autodeclarar indígenas, pela valorização da cultura indígena nos tempos mais recentes.

Resposta: B

22. **Resposta A** A urbanização ocorrida no país a partir da década de 1950 é marcada pelo inchaço das cidades, causado por forte êxodo rural. Essa urbanização acelerada e sem planejamento provocou ocupação de áreas de mananciais de água, crescimento de favelas, colapso de serviços urbanos, como saneamento, transporte, educação e saúde, e aumento da criminalidade.

Resposta B O Plano Diretor, entre outros aspectos, deve orientar o crescimento e os investimentos na cidade, de forma a defender a função social dos terrenos e propriedades em relação a outros interesses, como os do setor imobiliário, conforme prevê a Constituição Federal, estabelecer uma política tributária que garanta a função social da cidade e a justiça social, orientar a urbanização de favelas e áreas degradadas e mapear áreas de risco.

23. A República Velha (1894-1930) é um período de grande miséria e revoltas populares. Uma de suas características, no Nordeste, é o fenômeno do cangaço. Os cangaceiros organizavam-se em bandos armados e viviam do crime, assaltando fazendas, vilarejos e cidades, cometendo violências e assassinatos. Porém, também se insurgiam contra o poder de vida e morte dos coronéis latifundiários sobre a população pobre, que incluía a contratação de jagunços armados e o controle político das polícias. Para as populações pobres do Nordeste, cangaceiros como Virgulino Ferreira, o Lampião, eram frequentemente vistos como heróis, por enfrentar os coronéis: vem daí essa ambiguidade de imagem.

24. A região do mapa que concentra a maior parte do trabalho análogo à escravidão corresponde ao Arco do Desmatamento, nas bordas da Amazônia Legal, áreas de expansão da ocupação vinculada à agropecuária. Na área, que corresponde principalmente ao leste do Pará, predominam atividades que causam o desmatamento para a formação de pastagens.

Resposta: B

25. A II Guerra Mundial resulta em enfraquecimento do domínio das principais nações europeias que colonizaram a África. Assim, o lento e longo processo de descolonização passa a ser influenciado pelos interesses das duas superpotências da época, os Estados Unidos e a União Soviética (URSS, hoje extinta), durante o período da Guerra Fria (1949-1991).

A URSS apoiou movimentos de libertação anticoloniais em Angola e em Moçambique, diretamente ou por meio de sua aliada, Cuba. Foram guerras alongadas, pois, após a independência, a África do Sul, país da esfera política dos Estados Unidos, manteve armados grupos contrários à independência nesses dois países. As demais alternativas contêm erros. A Guerra Civil no Zaire ocorreu na década de 1990, e não nos anos 1960 (como na afirmativa A); os EUA não apoiaram o apartheid sul-africano (como em B); e a França se opôs à independência no Marrocos e na Argélia, países que ela colonizou.

Resposta: E

26. O governo do Irã é aliado da Síria e rejeitou a suspensão proposta da organização. Os dois países têm governos ligados aos xiitas (maioria da população no Irã, e minoria na Síria, especificamente da vertente alaúita) e compartilham relações de conflito com os Estados Unidos e Israel. Ambos os governos apoiam os grupos Hezbollah, no Líbano, e Hamas, na Palestina, agrupamentos fundamentalistas islâmicos que utilizam o terrorismo para combater Israel.

Resposta: D

27. A alternativa A está errada, pois a União Europeia não ofereceu asilo político aos refugiados. A afirmação B não é verdadeira, pois o governo sírio não favorece a saída, nem a C, pois o Acnur atende refugiados dentro ou fora das fronteiras de um país. Em D, Israel não aceitou refugiados sírios. A certa é a E, pois o Iraque vem recebendo sobretudo refugiados curdos (já que o norte do Iraque é uma área de autonomia curda) e iraquianos que voltam ao país.

Resposta: E

28. As duas regiões são palco de disputa por seus recursos hídricos. A Caxemira, que abriga nascentes dos rios Indo e Ganges, tem seu território dividido entre Índia e Paquistão (e uma pequena parcela com a China), é reivindicada pelos dois países e abriga movimentos separatistas. O conflito vem da época da independência contra o Império Britânico, em 1947, quando a antiga Índia foi dividida em dois países: Paquistão, de maioria muçulmana, e Índia, de maioria hindu. Mas a Índia exigia a posse integral da Caxemira, território milenar ligado à elite hindu, mas cuja população é, na maioria, muçulmana. Já as Colinas de Golã são um território da Síria, fato reconhecido pela ONU e pela diplomacia internacional, ocupado militarmente por Israel desde 1967. O território abriga as nascentes do rio Jordão, a principal fonte de abastecimento de água de Israel, bem como tem importância estratégica para a defesa do país.

Resposta: B

29. São erradas as alternativas: A (o rei da Jordânia não foi deposto), B (na Tunísia, o processo revoltoso foi vitorioso, com a derrubada do ditador), C (não houve conflitos significativos no Marrocos) e D (Hosni Mubarak foi deposto e preso). Na Síria, o ditador está em guerra com grupos armados de oposição. Rússia e China, membros do Conselho de Segurança da ONU e aliados políticos do governo da Síria, têm se mantido contrários a intervenções militares externas em território sírio. O governo do Irã e o da Síria são aliados.

Resposta: E

30. Apenas a resposta C está correta, pois os royalties não são impostos nem taxas pagos pelos governos, como afirmado em A e E. Eles não são exclusivos da exploração de áreas marítimas nem reduzem a poluição (B) e não são recursos tecnológicos (D). No caso em questão, os royalties são rendimentos saídos dos ganhos com a exploração petrolífera pagos pelas empresas envolvidas aos governos como compensação pela exploração dos recursos naturais.

Resposta: C

31. A única alternativa correta é a C: o partido hegemônico é o Partido Comunista Soviético. Quanto às demais, em A não havia exportações de armamentos da China nem da Coreia do Sul (capitalista) para o Leste Europeu; em B, foi a queda do socialismo, e não sua implantação no Leste Europeu, que acelerou a dissolução da URSS; em D, o Muro de Berlim não representava uma proteção por terra do Leste Europeu contra tropas inimigas, mas sim uma barreira à

emigração; em E, antes do fim da URSS, não houve ascensão de qualquer outro partido na Rússia nem de sindicalismo independente no país.

Resposta: C

32. A custosa participação da Rússia em vidas humanas e recursos na I Guerra Mundial agravou a situação social e econômica do país, pôs fim ao governo imperial em fevereiro de 1917 e acelerou o processo revolucionário, cujo cume foi a tomada do poder pelos bolcheviques (comunistas) em outubro daquele ano. A alternativa 4 é falsa, pois a Rússia retirou-se da guerra, e a Alsácia-Lorena era uma região em disputa entre França e Alemanha (hoje território francês). Na alternativa 5, é errado afirmar que a Rússia se aproximou das demais nações europeias com a chegada ao poder de Stálin, em 1924, pois a república soviética era vista como inimiga pelos governos europeus, embora tenha feito aliança com a Alemanha nazista no fim da década de 1930 e, depois, com os britânicos e franceses durante a II Guerra Mundial.

Resposta: V, V, V, F, F

33. Só a primeira afirmação é errada, pois a China chegou efetivamente à ruptura das relações de colaboração com a União Soviética, vendo-se isolada no cenário internacional durante os anos 1960. As demais afirmações são verdadeiras.

Resposta: B

34. **Resposta A** Rio de Janeiro e Espírito Santo, pois, como as áreas petrolíferas estão em seu território e a regra beneficiava basicamente os estados produtores, perderam participação.

Resposta B Os governadores e parlamentares dos estados atualmente mais beneficiados pelo recebimento de royalties do petróleo e gás – Rio de Janeiro e Espírito Santo – defendem a ideia de que a regra atual já está definida na Constituição e que a mudança nas regras os fará perder bilhões de reais, sem os quais não conseguirão manter seu ritmo de desenvolvimento. Por sua vez, os governadores e parlamentares dos demais estados argumentam que não se trata de prejuízo, pois não são recursos previstos a ser cortados, mas uma receita a ser acrescida no futuro. Além disso, defendem a ideia de que os mananciais de petróleo descobertos no pré-sal são uma riqueza do país todo, e que seus recursos devem ser usados para o desenvolvimento nacional, e não apenas de uma parte do território.

35. **Resposta A:** O presidente Jânio Quadros procurou estabelecer uma política externa de certa autonomia em relação aos Estados Unidos. Assim, buscou estender as relações internacionais também com países comunistas ou que se aproximavam de sua órbita, o que incluiu esse contato com Cuba.

Resposta B: Parlamentares conservadores, órgãos de imprensa e setores militares criticaram a condecoração.

36. A construção de refinarias no país vem acompanhando o crescimento da indústria e da urbanização, tendo começado pelo Sudeste e Sul e se expandido para o Nordeste, o que torna certa a afirmativa I. O monopólio do petróleo pela Petrobras acabou no governo de Fernando Henrique (1995-2002), e a produção foi aberta a empresas estrangeiras por meio de leilões de áreas para perfuração. A autossuficiência do país em petróleo foi alcançada em 2006, mas isso nunca significou deixar de importar petróleo, pois parte das refinarias brasileiras processa óleo mais leve do que o extraído no Brasil. Assim, a Petrobras exporta e importa petróleo, por necessidades técnicas de refino ou de derivados específicos.

Resposta: A

37. As áreas 1 e 2 mostram a forte concentração que corresponde à estrutura fundiária atual do Centro-Oeste e do Norte, em razão da expansão da agropecuária voltada para a exportação, com base na monocultura e na grande propriedade. Essa concentração é menor nas partes do país em que o campo é ocupado há séculos, e nas quais ainda resiste um número grande de pequenas propriedades, como nas regiões 3 (Nordeste), 4 (Sudeste) e 5 (Sul).

Resposta: A

38. O quadro da distribuição mostra grande número de pequenas propriedades e menor renda e um menor número de grandes propriedades, mas que ocupam a maior parte do território e respondem por 66% de todo o valor produzido. Essa situação é uma herança do período colonial, marcada pela produção agrícola em grandes áreas de monoculturas para exportação. Esse quadro não foi significativamente alterado pelos programas de reforma agrária. Com o Plano Nacional de Reforma Agrária 1, do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e 2, lançado em 2003, no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foram assentadas um total de 1,2 milhão de famílias.

Resposta: D

39. A crise econômica iniciada em 2008, nos Estados Unidos, tem origem no mercado financeiro, com a quebra de instituições e bancos após o estouro de uma bolha no setor imobiliário. A crise atingiu diretamente o setor da construção civil, alastrou-se para outros setores industriais, comércio e serviços, gerando uma recessão que se espalhou pelo mercado global. Como os governos de diversos países do mundo despejaram recursos públicos para salvar setores em dificuldades, eclodiu uma crise de finanças públicas, afetando gravemente vários países já endividados, como Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda. O aumento das taxas de desemprego é consequência do aprofundamento das dificuldades das economias. As taxas de desemprego são maiores na Espanha e na Grécia. Explodiram em 2012 e são superiores a 20% (1/5) da população em idade de trabalhar. As afirmações das alternativas A, B, D e E são erradas.

Resposta: C

40. Trata-se de uma questão de interpretação de texto, em que a resposta decorre de um entendimento da ideia dos autores. Assim, exige grande atenção na leitura do enunciado, pois aborda análises das ideias dos pensadores aplicadas em temas também complexos, como violência, medo e repressão. Descartamos a resposta A, pois o autor não considera incompatíveis a existência de polícia e a democracia; a B, pois não trata de períodos específicos, como ditaduras; a C, pois não se fala em forças militares; e a E, pois não se aborda especificamente as instituições político-legislativas. Joel Birman fala do Estado em geral, o que torna correta a D, que aborda a dificuldade da sociedade brasileira em se dotar de instituições democráticas que possam exercer um controle social.

Resposta: D

41. As charges remetem à profunda crise econômica que atingiu a Grécia e à intervenção de órgãos internacionais (FMI, Banco Central Europeu e União Europeia) na vida interna do país. A Grécia não foi suspensa da zona do euro (C), nem se pode falar de uma "bolha imobiliária grega"; não foi uma crise no turismo que provocou o desemprego em massa (D); a crise foi muito além da Grécia (Espanha, Irlanda...), mas França e Reino Unido foram menos afetados (E). Apesar da gravidade da crise, que ameaça a sobrevivência do próprio euro, a Croácia pediu para ser aceita na zona do euro e conseguiu, e há países na fila, como a Turquia.

Resposta: A

EDITORA  **Abril**

Fundador: VICTOR CIVITA
(1907-1990)

Editor: Roberto Civita

Conselho Editorial: Roberto Civita (Presidente), Thomaz Souto Corrêa (Vice-Presidente), Elda Müller, Fabio Colletti Barbosa, Giancarlo Civita, Jairo Mendes Leal, José Roberto Guzzo, Victor Civita

Presidente Executivo Abril Mídia: Jairo Mendes Leal

Diretor de Assinaturas: Fernando Costa

Diretor Geral Digital: Manoel Lemos

Diretor Financeiro e Administrativo: Fabio Petrossi Gallo

Diretora Geral de Publicidade: Thais Chede Soares

Diretor de Planejamento Estratégico e Novos Negócios: Daniel de Andrade Gomes

Diretora de Recursos Humanos: Paula Traldi

Diretor de Serviços Editoriais: Alfredo Ogawa

Diretora Superintendente: Claudia Giudice

Diretor de Núcleo: Dimas Mietto

e Guia do Estudante

Diretor de Redação: Fabio Volpe

Diretor de Arte: Fabio Bosqué Editores: Fábio Akio Sasaki, Lisandra Mattias, Paulo Zocchi Repórter: Giovana Moraes Suzin Analista de Informações Gerenciais: Simone Chaves de Toledo Analista de Informações Gerenciais Jr.: Maria Fernanda Teperdigian Designers: André Tietzmann, Dâmar Fação Estagiária: Ana Maria Madeira Assistente de Redação: Simone Bortolotto Atendimento ao Leitor: Adriana Menghelli CTI Eduardo Blanco (Gerente), Adriana Giomda, Aldo Teixeira, André Luiz, Cristina Negreiros, Derival Coelho, Luciano Custódio, Marcelo Tavares, Marcos Medeiros, Mario Vianna, Marisa Tomas e Ruy Reis INTERNET NÚCLEO JOVEM & INFANTIL Editor: Frederico Di Giacomo Editora-Assistente: Mariana Nadai Repórteres: Ana Prado, Ludmila Balduino e Otávio Cohen Designers: Alexandre Nacar, Juliana Moreira e Laura Rittmeister Animação: Felipe Thiroux Webmasters: Bruno Xavier e Thiago Moura Estagiários: Carolina Vello, Carolina Vilaverde (texto) e Lucas Otuska(webmaster) Colaboração: Lorena Dana (redes sociais)

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Edição: Paulo Monteiro. Consultoria: Roberto Candelari. Reportagem: Beatriz Canepa, Claudio Soares, Davi Fazzolari (redações), Lilian Carmona, Maria Teresa de Souza, Marília San Juan França, Maurício de Oliveira, Thelma Venturoli, William Tacito, Yuri Vasconcelos Arte: Eliabeth Sekkevicius, Natália Nunes Iconografia: Carolina Vello Infográficos: Estúdio Caracol, Multi-SP Revisão: Jairo Yamamoto, Marina de Souza www.guiadoestudante.com.br

SERVIÇOS EDITORIAIS Apoio Editorial: Carlos Grassetti (Arte), Luiz Iria (Infografia), Ricardo Corrêa (fotografia) Dedos e Abril Press: Grazi de Souza Pesquisa e Inteligência de Mercado: Andrea Costa Treinamento Editorial: Edward Pimenta

PUBLICIDADE CENTRALIZADA Diretores: Ana Paula Teixeira, Marcia Soter, Robson Monte Executivos de Negócios: Ana Paula Teixeira, Ana Paula Viegas, Caio Souza, Camila Folhas, Camilla Dell, Carla Andrade, Claudia Galdino, Cleide Gomes, Cristiano Pessoa, Daniela Serafim, Eliane Pinho, Emiliano Hansson, Fabio Santos, Jary Guimarães, Marcelo Almeida, Marcelo Cavalheiro, Marco Bezerra, Marcus Vinicius, Mariana Lucia Strohck, Nilo Bastos, Regina Mourão, Renata Molli, Rodrigo Toledo, Selma Costa, Susana Vieira Tatiana Mendes PUBLICIDADE DIGITAL Diretor: André Almeida Gerente: Virginia Any Gerente de Estratégia Comercial: Alexandra Mendonça Gerente de Publicidade Internacional: Alex Stevens Executivos de negócios: André Bortoloti, André Machado, Caio Moreira, Camila Barcellos, Carolina Lopes, Cinthia Curty, David Padula, Elaine Collaço, Fabiola Granja, Flavia Kannehley, Gabriel Poyart, Guilherme Bruno de Luca, Guilherme Oliveira, Juliana Vicedomini, Juliana Ribeiro, Laura Assis, Luciana Menezes, Rafael de Camargo Moreira, Rafaela Matinhos, Renata Carvalho, Renata Simões PUBLICIDADE REGIONAL: Diretor: Marcos Peregrina Gomez, Paulo Renato Simões Gerente: André Veiga, Edison Melo, Francisco Barbieri Neto, Ivan Ruzentz, João Paulo Pizarro, Mauro Sammarzani, Samara Reijnders, Sonia Paula, Vanila Passolongo Executivos de Negócios: Adriano Freire, Alize Cunha, Ana Carolina Cassano, Beatriz Offino, Bruna Santarelli, Camila Jardim, Caroline Platão, Catarina Lopes, Celia Pyramo, Cloi Chies, Daniel Empinotti, Henri Marques, José Castilho, José Lopes, Juliana Erthal, Julio Totonello, Leda Costa, Luana Issa, Luciene Lima, Pamela Berti Manica, Paola Fischer, Ricardo Mentin, Samara S. O. Reijnders PUBLICIDADE SÃO PAULO Diretor: Alberto Simões de Faria Gerentes de Publicidade: Fernando Sabadin, Sandra Fernandes Executivos de negócios: Alessandra Calissi, Alice Ventura, Analucia Bertoia, Bia Macinelli, Eduardo Chedid, Fernanda Melo, Flavia Magalhães, João Eduardo Dias, Juliana Compagnoni, Karine Grigório, Letia Russo, Luis Fernando Lopes, Mara Marques, Maria Rosária Pires, Paulo Trindade, Reinaldo Murno, Roberto Manetto, Samarah Almeida, Shirlene Pinheiro, Soraya Coci, Thairi Ferro, Vera Reis Assistentes: Liliana Moura, Monise Barbosa DESENVOLVIMENTO COMERCIAL Diretor: Jacques Baisi Ricardo INTEGRAÇÃO COMERCIAL Diretora: Sandra Sampaio MARKETING E CIRCULAÇÃO Diretora de Marketing: Simone Souza Gerente de Publicações: Cezar Almeida Analistas de Marketing: Kaue Santin, Maria Fernanda Zanulo, Mariana Penhoni, Paulo Gouvea, Priscila Orenstein, Thays Panizza Gerente de Eventos: Evandro Azeu Analista: Adriana Silva dos Santos Gerente de Circulação Avisaia: Magali Superbi Gerente de Circulação Assinaturas: Andrea Lopes PLANEJAMENTO, CONTROLE E OPERAÇÕES: Gerente: Marina Bonagura Consultor: Tales Borrichini Especialista Processos: Roberto Faccio Coordenador Processos: Eduardo Andrade ASSINATURAS Gerente de Circulação Assinaturas: Gina Trancoso Atendimento ao Cliente: Clayton Dick RECURSOS HUMANOS Consultoria: Karine Meneguim

Redação e Correspondência: Av. das Nações Unidas, 7221, 14º andar, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05425-902, tel. (11) 3037-2000. Publicidade São Paulo e informações sobre representantes de publicidade no Brasil e no Exterior: www.publiabril.com.br

PUBLICAÇÕES DA EDITORA ABRIL: Alfa, Almanaque Abril, Ana Maria, Arquitetura & Construção, Aventuras na História, Bos Formas, Bons Fluidos, Bravo!, Capricho, Casa Claudia, Claudia, Contigo!, Delícias da Culinária, Dicas Info, Elle, Estilo, Exame, Exame PME, Gloss, Guia do Estudante, Guias Quatro Rodas, Info, Lola, Manequim, Máxima, Men's Health, Minha Casa, Minha Vida, Mundo Estranho, National Geographic, Nova, Placar, Playboy, Publicações Disney, Quatro Rodas, Recreio, Runner's World, Saúde, Sou Mais EU!, Superinteressante, TíTí, Veja, Veja BH, Veja Rio, Veja São Paulo, Vejas Regionais, Viagem e Turismo, Vida Simples, Vip, Viva!Mais, Você S.A. Você RH, Women's Health, Fundação Victor Civita, Gestão Escolar, Nova Escola

GE ATUALIDADES - ed. 17 - 1º semestre 2013 - EAN 789-3614-09092-4 - é uma publicação da Editora Abril. Todos os direitos reservados. Distribuída com exclusividade no país pela DINAP S/A - Distribuidora Nacional de Publicações, São Paulo.

IMPRESSA NA GRÁFICA ABRIL

Av. Otávio Alves de Lima, 4450, CEP 02909-900 - Freguesia do Ó - São Paulo - SP

FIPP

SIP

ANER

Abril s.a.

Conselho de Administração: Roberto Civita (Presidente), Giancarlo Civita (Vice-Presidente), Esmar Weideman, Hein Brand, Victor Civita
Presidente Executivo: Fábio Colletti Barbosa

www.abril.com.br

100 anos da morte de Aluísio Azevedo

Principal autor do naturalismo, o escritor maranhense morreu em 1913, na Argentina

Há 100 anos, morreu o criador do romance de estilo naturalista no Brasil, Aluísio Azevedo. Ele foi também o maior expoente nacional dessa corrente na literatura e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Nascido em São Luís (MA), em 14 de abril de 1857, Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo era irmão mais novo do jornalista e dramaturgo Artur Azevedo. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1876, com planos de estudar artes. No entanto, além de caricaturista e jornalista, Aluísio logo se tornou escritor.

No período final do século XIX, a escola literária predominante era o realismo, que teve como maiores expoentes internacionais os franceses Balzac e Gustave Flaubert, o inglês Charles Dickens e o português Eça de Queirós.

No Brasil, Machado de Assis fundou o realismo e tornou-se o grande nome desse movimento. Aluísio Azevedo é o primeiro escritor brasileiro do período do realismo a aderir ao naturalismo, corrente literária nascida na Europa e que também pretende aproximar a literatura da realidade, mas é influenciada pela sociologia e pela biologia, como as teses de seleção natural de *A Origem das Espécies* (1859), de Charles Darwin.

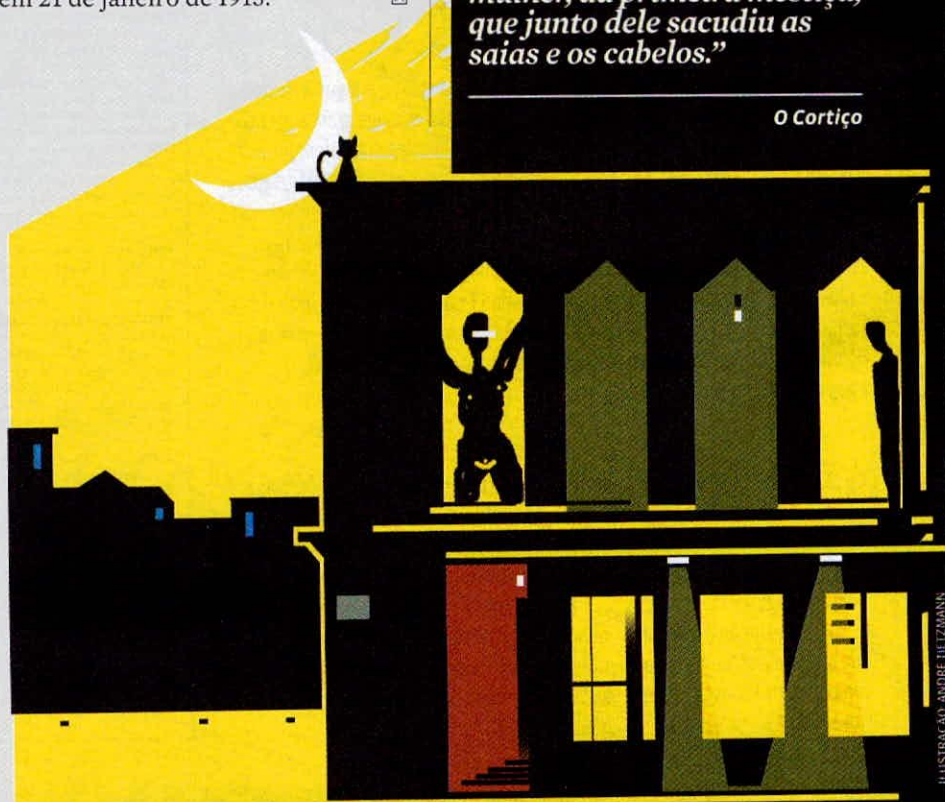
O naturalismo mostra o comportamento das pessoas como determinado pelo meio no qual elas vivem e pela hereditariedade. Em 1881, a publicação do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, expondo o preconceito racial da sociedade maranhense, torna-se o marco inicial do naturalismo e obra que reforça a campanha pela Abolição.

O romance *O Cortiço*, de 1890, torna-se importante peça literária para entender a sociedade daquele período, ao mergulhar nos cenários da pobreza do Rio de Janeiro da época. As personagens – portugueses, mulatos e ex-escravos negros – são quase animalizadas. O escritor ousou na temática, ao abordar a promiscuidade sexual e a exploração humana.

Em 1895, Aluísio Azevedo abandona as letras para ser diplomata. A esta altura, já havia publicado 21 títulos, entre romances e livros de contos. Como diplomata, atuou na Espanha, Japão, Argentina, Inglaterra, Itália e Paraguai. De volta à Argentina, onde exercia o cargo de vice-cônsul, morreu em 21 de janeiro de 1913. ☒

“Jerônimo alheou-se de sua guitarra e ficou com as mãos esquecidas sobre as cordas, todo atento para aquela música estranha, que vinha dentro dele continuar uma revolução começada desde a primeira vez em que lhe bateu em cheio no rosto, como uma bofetada de desafio, a luz deste sol orgulhoso e selvagem(...), e lhe transtornou o sangue o cheiro animal da primeira mulher, da primeira mestiça, que junto dele sacudiu as saias e os cabelos.”

O Cortiço



+100
DE
ESTRELAS
NA AVALIAÇÃO DO
GUIA DO
ESTUDANTE
DA EDITORA ABRIL

Faça o agendamento e conheça toda a qualidade da FMU e tire suas dúvidas sobre carreiras e cursos. Acesse www.fmu.br ou ligue e agende a sua visita no (11) 3132 3000.



AGORA VOCÊ PODE
ESTUDAR COM A
QUALIDADE FMU

**PARCELAS
TRIMESTRAIS
DE ATÉ R\$ 50**
[Confira condições]

Design de Interiores (FIAMFAAM)
Fotografia (FIAMFAAM)
Design Gráfico
Produção Cultural

Acesse e inscreva-se **www.fmu.br** ou ligue (11) **3132-3000**

ENSINO COM UM "Q" A MAIS. **Q DE QUALIDADE.**

COMPLEXO EDUCACIONAL

FMU

VENHA PARA O MUNDO MACKENZIE.

VESTIBULAR 2013

Acesse www.mackenzie.br e informe-se sobre
as datas dos processos seletivos.



Invista o seu talento em uma Universidade conceituada
com nota máxima pelo MEC e classificada como
a Melhor Universidade não pública do Estado de São Paulo,
segundo o Ranking Universitário Folha de S. Paulo 2012.



Universidade Presbiteriana
Mackenzie

UM MUNDO PARA VOCÊ